

**REPARANDO A FALTA:
DINÂMICA DE GÊNERO EM
PERSPECTIVA GERACIONAL**

Alda Britto da Motta, Eulália Lima Azevedo,
Márcia Queiroz de Carvalho Gomes
(Organizadoras)

**REPARANDO A FALTA:
DINÂMICA DE GÊNERO EM
PERSPECTIVA GERACIONAL**

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher – NEIM
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Federal da Bahia
Salvador, Bahia
2005

Coleção Bahianas – vol. 10

COMISSÃO EDITORIAL

Alda Britto da Motta
Ana Alice Alcântara Costa
Cecília M.B. Sardenberg
Enilda R. do Nascimento
Ivia Alves
Sílvia Lúcia Ferreira

NORMALIZAÇÃO

Maria José Bacelar Guimarães

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Fast Design – Luciana D. Tosta Sobral

CAPA

Ricardo Tosta Junior e Luciana Tosta Sobral

IMPRESSÃO E ACABAMENTOS

Fast Design / Envelope & Cia

FICHA CATALOGRÁFICA

Andréa Rita Checcucci Gueudeville Silveira - UFBA/FFCH

R425 Reparando a falta : dinâmica de gênero em perspectiva geracional / Alda Britto da Motta, Eulália Lima Azevedo e Márcia Gomes (Organizadoras). – Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher, 2005. 216 p. - (Coleção Bahianas; 10)

1. Mulher. 2. Gerações. 3. Idade. 4. Envelhecimento. 5. Idosos. I. Motta, Alda Britto da. II. Azevedo, Eulália Lima. III. Gomes, Márcia. IV. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher. V. Título. VI. Série.

CDD – 305.4

Impresso no Brasil - novembro de 2005

Tiragem: 1.000 exemplares.

ISBN

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PESQUISA E RELAÇÕES EM CAMPO – SUBJETIVIDADES DE GÊNERO E DE GERAÇÃO	
<i>Alda Britto da Motta</i>	11
O GÊNERO DE UMA GERAÇÃO: IDENTIFICAÇÕES COM O FEMINISMO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR	
<i>Joana Maria Pedro</i>	27
FIOS DE IDADE: REPRESENTAÇÕES DA MATURIDADE EM HELENA PARENTE CUNHA	
<i>Lílian Almeida de Oliveira Lima</i>	43
MULHER E VELHICE	
<i>Benedita Edina Lima Cabral</i>	53
GERAÇÃO, RAÇA E GÊNERO EM CASAS Matriarcais	
<i>Maria Gabriela Hita</i>	63
AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E A VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA O IDOSO	
<i>Kátia Jane Chaves Bernardo</i>	75
NA VELHICE TAMBÉM? O PSF IDENTIFICANDO MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
<i>Edleusa Nery Garrido</i>	87
TEMPORALIDADES E RELAÇÕES GERACIONAIS: RECONSTRUINDO A IMAGEM	
<i>Márcia Queiroz de Carvalho Gomes</i>	99
ENVELHECIMENTO FEMININO E SEXUALIDADE: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA EM BAILE DE IDOSOS	
<i>Carolina Marback Barbosa de Souza</i>	115
AS MULHERES E AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA DEMOCRACIA E PELA LIBERDADE NA BAHIA	
<i>Ana Alice Alcântara Costa</i>	135
<i>Ediane Santana</i>	
<i>Rebeca Sobral</i>	

A MULHER E SEUS FAZERES NO MOVIMENTO DOS APOSENTADOS <i>Eulália Lima Azevedo</i>	153
UMA LEITURA DOS NOVOS SERIADOS POLICIAIS: A MULHER NO COMANDO <i>Ivía Alves</i>	173
TECNOLOGIAS E ENVELHECIMENTO NA FRANÇA: OFERTAS, OPÇÕES E INTERAÇÕES <i>Clarice Ehlers Peixoto</i>	187
A ILUSÃO DA NEUTRALIDADE: O CARÁTER IDEOLÓGICO DA CATEGORIA DE GÊNERO NAS REGRAS MORFOSSINTÁTICAS DO PORTUGUÊS <i>Raquel Nery Lima Bezerra</i>	201
SOBRE AS AUTORAS	215

INTRODUÇÃO

O título *Reparando a Falta* pretende jogar com a dúplice idéia contida na palavra *reparar*: chamar atenção para algo; mas também suprir uma falta. Ele expressa a intenção que norteou a escolha da temática central do X Simpósio¹, a articulação da dimensão temporal das idades e gerações, à estruturalmente onipresente gênero. Significando, por um lado, apontar uma falta, que se constitui em certa falha teórica – o deixar, grande parte dos estudos feministas, quase intocado o contexto geracional; por outro lado, contribuir, com o livro, composto por 14 artigos, para suprir um pouco dessa falta.

Porque há uma lógica, às vezes impresentida, outras vezes esquecida, que preside a vida social, na reunião articulada das relações entre os sexos/gêneros e os grupos etários & geracionais. O gênero, expressando a estrutura primeira, fundante, das relações sociais, das mais institucionais às mais pessoais; e as idades/gerações expressando uma ordem, de sentido político, de hierarquias de nascimento e de ação social, a interseção entre essas categorias sendo tão estreita que se tornou pouco perceptível, ainda que constituam elas o substrato da vida social.

Balandier (1977, p.71), em livro sob vários aspectos pioneiro e inovador, enfatiza:

[...] os materiais fundamentais empregados para a construção do edifício social são, ao mesmo tempo, aqueles que propõem a diferenciação dos sexos e a diferenciação dos grupos de idade. É sobre esse substrato, nunca destruído, que se formam e se desenvolvem as relações de desigualdade e de dominação, as classes sociais.

E são essas estruturas primeiras, fundantes da vida social, aquelas que emergem ao primeiro plano da vida social nos momentos de crise. No entanto, às Ciências Sociais em geral e ao feminismo, em particular, tem faltado uma visão articulada dessas duas dimensões relacionais. Descompasso teórico provavelmente devido à fixação paradigmática em uma estrutura dominante de análise da sociedade, por longos anos, a classe social; só emergindo “outros discursos” teóricos/políticos na crise econômico/política e de paradigmas dos anos 60/70, quando o discurso de gênero do feminismo pôde se fazer ouvir. Quando, porém, os grupos e movimentos de

¹ X Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, realizado em dezembro de 2004, pelo NEIM/UFBA.

inspiração etária/geracional ainda não eram portadores de suficiente densidade política ou consciência de geração para serem identificados, ou mesmo auto-identificados, como tais, e muito menos em sua remissão ao gênero. Não há mais, entretanto, como ignorá-los, tanto em sua especificidade política como em sua abrangência de gênero.

O gênero, entretanto, povoa todos os mitos sociais de origem e a idade sempre constituiu-se, historicamente, em elemento estruturador na organização das sociedades, enquanto as gerações são, em toda parte, componente essencial da dinâmica coletiva que impele à continuidade e preside a reprodução social.

Essa estrutura organizacional será perceptível em sua pureza ou essencialidade se considerarmos as sociedades historicamente anteriores aos sistemas em classes sociais, onde a divisão do trabalho social se realizava e legitimava, em todas as suas conseqüências, de acordo com a condição sexuada e a posição etária de seus componentes. Essa estruturação primeira, percebida e analisada pelos fundadores das Ciências Sociais e depois meio esquecida, manteve-se como fundamento último ao longo dos séculos e dos sistemas sociais e políticos. No século XXI essas estruturas continuam a regular “naturalmente”, quase silenciosamente, em momentos desapercivelmente, muito da vida das pessoas. Aceitamos como normais, ainda quando não legais ou legítimas, a especificação de idades determinadas ou “adequadas” para entrar ou sair de cada ciclo escolar, do mercado de trabalho, do casamento, para o voto e a candidatura a cargo político, para dirigir automóveis, até para dessociabilizar-se ou morrer (pelo menos socialmente).

Do mesmo modo como até recentemente se aceitavam normas, modos ou sugestões quanto ao momento “adequado” para que essas regulações fossem aplicadas ao “segundo sexo” (BEAUVOIR, 1949), as mulheres “protegidas”/restringidas por leis que lhes vedavam o acesso a certas ocupações e condições eletivas; e de que se conservam resíduos, como o ainda hoje diferencial feminino da aposentadoria com cinco anos menos que os homens, uma outra forma de “proteção” que, embora signifique também o reconhecimento social da existência da dupla jornada de trabalho das mulheres, pode redundar em prejuízos, como a diminuição de proventos.

Quase que só em momentos de crise, a existência dessas estruturas primeiras aflora à consciência social e enfim se expressa através de movimentos, sempre específicos, de variada eficácia. Como, nas referidas décadas de 60/70, os movimentos juvenis (de estudantes, hippies, contra a guerra do Vietnam), de mulheres – feminista e “femininos” (pela Anistia, clubes de mães, movimentos de bairros) – e de negros; nenhum

deles referenciado à até então decantada “luta de classes”, mas a estruturas mais “subterrâneas”, demandantes, inclusive, de estudos e avaliações teóricas. Que em algum grau foram se realizando, a propósito dos movimentos de jovens e de mulheres, construídas uma Sociologia da Juventude e uma Epistemologia Feminista – porém deixando elas faltar sempre um elo na cadeia teórica.

Como continuou ocorrendo com muitos dos movimentos mais atuais, década de 90 em diante, quando “outra ponta” da estrutura de idades/gerações aparece corporificada nas figuras não tão frágeis dos aposentados, triunfalmente visível como movimento etário/geracional de velhos na “luta pelo 147% da Previdência” e por direitos constitucionais. E que agora, eficácia do movimento em grande parte perdida, deixa denunciadas as contradições e manipulações presentes em uma severa crise: a crise universal da Previdência Social, que remete, finalmente, ao próprio âmago da questão da reprodução social. Uma crise referida à longevidade e às condições em que se está expressando o contrato de solidariedade social. E onde a maioria dos velhos compõe-se de mulheres.

... E nós continuamos achando que feminismo tem a ver categorialmente apenas com gênero, raça e classe social. Pelo menos é o que se discute... Abrimos amplamente a discussão para as sexualidades, os racismos e a crítica cultural; quase ignoramos os atuais enormes fossos que separam litigiosamente as religiões – até no interior das famílias – em desalentadoras expressões políticas; mas *a questão política fundamental*, a da sucessão geracional e seu papel na continuidade das sociedades, contraditoriamente estimuladora ou impeditiva de mudanças – objetivas e subjetivas – esta não conseguimos com facilidade ver; está perto demais, dentro da vida demais; às vezes dói, “não analisa não!” Estamos envelhecendo.

Os trabalhos aqui expostos, selecionados entre os apresentados no X Simpósio, cobrem uma ampla gama de situações de gênero, em contexto etário/geracional. Vão do mais internamente identificatório e subjetivo (Lilian Lima, Benedita Cabral, Alda Motta), à disposição possível quanto às mais novas tecnologias (Clarice Peixoto), passando pelas relações intergeracionais na família, inclusive quanto a conflito e violência (Gabriela Hita, Kátia Jane Bernardo, Edleusa Garrido); imagens do corpo e da sexualidade expressas nas festas (Márcia Gomes, Carolina Marback de Souza); participação política em movimentos sociais (Joana Pedro, Eulália Azevedo, Ana Alice Costa, Ediane Santana e Rebeca Sobral); novos papéis de gênero na mídia (Ivia Alves); e o gênero conforme a lingüística (Raquel Bezerra).

A densidade e variedade temática dos textos refletem a atual amplitude de interesses e possibilidades da pesquisa sobre gênero & gerações na Bahia, e ao mesmo tempo, a demanda crescente de abertura dos Simpósios anuais do NEIM/UFBA a pesquisadoras(es) de outros Estados – um caminho a percorrer-se nos próximos Encontros.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*: a experiência vivida. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Edição original 1949).

BALANDIER, Georges. *Antropo-lógicas*. São Paulo: Cultrix, 1977.

Salvador, 21 de novembro de 2005.

Alda Britto da Motta

PESQUISA E RELAÇÕES EM CAMPO – SUBJETIVIDADES DE GÊNERO E DE GERAÇÃO¹

Alda Britto da Motta

INTRODUÇÃO

A pesquisa se constitui em longo e complexo processo de trabalho e vivências. Busca continuada de sintonia entre teoria e método, funda relações, ou uma seqüência de relações, na busca de conhecimento, reconhecimento e intersubjetividade, em um determinado tempo. Essas relações, não raro, prolongam-se, transformando-se em amizade, adesão ou militância em projetos e causas; ou, ao contrário, redundam em estranhamentos, recusas ou afastamentos.

É uma questão instigante, essa da relação pesquisador/pesquisado(s), sempre presente e nunca encerrada, ao mesmo tempo, pouco abordada. Na esperança de dar uma contribuição para essa discussão, venho tentando traçar uma espécie de “linha da vida” de pesquisadora no contato com alguns grupos ou segmentos sociais urbanos, refletindo sobre os “comos” e os “porquês” das escolhas temáticas, e dos resultantes sentimentos e posturas comportamentais de parte a parte, não raro inesperados (BRITTO DA MOTTA, 2000).

Em toda essa trajetória, a condição de gênero tem estruturado interesses, expectativas comportamentais e identitárias e resultados alcançados, em dinamismo ambivalente com outras dimensões relacionais da vida, como

¹ Uma versão anterior deste trabalho foi apresentada no III Encontro da REDEFEN, Niterói, RJ, set. 2001.

as de geração, raça e classe. Por isso mesmo, a simpatia, antipatia ou empatia na pesquisa parecem resultar, mais além da objetividade científica do pesquisador, tanto do alcance como da impossibilidade de construção da intersubjetividade que é, inescapavelmente, fruto de certas condições ou posições identitárias dos sujeitos nessas dimensões de gênero, geração, etnicidade e classe social.

VIDA E PESQUISA: GÊNERO

Minha trajetória profissional de pesquisadora tem estado, todo o tempo, claramente entrelaçada – na teoria e na prática – à minha condição humana: mulher, de classe média, da geração nascida na década de 30, de família branca, conservadora e um tanto orgulhosa de suas origens. Depois casada, três filhos e por fim separada e chefe de família. Mais recentemente viúva, avó, firme na trajetória.

Este, o *background* existencial com o qual a mulher/socióloga vem dialogando – às vezes brigando – ao longo da vida, principalmente para quebrar conservadorismos. E tendo também claro que “instalações”² de vida e escolhas temáticas para o estudo teórico não raro coincidem; e neste caso freqüentemente coincidiram.

Reconheço que há como um fio condutor muito nítido, e “espontâneo”, nas escolhas de pesquisas que tenho feito, que têm determinado uma espécie de diálogo da teoria com a política da existência. Caminho só momentaneamente – ou aparentemente – individual, porque represento, como todos, a realização de um “habitus” de classe (BOURDIEU, 1972), constituído também segundo o gênero e a geração. O particular, no meu caso, é que esse entrelace vida e pesquisa tem sido fruto de interesse forte e escolhas diretas. Mas temas, personagens e “populações” também não nos escolhem?!

Minha primeira seleção significativa de objeto foi o trabalho doméstico, em meados da década de 70, visando a elaboração da minha dissertação de mestrado. Tratava-se de uma questão importante e ainda teoricamente irresolvida na discussão acadêmico/feminista, em termos mundiais, e contemplado, ainda, pelo silêncio, no Brasil. O livro de Saffioti, o primeiro editado sobre o tema, só apareceria em 1978 – um ano depois da minha Dissertação. Naquele 1975, quando iniciei a pesquisa, existia de substan-

² cf. MARÍAS (1949).

cial apenas o que se chamou, na época, “o debate sobre trabalho doméstico”, veiculado principalmente pela inglesa *New Left Review*, que se reportava ao trabalho não-remunerado das donas de casa – afinal o mais presente e real objeto de interesse nos países do capitalismo central. (Era uma questão de gênero, quase nada de classe). Esses estudos, mais que pesquisarem as reais condições de realização desse tipo de trabalho, e as relações nele desenvolvidas, centravam-se numa discussão teórica de ordem mais ou menos classificatória: O trabalho doméstico seria capitalista, ou não-capitalista? Produziria realmente valor, ou não? E justificatoriamente, num afã de legitimação acadêmica de um tema/categoria – até então só feminista – tendiam a concluir que sim, produziria valor, pois era essencial à reprodução da força de trabalho, a mercadoria por excelência, etc.³

Trabalhei a questão dentro de uma situação brasileira e latino-americana: a do trabalho doméstico assalariado. Que remeteria a questões não apenas de gênero, porém também de classe e raça/etnia. Empenhei-me, apaixonei-me pelo tema, e prossegui com ele anos a fio.

Iniciei meus estudos sobre mulher e trabalho e, particularmente, sobre trabalho doméstico, por um desejo de conhecimento do novo, do pouco explorado, do que prometia desvendamentos teóricos e ao mesmo tempo tocava questões que eu, afinal, também vivia ou compartilhava, desejava discutir e esclarecer. E à medida que mais estudava e aprofundava a pesquisa, também melhor me conhecia, na minha circunstância de vida.

Foi um processo de auto-análise, à maneira expressa por Louis Pinto (1998, p.56): “[...] toda análise do objeto contém a possibilidade de uma auto-análise, que não se assemelha a uma introspecção, mas antes a uma análise argumentada dos obstáculos sociais ao conhecimento sociológico.”

Constituiu-se, essa trajetória, também em outra forma de auto-análise – como pessoa e ser social, participante ativa de relações como as estudadas. Elaborava conhecimento, que pretendi sempre isento – muito atenta às inevitáveis dificuldades de estudo de um universo com o qual temos ligações diretas –, e me recolocava nessas relações. Aprendi a me postar em outros ângulos; às vezes a mudar de lado e assumir também o delas, empregadas domésticas; ou a entendê-las um pouco melhor, à maneira também aconselhada por Redfield (1955) para tentar resolver o *ethnological dilemma*:

How are we to understand another people through definitions of experience that are different from those we are trying to understand?

³ Veja-se um bom apanhado dessa polêmica, ainda em 1986, em Roberta Hamilton e Michèle Barrett.

Ultimately, it is the problem of communication and understanding between any two human beings.

[...] it seems to us that in some circumstances understanding seems to lie through an alternation of talking and listening.

Ao mesmo tempo, pensando, como Geertz (1983, p.57): “[...] In the case of ‘natives’, you don’t have to be one to know one [...]” Mas sem esquecer as limitações identitárias, como ilustra Sardenberg (1997b):

[...] meus atributos específicos abriram-me algumas portas mas fecharam-me outras; aproximaram-me de determinadas pessoas e grupos locais afastando-me, porém, de outros; dirigiram o meu olhar de observador-participante para certos aspectos, certas nuances e facetas, ofuscando, ao mesmo tempo, a visão de outros aspectos, nuances e facetas, possivelmente até mesmo mais importantes.

Devo ter tido algum bom sucesso na busca, porque em certo momento dessa trajetória, após entrevista a jornal sobre o tema, ouvi, de professora dos meus filhos, sorridente e ambígua “brincadeira” (até afinada com a temática...): “Eu devia lhe dar uma vassourada, por estar aí defendendo essas mulheres!”

Essa própria expressão de agressividade “com luvas de pelica” (mão levantada, jornal na outra, gesto de golpe no ar, em direção à minha cabeça), já marcava também um ponto de transição na trajetória analítica e de pesquisa que eu havia percorrido. Depois de um tempo, eu havia me aproximado simpaticamente do objeto da pesquisa, o suficiente para “apanhar”, simbolicamente, no lugar dele...

Entretanto, passagens como essas, plenas de ambivalências, são intensamente difíceis. Também foram assim as relações pesquisadora/pesquisadas: quanto aos limites, o grau de entrega, o que não foi dito a tempo. Houve qualidade afetiva e busca de entendimento, principalmente enquanto relações entre mulheres, uma face importante das relações de gênero⁴, mas nunca foi completamente afastado o fantasma do antagonismo de classe e a separação de “cor”, como iria acabar “descobrimo”, meio tardiamente.

Na trajetória dessa pesquisa (que depois da Dissertação se desdobraria ainda em outros projetos, até início da década de 90), produzi um artigo que, se por um lado denotava, até pelo título (A Relação Impossível), um certo sentimento de desesperança, ou uma constatação de inviabilidade, em relações tão atravessadas por contradições, por outro, representou um

⁴ Ver também Sardenberg (1997a, p. 38-42).

aprendizado em convivência e um avanço analítico, o início de uma senda teórica por onde continuo a caminhar (ver, por exemplo, textos em 1996 e 1999 sobre dinâmica de gênero, classe, raça e geração) e que se foi desvendando exatamente no esforço de compreender o objeto no processo de pesquisa, e manter uma atitude auto-crítica como pesquisadora/pessoa.

Tentando entender o que então chamei alternativamente “relações de antagonismo indireto e/ou de coexistência”, no cotidiano e “na produção doméstica de valores de uso” (1986b, p.230), ia, necessariamente, às classes sociais, mas também alcançava as relações de gênero, discernindo entrelaces: “O patrão/dominante [...] não é representado pela figura masculina, que usualmente define a posição de classe da família (‘chefe de família’), mas pela figura feminina, freqüentemente designada como economicamente inativa.”

Outras relações também já eram percebidas (1986b, p.231):

As relações presentes na situação de trabalho doméstico remunerado em “casas de família” têm a enorme complexidade [...] de relações vividas por pessoas de diferentes classes ou frações de classes sociais, de extrações culturais diversas, de diferentes matizes raciais, postas perigosamente próximas no limite de “quatro paredes”, tendo como referência exatamente uma família, a empregadora, diante da qual o elemento definidor é pertencer-se ou não [...]

Pela observação, pelas entrevistas e aproveitando a minha própria experiência, – ao mesmo tempo apoiada e desconfiada dela⁵ – acompanhei o observável e o enunciado, mas também tentei penetrar o ideologicamente oculto nessas relações vividas pelas empregadas domésticas no trabalho, documentando-as, em vários textos, e repensando práticas sociais, mas também individuais, – delas e minhas – e de família: relações de classe e gênero entre mulheres, ocultando relações gerais de subordinação na divisão sexual do trabalho na família, a dona de casa catalizando o doméstico e liberando, com isso, os outros membros da família para atividades mais “nobres” ou mais prazerosas; práticas competitivas entre trabalhadoras domésticas; patroa e empregada enfrentando-se, ora enquanto classe, ou enquanto raça, ora competindo enquanto mulheres (gênero) por afetos e saberes no grupo familiar, mas aliando-se, ainda enquanto gênero, em solidariedades mútuas, diante de um opressor masculino; ou em ilusões afetivas, no sentimento de ser “como parte da família”, ou amigas incondicionais (1986b, p.232).

⁵ Como Pinto (1998, p.14): “A objetivação sociológica possui uma dupla dimensão: a desconfiança em relação à experiência; e o fato de levar em consideração essa mesma experiência.”

Continuei pesquisando e produzindo sobre o trabalho doméstico ainda por mais alguns anos. Foram seis sucessivos projetos, que resultaram em cerca de vinte trabalhos, abrangendo alguns sub-temas básicos, tais como: perfil e condições de trabalho de empregadas de famílias de duas diferentes classes sociais (1977, 1981 e 1985b); o trabalho não remunerado de donas de casa das classes populares, segundo a técnica de orçamento de tempo (1985a); diferenciais de gênero no emprego doméstico – o trabalho dos homens (1984, 1991); concepções sobre política (1986b) e participação em associações profissionais e sindicatos (1987, 1988b).

Essa própria sucessão temática vai revelando a extensão e o aprofundamento da trajetória teórica – e política – percorrida, na medida em que foram analisadas relações de classe, de gênero (a categoria já então elaborada pelo feminismo e incorporada, gradativamente, aos “estudos sobre a mulher”), e o despertar de uma consciência política mais atuante – delas, e minha, também.

Esse gradativo despertar político delas, reunidas em associações que depois se transformariam em sindicatos, me entusiasmava, enquanto, ao mesmo tempo, para a pesquisadora todo o processo de observação, informação, troca, ação, deveria valer também como dados, instrumentos de interpretação e produção de conhecimento.

Minha consciência de cidadã se regozijava com esse processo, a ponto de que precisei checar minha percepção, com a devida autocrítica: não estaria vendo uma linha reta demais no percurso delas? Não estaria generalizando a conquista política prematuramente? Precisava não esquecer que era ainda uma minoria que estava construindo aquela identidade de trabalhadoras, fazendo circular boletins, promovendo Encontros e lutando por direitos legais.

Um dia, em reunião da Associação, quando propus um novo projeto fui gentilmente desconvidada de participar das reuniões. Argumentaram – não sem razão e, talvez, aproveitando, mesmo, a oportunidade – que não se sentiam completamente à vontade de estar discutindo as suas questões profissionais na presença de alguém que, apesar das boas relações, era, socialmente, também, uma patroa...

Meu choque foi grande, porque estava, naquele tempo de acompanhamento da formação da Associação – que iria se transformar, não muito depois, em Sindicato – sentindo-me em relação a elas apenas na pele da pesquisadora/colaboradora em um processo político que me mobilizava positivamente, como denota muito do que escrevi na época (ver, por exemplo, artigos em 1988a e 1992). Reagi emocionalmente, com grande desânimo.

mo: guardei as entrevistas e o gordo diário de campo composto naquela fase, e nunca mais os consultei.

As relações se mantiveram cordiais, quando, mais individualmente, nos encontrávamos, ou encontramos, ainda, depois disso. O grupo seguiu sua trajetória e transformou-se em sindicato. Fui convidada para a solenidade de instalação e compareci.

O RESCALDO

Apesar da brusca interrupção e do choque afetivo final, só tenho a registrar como valiosos, esse longo acompanhamento e a experiência. Bastante conhecimento foi obtido e posto em circulação. Teoricamente, a complexidade e ambiguidade percebidas (e sentidas) nas relações empregados e patrões me deram margem, muito cedo, a uma análise de segmentos e grupos à base da articulação de gênero, classe, raça e idade/geração, como categorias relacionais e, ao mesmo tempo, dimensões determinantes na vida social. Análise que mais sistematicamente iniciei com o citado “A Relação Impossível” (1986b) e trouxe até os mais recentes estudos que realizo, em pesquisa agora já também longa, sobre o segmento idoso da sociedade (ver, por exemplo, 1996a e 1998a).

Foi particularmente fascinante acompanhar, ao longo dos anos em que se desenrolou a pesquisa sobre emprego doméstico, o desenvolver, nas trabalhadoras, de padrões identitários correspondentes àquelas dimensões, e certas fixações que se estabeleceram mais forte ou predominantemente. Um discurso inicial como trabalhadoras – isto é, como classe – construído ao longo de alguns anos de contato e influência de grupos sindicais, discurso “desgenerificado”, tanto que foram associações de empregad~~as~~ ou trabalhadores doméstic~~as~~ e se tornaram sindicatos de igual denominação, sem terem contado com a inscrição de homens. Pelo menos na Bahia.

Curiosamente, enquanto a dimensão de gênero foi, seguramente, o grande ponto de encontro político/feminista, mobilizador, para mim, da parte das trabalhadoras domésticas não encontrei qualquer consciência ou atitude política com tal referência. Mesmo com o crescimento da sua politização, muito tempo da pesquisa passado, não só não encontrei postulações ou referências às relações de gênero, como até um sensível distanciamento do movimento feminista, que sempre procurou se aproximar desses grupos profissionais, no Brasil e na América Latina, nem sempre com resultados positivos.

Entretanto, não me aproximei delas, nem iniciei a pesquisa, enquanto participante de um movimento, que eu até ainda não era, mas como socióloga em busca de conhecimento sobre uma “população” e uma “questão” então muito pouco estudadas. O meu próprio crescimento político se concretizou nesse percurso, talvez mais rápido, mas paralelo ao delas. E nessas duas diferentes trajetórias, que às vezes tangenciavam, outras não, o gênero realmente foi campo ora de encontros, ora de desencontros (BRITTO DA MOTTA, 2000), e certamente por isso mesmo a “despedida” foi tão brusca. Não havia, entre nós, confluência de interesses de classe e de raça – feministas foram, originalmente, brancas, de camadas médias, “patroas” – e as relações de gênero se cindiam, certamente, pelas polarizações implícitas nas outras duas categorias de relações.

As identidades que então forjavam eram a de trabalhadoras (classe) e a étnica/racial. Trabalhadoras em busca de direitos iguais aos dos outros trabalhadores (o que vêm conseguindo e que tem sido – ironicamente – também uma luta feminista). Na Bahia, um crescimento da identificação como negras, sempre objetos de atenção e contato do Movimento Negro, algumas das componentes da diretoria da Associação, à época da pesquisa, já tendo uma dupla militância.

Alguma surpresa pelas escolhas? Claro que não. A identificação preto & pobre, no Brasil, é histórica – um expressivo segmento negro de classe média é fenômeno recente. Alguma aproximação com o feminismo – por exemplo, via participação no Fórum de Mulheres, em Salvador – se dá agora, mas de uma maneira formal e distanciada. O próprio reconhecimento de que as militantes do sindicato são basicamente de um determinado grupo de idade – o das adultas plenas ou maduras – é também recente e nem sempre visto como positivo pelas mais jovens (CASTRO, 1992).

VIDA E PESQUISA: GERAÇÕES

Agora estou no meu segundo projeto/paixão, que se estende de 1994 até hoje. Renovada a curiosidade científica, detenho-me sobre o que sempre me intrigou: as idades, seu significado social, mudanças sutis ou radicais, suas mil articulações. Conjugado a esse, outro interesse de ordem teórico-estrutural: a velhice, uma situação bio/social – de que, em princípio, todos, em um dado momento da vida, irão participar – povoada de oprimidos e ainda hoje bombardeada pelo preconceito. Quero precisar o lugar social dos velhos, pelos quais desde a infância senti um interesse admirativo e afetivo. Entro no

estudo com a percepção da importância teórica, social e humana, crescente, da questão do envelhecimento numa sociedade longeva e capitalista, na qual vêm mudando muito tanto as formas de solidariedade como as de conflito entre as gerações. Quero perceber os enredos dessas relações.

Há, ainda, a conjunção de tudo isso com o fato de que estou envelhecendo. Neste sentido, há um outro aprendizado existencial a ser feito, e ao mesmo tempo, uma posição privilegiada de observação e possibilidades de *insight* na pesquisa. Admito, então, que há, mais uma vez, um interesse triplo da pesquisadora em campo: teórico, político e existencial. Novamente um conhecimento social e um processo de autoconhecimento, como diriam Pinto (1998) e Velho (1986), no que me exponho, embora não pondo nada de novo – creio que grande parte das pesquisas tem sua origem em articulações objetivo/subjetivas dessa natureza, ainda que seus autores relutem em admitir a possibilidade da “perda” da “objetividade” científica. Felizmente, outros pensam diferente. É o caso, por exemplo, de Gilberto Velho (1986, p.17) em toda a sua trajetória de pesquisador, que sintetiza a sua participação como “Sempre me vejo fazendo parte do universo social com que tenho lidado.” Ou “As preocupações, os temas cruciais são, em geral, comuns a entrevistados e entrevistadores.” (VELHO, 1986, p.17).

É também o exemplo, flagrante, de Attias-Donfut (1988, p.243):

Si chaque génération est circonscrite à un espace de pensée, les discours qu'elle produit sur elle-même en sont révélateurs et, à mon tour, dans ma tentative de comprendre ce qu'est une génération, je suis immergé dans la mienne [...] [E finalmente:] Mais parler de sa génération c'est aussi parler de soi [...]

São cinco projetos já desenvolvidos e o sexto em andamento. De novo, várias alternativas de situações; de novo observar e ouvir a quem pouco tem voz social; participando, com o retorno imediato para eles, em palestras e mesas redondas, do conhecimento adquirido na pesquisa; discernindo, no acompanhamento da trajetória dos atuais grupos de idosos, o início, ainda que incipiente, da formação de uma identidade coletiva de idosos, como população de mais idade vivendo problemas e, ao mesmo tempo, novas experiências, vencendo preconceitos e ficando mais alegre (BRITTO DA MOTTA, 1999a).

De novo há diferenças entre nós, como também há semelhanças e aproximações. A condição de geração é agora o carro-chefe da questão – teórica e existencial – mas esta não nos afasta, porque se constitui em situação a nós comum. A condição de gênero também aqui é fundamental, não apenas por assinalar a desproporção demográfica entre homens e mulheres nessa

faixa de idade, mas porque a trajetória de vida dos dois sexos desenvolveu-se de forma tão diferenciada (ver BRITTO DA MOTTA, 1996b), que marca também diferencialmente certas situações e sentimentos específicos que velhos e velhas vivem hoje. Além de que as idosas falam muito enquanto mulheres “chegando pra idade”, celebrando uma nova liberdade, enquanto os homens quase silenciam sobre a condição masculina na velhice. As desigualdades de classe e raça arrematam a heterogeneidade dessa “população”, mas não levam a afastamentos radicais. É que a particularidade do ser velho é tão forte, que recompõe, ou restitui, ao mesmo tempo, uma certa homogeneidade ao grupo populacional. A condição de experiência e anterioridade social, de definição também social de “inatividade” ou de não-pertencimento ao mundo do trabalho, entre outras, os une como segmento, no que Hazan (1994, p.73), expressivamente, captou: “Age becomes an embedded feature of every relationship and situation in which elderly people find themselves.”

Sucedem-se os achados e as surpresas. Logo no início – 1994 – encontro um significado novo para o tão estudado trabalho doméstico: não mais, simplesmente, veículo e expressão da subordinação histórica das mulheres, o doméstico como papel social obrigatório e não como trabalho – como discutíamos tanto nas décadas de 70 e 80. Fui encontrá-lo ressignificado pela idade/geração: entre as mulheres idosas, também como expressão e garantia de autonomização e até meio de auto-afirmação – o saber fazê-lo e estar saudável e forte para poder realizá-lo. Enquanto – em uma outra *nuance* de gênero – não terem o *know-how* doméstico constitui-se em uma desvantagem a mais para os homens na velhice.

Foi deslumbrante descobrir, entre estudo, observação e entrevistas, o quanto os idosos são mais alegres, mais saudáveis, mais dispostos a viver – diferentemente do que reza “o que todo mundo sabe” – se não são obstaculizados pela ignorância, má fé ou preconceito! Mesmo os muito velhos, (meu projeto mais recente) manifestam um surpreendente *fair-play* existencial, quando minimizam limitações e dores sofridas – tributos ao “tempo” e conseqüências repetidas da trajetória de vida sem a assistência social necessária – que se declaram bem e felizes, ainda que a coluna doa ou “trave”, as pernas estejam “fracas” ou a vista “cansada”.

“NO FOGO”, NOVAMENTE

Embora às vezes pense que vendo-os e ouvindo-os em suas experiências e possíveis atos de “sabedoria de vida” posso “aprender a ser ve-

lha”, sei muito bem que esta não foi a motivação forte. O que me guia nas escolhas é sempre um interesse, um *feeling* para o que é atual (em cada momento) e ao mesmo tempo ainda pouco desvendado (como foi o trabalho doméstico na década de 70, o gênero nos movimentos sociais urbanos na de 80 e a velhice na de 90). O que instiga a curiosidade e depois a paixão. E no caso atual: também o sempre ter gostado de velhos.

Enuncio todas essas razões mobilizadoras, tão minhas, e penso, interrogativamente, nas dos outros pesquisadores, que gostaria muito de ouvir. Evidente que existe sempre a questão do conhecimento necessário, do momento histórico vivido e, ante várias alternativas de temáticas, as escolhas. É um pouco o mistério da subjetividade de cada um, que também atua e acrescenta. E aí também me exponho e pergunto: Como me coloco agora, pesquisadora e pessoa, diante do “objeto” idoso e do processo de envelhecimento?

Caminho em círculos? Porque repenso, relembro: Como me coloquei, na pesquisa primeiro relatada, diante do “objeto” empregada doméstica? Era outra personagem na divisão social do trabalho e na condição racial, mas semelhante e empática quanto à condição de gênero. Que relações resultaram disso, no caleidoscópio das identidades na pesquisa? Ambivalências, tempos de aproximação e tempos de afastamento. O resultado, já enunciei aqui em momento anterior: “as relações de gênero se cindiram... pelas polarizações implícitas nas outras duas categorias de relações”, classe e raça. O que se afirma ainda com mais força pelo fato de que, na dinâmica entre as categorias identitárias, naquele momento, a condição de gênero era a menos forte para elas, ou a politicamente trabalhada em outra direção, em entrelace muito direto e subsidiário à de classe. Já em 1985, pontuava Castro:

La identificación de la patrona como categoría separada, diferente e incluso antagónica, es un punto central em la literatura producida por sindicatos y asociaciones del servicio doméstico em América Latina [...] Lá énfasis es por la toma de conciencia de clase por parte de la empleada doméstica [...]

Retorno ao atual: E agora, como me coloco diante deste mais recente objeto de pesquisa, heterogêneo em sua constituição como categoria social, ao mesmo tempo homogeneizado pela pressionante condição de *outro* social corporificado, de velho? (BEAUVOIR, 1970; DEBERT, 1988).

Não se trata mais de uma categoria ocupacional, porém de segmento mais amplo, caracterizado segundo a idade/geração – o ponto básico por onde se homogeneiza. Por isso, classe, raça e gênero ficam analiticamente contidos nele (segmento populacional), mas é o tempo – tempo “na-

tural”, tempo também social – expresso segundo as idades/gerações que o define e que, de certo modo, o sobredetermina. Ora, diante desse tempo, e a idade/geração, eu sou semelhante a eles, estou neles, ou entre eles.

Ao mesmo tempo há entre os idosos uma visibilização grande da dimensão de gênero, no que se refere às mulheres – porque estas são maioria demográfica e nas atividades coletivas, públicas, o que denota uma mudança do comportamento tradicional, no sentido de saída do âmbito meramente doméstico e das relações apenas de família (JELIN, 1994; BRITTO DA MOTTA, 1998b). Os homens estão menos gregários, menos felizes, encontrados apenas no movimento de aposentados e nos mornos grupos de conversa nas praças públicas (BRITTO DA MOTTA, 1998a; 1999a).

Poderia estar mais plenamente nessas relações pesquisadora/pessoa x pesquisados/pessoas exatamente porque conjugo, desta vez, em maior parte, duas posições identitárias do objeto da pesquisa: a geracional, enquanto idade, e a de gênero, enquanto mulher. (A questão de classe, como venho analisando, é menos definidora de situação, aqui. A problemática da velhice é, com poucas variações, comum a todos). Mas não me sinto tão próxima, como geração. Estou empenhadíssima no tema, militante, até, porém sinto que *estou com* ele, *mas não sou* parte significativa *dele*.

Por que? Serei idosa atípica (corpo leve, cabeça “aberta”) diante da pesada imagem tradicional da velhice? Ou quase sisuda diante das alegres senhoras dos grupos de “terceira idade”? Porque fui um pouco vanguarda, e continuo, inquieta, fuçando o novo?

Sinto diferenças no âmbito daquilo que mais nos poderia unir, a própria geração. Falo: “eu, idosa” e também “eles, os idosos”, mas não penso/falo em “nós, os...” Sinto-me aqui, a pesquisadora, firme diante de uma questão social importante, que demanda urgente esclarecimento e atuação política. Também diante de uma questão teórica que estou a analisar: que “geração” é essa que se estende agora por mais de quarenta anos? (BRITTO DA MOTTA, 2001).

Os aprendizados continuam. Talvez, enfim, quando, alcançado o campo da plena consciência e luta política geracionais, vamos nos encontrar.

REFERÊNCIAS

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Sociologie des générations*. Paris: Nathan, 1988.
- BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1990. Edição original de 1970.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Droz, 1972.

BRITTO DA MOTTA, Alda. *Visão de mundo da empregada doméstica*. 1977. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1977.

_____. *Emprego doméstico no capitalismo* – o caso de Salvador. Trabalho apresentado ao 5º. Encontro Anual da ANPOCS, Friburgo, 1981.

_____. *Emprego doméstico masculino*. Trabalho apresentado ao 8º. Encontro Anual da ANPOCS, 1984.

_____; MACHADO NETO, Zahidé. *Tempo de trabalho de mulheres proletárias em Salvador*. Trabalho apresentado ao 6º. Encontro Anual da ANPOCS. Friburgo, 1982. Publicado em *Ciência e Cultura*, v. 37, n. 9, 1985a.

_____. *Emprego doméstico em Salvador*. Salvador, 1985b. Relatório geral de pesquisa apoiada pelo CNPq.

_____. *Política e desigualdade na visão da empregada doméstica*. Trabalho apresentado ao 10º. Encontro Anual da ANPOCS, 1986a.

_____. A relação impossível. In: HARDMAN, Francisco Foot et al. *Relações de poder: mudanças e permanências*. Fortaleza: UFCE, 1986b.

_____. *Associations of domestic servants: the case of Bahia, Brasil*. Trabalho apresentado ao Third International Interdisciplinary Congress on Women, Trinity College, Dublin, 1987.

_____. *Serviço doméstico organizado*. Trabalho apresentado ao Seminário realizado no Centro de Recursos Humanos da UFBA. Salvador, ago. 1988a.

_____. Trabalho doméstico: o que há de novo. In: Vários autores. *Nordeste: o que há de novo?* Natal: Mestrado em Ciências Sociais/UFRN, 1988b.

_____. Relações de gênero e trabalho doméstico: homens na área de Serviço. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS NO NORDESTE, 5., Recife, maio 1991. *Anais..* Recife, 1991.

_____. Trabalho doméstico: revendo o novo. *Caderno CRH*, Salvador, n.16, mai. 1992.

_____. Familiarizando(-se com) o público e politizando o privado. In: XIMENES, Tereza (Org.). *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém: UFPa, 1993.

- _____. *Trajetórias sociais de gênero e representações sobre velhice no Brasil*. Trabalho apresentado ao Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, set. 1996a.
- _____. Il servizio domestico retribuito: lotte politiche e riconoscimento legale dei diritti delle lavoratrici domestiche in Brasile. In: DALLA COSTA, Mariarosa; DALLA COSTA, Giovanna F. (Org.). *Donne, sviluppo e lavoro di riproduzione* (questioni delle lotte e dei movimenti). Milano, Italia: FrancoAngeli, 1996b.
- _____. Chegando pra Idade. Trabalho apresentado à 19ª. Reunião Brasileira de Antropologia, 1994, Niterói. Publicado em LINS DE BARROS, Myriam M. (Org.). *Velhice ou Terceira Idade?* (Estudos Antropológicos sobre identidade, memória e política). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998a.
- _____. Gênero, família e fases do ciclo de vida. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, p. 13-20, jul./dez. 1998b.
- _____. La dimension du genre dans l'analyse du vieillissement : le cas du Brésil. *Cahiers du Genre*, Temporalités du Social et Sexuation, Paris, l'Harmattan, v. 1, n. 24, 1999a.
- _____. *Não tá morto quem pelega*. (A pedagogia inesperada nos grupos de idosos). 1999. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1999b.
- _____. *Gênero, campo de encontros e desencontros*. Trabalho apresentado a 22ª. Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília, DF, jul. 2000.
- _____. *De sessentões a centenários* – que geração é essa? Trabalho apresentado ao 10º. Congresso Brasileiro de Sociologia, Fortaleza, set. 2001.
- CASTRO, Mary Garcia. Que se compra e se vende em el servicio doméstico? El caso de Bogotá, Colombia. *Areito*, Circulo de Cultura Cubana, jun./jul. 1985.
- _____. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n.0, 1992.
- DEBERT, Guita Grin. Envelhecimento e representação da velhice. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, n. 44, v. 8, jul. 1988.
- GEERTZ, Clifford. *Local knowledge*. New York: Basic Books Inc., 1983.

- HAMILTON, Roberta; BARRETT, Michèle (Org.). *The politics of diversity: feminism, marxism and nationalism*. London: Verso, 1986.
- HAZAN, Hahim. *Old age: constructions and deconstructions*. Cambridge: University Press, 1994.
- JELIN, Elizabeth. Las familias em América Latina. *Isis Internacional*, Santiago, Siglo XXI, 1994.
- MARÍAS, Julian. El método histórico de las generaciones. *Revista de Occidente*, Madrid, 1949.
- PINTO, Louis. Experiência vivida e exigência científica de objetividade. In: CHAMPAGNE, P.; LENOIR, Remi; MERLLIÉ, Dominique; PINTO, Louis. *Iniciação à prática sociológica*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- REDFIELD, Robert. *The little community*. Chicago: The University of Chicago Press, 1955.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SARDENBERG, Cecília M.B. *Gênero e a etnografia da etnografia: a antropóloga em campo*. Trabalho apresentado ao 7º. Congresso da sociedade Brasileira de Sociologia. Brasília, 7-10 ago. 1997a. GT – “As Ciências Sociais e as Relações/Enfoques de Gênero”.
- _____. *In the backyard of the factory: gender, class, power, and community in Bahia, Brazil*. Phd dissertation, Boston University. Ann Arbor, Michigan: UMI Dissertation Services, 1997b.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e sociedade* (Uma experiência de geração). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

O GÊNERO DE UMA GERAÇÃO: IDENTIFICAÇÕES COM O FEMINISMO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Joana Maria Pedro

Os anos de 1964 a 1985 têm sido pensados como momentos de grande efervescência política. São dessa época: a guerra fria, a corrida espacial, a corrida armamentista; mas também os movimentos pelos direitos civis, a grande movimentação feminista, a revolta estudantil e a chamada revolução sexual. E, no Brasil, o período da ditadura militar. Toda uma geração, nascida nos anos 40 e 50 do século XX, viveu este momento das mais diversas maneiras. Assim, enquanto em alguns países da Europa e nos Estados Unidos uma torrente de manifestações encheu as ruas de inúmeras cidades, envolvendo inúmeras mulheres e alguns homens em lutas pelo direito ao uso de contraceptivos, pelo direito ao aborto, etc., na América Latina em geral, e no Brasil em particular, toda uma geração conviveu com vários governos ditatoriais, que impediram manifestações, instalaram vigiâncias e terrorismo de Estado.

Este texto está centrado na maneira como várias pessoas daquela geração, apesar de toda a vigilância, passaram, neste período, a se identificar com o feminismo, ou seja, como narram sua constituição como feministas, e sua participação na divulgação destas idéias¹. Ao buscar a narrativa que as

¹ Trata-se de uma pesquisa financiada com bolsa de produtividade e de iniciação científica pelo CNPq, intitulada Revolução do Gênero: Apropriações e Identificações com o Feminismo (1964-1985). Agradeço a colaboração de Roselane Neckel, professora que participa da pesquisa, e aos bolsistas: Joana Borges, Maise C. Zucco, Maria Cristina Athayde, Soraia de Mello, Veridiana Bertelli de Oliveira, Juliano M. Silveira e Gabriel Jacomel. Agradeço ainda a Aimberê Araken Machado, pela leitura e revisão da redação.

pessoas fazem sobre este tempo (anos de 1964 a 1985), dizendo quando e como se tornaram feministas, observo as influências, os textos que leram, o que viam, o que discutiam. Enfim, o que faziam, e onde estavam, nas relações sociais que se estabeleceram durante o período da ditadura militar no Brasil.

É possível afirmar, a partir dos testemunhos orais que obtivemos², que toda uma geração nascida nos anos de 1940 e de 1950, e que viveu o momento da ditadura como jovem ou já adulta, teve – apesar de toda a censura e vigilância tanto da direita quanto da esquerda – a oportunidade de constituir o feminismo como campo de luta no interior da esquerda, no Brasil. A narrativa que fazem, nos dias atuais, ganha legitimidade, na medida em que é, justamente, a geração que lutou contra a ditadura que se encontra, atualmente, no poder. Evidentemente, sou eu, como historiadora, que estou classificando estes homens e mulheres como pertencentes a uma determinada geração (SIRINELLI, 1998), mas estou também seguindo toda uma discussão que define o que seja uma geração.

Estou entendendo como geração um grupo de pessoas que, tendo nascido num mesmo período, pertencentes, pois, a uma mesma faixa etária, viveram os mesmos acontecimentos, as mesmas transformações históricas. No caso desta pesquisa, trata-se de pessoas que, tendo nascido entre 1940 e 1959, viveram o início do período da ditadura militar e/ou o seu final como jovens e como adultos, ou seja, em idade reprodutiva (BRITTO DA MOTTA, 2000). Obviamente, não estou considerando que todas as pessoas que nasceram neste período delimitado viveram da mesma maneira os acontecimentos históricos que estou focalizando. O lugar onde moravam, a classe a que pertenciam, o gênero, a raça/etnia definiram percursos diferentes e, enfim, as múltiplas formas de viver. Assim, para além do biológico que definiria uma faixa etária, e que poderia constituir uma identidade, estou levando em conta a pluralidade de identificações que impede qualquer tentativa de homogeneização. De qualquer maneira, as pessoas focalizadas pela pesquisa viveram a possibilidade de se engajar em movimentos sociais que lutaram contra a ditadura militar no Brasil, e, ao mesmo tempo, se identificaram com o feminismo.

Convém lembrar que, além das dificuldades da ditadura militar, havia também, no período analisado em que viveu a geração que estou

² Até o momento, foi possível fazer – embora não esteja concluído – um grande levantamento de livros, revistas e jornais que divulgaram o feminismo no período. Além disso, foi programada a realização de 40 entrevistas orais com pessoas que possuem entre 50 e 69 anos, assim divididos: 30 mulheres e 10 homens. Já realizamos 16 entrevistas com mulheres e 4 com homens, que, no período de 1964 a 1985, narram como passaram a se identificar com o feminismo.

focalizando, a desqualificação que o termo “feminista” carregava. Esta palavra “feminismo” esteve, por muito tempo – e talvez até os dias de hoje –, cercada de conotações desqualificantes. Christine Bard, na França, e Rachel Soihet, no Brasil, escreveram trabalhos muito importantes sobre o antifeminismo, mostrando os preconceitos, as ironias, as formas desqualificantes como eram pensadas as mulheres e os homens que eram consideradas(os) feministas (BARD, 1999). Todas associadas à masculinização. Também para os homens, identificar-se com o feminismo não é considerado algo que os qualifique. São, neste caso, associados à feminização.

A historiografia que trata do movimento feminista, no Brasil, situa várias gerações de feminismos. Uma primeira geração, no século XIX, esteve envolvida com as primeiras reivindicações pela educação e pelo direito ao voto. As mulheres queriam que o direito de voto feminino fosse inscrito na Constituição Republicana de 1891. Uma segunda geração, nos anos de 1920 e início dos anos 30, viveu um outro momento. Tratou-se da luta sufragista, que culminou com a lei que concedeu o voto às mulheres, durante o governo de Getúlio Vargas, em 1932³. Por fim, uma terceira geração feminista, que poderíamos situar no Brasil, especialmente a partir de 1975, quando começam a circular os primeiros jornais feministas e a organização de encontros; estes, apoiados pela instituição do Ano Internacional da Mulher, pela ONU, em 1975. Assim, enquanto, em outros países – nos quais a cidadania era respeitada –, o movimento começara já nos anos 60, no Brasil, o ano de 1975 marcou o aparecimento tímido do movimento, protegido pela ONU e pela Igreja Católica. Enfim, o que era possível para uma geração que vivia sob a ditadura (GOLDBERG, 1987).

Podemos considerar que, no Brasil, são mulheres desta geração: Rose Marie Muraro, Carmen da Silva, Marta Suplicy, Marina Colasanti, Heleieth Saffioti, Maria Odila Leite da Silva Dias, Danda Prado, Branca Moreira Alves, Jacqueline Pitanguy, Heloneida Studart, Sílvia Pimentel, Maria Amélia Almeida Teles, Eleonora Menicucci de Oliveira, Mirian Goldenberg, Zuleika D’Alamberd, Moema Toscano, Fanny Tabak, Maria do Espírito Santo Tavares Santos, Hildete Pereira de Melo, Lúcia Arruda e muitas outras que tiveram um papel muito importante desde meados dos anos 70, organizando livros, atuando em universidades, divulgando idéias feministas, apresentando programas de rádio e televisão, nos quais estes temas eram tratados, escrevendo em revistas, participando da política partidária-

³ Ver Alves (1980). Ver também Hahner (2003).

ria⁴. Algumas delas escreveram livros narrando seu percurso, e a forma como se tornaram feministas. Algumas pessoas, informalmente, têm me falado da influência em suas vidas da leitura que fizeram dos artigos que Carmem da Silva escrevia na sua coluna da revista *Cláudia*, desde o início dos anos 60.

Neste texto, estou focalizando pessoas que estão na faixa etária de 50 a 69 anos, vindas do campo da esquerda, que se identificam como feministas, e que atuaram ou estão atuando em: organizações sociais; instituições acadêmicas; instituições políticas; meios de comunicação; produção cultural. Nas entrevistas, tenho observado as interferências de classe, gênero e geração na relação entre entrevistador(a) e entrevistado(a).

“[...] eu já era muito preocupada com essa questão da submissão da mulher. Eu diria que desde sempre, desde que eu comecei a ler, que eu comecei a estudar, [...] eu era meio inconformada, tanto é que juvenzinha, na minha cidade ainda, [...] tinha os rapazes com quem eu namorava que queriam casar, me ofereciam aquelas alianças de compromisso e eu não queria porque eu queria estudar, eu queria ser independente, eu queria [...]”⁵

“[...] foi 1971, é... eu tinha ido pros Estados Unidos acompanhando meu então marido, ele ia fazer o doutorado e eu estava acompanhando, como esposa. E lá, foi nos esperar no aeroporto a Marisa Corrêa, que estava também como esposa do Plínio, na mesma cidade [...] E ela já estava lá, sabia como era [estar] nessa posição de esposa, e ela foi muito solidária [...] logo me apresentou, porque ela já era uma feminista [...] me apresentou ao movimento. Então foi em 1971. Aquilo tudo que eu já sentia antes [...] é claro que eu tinha uma posição crítica com as relações entre homens e mulheres [...] [Em minha casa] meu pai saía pra trabalhar mamãe ficava cuidando. Isso tudo era crítico. Eu era muito crítica disso, mas não tinha um nome [para isso]. Ele teve um nome: feminismo. Realmente dentro do movimento feminista nos Estados Unidos.”⁶

Estes dois depoimentos, embora diferentes, discorrem sobre uma mesma trajetória: a maneira como mulheres nascidas nos anos quarenta e

⁴ Algumas, como Carmen da Silva, Rose Marie Muraro e Heleith Saffioti, já publicavam matérias sobre o tema antes dos anos 70.

⁵ Entrevista com Maria Risolette Fernandes, realizada no dia 28 de novembro de 2003, por Joana Maria Pedro, em Florianópolis (por ocasião do Encontro Internacional de Revistas Feministas).

⁶ Entrevista com Sandra Maria Azeredo, realizada no dia 28 de novembro de 2003, por Joana Maria Pedro, em Florianópolis (por ocasião do Encontro Internacional de Revistas Feministas).

cinquenta tornaram-se feministas, em pleno período da ditadura militar no Brasil. No primeiro relato, quero destacar algo que também está no segundo: o recurso à antiguidade da identificação. Risolete, principalmente, mas também Sandra, reportam-se à infância para explicar por que se tornaram, quando adultas, militantes do feminismo. Convém, antes de mais nada, questionar estes depoimentos não como falsos, mas como resultados de construção de identidades, de relação com a entrevistada e, ainda, com o momento e lugar da entrevista.

Outras pesquisas têm observado, também, este recurso à longevidade da identificação. Josilene da Silva (2004), por exemplo, percebe como as pastoras luteranas, ao explicar seu engajamento na religião, reportam-se a uma “vocação” que teria surgido já na infância. Janine Petersen, em sua pesquisa sobre o feminismo em Santa Catarina⁷, também observou que várias mulheres entrevistadas dizem que já eram feministas desde criança, embora não se auto-identificassem como tal, na época.

“Então desde menina, nove, dez anos, eu comecei a observar o quanto aquela sociedade era conservadora, tradicional e machista. As mulheres tinham atividades muito limitadas, eram essencialmente donas-de-casa, e até quando surgia alguma mulher que fosse “estranha no ninho”, com padrões de comportamento um pouco diferente, as próprias mulheres as hostilizavam. Tudo isso me incomodava muito, desde cedo.”⁸

“Olha, eu acho que a minha vida inteira eu já era feminista, só não sabia que o nome era esse...”⁹

Na narrativa das entrevistadas, a identificação não aparece apenas como um acontecimento datado; a solidez desta identificação vem assegurada pelo recurso da longevidade. Ou seja, não basta dizer que se tornou feminista a partir de um determinado fato, aponta, ainda, as raízes na infância, tornando esta o começo de todas as explicações.

Este tipo de depoimento é constatado, também, na fala de homens que se identificam com o feminismo. Estes não sabem dizer quando se tornaram feministas, e atribuem a alguma característica particular de sua personalidade: “Eu sempre fui o advogado do diabo” dizia-nos um dos entrevistados, tentando justificar o porquê de ter se tornado feminista¹⁰.

⁷ Esta pesquisa, intitulada *Entre Silêncios e Resistências: Movimento Feminista em Santa Catarina 1970-1980*, foi iniciada em março de 2002 e ainda não foi concluída.

⁸ Entrevista com Neusa Dias, realizada por Janine Petersen em 21/05/2003, em Florianópolis.

⁹ Entrevista com Vera Fermiano, realizada por Janine Petersen em 22/05/2003, em Florianópolis.

¹⁰ Entrevista com Carlos Eduardo Pinheiro (Maninho), em 3/08/2004, realizada por Joana Maria Pedro.

A identificação, neste texto, está sendo entendida como um processo de “tornar-se”, ou seja, uma construção, um processo nunca completado; dessa forma, a identificação é “condicional” (HALL, 2000). O fato de se identificar e, de algum modo, divulgar os pressupostos do feminismo, são as condições principais que considero para envolver uma pessoa nesta pesquisa. Penso que, assim, estarei identificando as relações, os grupos, as influências, enfim, as redes em que estavam inseridas.

Toda esta discussão sobre identificação com o feminismo está sendo feita com inspiração nas discussões de Félix Guattari e Suely Rolnik (1996, p.31), que pensam a subjetividade como “[...] essencialmente fabricada e modelada no registro do social.” Ainda de acordo com estes autores, a “[...] subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares.” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p.33). Para a pesquisa, interessa perceber como, na maquinaria de produção de subjetividade, promovida pela ditadura militar, os indivíduos constituíram-se como singulares, formando “subjetividades subversivas”; e, no interior deste grupo de pessoas, como algumas se identificaram com o feminismo, aqui também pensado como pertencente a processos de produção subjetiva. Por sua vez, cada uma destas pessoas constituiu uma criação: apropriou-se dos componentes da subjetividade, produzindo singularidades.

Na construção das trajetórias individuais, certamente, múltiplas relações e identificações comuns atuaram; uma delas é a de pertencer a uma geração, de atuar no campo da esquerda e de ter lutado contra a ditadura. Este é um depoimento recorrente nas entrevistas.

Convém lembrar, aqui, o que já foi constatado em outras pesquisas (MORAES, 1997): que o feminismo brasileiro do período pós-setenta surge e se organiza no campo da esquerda. É então comum o relato de pessoas que, ao mesmo tempo, lutaram contra a ditadura e participaram do movimento feminista no Brasil. Não foram poucas as mulheres que passaram a se identificar com o feminismo, após engajamento em movimentos pela anistia. Assim, por exemplo, embora não se possa considerar Tereza Zerbini uma feminista, o Movimento Feminino pela Anistia, encabeçado por ela, aparece em vários depoimentos como sendo o deflagrador do engajamento de algumas mulheres na luta contra a ditadura e, depois, pelo feminismo. É o exemplo do depoimento abaixo.

“Bem, eu nesse período me identifiquei com o feminismo é... eu tinha concluído a graduação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1973, em 74 eu fui fazer mestrado em Brasília e já

tinha um pequeno grupo de estudantes que não tratavam do feminismo, mas que tratavam da questão política vinculada à questão da anistia e aí eu me envolvi com esse grupo e éramos um grupo basicamente de mulheres, não é? Tinham alguns homens, mas a maioria eram mulheres e... começamos a trabalhar mais a questão política da anistia, da situação política do Brasil, na época que era em pleno momento da ditadura [...]”¹¹.

“No movimento feminino pela anistia de alguma maneira, eu, nas conversas com as companheiras, a gente começou a fazer uma reflexão sobre esta coisa do feminismo. Era a Teresinha Zerbini, se não me engano. E a gente fazia muita crítica. Esta coisa de por que feminino? Por que feminino, feminista? E aí começou também uma reflexão sobre esta idéia do feminino.”¹²

Ao narrar, hoje, suas trajetórias, as pessoas entrevistadas apontam histórias comuns e, ao mesmo tempo, percursos individuais, muito próprios. Para quem faz a entrevista, fica sempre a dúvida se muito do que unifica a narrativa não estaria sendo estimulado por quem entrevista – os objetivos definidos antes de iniciar a entrevista e o ambiente onde são feitas; no caso de algumas delas, por ocasião de um evento feminista.

Na narrativa das trajetórias, o elo com as lutas contra a ditadura militar e a vinculação com a esquerda estão muito presentes. Aqui se observa um contexto histórico marcado, vivido; mas também lido, estudado, refletido na academia, e que, certamente, vem incluído, muitas vezes, na entrevista, configurando aquilo que já foi constatado por outros pesquisadores: a memória coletiva¹³ de uma geração vem permeada pelo que os textos historiográficos relatam.

Mas não é, também, qualquer historiografia; é aquela legitimada pelo momento, pelas forças políticas que atuam. Neste caso, o momento em que estas entrevistas estão sendo realizadas é, justamente, o que dá legitimidade às memórias da resistência à ditadura militar. As entrevistadas e os entrevistados fazem referências a esta resistência, não somente porque dela participaram, mas, também, porque neste momento é legítimo referir-se a

¹¹Entrevista com Lourdes Bandeira, realizada no dia 28 de novembro de 2003, por Joana Maria Pedro, em Florianópolis (por ocasião do Encontro Internacional de Revistas Feministas).

¹²Entrevista com Maria Regina Lisboa, realizada em 8/08/2003, em Florianópolis, por Janine Petersen.

¹³As discussões sobre a “memória coletiva”, realizadas por Maurice Halbwachs em 1950, têm sido alvo de inúmeros estudos, mostrando as tensões entre esta noção e a de memória individual. Ver, a este respeito, Halbwachs (1990). Ainda, Le Goff (1992).

elas e entrelaçar suas trajetórias de vida a estas memórias e histórias. Isto porque, como já dissemos, esta geração de esquerda ocupa neste momento os cargos de direção do país.

“Foi em 1975. Na época em que a Anistia estava em voga, os presos políticos, os comunistas sendo pegos em todo o país. São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, em vários pontos do país ocorriam as prisões por ideais. E nessa época eu fazia Ciências Sociais na Universidade e eu tinha meu ex-marido que foi um dos que foram presos também, se chamava Marcos Cardoso Filho. Então todo o pessoal que foi preso em 75 era conhecido.”¹⁴

As mulheres e homens brasileiros, que, no início dos anos 1960, poderiam se considerar feministas, entre os quais alguns e algumas que participavam de movimentos sociais, tiveram seu percurso impedido pela ditadura militar instalada em 1964 e, principalmente, com o acirramento da vigilância e terrorismo de Estado a partir de dezembro de 1968 (com o AI-5). Convém destacar que muitos destes grupos foram identificados pelas forças que estavam organizando a ditadura, como possíveis “comunistas”.

Escrevendo sobre o período que antecede a ditadura militar, Rodrigo Patto Sá Motta (2002) diz que, para os grupos anticomunistas no Brasil, os comunistas investiam contra a família, pretendiam “libertar a mulher”, “estimulando-a a buscar igualar-se ao homem”, questionavam o poder paterno dentro da família. Ele nos lembra que o fato de a Revolução Russa de 1917 ter, inicialmente, criado leis liberalizantes para as mulheres, conferia verossimilhança ao que denunciavam, ou seja, a relação entre feminismo e comunismo e, principalmente, o “comportamento indecente dos revolucionários brasileiros”. Neste caso, vemos uma identificação, pelos grupos anticomunistas, entre feministas e comunistas.

Fernando Gabeira (1982, p.95), em *O Crepúsculo do Macho*, afirma: “[...] a direita brasileira sempre afirmava que as mulheres de esquerda tomavam anticoncepcionais.” Por outro lado, o livro *Espelho de Vênus*, coordenado pelo Grupo Ceres (1981, p.324), relata como muitos líderes estudantis, dos movimentos de esquerda, se colocavam como os “[...] ‘defloradores oficiais’ das jovens militantes políticas.”

A identificação do feminismo com o comunismo, o controle das manifestações populares e a forte censura, que perseguiam as influências intelectuais que oferecessem perigo à ordem do Estado, entretanto, não

¹⁴ Entrevista com Marise Maravalhas, realizada por Janine Petersen, em 10/08/2003, em Florianópolis.

impediram que o mercado editorial trouxesse para o Brasil as obras de referência do feminismo, que estavam sendo publicadas nos Estados Unidos e na Europa. Era o caso de obras como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicada na França em 1949, e traduzida e publicada no Brasil em 1962, a qual, portanto, já circulava antes da instalação da Ditadura Militar¹⁵; *A Mística Feminina*, da norte-americana Betty Friedan, publicada nos Estados Unidos em 1963, tendo sua tradução publicada no Brasil em 1971; *A Mulher Eunuca*, de Germaine Greer, publicada na Inglaterra em 1970, traduzida e publicada no Brasil em 1975.

Na narrativa das entrevistadas, alguns destes livros e autoras são citados, entretanto nem sempre identificados como aqueles que promoveram alguma mudança individual. O que se observa é que – diferentemente do que se poderia esperar – os livros não tiveram grande impacto na identificação das brasileiras com o feminismo. As que narram alguma influência referem-se a livros que não têm sido considerados, pela tradição feminista, como os mais importantes.

Este é o caso do livro de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo*. Embora apareça na narrativa das entrevistadas, não é identificado como instrumento transformador e construtor de identificação com o feminismo. Mais importante, para algumas delas, parece ter sido o livro *Memórias de uma Moça bem Comportada*. Este livro aparece como importante na memória de Lourdes e de Sandra. Quanto a *O Segundo Sexo*, embora apareça nas narrativas de Risolet e de Suely, não é pensado como tendo causado, inicialmente, um grande impacto. É possível que a maneira como este livro foi construído, num diálogo com o existencialismo, tenha dificultado a leitura para muitas pessoas. É o que relatam as entrevistadas. Muitas informam que a leitura de Beauvoir era, para elas, muito complexa para ter qualquer impacto.

Suely¹⁶, em sua narrativa, conta que leu *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, no início dos anos 60; ela diz que foi em 1961, mas argumenta que o livro não teve qualquer impacto em sua identificação com o feminismo. Diz que foi “um contato” mais “cerebral”. Hoje, olhando para o livro – que ela ainda tem guardado –, nota que está todo grifado e que, portanto,

¹⁵ Esta informação me foi prestada por Suely Gomes Costa, professora da UFF. Esta professora afirma que tomou contato com a obra de Simone de Beauvoir, em português, em 1962, por conselho de um professor, formado em Psiquiatria, que dava aulas na Faculdade de Serviço Social, chamado Álvaro Acioly.

¹⁶ Entrevista com Suely Gomes Costa, realizada em 17 de fevereiro de 2004, em Florianópolis, por Joana Maria Pedro (por ocasião da vinda de Suely a Florianópolis para participar de banca de doutorado em História).

ele “a fez pensar”. Mas, diz ela, “eu não tenho guardado nenhum registro das indagações que eu estava fazendo, no momento que eu estava lendo”.

Uma outra entrevistada afirmou:

“O livro da Simone de Beauvoir era intelectual demais, frio demais. Inclusive quando ela falava que era uma perda para a mulher ter filhos, eu não era mãe na época, mas aquilo me impressionou muito. Não gostei.”¹⁷

Ao tentar saber a respeito das leituras que as pessoas fizeram, é possível que – de forma inconsciente – algumas exagerem na relação destas ou, então, citem apenas as autoras consideradas clássicas. Alcir Pécora (2001), embora não se refira à entrevista oral, e sim à autobiografia, lembra que é comum que as pessoas, ao nomearem as leituras realizadas, tendam a mencionar aquelas que considerem pertencer a uma cultura superior (no caso em estudo, os livros feministas publicados no exterior). Diante disto, tenho olhado com cuidado os relatos e, principalmente, entendendo estes depoimentos como possíveis tentativas de autenticação de acesso a uma cultura superior, por parte da pessoa entrevistada. Entretanto, nas entrevistas realizadas até o momento, não pude constatar uma grande vontade de “exibição” das leituras “corretas”.

Observar o que um(a) leitor(a) nos diz de suas leituras, permite-nos perceber, não somente o que foi lido, mas qual o sentido dado ao texto, mesmo que estas declarações sejam suspeitas, pois, certamente, a resposta será direcionada para declarar aquilo que se considera que mereça ser nomeado. Mesmo assim, estou entendendo que há uma grande criatividade nas leituras. Assim, não estou considerando os livros do feminismo como os “verdadeiros” responsáveis pela mudança cultural nas relações de gênero que ocorreu no Brasil, apesar da ditadura militar. Estou considerando, como Bourdieu e Chartier (2001, p.244), “[...] a leitura como um espaço próprio de apropriação, jamais redutível ao que é lido.”

Nas narrativas das entrevistadas, a identificação com o feminismo é atribuída muito mais a relações com pessoas e acontecimentos do que ao impacto de leituras feministas. Assim, Sandra se refere a Marisa Corrêa, que estava nos Estados Unidos, e a introduziu em grupos de conscientização; Lourdes refere-se a Eleonora Menecucci de Oliveira, e Suely refere-se a Maria do Espírito Santo. Ou seja, para além das leituras, parece que contaram muito

¹⁷ Entrevista com Maria Ignez Paulilo, realizada em 18/08/2003, em Florianópolis, por Janine Petersen.

mais as relações pessoais. Estas é que são apontadas como importantes, na constituição da identificação.

Também os homens referem-se a influências de pessoas. Carlos Eduardo Pinheiro refere-se ao avô e às colegas militantes do movimento estudantil. Armando refere-se à companheira Maria do Espírito Santo, a “Santinha”. Entretanto, aqui é possível observar uma diferença de gênero na citação de leituras: enquanto as depoentes falam que leram livros clássicos do feminismo, mesmo não os relacionando com suas identificações, entre os homens esta declaração de leitura, nas entrevistas, é mais rara, principalmente entre os que se consideram heterossexuais. Eles são enfáticos em negar qualquer leitura feminista. Talvez por medo de serem confundidos com homossexuais. Este medo está na narrativa de Armando:

“[...] a questão de você ser um homem, nesse ambiente, um [...] enorme de problema, entendeu, você tinha que afirmar que não era ‘veado’. E às vezes eu tinha que afirmar de forma bastante rigorosa.”¹⁸

O gênero parece estar influenciando neste cuidado de negar leituras; assim, a aproximação com o movimento é sempre mais frágil, especialmente para os que se colocam como heterossexuais.¹⁹ Mesmo assim, encontramos alguns que enumeraram estas obras, embora não entre nossos depoentes. Um exemplo é o cantor Caetano Veloso, que disse, em cadeia nacional, em entrevista a Marília Gabriela no canal GNT, ter lido Simone de Beauvoir e se identificado com o feminismo, naquele período.

Um outro homem que fez este tipo de afirmação, porém em texto escrito, foi Fritjof Capra (1988), num trabalho intitulado *Sabedoria Incomum*, no qual afirma a influência, em seu pensamento, das obras de feministas como Germaine Greer, Carolyn Merchant, Adrienne Rich e Charlene Spretnak. Declara sua identificação com o feminismo, ao dizer: “Eu havia adotado a perspectiva feminista e, nos anos subseqüentes, isso teria um impacto poderosíssimo em minhas explorações do novo paradigma e em minha evolução pessoal.” (CAPRA, 1988, p.181).

Entre as mulheres, esta enumeração, em texto escrito, de obras feministas, é abundante. Num livro publicado em 1984, Marta Suplicy (1985) indaga-se por que uma mulher torna-se feminista, e cita várias obras ligadas

¹⁸ Entrevista com Armando Ribeiro, realizada em 4/05/2004, por Marcos Montysuma, no Rio de Janeiro (transcrita por Juliano Malinverni da Silveira).

¹⁹ Um de nossos entrevistados, Julio Simões, narrou leituras de várias obras feministas. De sua narrativa, consta também sua militância no grupo SOMOS, que luta, desde 1983, contra a discriminação homoerótica.

à questão. Rose Marie Muraro, também, em trabalho publicado em 1999, *Memórias de uma Mulher Impossível*, afirma sua militância na Igreja Católica, assim como na esquerda, quando conheceu o trabalho de Betty Friedan. Nesta época, ela trabalhava na Editora Vozes, e foi a responsável pela tradução do seu livro no Brasil, em 1971. Anterior à tradução da *Mística Feminina*, Rose Marie Muraro já escrevera, em 1970, um livro que se intitulava *Liberdade Sexual da Mulher*. Embora, nesta época, ela se identificasse como feminista, não era, ainda, pensada como tal pelas demais.

Como se pode observar, nos textos, tanto homens como mulheres, independentemente de suas preferências eróticas, referem-se aos livros como deflagrações de identificação, como capazes de causar impacto. Entretanto, nos depoimentos orais não tenho observado esta tendência, e mais, a negativa, por parte dos homens, de que teriam lido alguma obra feminista. Estaríamos vendo, aqui, uma diferença entre a narrativa para a publicação e a narrativa como depoimento oral? Seriam os depoimentos preparados para publicação em livro mais adequados a “[...] tentativas de autenticação de acesso a uma cultura superior”, como bem lembrou Alcir Pecora (2001, p.13), do que o que é falado nos depoimentos? Considerando que a entrevistadora é identificada pela pessoa que está sendo entrevistada como pertencente ao mesmo campo de identificação, isto torna mais cuidadosa a narrativa?

Convém lembrar que a maior parte das entrevistas foi realizada por mim, por ocasião de eventos ligados ao feminismo e ao gênero. Ao ser entregue o roteiro da entrevista e ao explicar as razões da escolha delas como depoentes na pesquisa, estas pessoas estão me identificando como pertencente à mesma geração que a delas e ao mesmo campo de lutas. Este equilíbrio na relação entre eu e as pessoas que estão fornecendo testemunho torna sem sentido a enumeração de obras consideradas clássicas para o feminismo; elas, certamente, não consideram necessário demonstrar o quanto conhecem do campo, através de citações bibliográficas. Talvez esteja aí a razão da ausência.

Não pretendo ver, com esta pesquisa, a obediência aos cânones de algum tipo específico de feminismo, nem a uniformização das idéias que, partindo do nível internacional, teriam aportado no Brasil, como se uma onda inundasse todas as mentes. A preocupação é com o mercado editorial, a mídia e a própria circulação de pessoas; estou considerando que existe aquilo que Michel de Certeau (1994) chama de “liberdade das práticas”, ou seja, estas idéias, influências, estavam sendo apropriadas e passaram a constituir, a partir da criação própria, um feminismo, como diria Anette Goldberg

(1987), “bom para o Brasil”. A própria forma como o mercado editorial atuou, como divulgou estes trabalhos, o espaço cedido em jornais e revistas, mostra aquilo que Roger Chartier (1992) chama de “comunidades interpretativas”, ou seja, pessoas que compartilham formas muito semelhantes de apropriações das leituras que estão fazendo. Ainda, usando as discussões de Guattari e Rolnik (1996), estas leituras, as reuniões, os contatos estariam formando, nesta geração focalizada, uma nova subjetividade. Esta, embora pudesse ser semelhante à de muitas outras pessoas da mesma geração, foi vivida de forma diferente por cada pessoa. Desta forma, embora se possa considerar que existe uma memória coletiva geracional, esta não é homogênea.

Entre as pessoas que passaram a se identificar com o feminismo durante os anos de 1964 a 1985, período de ditadura militar no Brasil, a grande maioria foi constituída por mulheres; entretanto, alguns homens dele fizeram parte por inúmeros motivos. Para alguns destes homens, a preocupação em não ser confundido com homossexuais pode ter entravado muitas de suas ações. Para eles, muito mais do que para elas, a fronteira de gênero parecia ser a maior barreira. Armando, em sua narrativa, dá a medida desta questão:

“[...] por exemplo, eu ia nas festas [...] eu ia pra roda de mulher. Aí os homens ficavam todos putos comigo achando que eu queria comer as mulheres deles. Entendeu? Ou é viado [...] ou tava a fim de comer as mulheres.”²⁰

As pessoas que, no período de 1964 a 1985, se identificaram com o feminismo, apresentam uma narrativa muito semelhante, permitindo que sejam identificadas como portadoras da memória coletiva de uma geração. Assim, ter nascido entre os anos de 1940 e 1959 garantiu a estas pessoas, por um lado, o sofrimento de viver num país cerceado pela ditadura militar e, desta forma, serem alvos da maquinaria de produção de subjetividades desta ditadura que pretendia formar pessoas obedientes aos projetos de país e sociedade que veiculavam. Por outro lado, a circulação de idéias do feminismo atingiu-as, e elas viveram a possibilidade de se constituírem como feministas, no interior de um campo de resistência à ditadura. O percurso destas pessoas, embora individual, tem características que as identificam com os de uma geração. Suas memórias, apesar das múltiplas diferenças, são as memórias coletivas de uma geração. Elas narram como se tornaram femi-

²⁰ Armando Ribeiro. Entrevista citada.

nistas, mas o lugar onde moravam, a classe a que pertenciam, a raça/etnia e as relações de gênero tornam a memória coletiva desta geração extremamente plural.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- BARD, Christine. *Um siècle d'antifeminisme* Paris: Fayard, 1999.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, [19--]. 2v.
- BOURDIEU, Pierre; CHARTIER, Roger. A leitura: uma prática cultural. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 231-253.
- CAPRA, Fritjof. *Sabedoria incomum*. Conversas com pessoas notáveis. São Paulo: Cultrix, 1988.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.211-238.
- FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971.
- GABEIRA, Fernando. *O crepúsculo do macho*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: A metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. 1987. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.
- GREER, Germaine. *A mulher eunuco*. São Paulo: Círculo do Livro, 1975.
- GRUPO CERES. *Espelho de Vênus: identidade sexual e social da mulher*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

- HAHNER, June E. *Emanipação do sexo feminino*. A luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Mulheres; Sta.Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2000. p. 103-133.
- LE GOFF, Jacques. Memória. In: ____ *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p.423-483.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. O feminismo e a vitória do neoliberalismo. In: SCHPUN, Mônica Raisa. *Gênero sem fronteiras*. Florianópolis: Editora Mulheres, 1997. p.141-151.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. *Gênero e Geração: de articulação fundante a "mistura indigesta"*. Trabalho apresentado ao 6º. Simpósio Baiano de Pesquisadoras(es) sobre Mulher e Relações de Gênero, Salvador, 2000.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.
- MURARO, Rose Marie. *Memórias de uma mulher impossível*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.
- PÉCORA, Alcir. O campo das práticas de leitura, segundo Chartier. In: CHARTIER, Roger. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p.9-17.
- SILVA, Josilene da. *Mulheres no púlpito: as pastoras em Santa Catarina 1970-1990*. 2004. 103 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.
- SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1998. p.131-137.
- SOIHET, Rachel. Violência Simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v. 5, n.1, p.7-29, 1997.
- SUPLICY, Marta. *A condição da mulher: amor-paixão-sexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

FIOS DE IDADE:
REPRESENTAÇÕES DA MATURIDADE EM
HELENA PARENTE CUNHA

Lílian Almeida de Oliveira Lima

no silêncio
da minha carne
profunda
riscas o sulco
onde me exilo
(CUNHA, 1980, p.15)¹

Autora de ampla produção ensaística e literária, Helena Parente Cunha² tematiza em sua contística os preconceitos sociais, a solidão, os abusos de poder e o drama de envelhecer, entre outros temas, desenvolvidos de modo a problematizar a condição humana perante a sociedade. Para o presente ensaio serão utilizados contos com representações do envelhecer, elaboradas através de elevado trabalho de linguagem e de arguto questionamento social, presentes nos livros *Cem Mentiras de Verdade* (“Ainda” e “Descoberta”), *A Casa e as Casas* (“A casa é a casa”) e *Vento, Ventania, Vendaval* (“Vento, ventania, vendaval” e “Inesperada primavera”).

¹ Epígrafe retirada do poema “Sulco” que integra o livro *Maramar*.

² Helena Parente Cunha nasceu na Bahia, reside há muitos anos no Rio de Janeiro, onde atua como professora de Teoria da Literatura na Universidade Federal do Rio de Janeiro. De sua produção literária fazem parte três romances (*Mulher no Espelho*, com traduções para o inglês e para o alemão, *As Doze Cores do Vermelho* e *Claras Manhãs de Barra Clara*), quatro livros de contos (*Os Provisórios*, *Cem Mentiras de Verdade*, *A Casa e as Casas* e *Vento, Ventania, Vendaval*) e três livros de poemas (*Maramar*, *O Outro Lado do Dia* e *Corpo no Cerco*). Além da trajetória literária, enveredou-se também pela ensaística, com vários livros publicados.

Tendo em vista a literatura como uma representação da realidade é que as narrativas acima serão abordadas. De modo que a construção da imagem de velhice nelas presente é reflexo de uma visão da sociedade acerca do envelhecer, haja vista a autora e as obras literárias não estarem desvinculadas do contexto social e histórico de sua época³.

No conto “Ainda”, o advérbio que intitula a narrativa remete à idéia de continuidade temporal, especificamente a continuidade do longo tempo de vida:

O rosto, o pescoço, os braços, as mãos, os sulcos do fugir do tempo. O tempo se excede em suas marcas. A pele encrespada se transpõe. Se ratifica. Imemorial, ela dura no duro prazo. Caminha sucessiva. Velhamente. O peso das rugas arrasta seus passos. Sentada, o movimento se solidifica. Recomeçada, ela abre o tubo. O tubo de creme. Tremula o trêmulo gesto de passar o creme. Creme de tratar as mãos. Ainda e antiga. (CUNHA, 1990, p.48).

A representação de velhice neste conto é muito forte, a começar pela enumeração de partes do corpo nas quais o correr dos anos se estampa, finalizada com a imagem das rugas, sugeridas pela metáfora *sulcos do fugir do tempo*. O tempo de vida dessa personagem é insinuado pela força semântica das palavras selecionadas, a exemplo do metaplasmo “velhamente”, sinalizando para uma pessoa de muita, muita idade, pois *o tempo se excede em suas marcas*. O “prazo”, o tempo de espera da morte, insiste em se prolongar, como o jogo de palavras ratifica: ela dura no duro prazo. Essa mulher é associada a um estado de permanência ao longo de anos, as impressões temporais são expressas pelo tremer das mãos e pela força das rugas, como no seguinte período: “O peso das rugas arrasta seus passos.” A personagem não anda, o peso dos longos anos vividos arrasta o caminhar lento e difícil. A atmosfera ficcional é de devastação do corpo feminino pelo tempo. Todavia, o cosmético mostra-se como um paliativo na luta contra as marcas do tempo. Numa sociedade do culto à eterna juventude faz-se necessário combater as marcas da existência, como afirma Cecília Sardenberg (2002, p.64): “[...] as linhas que marcam nossa viagem no tempo, nossas experiências e nossa sabedoria, são lidas como ‘rugas’ – marcas indesejáveis do ‘declínio’, que devem ser evitadas e/ou disfarçadas a qualquer custo.”

Embora a tecnologia da juventude tenha sido referida, a imagem final da personagem é a da velhice, demarcada por sua permanência ao longo dos anos através do último período: *ainda e antiga*.

³ Para maiores esclarecimentos sobre a relação autor/obra e a sociedade ver Antonio Candido (1967).

Em “Descoberta”, o título dá conta da tensão da narrativa: o descobrir-se envelhecendo:

Ele era sempre sorriso e riso e gargalhada farfalhada e contava piadas repicantes e tinha um mero papo claro e aprazível dançava samba de roda e encantável tocava cavaquinho e espaçado jogava capoeira e um dia assustado se aproximou da esposa e urgente acariciou os cabelos grisalhos e abraçou desprotegido o corpo frágil e começou a chorar no ombro dela. Neguinha, nós estamos ficando velhos. (CUNHA, 1990, p. 61).

A narrativa apresenta-se polarizada, caracterizando uma visão acerca do envelhecer: o declínio da vitalidade. A primeira metade do conto traz a idéia de alegria e vigor, através de vocábulos e expressões como sorriso, riso, gargalhada, dançar samba de roda, jogar capoeira, tocar cavaquinho. A continuação da narrativa contrapõe-se ao início, fazendo uso de palavras de um campo semântico que remete à fragilidade e tristeza. De um lado sorriso e gargalhada, de outro choro.

No ocidente o envelhecer é visto como uma fase de incapacidade, de dependência, de improdutividade, enfim, de decadência. Esta é uma visão que perpassa a lógica capitalista, pois, como esclarece Ecléa Bosi (1983, p.35), nesse estágio da vida o ser humano, perdendo a força de trabalho, deixa de ser visto como um produtor. As idéias evolucionistas do século XIX também contribuíram para esse valor negativo atribuído a tal etapa da vida humana, como explica Carolina de Souza (2002, p.181): “[...] o conceito de velhice se constituiu como um momento de decadência da vida de homens e mulheres, estando associado à degeneração – concepção crucial no saber médico, tendo em vista que as fases da vida passaram a ser entendidas através da noção de desenvolvimento vital.”

O deparar-se com o envelhecimento do próprio corpo causa à personagem masculina um choque, um susto, ratificando a carga negativa exposta acima, como se o branco dos cabelos e a fragilidade do corpo retirassem-lhe todo viço e alegria, impossibilitando-lhe de “contar piadas”, “dançar samba de roda”, “tocar cavaquinho” entre outras atividades que caracterizam-na.

Em “A casa é a casa”, o que se tem é a presença do lar enquanto terreno onde as raízes de uma vida encontram-se firmadas ou, poeticamente, a casa é “[...] útero e concha nas flutuações da solidez.” (CUNHA, 1998a, p.13). A casa é o espaço de toda a vida da personagem: o casamento, o nascimento e o matrimônio da filha, a chegada dos netos, a morte do marido, tudo vivenciado em cinquenta anos naquela mesma casa, “[...] cinquenta anos de caminhar durante as mesmas tábuas do assoalho, deixam os pés

pertencentes aos graus do chão. Fibra e pó e sola se convertem na substância unânime.” (CUNHA, 1998a, p.16).

Alternando-se com a voz narrativa surge a voz das amigas, grafada em itálico, que sugere a troca de moradia: “[...] por que você não faz o que nós dizemos e vende a casa e compra um apartamento e vai morar no Leblon?” (CUNHA, 1998a, p.15). De um lado o narrador demarca todo o tempo de vida da personagem no irremovível espaço de existência (a casa), de outro as amigas pontuam os inconvenientes de continuar morando nela: a casa é muito grande, fica longe dos parentes e amigos, o risco de assaltos, a dificuldade em encontrar pessoas para realizar a limpeza e arrumação da mesma. A personagem, uma mulher de mais de cinquenta anos, é pressionada, ou melhor, obrigada a deixar seu mundo, a *casa que germina memória e presença*, cuja atmosfera é de felicidade:

Cedo, colhe as margaridas para a jarra da mesa, junto do bule e da cesta de pão [...] As frutas do quintal se renovam nos ramos e na louça do prato. Os passarinhos perpetuam suas vozes nas vozes das folhas entregues ao passar do vento. Os passarinhos andam pelas tábuas do assoalho e pela madeira dos móveis, na leve liberdade das gaiolas abertas. Permanecendo, ela fica em meio às paredes fecundas e às emergências do jardim e às ressonâncias do quintal. Durante e depois [...] (CUNHA, 1998a, p.18-19).

A casa está inscrita na personagem, existe um imbricamento entre o ser e o local vivido, que se rompe com a ida para um apartamento. O desligamento da personagem com a vida, decorrente da mudança, é marcado tipograficamente por uma linha pontilhada no espaço da página, quando então a voz que contava a vida daquela mulher se cala. Realizadas, as amigas não entendem o desprezo dado ao apartamento e às vantagens da localização, pequeno detalhe frente ao definir da persona ficcional no novo espaço:

Por que você ainda não arrumou suas coisas no apartamento novo? Por que você só pendurou o quadro das flores? Por que você não quer receber suas amigas? Por que você não quer ir caminhar no calçadão? Por que você não quer comer? Por que você fica o dia inteiro parada na cama? Por que você não quer falar? Será possível que você não está mais nos reconhecendo? Olhe bem nossos rostos. Pelo amor de Deus, você não se lembra de nós? Ouça, nós somos suas melhores amigas, vamos indicar um tratamento para você e só queremos o seu bem. Sobretudo agora que você está perto de nós, morando no Leblon. (CUNHA, 1998a, p.19-20).

Marcado por uma forte ironia, o final do conto traz à tona a idéia de tutela, à qual alguns idosos são submetidos, como ocorre com a personagem. A

vontade própria deixa de existir, sendo substituída pela vontade alheia, geralmente dos que estão mais próximos, aqui as “amigas”. Demarcado por uma “transposição ao humano”, como afirma Gaston Bachelard (1974, p.386), que “[...] se faz imediatamente, desde que se tome a casa como um espaço de conforto e intimidade, como um espaço que deve condensar e defender a intimidade.”, o lar é considerado pouco relevante. Importante, então, é morar num lugar alheio à experiência de vida, mas que seja perto daquelas que, ironicamente, lhe querem bem. Como o campo semântico do vocábulo “velho” encontra-se vinculado ao declínio, incapacidade, dependência, surge daí a ideia de “ser tutelado como um menor”, conforme assinala Ecléa Bosi (1983, p.36):

[...] a moral oficial prega o respeito ao velho mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada mas firmemente dos postos de direção. Que ele nos poupe dos seus conselhos e se resigne a um papel passivo. Veja-se no interior das famílias a cumplicidade em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidado para “seu próprio bem”. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes “administrando” sua aposentadoria, obrigando-o a sair de seu canto, a mudar de casa (experiência terrível para o velho) e, por fim, submetendo-o à internação hospitalar.

O resultado, portanto, de tal violência é o definhar do ser humano arrancado do que lhe era o ventre. A tutela, longe de fazer-lhe bem, ceifa-lhe a vida, como também se vê no conto “Inesperada primavera”:

Você sabe, minha avó anda muito doente, com úlcera, rinite e problemas de pressão. Você sabe, há dois anos minha avó ficou assim, tudo por causa de um namoradinho que ela teve e o filho dela, meu tio, implicou tanto que o homem sumiu. Você acha que está certo? (CUNHA, 1998b, p.52).

A pergunta do neto é a brecha para a problematização da condição do idoso através do questionamento do narrador, cuja resposta fica a cargo do leitor:

Está certo o quê? Que sua avó tivesse um namoradinho ou que o filho dela interferisse?

Eu fiquei pensando naquela avó de sessenta e tantos anos, que morava escassa num subúrbio pobre da cidade. Colheita finda, os frutos no cesto eram tão mais de maduros. O rastro havia longo, mas estreito o prazo. (CUNHA, 1998b, p.52).

Cumprida uma etapa da vida marcada pela reprodução (*colheita finda*) e obrigações familiares (os filhos/*frutos no cesto tão mais de maduros*), a chegada da velhice é a porta para uma liberdade quase sempre até então

desconhecida pelas mulheres, cujo “prazo” é curto, haja vista a proximidade da morte. De acordo com Alda Britto da Motta (2002, p.45):

[...] na velhice, um tempo de consolidação de experiências, de libertação das obrigações e controles reprodutivos, tendo encontrado um tempo social propício à mudança, inclusive fermentado no caldo da cultura do feminismo, [as mulheres] podem experimentar modos de vida novos.

Essa experiência propicia-lhes maior entusiasmo e satisfação.

O insólito relacionamento amoroso deu à personagem nova vitalidade:

Ela, tardia crisálida, assumiu e somou as inesperáveis asas. Ele, súbtil tangência, acrescentou lampejos e sonoridades claras. Sopros de brisa acima dos ventos altos dos temporais.

Um homem e uma mulher morando copiosamente numa pequenina casa muita. Ela bordava iniciais acontecidas nos lenços e nas camisas e nas fronhas. Vaporosa fazia o café, servia a comida. Fervor de pressurosamente. Ele em cantando as noites indelévels, perduradas de estrelas e violão. (CUNHA, 1998b, p.52).

É válido notar que o relacionamento da personagem com o companheiro é marcado por um caráter inesperado, construído através da metáfora *Ela, tardia crisálida, assumiu e somou as inesperáveis asas*. A persona ficcional é transfigurada em crisálida fora de tempo, atrasada, que assumiu suas *inesperáveis asas* de borboleta.

O que ocorre com essa mulher é exatamente o que Alda Britto da Motta (2002, p.44-45) afirma acerca da especificidade de gênero na velhice, observando a situação na modernidade ocidental, na qual ser velha é

[...] ir conseguindo (ou ter conseguido) a libertação de certos controles societários que se referiam justamente à reprodução e a tolheram durante toda a juventude. Essa libertação vem, surpreendentemente, entusiasmando as mulheres idosas, a ponto de, por vezes, obscurecer-lhe a percepção de toda uma gama de preconceitos sociais ainda vigentes em relação aos velhos e às mulheres.

As cintilações de felicidade obscureceram os limites da libertação, como atesta o fragmento: “[...] zênite no pôr-do-sol, as metamorfoses engendraram o dilatado limite nas promessas de florescências e de vindima farta.” (CUNHA, 1998b, p.53).

O auge em meio a um suposto fim de floração foi demais para o filho/tutor, “saber” daquilo que faria bem a ela: “[...] o filho não suportou o viço nem a inesperada primavera.” (CUNHA, 1998b, p.53).

No conto “Vento, ventania, vendaval”, o clima é de festa, há o reencontro de colegas após vinte e cinco anos de formatura. A atmosfera exigida é de explícita e incontestável alegria: “[...] alegres, tínhamos obrigação de estar muito alegres. A festa e seu inevitável, irrecusável, inelutável compromisso com a alegria.” (CUNHA, 1998b, p.30).

Em meio à festa de reencontro dos professores de matemática chamam a atenção duas figuras que se precipitam a dançar no salão:

Duas mulheres, duas cabeças brancas de um branco sem fronteiras, dois abraços roliços na grossura dos corpos sem altura. Dançavam iguais no rosto gasto e maquiado igual em tons de festa e no igualmente gasto passo irmão. Como se fossem as donas da festa, nem precisaram se aposar da noite, as reverberações já lhes pertenciam. Dançavam. Rodavam. (CUNHA, 1998b, p.31).

A festa é um desfile de risos e vozes onde as duas mulheres ignoradas incomodavam:

Aquela insólita figuração, ousadia ou afronta? Não sabíamos quem eram nem quem fossem e procurávamos fazer de conta que não existiam nem havia [...] Comodidade, mas autodefesa, não queríamos ver nem saber. Sobretudo precisávamos fazer de conta que não sentíamos qualquer tipo de constrangimento nem gastura. A demonstração do escondidamente óbvio. (CUNHA, 1998b, p.31).

O paradoxo “escondidamente óbvio”, acentuado pelo metaplasmo “escondidamente”, é o indício da problematização que emana das duas personagens cujos cabelos brancos, silhueta e as rugas denunciam as idades vinte e cinco anos depois da formatura: a dissimulação dos anos de vida frente a uma sociedade que cobra uma jovialidade eterna e um dado padrão de beleza. De um lado “[...] as duas cabeças cobertas do branco assumido, liberto do laquê. E do medo do vento que poderia desmanchar o penteado.” (CUNHA, 1998b, p.31), de outro as demais festejadas na preocupação de impedir a mudança decorrente da passagem do tempo “[...] você não mudou nada, [...] você parece que tem vinte anos, [...] não tenho um fio de cabelo branco e você? [...] Este vento está despenteando meu cabelo.” (CUNHA, 1998b, p.32). De um lado elas, “[...] alegria descomprometida de quem já havia pago todos os tributos e não devia mais nada a ninguém.” (CUNHA, 1998b, p.33), do outro, referidas pelo pronome nós, as demais professoras, que “[...] invejávamos aquela alegria liberta e livre de apenas dançar, sem nenhuma necessidade de dissimulações nem mesmo vergonha de ostentar com tanto desembaraço os sulcos e os precipícios.” (CUNHA, 1998b, p.34).

As sociedades ocidentais não tratam o envelhecimento como parte do ciclo de vida, concebendo-o como algo vergonhoso, a ser negado, escondido a qualquer custo. Surge então a cultura da eterna juventude, como assinala Cecília Sardenberg (2002, p.59, grifo meu), envolvendo a mulher numa teia de processos em nome da beleza e da definição de uma identidade de gênero: “[...] temos que nos submeter a determinados rituais, muitas vezes diários, para nos tornarmos mulheres (ou homens) segundo os ditames da sociedade em que vivemos e, assim, definirmos, aos nossos olhos e aos dos outros, a nossa identidade de gênero.”

As personagens incomodadas com aquelas duas cabeças brancas eram súditas da dinastia da beleza, e estariam todas, imutáveis, nas comemorações dos próximos vinte e cinco anos, todavia “[...] sem a certeza de estarmos livres da hipocrisia de parecermos alegres e jovens e belos, sem precisarmos fingir que aquela noite de festa seria mais esplendorosa que a formatura, cinqüenta anos antes.” (CUNHA, 1998b, p.35).

Os contos trazem a representação do envelhecer, mas problematizando esta fase da vida humana. Seja lingüisticamente mais sutil como em “Inesperada primavera”, ou de maneira mais explícita como ocorre com “Ainda”. O idoso e sua relação com a sociedade são abordados de maneira pontual, como acontece com “Inesperada primavera”, quando das perguntas do narrador: “Está certo o quê? Que sua avó tivesse um namoradinho ou que o filho dela interferisse?” (CUNHA, 1998b, p.52).

O envelhecer frente a uma sociedade que não respeita o idoso, ao contrário, enxerga-o como dependente, decadente, desprezível, e que deseja moldá-lo conforme as conveniências pessoais e de mercado é visto como algo desesperador. A partir desta perspectiva pode-se estabelecer três posições dentro da representação da velhice para os contos abordados: a primeira, com “Ainda” e “Descoberta”, quando existe uma atmosfera de declínio e um valor negativo para a velhice, seja através da tentativa de combater as marcas que o tempo crava na pele, ou através do sentimento de impotência ao descobrir-se envelhecendo. A segunda, com “A casa é a casa” e “Inesperada primavera”, exhibe uma ambiência de dependência e declínio. Em ambos os contos a situação das idosas seria de total plenitude não fosse a interferência dos tutores, que vêem os velhos como seres dependentes, direcionando-lhes a vida. É a partir desta intervenção que se instaura o declínio, o comprometimento da saúde de ambas as personagens. Na terceira posição a velhice é associada a um tempo de liberação, marcada pela altivez e plenitude de duas mulheres de cabeças brancas, que estão além das exigências sociais feitas à mulher idosa. Elas não temem os

fios da idade esculpidos na pele pelo tempo, encontram-se no alto da maturidade, contrastando com outras personagens, servas dos ditames da sociedade.

Vê-se então a velhice como uma fase da existência humana que carrega as marcas de uma vida cheia de experiências e sabedoria que, se pensarmos através dos contos, pode ser plena, e que algumas vezes não é, devido às interferências autoritárias da família ou amigos ou às solicitações da sociedade.

Com uma narrativa que abarca as questões da existência humana, Helena Parente Cunha demarca, nos contos analisados, o drama de envelhecer frente às exigências da sociedade, que des-humaniza o idoso, relegando-o ao plano do desprezível/desnecessário. “O velho”, afirma Ecléa Bosi (1983, p.37): “[...] sente-se um indivíduo diminuído, que luta para continuar sendo um homem.” Nos contos parentianos as personagens atuam como fadas capazes de tocar o leitor sensível para descobrir o humano em si e em seus semelhantes.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Coleção Os Pensadores, vol. 38).

BOSI, Ecléa. Tempo de lembrar. In: _____. *Memória e sociedade*. lembranças de velhos. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983. p.31-49.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero e geração: de articulação fundante a mistura indigesta. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p. 35-49.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade* estudos de teoria e história literária. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

CUNHA, Helena Parente. *Maramar*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1980.

_____. *Cem mentiras de verdade*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

_____. *A casa e as casas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1998a.

_____. *Vento, ventania, vendaval*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Salvador: Fundação João Fernandes da Cunha, 1998b.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. A mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista “cinquentona”. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p.51-68.

SOUZA, Carolina Marback B. Memória e envelhecimento: revisitando identidades ameaçadas. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (Org.). *Imagens da mulher na cultura contemporânea*. Salvador: NEIM/UFBA, 2002. p.179-199.

MULHER E VELHICE

Benedita Edina Lima Cabral

Três questões me levam a conduzir esta reflexão sobre a velhice feminina: a primeira seria a clássica afirmação “eu não me sinto velha” (THOMPSON, 1991); a segunda, *Quando Envelhecer Vou Usar Púrpura*, livro que se tornou *best seller* (MARTZ, 1997); e por fim, *O Tempo e o Rastro* (ARAÚJO, 2003).

Iniciarei, relatando uma cena peculiar que ilustra nosso tema.

Numa tarde de domingo, depois de animado almoço em nossa casa, dirigimo-nos ao elevador para acompanhar nossos amigos ao térreo do edifício. Naquele momento, o grande espelho na lateral do elevador me pareceu sombrio. Encontrava-me logo atrás de minha amiga, quando olhei sua imagem refletida nele e imediatamente ouvi sua exclamação enfática, enquanto levava as mãos aos cabelos grisalhos: “Parece um bicho!” disse, e repetiu a frase. Parecia falar para todos como se quisesse explicitar o que pensava de sua face envelhecida. Tomada pela surpresa da cena fiquei imóvel, incapaz de expressar qualquer palavra à minha velha amiga; apenas me coloquei a seu lado e a abracei carinhosamente. Enquanto isso, as outras pessoas ao redor de nós permaneciam emudecidas, somente percebi que trocavam olhares entre si. Desde então, jamais esqueci essa experiência emblemática do envelhecimento de uma mulher.

A idéia da passagem do tempo e seus rastros, os cabelos grisalhos e as rugas visíveis no rosto dessa pessoa remetem à representação do ser velha e à temida condição de mulher velha, pela imensa estereotipia histórica e contemporânea que essa condição traduz. Mas, uma primeira pergunta se impõe: qual o tempo de vida, qual a idade dessa mulher que se reconhece na velhice? Ou, ainda, qual a idade da velhice? Quando começa a velhice? Como tratar a relação idade/velhice neste momento histórico de grandes

conquistas tecnológicas que transformam e reformam corpos, como mostrado por Debert (1999) e Featherstone e Wernick (1995)?

Um debate permanente tem unido pesquisadores de formações diversas em busca de respostas ao desafio posto de conhecer os vários significados do processo de envelhecer. Debate sem dúvida que se amplia com *A Velhice*, de Simone de Beauvoir (1983), onde afirmou, usando uma expressão completa da negação da velhice: “velho é sempre o outro”. Não se desconhecem as muitas respostas que têm emergido dos vários campos do saber. O debate continua e se busca, nos diálogos com essa “outra” mulher, a velha, que assim nomeamos seja por sua elevada idade cronológica, seja por seus rastros identificados como velhice, conhecer o que é ser velha.

Por outro lado, algumas perguntas permanecem atravessando as discussões: Qual é a idade da velhice? Com qual idade uma pessoa é considerada velha? As idades da velhice são iguais para homens e mulheres?

As idades são partes do sistema classificatório que relaciona as concepções racionais de controle cronológico do percurso da vida humana, o qual se consolidou desde a modernidade, tornando-se regra social obrigatória, como analisado por Ariès (1981). Nesse modelo classificatório, todos os indivíduos devem ter um nome próprio, um lugar de nascimento e a data, mês e ano desse acontecimento que registra o início da vida de cada um. Esse sistema corresponde à valorização do cálculo numérico que se impôs a toda sociedade como exigência para compor a identidade do indivíduo. As idades são categorias dinâmicas, por oposição a outras categorias fixas, como sexo e raça, por exemplo.

Ao mesmo tempo, na cultura ocidental, o processo das idades remete os indivíduos à condição de criança, adolescente, jovem, adulto, maduro, velho, emergindo, em cada fase, um “outro” indivíduo que substitui o anterior. As idades vivenciadas conformam-se às representações que a sociedade produz e contribuem para identificar as pessoas ao longo do curso da vida. Nesse processo, a velhice poderia ser pensada como uma etapa, quando a idade não teria qualquer valor para identificar o indivíduo, considerando que estando nela já não faz sentido contar o tempo, como se fazia na adolescência, para atingir idades de 18 ou 21 anos, quando se conquistava a maioridade legal e a liberdade para decidir sobre a própria vida e fazer as escolhas com autonomia. Assim, iniciada a velhice se permaneceria nela por tempo indefinido, independentemente dos registros de idades.

Nessa visão tornada estática da passagem do tempo, a dinamicidade do curso da vida rumo às etapas mais avançadas da velhice, quando formas de senilidade se expressariam, poderia ser eludida. Certamente, numa visão

resignada desse curso, Bobbio (1997) mostrou, com sensibilidade, que pouco lhe restava fazer, além de cultivar, nessa fase, o que ele designou como “tempo da memória”, quando ultrapassava seus 86 anos de idade. Também Borges (2004), no poema “Instantes”, fazendo revisão da vida, conclamava e reconhecia que nada mais poderia fazer, pois, também aos 86 anos, dizia, “estava morrendo”. Contudo, essa é apenas uma dentre muitas concepções de velhice e suas idades. Como mostrou Britto da Motta (1997, 2004), ao estudar nonagenários e centenários, muitos fazem questão de mostrar suas idades e a autonomia que desfrutam na velhice. Ainda outras pesquisas – Britto da Motta (1997), Cabral (2003), Debert (1999), Lins de Barros (1999), Peixoto (1997) – mostraram diversas velhices femininas com projetos de vida independentes das idades e seus preconceitos, que revelavam indivíduos que não pretendiam apenas contar o tempo, através de relatos de memória, ou se tornarem contemplativos, mas usufruir da “relativa liberdade recém adquirida” (BRITTO DA MOTTA, 1997), conscientes de suas possibilidades e limites.

Por outro lado, não podemos desconhecer que as liberdades esbarram em controles jurídico-institucionais definidores, pelo menos da idade inicial da velhice, que se impõem a todos. Outra questão se coloca, ao observarmos que a legislação define diferentemente o início da velhice para homens e para mulheres. Vejamos que o direito à Aposentadoria por Velhice, assegurado pela seguridade brasileira, estabelece para as mulheres os 60 anos de idade e para os homens os 65. Assim, essa distinção de gênero relativa aos direitos sociais não tem merecido suficiente atenção e não tem sido discutida adequadamente para elucidar fundamentos que a justifiquem. Entretanto, é recorrente concordar com a positividade dessa distinção, que beneficia financeiramente as mulheres, sem questionar a ambigüidade dos marcadores etários adotados.

Consideramos geralmente que a mulher seja merecedora de aposentadoria mais precocemente por sua função reprodutiva, porém pouco se discute os dilemas da dupla jornada, bem como suas conseqüências na vida das mulheres. Argumenta-se também que a maior força física do homem lhe reserva maior resistência para permanecer em atividade profissional por mais tempo, podendo, portanto, aguardar uma extensão de 5 anos para se aposentar. Esse tema deveria ser melhor explicitado no debate sobre as idades, uma vez que a seguridade contribui, dessa forma, para antecipar a “velhice” para as mulheres, enquanto a adia para os homens, reforçando representações antigas sobre a “jovialidade” do ho-

mem maduro, justificando, inclusive, o maior espaço de negociação masculina em variadas esferas da sociedade.

Ainda sobre os controles jurídico-institucionais, vale ressaltar outro marcador etário, aquele relativo às relações de trabalho, que define os 70 anos, para ambos os sexos, como idade limite para a aposentadoria compulsória, ou seja, a saída obrigatória e definitiva do mundo do trabalho.

Reconhecidamente, os dilemas da velhice também se antecipam para as mulheres, seja pelo impacto das imposições biológicas que interrompem as funções reprodutivas na menopausa, seja pelos estereótipos tradicionais sobre a condição das mulheres aos primeiros sinais do envelhecimento. As características que sinalizam a velhice, tais como rugas, cabelos brancos, pequenas restrições físicas, fragilidades que se tornam aparentes, como o *défiat* visual, por exemplo, compõem um quadro ameaçador para as mulheres, ou para sua maioria, pois implicam em perdas dos signos da feminilidade padronizados pela cultura masculina dominante, tornado-as mais vulneráveis aos estigmas.

Privadas dos atributos de juventude e beleza considerados como requisitos de felicidade e prescritos pela sociedade de consumo, resta às mulheres buscar superar esses limites através de mecanismos cosméticos acessíveis aos que podem e “[...] não querem ser velhos/velhas” (DEBERT, 1999). O conjunto dessas práticas sinaliza o quanto é penoso o envelhecer feminino.

Por outro lado, a busca da “eterna juventude”, ideário de tempos imemoriais, sustentada na crença de que os atributos de beleza e capacidade são exclusivos dos jovens, e ainda, sendo a mulher jovem um símbolo da beleza no imaginário social, estão dadas as amplas condições das dificuldades para a aceitação do processo de envelhecer. Tudo leva a crer que essa etapa da vida deve ser postergada ao máximo. Assim, a sociedade sufoca qualquer iniciativa de valorização da mulher não jovem, por não aceitar restrições ao modelo estético do corpo jovem e belo, idealizado nas representações sociais. Essa luta das mulheres tende a ser aprofundada com o avanço da idade. Depois de ter vivido os dilemas dos conflitos de gênero durante o curso da vida, terá que enfrentar uma nova luta, agora com as gerações femininas jovens.

Esses impasses assinalam o acirramento dos dilemas da velhice feminina, uma vez que os significados peculiares que revestem essa fase da vida conduzem a atitudes de estranhamento, uma prática alternativa adotada para optar entre incluir-se ou não no grupo etário, adiando o reconhecimento da própria longevidade. Dentre as estratégias de superação, o falseamento da idade se alia aos procedimentos que disfarçam “as rugas do tempo”, através de transformações cosméticas e cirúrgicas rejuvenescedoras.

Sob o domínio das aparências, a força da ideologia que valoriza a juventude, emergiu nas últimas décadas, numa elaboração sofisticada, o movimento de hiper-valorização do “ser jovem”, conhecido como “adulescência”, que assim se expressa: “Quanto mais tempo pudermos nos considerar jovens, hoje em dia, melhor.” (KEHL, 1998, p.7). Mais adiante, essa autora aponta uma questão intrigante: “Se ainda não se sabe do que a máquina humana, feita de apetites e linguagem, é capaz, por que o poder da cultura, do dinheiro, do cinema e da televisão não podem congelar cinco, seis gerações num estado de juventude perpétua?” (KEHL, 1998, p.7). Assim, o sonho da fonte estaria realizado, podemos concluir, sem ousar questionar as conseqüências disso para a vida em sociedade, especialmente para as relações entre as gerações, quando todos se tornam iguais, sem alteridade, uma massa amorfa de semelhantes, pelo menos nos aspectos exteriores e em práticas velozes, muito mais em função de interesses mercadológicos, e tudo se fazendo e justificando pela “eterna juventude”.

Tais considerações, como cenário desse campo denso, nos obrigam a discutir o cotidiano das mulheres na velhice para compreender como constroem esse tempo. E o que podemos ver?

As fases da vida são relacionadas umas às outras e determinadas historicamente. Os limites entre elas e as idades dependem de fatores históricos e culturais, como sabemos, e nos remetem às lições de Bourdieu (1983, p.114), que nos diz: “[...] a manipulação das categorias de idade envolve uma verdadeira luta política na qual está em jogo a redefinição de poderes ligados aos grupos sociais distintos em diferentes momentos do ciclo da vida.”

Durante décadas predominou a idéia de vivenciar um curso de vida em conformidade com o prescrito e institucionalizado pela sociedade, que previa o desempenho de papéis específicos para cada fase, iniciando com infância e adolescência, período do desenvolvimento das capacidades e definição da personalidade, em seguida a juventude, período de liberdade e descoberta do mundo, depois a vida adulta, centrada no trabalho e na família por um longo período, até a maturidade, quando se aposentariam, e assim até a velhice.

Entretanto, esse *script* foi sendo alterado pelas céleres mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, provocadas pelas ondas da globalização econômica e cultural que construíram o chamado período “pós-moderno”. Como mostrado por diversos autores – Bassit (2001), Debert (1999), Featherstone e Wernick (1995) –, a forma como a sociedade organiza a vida das pessoas no passado e atualmente foi profundamente modificada pelo predomínio crescente da lógica individualista, que se sobrepõe às

concepções anteriores, que davam primazia a outros aspectos da vida social, como por exemplo, o *status* familiar ser mais importante que a idade cronológica.

Como analisado pelos autores citados, o que se observa atualmente é uma *desinstitucionalização do curso da vida* e uma desconstrução dos parâmetros utilizados para analisar a vida das pessoas. As fronteiras das idades estão cada vez mais nuançadas, o que influencia as regras de conduta e as escolhas dos indivíduos na construção de suas identidades. Não há identidade única, mas “identidades múltiplas” que se adaptam, mutuamente, como apontado por Bassit (2001, p.223), convergindo na razão individualista predominante do “faça você mesmo sua biografia”.

Ao mesmo tempo, as profícuas contribuições de Woodward (1995, 2001), quando analisa, a partir de autoras clássicas (Beauvoir, Mead e Myerhoff), modelos tradicionais de velhice feminina, conduzem as discussões para outro patamar, comparando os modelos idealizados de um passado recente e novas construções sobre a velhice que emergem de uma literatura feminista, questionadora da ausência de modelos de “ser velha” na contemporaneidade. Ela mostra como têm sido construídas outras possibilidades, quando valores como amizade entre mulheres, idosas e de outras gerações, se desenvolve criativamente. Numa visão muito mais dinâmica, inclui o papel de avós ao lado de tantos outros, ressaltando que essas avós “[...] não são suplementares, mas cruciais como provedoras de cuidados de seus netos. A progressão metódica de papéis que muita gente visualiza sob um conceito tradicional de curso de vida está passando por uma imensa transformação.” (WOODWARD, 2001, p.241), confirmando aquilo que vem sendo discutido com relação aos modelos institucionalizados terem sofrido alterações profundas pelas escolhas possíveis aos indivíduos.

A pesquisa sobre a velhice feminina tem um longo percurso, até concluir o que as seguidas gerações de mulheres que estão envelhecendo terão a ensinar. Independente das idades elevadas que possuam, dos “rastos” e dos traços, registros visíveis e invisíveis de sua passagem pelos tempos, elas nos dirão dos significados de terem permanecido vivendo por tempos históricos, construídos culturalmente com tantas diversidades e possibilidades. A tendência provável, em face dos indícios atuais, será confirmar uma perspectiva muito ampla e a ausência de modelos prescritivos do ser velha.

Talvez uma nova leitura do clássico *Quando Envelhecer vou Usar Púrpura*, na multiplicidade de narrativas que oferece sobre a velhice feminina, possa inspirar mulheres de qualquer geração a criarem suas possibilidades

de viverem velhices tão originais quanto seus pensamentos façam viajar, criando itinerários inesperados para descobrir “outras paisagens” num mundo que se renove a cada dia.

E, do repertório das vozes de muitas mulheres velhas, de diferentes classes, raças e credos, podemos pinçar idéias para fazer um pequeno poema para exaltar essa condição particular de ser ou estar na velhice, dizendo assim:

Velhice

Saudade de um tempo que passou
 Memórias de um tempo que se foi
 Das muitas histórias que ouvi
 Dos saberes que aprendi
 E de tudo que vivi...
 Para que distinguir idades
 Quando os interesses convergem
 Para construir um tempo bom
 Mesmo sem saber quando a velhice começa
 Ou se começa em qualquer ponto específico
 Podemos nos unir
 Para fazer a vida fluir
 Até o fim de nossos dias.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nara. *O tempo e o rastra*: da viagem e sua imagem. Trad. Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Editora Mulheres/EDUNISC, 2003.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BASSIT, Ana Zahira. O curso de vida como perspectiva de análise do envelhecimento na pós-modernidade. In: DEBERT, Guita Grin; GOLDSTEIN, Donna M. (Orgs.). *Políticas do corpo e o curso da vida*. São Paulo: Sumaré, 2001. p.217-234.

BEAUVOIR, Simone de. *La vejez*. Trad. Amora Bernárdez. Barcelona: Edhasa, 1983.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória: de senectude e outros escritos autobiográficos*. Tradução de Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

BORGES, Jorge Luís. *Discurso acadêmico de Hoyedo Gouveia Lins na academia catarinense de filosofia em 08/05/2005*. Revista n.7460y011, 2003. Disponível em: <<http://www.simpozio.ufsc.br/Port/1-enc/y-mega/RevFilosofia/7460y011.html>> Acesso em: 28 abr. 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Palavras e convivência – Idosos hoje. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n.1, v.5, p.129-139, 1997. Dossiê Gênero e Velhice.

_____. Sociabilidades possíveis: idosos e tempo geracional. In: PEIXOTO, Clarice E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.109-123.

CABRAL, Benedita E. S. Lima. *Recriar laços: estudo sobre idosos e grupos de convivência nas classes populares paraibanas*. 2003. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2003.

DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: FAPESP, 1999.

FEATHERSTONE, Mike; WERNICK, Andrew. *Images of aging* cultural representations of later life. London: Routledge, 1995.

KEHL, Maria Rita. A “Teenagização” da Cultura Ocidental. *Folha de São Paulo*, São Paulo, Caderno Mais – Adultescência, p.4-7, 20 set. 1998.

LINS DE BARROS, Myriam Moraes. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). *Velhice ou Terceira Idade?* Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.113-168.

MARTZ, Sandra Haldeman. *Quando envelhecer vou usar púrpura*. Tradução Lya Luft. São Paulo: Marco Zero, 1997.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Histórias de mais de 60 anos. *Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n.1, v.5, p.148-158, 1997. Dossiê Gênero e Velhice.

THOMPSON, Paul. *I don't feel old*. The experience of later life. New York: Oxford University Press, 1991.

WOODWARD, Kathleen. Tributo to the older woman: psychoanalysis, feminism and ageism. In: FEATHERSTONE, Mike; WERNICK, Andrew (Eds.). *Images of ageing (cultural representations of later life)*. London: Routledge, 1995. p. 79-96.

_____. Além da identificação e da família: modelos culturais e visões literárias. Tradução de Giselle Greco Ferreira; revisão de Guita Grin Debert. In: DEBERT, Guita Grin; GOLDSTEIN, Donna M. (Orgs.). *Políticas do corpo e o curso da vida*. São Paulo: Sumaré, 2001. p. 235-248.

GERAÇÃO, RAÇA E GÊNERO EM CASAS MATRIARCAIS¹

Maria Gabriela Hita

O Brasil é um país de longa experiência escravocrata, com forte tradição e cultura afro-brasileira, entretanto, pesquisas sobre “famílias propriamente negras” foram escassas antes de 1970, quando um novo olhar sobre a história e o papel do negro na sociedade como agente criativo e sujeito passou a ser observado.

Durante muito tempo, sob o predomínio do paradigma freyriano de família patriarcal dominante no Brasil agrário colonial como um todo, a família escrava e negra foi vista ora como “inexistente” e subsumida na categoria dos “agregados” da casa grande patriarcal do senhor branco, ou então, na melhor das hipóteses, vista negativamente e associada a características como às de instabilidade, falta de autonomia, ilegitimidade e promiscuidade nas uniões entre escravos – ou grupos negros – em um olhar próximo ao de Frazier (1939), que via as famílias matriarcais negras norte-americanas, pós-escravidão, como incompletas, desviantes e desorganizadas quando comparado ao modelo padrão branco de sua sociedade: o nuclear. Na história brasileira, o tema da família ficou subsumido na análise dos modelos hegemônicos de família, à patriarcal no passado e a uma nuclear de classe trabalhadora no presente, não tendo se desenvolvido uma visão própria e positivada

¹ Uma versão deste artigo foi publicada em meio eletrônico: HITA, Maria Gabriela. Diferencias de clase, género, generación y raza em modelo familiar matriarcal moderno de um Brasil negro. In: CONGRESO LATINOAMERICANO DE ANTROPOLOGIA, 1., 11-15 Jul. 2005, Rosário, Argentina. *Anais...*, Rosário, 2005. (Simpósio: Culturas populares em los años 90. Coordinado por Daniel Miguez, Claudia Fonseca e Ma. Julia Carozzi).

sobre a especificidade e alteridade de tipos distintos de famílias negras até muito recentemente (FREYRE, 1933; CORREA, 1982).

É desde aqui, de um tipo de olhar que busca resgatar a noção e importância do estudo de família extensa matriarcal como um modelo alternativo e contraponto ao modelo nuclear, visto em sua positividade, que proponho resgatar o termo de “matriarcalidade”, no lugar de “matriarcado” ou o de “matrifocalidade”. Resgato nesse novo termo alguns indicadores descritos no conceito de “matriarcado negro” (instabilidade conjugal e relação centrada na díade mãe-filhos) identificados em bibliografia dos anos 40 e 50 nos EUA, mas destituídos aqui e agora do etnocentrismo e caráter negativo (desorganização familiar, estados de anomia, etc.) que era atribuído a este modelo naquele paradigma. Não rejeito a idéia de matrifocalidade, mas a considero muito ampla e abarcadora do que entendo por matriarcalidade, que seria, no meu entender, uma forma específica e particular de manifestação da “matrifocalidade”. Busco, neste resgate da idéia de “matriarcalidade”, distinguir, por exemplo, famílias chefiadas em arranjos matrifocais – díades maternas em terminologia de Woortmann (1987) – ou de “mães solteiras” de certos estudos da demografia, de famílias chefiadas por “velhas” e poderosas “matriarcas”, que me parecem apresentar uma modalidade bem particular e diferenciada daquelas outras.

O presente estudo sobre modelo familiar matriarcal extenso foi feito em dois grupos pobres e negros da cidade de Salvador. Não defendo que o modelo matriarcal seja específico ou único de grupos negros, nem que seja este modelo o que caracteriza este grupo étnico ou classes sociais empobrecidas como um todo, pois venho observando a existência de uma multiplicidade de modelos familiares na pobreza em geral e entre grupos negros em particular. Considero, entretanto, que a associação deste modelo matriarcal extenso a uma matriz cultural afro-americana, amplamente debatida por estudiosos do candomblé na Bahia e da família negra em geral, é elemento importante na compreensão dos achados desta pesquisa. Essa relação tratada em ampla literatura sobre o tema é um objeto de estudo em si mesmo, um outro projeto de pesquisa distinto ao que me propus. Na minha pesquisa, me permiti apenas pensar que essa matriz cultural afro-brasileira explica, conforme observa Woortmann (1987), ao menos o peso, prestígio e legitimidade que este modelo aqui descrito tem na sociedade baiana.

Porque o modelo matriarcal negro foi visto, comparado e interpretado a partir do padrão de modelos brancos em décadas anteriores é que se associaram algumas de suas características e indicadores fundamentais ao

caráter semântico de “falta” e “negatividade”. É postulado deste trabalho que, ao analisar a “instabilidade conjugal” e “ausência paterna” desde um outro olhar interpretativo, associando-os à importância da mulher em sua operação das redes sociais de parentesco, e a centralidade estruturante da díade mãe-filhos, estes elementos adquirem um outro significado, que nada tem a ver com o olhar patológico e de desvio que lhe era atribuído por estudos anteriores. Assim, a “matriarcalidade” não é entendida aqui como um “desvio” ou “desorganização” do modelo tido como padrão de “família conjugal ou elementar”, mas como uma forma própria de organização familiar – que é o que se procurou demonstrar através da etnografia familiar dos dois grupos – em direção próxima à descrita nos trabalhos de Edith Clarke (1972[1957]) em Centro-América; Carol Stack (1974) nos EUA; e Ruth Landes (1967[1947]), Klaas Woortmann (1987) e Louis Marcelin (1996), na Bahia.

Penetrar o domínio do parentesco e das *casas* é adentrar em um mundo de estratégias individuais e coletivas na esfera onde se exercem relações de afeto, conflito e poder; de lutas e estratégias pela conquista de uma posição e de um espaço nas casas, em suas ambivalências, contradições e paradoxos. A pesquisa etnográfica sobre relações de parentesco nos dois arranjos matriarcais extensos chefiados por mulheres idosas buscou iluminar esses aspectos, entre outros. Pressuposto da pesquisa é que práticas, representações, experiências e trajetórias individuais, em suma, que pessoas e seus grupos familiares não são passíveis de serem reduzidos e compreendidos desde um único ponto de vista e desde uma única matriz homogênea ou hegemônica (teórica, metodológica, ideológica...). A etnografia familiar surge a partir das distintas vozes e posições ocupadas por distintos membros do grupo, com distintas visões, versões e perspectivas da história grupal, em sua luta por conquistar um pedaço de chão e posição nas famílias.

Quando comecei a organizar a informação sobre as experiências e trajetórias dos dois grupos de parentesco matriarcais estudados, dois clássicos da Antropologia foram particularmente valiosos, como fonte de algumas das interpretações desenvolvidas aqui. A re-leitura dos “Nuer”, de Evans Pritchard (1993), inspirou reflexões que esbocei sobre o uso do Espaço e do Tempo em ambas as *casas*. O *Ensaio sobre a Dádiva* de Marcel Mauss (1988[1950]), de forma mais direta, imprimiu o tom da análise das interações, conflitos e alianças ao interior destas *casas*, num paralelo próximo à matriz de uma “economia simbólica (doméstica) de bens em circulação”: a circulação de dons e contra-dons que se dá no intervalo de tempo que ocorre entre dádiva e retribuição. O indivíduo se encontra na obrigação de restituir

o que deve às pessoas com as quais interage – Deus, pais, família, sociedade... – em especial, àquela que lhe deu a vida: a mulher, a mãe. Na lógica deste sistema de trocas, e neste modelo matriarcal em particular, é dessa dívida originária que se funda a exigência de dar e retribuir num movimento circular eterno de dom-contra-dom. Negar-se a participar deste circuito de reciprocidade obrigatória no seio familiar é visto como ingratidão e renúncia ao desejo de formar parte da rede, um ato de desrespeito e negação de retribuição à figura da mãe (tida como uma das piores faltas morais que se pode cometer).

Com esses esquemas em mente, fui ordenando a descrição dos principais dados. A Pesquisa foi desenvolvida através da observação das relações intragrupais e das transformações manifestas no próprio espaço de suas respectivas “casas” (*casa* entendida, como em Lévy-Strauss e Marcelin, enquanto espaço físico e geográfico, mas também como categoria social, isto é, como identidade grupal), pois elas são um lugar em que se constroem e posicionam os distintos corpos que a ocupam e fundam. Com e através da *casa*, os indivíduos constroem representações de si e do mundo, mediante a relação que estabelecem com outros, dentro e fora dela. É tomando-as como objeto de estudo que melhor se compreende o curso vital de seus integrantes.

A “dáviva” da “casa”, do direito a ela, foi, sem sombra de dúvida, um dos bens de troca mais valorizados nas relações de reciprocidade destes grupos extensos, observados durante o longo trabalho de campo entre 1992 e 2003; um bem a ser dado, recebido e retribuído, conquistado, rejeitado, ou usurpado, construído e destruído, transformado e traduzido no próprio “*hau*” (alma) da matriarca; um bem a ser cobiçado e dos principais motivos de conflitos familiares. Também circulam pelas casas crianças e pessoas da rede de parentesco e amigos, modificando o mesmo uso do espaço físico. De fato, tanto as pessoas circulam pelo espaço, como este entre elas; o espaço também se move, simbolicamente falando, ele se transforma e re-adapta a partir da dinâmica e trajetória de seus habitantes ao ser transferido em distintas conjunturas a distintas pessoas e modificado ao longo do tempo.

Neste modelo familiar matriarcal, interessou especialmente explorar a questão da chefia feminina. A especificidade do tipo de chefia feminina observada levou-me a re-atualizar a idéia de “matriarcado” através do conceito de “matriarcalidade”.

Adoto a definição de Radcliffe-Brown (1973, p.35) de sociedade matriarcal na minha definição de matriarcalidade, que aponta que uma organização familiar é matriarcal quando: “A descendência, herança e sucessão

estão na linha feminina, quando o casamento é matrilocal (o marido muda-se para a casa de sua mulher), e quando a autoridade sobre os filhos é exercida pelos parentes da mãe.”

A idéia de matriarcalidade neste trabalho designa esse conjunto de relações centradas na figura da “mãe”, onde a mulher-mãe-avó é o centro das interações de sua rede consangüínea, por onde passa a descendência e herança e é quem exerce o poder sobre a casa e a família, um importante foco-difusor a partir do qual se multiplicam as relações entre todos os outros membros de sua rede de parentesco, e que geralmente extrapola os limites físicos da unidade doméstica enquanto local específico de residência (uma só casa). Elas têm a posse da casa e dos principais recursos para a manutenção de seu grupo doméstico, são chefes da casa e do grupo familiar. É pelas e através das casas que elas exercem sua matriarcalidade.

Estas duas mulheres do meu estudo exercem uma maternidade social, para além da biológica, e são vistas como “mães de todos”, uma mãe coletiva que cria filhos, netos, bisnetos e crianças de outras mulheres fora de sua rede de parentesco, introduzindo-os em sua família pela “consideração”. Também são mães simbolicamente falando, por suas trajetórias e pelo tipo de funções por elas desempenhadas: a de parteira, no caso de D. Cida, prestando diversos serviços no campo da saúde, tendo sido uma das responsáveis por trazer ao mundo, com suas próprias mãos, boa parte das gerações, jovem e madura, de sua vizinhança. A outra matriarca, uma das mais antigas “baianas de acarajé” do abrigo de Amaralina e “mãe-de-santo” de candomblé, é vista como uma mãe também, no campo espiritual, por seus poderes e prestação de serviços religiosos, sendo chamada por muitos de “Mãe Dialunda”.

O prestígio, poder e posses alcançadas por estas mulheres não as excluem de serem classificadas como indivíduos pertencentes aos estratos mais baixos e carentes da sociedade baiana. Muito pelo contrário, suas trajetórias e o modo de vida dos distintos membros de seu grupo doméstico são forte indicativo das graves restrições econômicas e sociais por elas sofridas, em suas infâncias, distintas conjunturas vitais e principalmente na velhice, quando foi realizado o estudo. Elas pertencem ao conjunto de famílias nordestinas de baixa renda que se encontram em condições de existência bem abaixo das faixas normais de pobreza. Mas é o prestígio que elas têm dentro da comunidade e a condição de certa autonomia econômica por elas conquistada o que lhes concede, antes que aquela posição de “vulnerabilidade” descrita na literatura sobre chefias femininas, uma posição de destaque entre os seus e a vizinhança na qual residem.

O que caracteriza o arranjo matriarcal de família é essa força centrípeta, centralidade e papel primordial desempenhado pela “Mãe”. Por isso, defino a matriarcalidade a partir da centralidade de relação diádica *mãe-filhos* que se traduz na prioridade de relações de consangüinidade sobre as de afinidade e na presença da instabilidade conjugal nas relações de casais². Aqui o papel de autoridade masculina principal é exercido pelo homem consangüíneo (filho, tio ou irmão das mulheres), e não tanto pelo esposo e pai das crianças, papéis também presentes no modelo que volto a analisar depois. Para se exercer o papel central de “matriarca”, além de ser o centro focal na díade mãe-filhos, é preciso também ser a dona da casa e ter posses para sustentar todo o grupo familiar e ampla rede de parentesco a ela atrelada. A mulher matriarca precisa ser chefe da casa e da família.

Assim, para uma mulher se tornar matriarca, neste contexto ela precisa: 1) ser a chefe da família; 2) ter a propriedade da casa (a qual, mostrei, tende a circular basicamente entre mulheres); 3) ter recursos materiais para prover ampla rede de parentesco; e 4) força, autonomia e determinação que se elucidam em suas trajetórias.

Pensar na matriarcalidade como uma forma de chefia feminina particular, sustentada pelas posses da casa, recursos e sua força, aponta para a diferença e menor vulnerabilidade deste tipo de arranjo quando comparado a lares chefiados por mulheres que se viram simplesmente “abandonadas” pelos companheiros ou que nunca os tiveram na juventude, que têm em geral bem menos recursos – materiais e simbólicos – para enfrentar as adversidades de sua vulnerável condição de chefia. A chefia matriarcal, ao contrário, tem o poder de criar seus filhos e os de outras mulheres, o que lhe outorga prestígio e maior força, elevando seu papel de mãe ao de *mãe-de-todos*, com paralelo similar ao de família de santo de candomblé. Mulheres emergem como matriarcas, como um produto do meio, das relações e circunstâncias de suas vidas, o que é claramente visualizado nas articulações que vão se fazendo ao longo de suas trajetórias de vida, tais como a importância dos recursos conquistados (salários, pensões, posse de uma ou várias casas para dividir entre herdeiros), a possibilidade de criar filhos próprios e de outras mulheres (criação de filhos e circulação de crianças) e as distintas transformações de suas casas, que, em contexto de pobreza, tenderam a se converter em uma configuração de arranjo familiar extenso. Arranjo este que passa por diversos momentos e tipos: modelos incompletos, nucleares, extensos, compostos, etc.

² Ver também Sardenberg (1998).

A herança da propriedade da casa passa principalmente de mulheres para mulheres neste modelo, dificilmente antes de que as mais novas se tornem mães e só quando unidas a um homem, que é incorporado no grupo materno (pela matrilocalidade). Assim, o gênero, consangüinidade, consideração e geração se destacaram como os principais critérios de seletividade de a quem dar ou deixar de dar casa. Mas essa matriz de critérios não é estática e mostrou ser bem mais complexa, podendo variar a depender de cada caso e trajetórias pessoais, jogo de forças e outras variáveis que intercederam na luta pela posse da casa.

De forma geral, observei que ficam com a casa ou ganham apoio para formar uma nova as mulheres da família, entre estas as primogênicas da principal união da matriarca e filhas consangüíneas. Seguem a elas algumas netas. Caso diferente foi o da nora de Mãe Dialunda, em que os critérios do gênero e o de consideração contrabalançam o da não consangüinidade. Os excluídos da herança da casa foram, em geral, os filhos homens, filhos de criação e filhas primogênicas, quando provenientes de união anterior da matriarca, indicando a importância e presença da bilateralidade, isto é, o peso que exerceu seguramente o homem e companheiro que mais a ajudou a levantar seu patrimônio, o pai ou avô das principais herdeiras por ela escolhidas. Tal como observado por Radcliffe-Brown (1973), o caso de mãe Dialunda e D. Cida são um claro exemplo de modelo matriarcal, pois a descendência, herança e sucessão estão na linha feminina de parentesco. O casamento ou tipo de uniões predominantes observado foi o matrilocal e a autoridade sobre os filhos é exercida principalmente pelos parentes da mãe.

Neste sistema, em que as crianças circulam (a depender da conjuntura) por distintas casas de sua rede³, o contato destes indivíduos com os respectivos genitores (mãe e pai) não se perde, geralmente são mantidos e atualizados em distintos momentos de seu ciclo vital. Isto aponta para o fato de que, neste contexto, e no modelo matriarcal em particular, as responsabilidades paternas e maternas são compartilhadas com outros, e não exclusivas de seus genitores. É muito comum a responsabilidade ser transferida a outros indivíduos. O critério para definir o cuidado e criação das crianças depende menos da vontade ou possibilidades reais de seus pais biológicos do que do ciclo vital das residências, do tamanho das moradias, emprego, entre outros fatores. Nesta situação, o princípio da consideração (associado, a maioria das vezes, ao de sangue) é o que prevalece, pois é comum se “criar” ou aceitar por temporadas crianças de parentes pelos

³ Ver Fonseca (2000) para mais informações sobre circulação de crianças

quais se tem especial consideração. Com isto, os laços de obrigações, alianças e dependências mútuas no interior das redes sociais de relações se estreitam, e as obrigações de reciprocidade futura se garantem em certa medida. Entretanto, “criar filhos de outros” não é uma tarefa para todos; é preciso ter “aptidão” e “recursos” para exercer essa função. Nem todos os membros da família estão sempre aptos a assumir esta educação e nutrição das crianças, tarefa em geral assumida por mulheres da rede de parentesco ou vizinhança em fase de ciclo vital mais maduro, com casa, disposição e condições econômicas para fazê-lo. É o caso das duas bisavós, D.Cida e mãe Dialunda, que criaram filhos, netos e bisnetos, e o de mães quando começam a ser avós, como Neneca e, possivelmente, Dina e Dalva, no futuro.

Outro aspecto relevante sobre o parentesco relacionado à circulação de seus membros entre distintas unidades é que a responsabilidade de prover comida, cuidados, roupas, morada e socialização de crianças pode se espalhar e distribuir por muitas casas da rede de parentesco. Por isso, a família nem sempre pode ser reduzida ao estudo de uma única casa ou unidade doméstica, pois essas fronteiras costumam ser muito mais fluídas e difusas do que se costuma imaginar. Uma pessoa pode dormir em uma casa, alimentar-se em outra, guardar suas roupas ou objetos pessoais em uma terceira. Ou viver em uma casa uns tempos e noutra em outros, circulando entre distintas unidades. A circulação das pessoas no interior das casas é constante e a configuração e composição domésticas oscilam frequentemente. A noção de “rede” de parentesco associada à de família permite observar melhor a trajetória grupal e individual dos membros de uma certa configuração de casas. Este padrão de residência e a cooperação na organização familiar das pessoas envolvidas em uma rede de parentesco, com seus conflitos, rinhãs, rupturas, alianças e solidariedades próprias, são indicativo da constância, permanência, estabilidade e poder coletivo que exerce esse tipo de configuração de casas na comunidade e elementos constitutivos no que entendo por matriarcalidade. A composição doméstica de uma única casa costuma revelar em geral muito pouco sobre a organização doméstica e cooperação estabelecida entre mulheres adultas próximas, de uma rede de parentesco que se distribui em geral entre um conjunto de casas. A idéia de “rede de parentesco” para além dos limites de uma casa, integrando um conjunto de casas que participam de sua configuração, é bem mais poderoso neste sentido.

Se o peso da “maternidade social” parece prevalecer ou ao menos operar simultaneamente ao da maternidade biológica neste modelo, é possível deduzir que numa ética de “maternidade” em setores populares como

o estudado, a socialização das crianças é compartilhada e a responsabilidade é mais da rede do que de seus genitores. A mulher que cria seus filhos e os de outros é o protótipo da “Mãe”, uma mãe de “todos”. Este é um elemento presente e central no sistema que denomino de “matriarcalidade”, uma maternidade social exercida por uma rede, ainda que sob a vigilância e responsabilidade de mulheres aptas para essa função. Neste sistema não basta a idéia de “maternidade” como *cuidado*, ela passa também pela idéia da mãe como *provedora* de seus filhos e de toda a rede que a matriarca ampara. Ela é a mulher forte e apta a responder às necessidades básicas de seus parentes, aquela que oferece teto, comida, roupa e proteção para a mínima sobrevivência dos seus.

A centralidade, força e autonomia conquistadas na trajetória destas matriarcas, foco principal da relação diádica mãe-filho, e a instabilidade conjugal (e procriação de filhos a partir de distintos parceiros e parceiras dos membros deste modelo), são características presentes que atravessam as trajetórias dos distintos indivíduos nas duas estirpes observadas: homens mulherengos, mulheres autônomas e independentes que transitam por várias relações de conjugalidade. A relação monogâmica ocorre apenas de maneira temporária e circunstancial. Homens abandonam companheiras e filhos, mulheres expulsam parceiros de suas casas. Entretanto os filhos, mesmo quando deixam a casa materna, sempre tendem a voltar a ela – adultos ou casados, estarão sempre perto de sua rede de parentesco, pela dívida eterna que os une a suas mães. A família se origina e permanece estável, neste modelo, a partir dos elementos da díade mãe-filhos; nesta família, o pai pode ou não participar, pois a paternidade, fundamental para a procriação, não tem lugar ativo na díade.

Por outro lado, a centralidade e importância da autoridade do homem consanguíneo (tio, irmão da mãe ou propriamente o filho da matriarca) é um aspecto relevante observado no estudo etnográfico feito. Na pesquisa se evidenciou que o homem, especialmente o filho adulto, tem um papel central neste modelo, com a função de proteção do grupo (e até da mãe, por exemplo, contra a agressão física do pai ou companheiros). É o homem consanguíneo (filho) que exerce um papel de mediador deste modelo para fora, em sua interação com a sociedade mais ampla. Entretanto, esta autoridade e esfera de ação masculina não invalidam a autoridade materna, se subjugam a ela, que na hierarquia de valores deste sistema é a autoridade suprema.

Em arranjos matriarcais, entretanto, a presença masculina é mais elevada e significativa do que se pensa, diferente da traduzida ou denominada “ausência do homem e do pai” em teorias de matriarcado negro, ou

daquela outra idéia esboçada por Woortmann (1987), de ser este um “terreiro onde o galo não canta”. Homens adultos, companheiros, filhos ou genros – e que são pais, pelo que não se os pode caracterizar como lares marcados pela ausência de pais – têm a principal função de “proteger”, com sua presença e força masculinas, o grupo frente à sociedade. Eles também exercem, como pais, filhos e esposos, outras funções específicas nestas redes, ainda que dependentes e subjugadas ao poder e à organização doméstica do sistema patriarcal – o que implica que a autoridade máxima e poder estão centralizados nas mãos destas amadurecidas mulheres, mas não que eles tenham uma presença nula ou insignificante. Nos arranjos extensos patriarcais observados, a família nuclear se apresenta geralmente como um núcleo dependente da configuração extensa, onde a chefia é feminina e não a do homem do arranjo nuclear – onde a pessoa idosa aparece como dependente –, como se tende a pensar.

Quando a situação econômica de um grupo nuclear se estabiliza e pode se separar do grupo extenso de que fazia parte, esse homem poderá vir a ser o chefe de seu novo grupo – temporariamente, em muitos casos. Possivelmente, esse novo núcleo independente voltará mais adiante a adotar uma configuração extensa ao crescerem filhos e ingressarem netos na vida da nova casa, reproduzindo-se, muitas vezes, de modo bastante similar, o modelo onde se nasceu e viveu, o qual poderá, em futura e nova fase extensa, voltar a ser chefiado por uma mulher mais madura e que fique sem companheiro.

A paternidade neste modelo, sem estar ausente, adota formas de expressão distintas como, por exemplo, a de outorgar identidade social à criança que ele registra, abrindo-lhe a possibilidade da bilateralidade, antes que o papel de provedor esperado em um modelo nuclear. Este papel é assumido pelas mulheres de sua rede de parentesco no modelo patriarcal. A função paterna é menos central que, por exemplo, a da filiação (outro pólo da díade) que opera mais fortemente no imaginário masculino neste modelo analisado. O lugar que o homem ocupa neste modelo diádico mãe-filhos é central e o mais privilegiado depois do da mãe: o do filho homem.

Neste modelo patriarcal, o lugar central do homem se exerce no lugar de filho, que deve sua reciprocidade antes à mãe do que a suas companheiras ou filhos. O papel do filho é central e operacionalmente mais importante do que o de pai ou esposo, porque, por seu vínculo de consanguinidade eterno (em oposição ao de afinidade do homem esposo), é nesse filho, como membro permanente da casa materna, que as mulheres depositam suas expectativas e esperanças de proteção e autoridade que a socie-

dade projeta na figura masculina (desde uma ideologia patriarcal ainda vigente). Assim, os filhos funcionam nestes casos como o elo que articula este modelo matriarcal de família a um outro mais geral e patriarcal vigente na sociedade em geral. O modelo matriarcal dialoga e se inter-relaciona com o patriarcal através do papel de seus homens.

O presente estudo, baseado em dois grupos familiares, a partir de uma densa descrição etnográfica, por seu caráter minucioso e olhar atento ao sentido das relações quotidianas estabelecidas entre os informantes, desde uma certa interpretação dos dados apresentados, com vistas à elaboração de uma tese de doutorado (HITA, 2004), permitiu lançar uma série de novas perguntas e questionamentos a vários supostos tidos durante longo tempo como intranponíveis no campo dos estudos da família. Essa foi a principal intenção deste estudo: fundamentar alguns desses questionamentos antes que se preocupar com a elaboração de apressadas generalizações sobre o modelo estudado ou responder muitas dessas questões, assim como formular novas perguntas e pistas para o desenvolvimento de novas hipóteses.

REFERÊNCIAS

CLARKE, Edith. *My mother who fathered me*. a study of the family in three selected communities in Jamaica. London: George Allen & Unwin, 1972 [1957].

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira (notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil). In: ALMEIDA, K. de et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982. p.13-38.

FONSECA, Claudia. *Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

FRAZIER, Franklin. *The negro family in the United States*. Chicago: University of Chicago Press, 1939.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. 31. ed. Rio de Janeiro: Record, 1992 [1933].

HITA, Maria Gabriela. *A casa das mães sem terra*. etnografia familiar matriarcal em bairro popular negro da cidade de Salvador. 2004. 355f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 2004.

LANDES, Ruth. *A cidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967 [1947].

MARCELIN, Louis Herns. *A invenção da família Afro-Americana: família, parentesco e domesticidade entre os negros do recôncavo da Bahia, Brasil*. 1996. 325 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Perspectivas do Homem/Edições 70, 1988 [1950].

PRITCHARD, E. Evans. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. O irmão da Mãe na África do Sul. In: _____. *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis: Vozes, 1973. p.27-45.

SARDENBERG, Cecília. Mães e filhas: etapas do ciclo de vida, trabalho e família entre o antigo operariado baiano. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 29, p. 21-47, 1998.

STACK, Carol B. *All our kin: strategies for survival in a black community*. New York: Harper & Row, 1974.

WOORTMANN, Klaas. *A família das mulheres*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPQ, 1987.

AS RELAÇÕES INTERGERACIONAIS E A VIOLÊNCIA FAMILIAR CONTRA O IDOSO

Kátia Jane Chaves Bernardo

A palavra velhice não representa uma realidade bem definida, mas, ao contrário, um fenômeno complexo, cujo conceito depende da interdependência de dimensões como gênero e classe, que apontam para oposições, diferenças, conflitos e/ou alianças provisórias (BRITTO DA MOTTA, 2003).

Do ponto de vista sócio-antropológico, podemos afirmar que a idade é ressignificada como um princípio norteador de direitos e deveres. Geralmente, nos diversos contextos históricos, há uma atribuição de poderes para cada fase da vida.

Parafraseando Bourdieu (1983, p.112), podemos dizer que “velhice” é apenas uma palavra, isso porque, segundo o mesmo autor, “as divisões entre as idades são arbitrárias” e o que de fato existe, na divisão lógica entre velhice e juventude, é disputa pelo poder, é manipulação. Trata-se do estabelecimento de uma ordem onde cada um deve se manter “em seu lugar”; do estabelecimento de limites que, quando não respeitados ou não bem estabelecidos, fazem surgir os conflitos entre as gerações.

Quando falamos das relações intergeracionais, vamos buscar respostas nas dimensões sócio-culturais da vida social, ou seja, o indivíduo deve ser compreendido como ser social inserido em determinado grupo com o qual comunga valores, modos de pensar e agir na sociedade. Trata-se, portanto, da interpretação dos símbolos e dos significados construídos pelas sociedades e expressos nas formas de pensar e agir sobre as diferentes fases da vida e das relações intergeracionais.

Cada etapa da vida expressa um certo estado das relações intergeracionais. As “crises” ou os períodos chave giram em torno da questão das relações intergeracionais, sobretudo na família no momento da saída dos filhos de casa ou no trabalho, na passagem para a aposentadoria. Cada ruptura ocasiona uma reorganização da percepção do tempo, na qual se modificam as coordenadas de sua própria duração no eixo do tempo definido pelo conjunto das gerações (FORACCHI, 1972).

Para essa autora, o conflito de gerações pode ser entendido como a luta de uma geração com valores básicos que não sabe ou não quer preservar. “É como se uma geração ‘cobrasse’ à outra a fidelidade ao conjunto de problemas que a marcou como geração.” (FORACCHI, 1972, p.25). Porém, não é contra a contundência dessa crítica que se define a situação de conflito, mas quando a crítica não é absorvida; trata-se de um conflito de valores e não apenas de vivências de idade.

As diferenças naturais em cada momento da vida – do nascimento à morte – vão ter significados diversos, dependendo de cada cultura e das diferentes concepções sociais. Embora possamos afirmar que existe uma universalização no ato de periodizar a vida, essa periodização vai se dar de acordo com cada cultura e cada sociedade, cada momento histórico e social. As diferentes culturas sempre construíram significados para a vida, elaboraram periodizações e desenvolveram sentidos e práticas próprios para cada etapa e para cada passagem de um período para outro da vida.

Nas sociedades tribais, a exemplo dos Suyá ou dos Guayaki, localizadas nas terras baixas da América do Sul, os grandes rituais de passagem são rituais da trajetória da vida e essa trajetória é marcada não por princípios biológicos, mas pelo lugar social que aquela sociedade considera fundamental para marcar a saída da infância, a entrada na adolescência e na velhice (SEEGER, 1980).

Na sociedade moderna, a vida é institucionalizada e pensada a partir da concepção individualista de pessoa. Existimos socialmente se temos uma identidade civil definida pelo Estado, em termos de sexo e data de nascimento. Só existimos socialmente porque nos percebemos inseridos em uma sociedade e porque acreditamos que temos um mundo interior, uma subjetividade: maneira de ser, pensar, sentir e agir que definem a nossa identidade psicológica e nossa singularidade.

É nesse contexto da cultura individualista e da institucionalização do curso da vida que as noções de crise de idade e de conflito de relações intergeracionais ganham sentido. Aí, a trajetória do curso da vida é associada à idéia de crises periódicas, esperadas e que devem ser superadas. A

sociedade contemporânea considera essas crises como marcas que se apresentam ao longo do curso da vida e as considera como momentos chave da trajetória de vida dos indivíduos.

A sociedade, então, constrói uma rede de significados que dá aos indivíduos, ao mesmo tempo, modelos de ação e condições de interpretação da realidade. As crises e os conflitos são internalizados como fatos individuais de ordem privada. Melhor dizendo, as crises são dadas culturalmente; há um papel social que deve ser representado por aqueles que vivem uma situação já considerada socialmente como crise, a exemplo do envelhecimento.

Em diferentes sociedades e épocas, o tratamento social dado aos velhos, crianças e mulheres, assim como os comportamentos deles esperados, têm sido diferenciados e os fatos históricos apontam que os privilégios, tradicionalmente, cabiam ao sexo masculino e à idade adulta plena, ficando, via de regra, as mulheres, os muito jovens e os velhos socialmente invisíveis. Somente em algumas culturas pré-capitalistas, os velhos gozavam do prestígio da posse da memória e da experiência (BRITTO DA MOTTA, 1998a, 1998b).

No entanto, o jogo de poder entre sexo/gênero e entre as gerações vem mudando nas últimas décadas, com as mulheres se fortalecendo ao longo dos anos setenta e oitenta, com os jovens conquistando a oportunidade de questionar idéias, posições e direitos e lutarem pela liberdade, e os velhos não apenas crescendo em número, mas organizando-se em grupos e atuando em importantes movimentos como o dos aposentados.

Nossa sociedade construiu uma representação negativa e estigmatizada da velhice. O desejo social de morte em relação aos idosos aparece, principalmente, através de “[...] conflitos intergeracionais, maus-tratos e negligências, cuja elaboração cultural e simbólica se diferencia no tempo, por classes, por etnias, e por gênero.” (MINAYO, 2003, p.784).

No momento em que os velhos se negam a obedecer e aceitar o lugar a eles reservado na divisão culturalmente atribuída de direitos e deveres no ciclo de vida, a respeitar os limites impostos pelo preconceito social, temos aqui o que Bourdieu (1983) aponta como aquilo que faz surgir os conflitos entre gerações: a disputa de poder. E é na família, lugar por excelência das emoções, da privacidade e da intimidade, que os dramas individuais ocorrem fundamentalmente.

A família se apresenta como o espaço em que se confrontam e se mesclam valores que privilegiam o indivíduo e valores que acentuam a importância do grupo social, possuindo a capacidade de se reorganizar e en-

frentar os constantes desafios que encontra na sociedade. Por meio de mecanismos de reação e adaptação às circunstâncias históricas, a família encontra novas formas de estruturação, incorporando mudanças e novos padrões de comportamento diante de uma realidade social. A família pode se reorganizar e encontrar novas formas de relacionamento, repensando hierarquias sempre que uma situação de mudança social e individual envolva condições de vida difíceis e transições desenvolvimentais de seus membros (BASTOS, 2001).

A trajetória da família brasileira atual vem-se dando num contexto de mudanças sócio-culturais e políticas, fazendo surgir novos modelos familiares, ao mesmo tempo derivados e deflagrações dessas mudanças sociais (baixa taxa de fecundidade, aumento da expectativa de vida, desvalorização da instituição do casamento, aceitação social do divórcio, transformações nas relações de gênero, entre outras) que merecem ser consideradas quando queremos compreender como se dão as relações dentro desse grupo social.

Como reflexo da omissão do Estado frente ao alto índice de desemprego e à má distribuição de renda, da quase inexistência de políticas públicas voltadas para as questões sociais em geral e para as questões do envelhecimento populacional em particular, da escassez de programas sociais e da precariedade da saúde pública, só resta à família atuar de maneira mais direta e intensa na regulação das relações e nos apoios intergeracionais, realizando uma solidariedade familiar importante e diversificada na sociedade brasileira, em que os apoios se efetuam em função da situação social de seus atores.

Esse movimento, comum nas regiões urbanas brasileiras, produz uma transformação no campo da família e nos processos de filiação, o que termina por favorecer uma expansão do núcleo familiar, com o aumento de famílias nas quais coexistem três e mesmo quatro gerações, com os velhos passando a viver na casa de um dos filhos ou, se são proprietários de uma casa, um dos filhos adultos vem com a família morar com eles como forma de baratear os custos habitacionais e garantir os cuidados às crianças e a outros dependentes que não estão inseridos ativamente no mercado de trabalho, como os adolescentes, os idosos e os desempregados (PEIXOTO, 2004).

Na medida em que a coexistência de 4 gerações é um fenômeno cada vez mais freqüente, a geração de 50 a 60 anos, chamada por Attias-Donfut (2004) de geração “pivô”, passa a enfrentar o que pode ser considerado um dos maiores desafios do novo século: cuidar, ao mesmo tempo, dos pais idosos, dos filhos e dos netos (DELBES; GAYMU, 1993).

A proximidade geográfica, ou mesmo a coabitação, são elementos importantes no desenvolvimento da solidariedade familiar e favorecem a

construção de verdadeiros laços entre pais, filhos e netos, uma vez que os apoios se manifestam através de reciprocidades múltiplas: apoio econômico (pagamento de aluguel e estudos dos netos), intervenções na vida cotidiana, ajuda no cuidado dos netos, etc. (PEIXOTO, 2004).

Por outro lado, “[...] o princípio de igualdade absoluta entre os indivíduos nas relações intergeracionais não corresponde à realidade das práticas familiares” (PEIXOTO, 2000, p.97) e as denúncias de violência contra os mais velhos comprovam que o fato dos idosos viverem com os filhos não é garantia da presença de respeito e de prestígio, nem de ausência de maus-tratos e violência.

A violência vem sendo considerada como endêmica na sociedade brasileira e muitas são as explicações que as ciências de uma forma geral buscam para esse fenômeno, que acompanha e integra a nossa vida, não permitindo que fiquemos alheios ao papel que sempre desempenhou nos assuntos humanos (TAVARES DOS SANTOS, 1999).

Embora não seja um fenômeno exclusivamente urbano, uma vez que atinge também a população do campo, sobretudo os trabalhadores, através de suas diversas expressões, a violência vem assumindo maiores proporções nas relações sociais urbanas (MINAYO, 1993). Os estudos sobre a violência urbana surgiram no início do processo de globalização, na década de 1980, apontando a criminalidade como uma forma de ganhar a vida pelas populações marginais das cidades, mas também indicando uma relação entre a violência do Estado e a estigmatização social dessas populações.

Com o aumento da violência na década de 1990, fenômeno cujas facetas são objeto de apreensão no cotidiano e, por desencadear um temor generalizado entre as pessoas, pelo papel que assume diante do número de vítimas (entre eles idosos) que atinge indiscriminadamente (MINAYO, 1993), a violência passa a ser objeto de reflexão de várias áreas do saber. Vários trabalhos (MACHADO, 1994; MINAYO, 1994; TAVARES DOS SANTOS, 1999; ZALUAR, 1994) buscam identificar as características sociais das populações envolvidas na violência urbana, o destino dos jovens das classes populares neste contexto, as manifestações urbanas da criminalidade violenta, ou a relação entre a possível fragmentação social e cultural do espaço urbano como efeito social e da crise de governabilidade.

Para Tavares dos Santos (1999), a disseminação da violência nas relações sociais e no cotidiano da sociedade brasileira termina por acarretar o esgotamento do sujeito político e por dilacerar a cidadania. A violência difusa na sociedade contemporânea assume contornos sócio-culturais, encaixando-se em ideologias vigentes na sociedade e atingindo grupos sociais

diversos. Suas formas específicas de expressão aparecem em todas as regiões do país e nos diversos grupos sociais. Ao perpassar as várias fases da vida e se instaurar nas mais variadas relações humanas, constituem-se novas formas de violência, expressas pelo crime organizado, a violência doméstica, certas práticas dos grupos de jovens, em um contexto de precarização das relações de trabalho, indicando as limitações do sujeito político neste final de século (TAVARES DOS SANTOS, 1999).

Para compreender esse fenômeno, é preciso que se entenda os atores envolvidos nas cenas de violência, rompendo o binômio vítima/algoz. Juntos, os diversos tipos de violência constituem uma rede intrincada e complexa, na qual todos (cada um a seu modo) são vítimas e autores ao mesmo tempo. Todos são afetados pela fonte comum de uma estrutura social desigual e injusta, que alimenta e mantém ativos os focos específicos de violência, os quais se expressam no interior das instituições, nas relações domésticas, de gênero, de classes e intergeracionais (MINAYO, 1993).

Podemos apontar as raízes autoritárias da nossa sociedade, a frequente violação dos direitos humanos e a exclusão moral como responsáveis pelo crescimento da violência no país. No Brasil, é fácil observarmos a não abrangência dos princípios de justiça a todos os cidadãos, além dos constantes processos de exclusão, colocando à margem da sociedade grupos, como os idosos, percebidos no imaginário popular como não dignos dos benefícios que recebem e trazendo ônus para aqueles que se julgam os únicos cidadãos.

A violência está inserida, cotidianamente, nas relações sociais de tal forma, que não pode ser considerada apenas como uma força exterior aos indivíduos, mas como força que a eles se impõe. Ou melhor, a violência deve ser considerada dentro do contexto histórico, não podendo ser estudada fora do contexto da sociedade que a produziu.

Tavares dos Santos (1999) afirma que a questão social do século XX não foi resolvida, pois permanecem as relações de exploração econômica, as relações de dominação política e a disseminação da violência simbólica. Vemos a reprodução de um modo de produção da exclusão social expresso pelas altas taxas de desemprego, pelo aumento da pobreza e pela proliferação dos racismos, que terminam por produzir “[...] as práticas de violência como norma social particular de amplos grupos da sociedade, presentes em múltiplas dimensões da violência social e política contemporânea.” (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p.18).

Minayo (1997) afirma que, para entendermos a violência na atualidade, é importante levarmos em conta que nas sociedades modernas predomina, nas consciências sociais, o conceito de violência criminal que serve

para ocultar outras formas insidiosas de violência, como a opressão dos poderosos sobre os fracos; a violência “naturalizada” que acompanha os avanços tecnológicos; a violação dos direitos humanos; a exclusão moral, como no caso dos idosos.

Em entrevista à Folha de São Paulo, Gilberto Velho considera especialmente a violência contra os idosos como um sinal de avanço da violência de maneira mais ampla, na medida em que barreiras sociais antes existentes – como o respeito aos mais velhos – são rompidas, colocando em xeque elementos básicos da vida social. Para o antropólogo, os velhos, e acrescentaria, assim como as crianças e as mulheres, são vítimas preferenciais, porque são mais frágeis (CIMIERI, 2005).

Na maioria dos estudos internacionais (CHAVEZ, 2002; GASTRÓN, 1999; IANNI, 1992), a violência familiar contra idosos aparece sempre em primeiro lugar quando comparada com outras formas de violência como a negligência social difusa, a violência institucional ou a violência do trânsito, entre outras.

Entretanto, observamos que, no Brasil, ainda são poucos os estudos que se propõem a investigar o fenômeno da violência relacionado às questões do envelhecimento, particularmente no que se refere a sua incidência nas famílias contemporâneas. Podemos citar os trabalhos de Figueiredo (1998), Ibias e Grossi (2001), Menezes (1999), Minayo (2003), Souza et al. (1998) e Garrido (2004) apenas este realizado no Estado da Bahia.

Por isso, ainda pouco se sabe sobre como o envelhecimento tem sido vivenciado por esse segmento populacional, quando se faz necessário compartilhar espaço e experiência com outras gerações, o que significa compreender, entre outros aspectos, a diversidade de trajetórias de vida desses sujeitos, as formas como as relações intergeracionais influenciam suas relações objetivas e subjetivas com a sociedade, a organização doméstico-familiar, os vínculos interpessoais, a possibilidade de realização de projetos pessoais, entre outros fatores.

A qualidade do ambiente familiar, assim como a interação do idoso com aqueles com quem compartilha o seu dia-a-dia, têm papel fundamental em sua vida, isto porque o desejo de viver passa também pela possibilidade de ser produtivo e de manter o processo social.

A relação com membros das gerações mais jovens tem um papel fundamental no resgate da auto-estima pelo idoso, na medida em que preconceitos sejam quebrados, que a atualização em termos de padrões e normas sociais, assim como a revisão em relação aos novos conhecimentos seja possível, permitindo-lhe o deslocamento do lugar de passividade para o de

ser participativo da sociedade. No entanto, as relações intergeracionais, no mais das vezes, parecem ser marcadas pelo conflito e pela violência.

A sociedade brasileira caracteriza-se por um alto índice de violência familiar, seja contra mulheres, crianças ou velhos, ocupando, na década de 90, um lugar cada vez maior na mídia impressa e eletrônica, com as estatísticas indicando que os crimes perpetrados por desconhecidos competem com aqueles cometidos por parentes, amigos e vizinhos¹ (DEBERT, 2001).

A família, então, deixa de ser vista como o espaço de proteção e cuidado para ocupar o lugar em que as relações de opressão, abusos físico e emocional, crime e ausência de direitos individuais, em muitos casos, prevalecem. “O lar é o espaço onde as mulheres e as crianças [assim como os velhos] correm maior risco.” (DEBERT, 2001, p.74).

A violência contra o idoso é um fenômeno que se encontra presente em nossa sociedade há muito tempo, não se constituindo em algo recente, porém foi com a criação das delegacias especiais de polícia, dentre elas a Delegacia de Proteção de Idoso, que este fenômeno ocupou maior visibilidade social, levando o governo federal a preparar o lançamento do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa, que tem como um dos objetivos o combate à violência e aos maus-tratos contra idosos (PLANO... 2004).

Diante da impossibilidade do Estado em formular e sustentar políticas sociais, verifica-se um aumento de casos de conflitos econômicos associados às relações familiares, levando à necessidade de intervenção judicial. Foi nesse contexto que, em 1991, surgiram as Delegacias Policiais de Proteção aos Idosos, inspiradas nas Delegacias de Proteção à Mulher, mas que, ao contrário destas, que se expandiram sustentadas pelo movimento feminista, as primeiras tiveram suas atividades interrompidas, restando apenas uma no centro da cidade de São Paulo e outra no município de Guarulhos² (SINHORETTO, 2000).

Retomando Bourdieu (1983), que adverte para o fato de que aquilo que faz surgir os conflitos entre gerações é a disputa pelo poder, a violência

¹ A TARDE on line, 27/04/2004. Idosa, frágil e vítima de ganância (sobrinha).

A TARDE on line, 29/04/2004. Aposentado é morto a pauladas (desconhecido).

A TARDE on line, 29/04/2004. Mataram o pai para ficar com a herança.

A TARDE, 06/06/2004. Idoso assassinado (ex- inquilino).

A TARDE on line, 05/07/2004. Preso acusado de matar aposentado (assalto relâmpago).

A TARDE on line, 27/10/2004. Tentou matar mãe a golpes de foice.

A TARDE on line, 30/10/2004. Adolescente espanca aposentada até a morte (conhecido).

² No estado de São Paulo, chegaram a entrar em funcionamento 11 Delegacias de Polícia de Proteção ao Idoso que foram extintas em 1995, no governo Covas (DEBERT, 2001).

contra o velho é uma expressão de abuso de poder por membros mais jovens da família. Via de regra o(a) velho(a) é vítima, ao mesmo tempo, de vários tipos de violência, entre eles:

- abusos físicos - tapas, empurrões, espancamento, contenção física;
- abusos psicológicos – ameaças, humilhação constante, insultos, infantilização do idoso(a), privação de informações, retirada do direito de participação na tomada de decisões a respeito de coisas de seu interesse;
- abusos financeiros – filhos que confiscam as aposentadorias dos pais, ou o uso inadequado do dinheiro da pensão para benefício próprio; indução do idoso a assinar documentos, dando plenos poderes para compra, venda ou troca de bens e serviços, etc.
- abusos sexuais;
- negligências – recusa, omissão ou fracasso por parte do responsável pelo idoso em oferecer os cuidados de que ele necessita: provisão inadequada de medicamento, de alimentação e de cuidados médicos;

Entre estes, ao se referir aos conflitos intergeracionais frequentes no contexto familiar, Attias-Donfut (2004) particulariza os conflitos entre as gerações de mulheres e recorre ao conceito de matrofobia para qualificar os ataques das filhas contra suas mães, fruto das transformações recentes dos estatutos e dos papéis das mulheres, que termina por provocar a ruptura do processo de identificação entre mães e filhas e por engendrar a disputa de poder no seio da família.

Em artigo publicado no boletim do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, Sinhoretto (2000) informa a ocorrência de 1504 casos registrados na Delegacia de Proteção do Idoso da cidade de São Paulo, no período de 1991 a 1998; das 1559 vítimas, 57%, além de idosas, são mulheres. De acordo com as queixas, os episódios de violência contra mulheres idosas ocorrem, sobretudo, no espaço doméstico. Os agressores são, na maioria, homens (57%), filhos, netos, familiares ou vizinhos das vítimas e as agressões podem ser classificadas como violência física ou psicológica.

Pesquisa semelhante, realizada em Porto Alegre, em 1999, aponta que os chamados “conflitos domésticos” correspondem a quase metade das ocorrências registradas na Delegacia de Proteção ao Idoso e ultrapassam os conflitos com vizinhos. Dentre os motivos alegados para tais conflitos, envolvendo, principalmente, filhos, netos ou cônjuges (40%) e outros familiares (7%), foi identificada a disputa pelos bens dos idosos, e dificuldades econômicas das famílias em sustentá-los, entre outras (IBIAS; GROSSI, 2001).

De forma geral, as Delegacias de proteção ao Idoso, assim como as Delegacias de Proteção à Mulher, registram a dificuldade que as vítimas enfrentam para romper o silêncio, apontando como possíveis causas o medo de institucionalização permanente que resultaria na perda de todo o contato familiar, uma vez que a família, ao mesmo tempo em que oprime, também pode oferecer momentos de carinho e proteção; medo de não ser acreditada e, conseqüentemente, rotulada de demente e senil, perdendo toda a independência; sentimentos de vergonha e humilhação pelo ocorrido; crença de que é um estorvo social para a família ou para a sociedade, conseqüência da estigmatização social relacionada ao velho (IBIAS; GROSSI, 2001).

Um outro fato verificado com freqüência é o sentimento de culpa revelado pelo(a) velho(a) ao denunciar o agressor, muitas vezes o filho ou o neto, levando as vítimas a não concluírem os processos contra seus agressores, impedindo, portanto, sua punição. Na maioria das vezes, o pedido do idoso é para que a polícia dê “apenas um susto no acusado” (DEBERT, 2001).

Investigar a violência doméstica não se constitui em tarefa de fácil execução, na medida em que as questões que envolvem esses eventos são, em sua maioria, “resolvidas” dentro e pela família, criando-se a referida “conspiração do silêncio” (FIGUEIREDO, 1998), transformando esse tema em “maldito”, na medida em que, ao abordá-lo, estaremos desvelando uma face que a família tem todo o interesse em manter oculta.

Apesar disso, não podemos nos deixar intimidar. É preciso que mais pesquisas se desenvolvam não apenas para denunciar a existência da violência familiar contra o(a) velho(a), mas para reconhecê-la, identificar suas formas e propor publicamente formas de intervenção adequadas, que protejam as vítimas de um sofrimento desnecessário.

REFERÊNCIAS

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.85-108.

BASTOS, Ana. Cecília. *Modos de partilhar: a criança e o cotidiano da família*. Taubaté: Central Editora Universitária, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: _____. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p.112-121.

BRITTO DA MOTTA, Alda. Introdução: gênero, família e fases do ciclo de vida. *Cadernos CRH*, Salvador, n.29, p.13-26, jul./dez. 1998a. (Dossiê Gênero e Família).

_____. Reinventando fases: a família do idoso. *Cadernos CRH*, Salvador, n.29, p.69-87, jul./dez. 1998b. (Dossiê Gênero e Família).

_____. *A categoria geração na pesquisa científica*. Trabalho apresentado ao 22º. Seminário Nacional de Pesquisa em Enfermagem. Porto Seguro, 2003.

CHAVEZ, N. *Violence Against Elderly*. Disponível em: <<http://www.health.org/referrals/resguides.asp>> Acesso em: 14 abr. 2002.

CIMIERI, Fabiana. Antropólogo [Gilberto Velho] diz que violência é mais cultuada entre jovens. Entrevista concedida à *Folha de São Paulo*, edição de 20 out. 2003. Disponível em: <<http://ww1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u54586.shtml>> Acesso em: 28 mar 2005.

DEBERT, Guita Grin. A família e as novas políticas sociais no contexto brasileiro. *Interseções* - Revista de Estudos Interdisciplinares, Rio de Janeiro, ano 3, n.2, p.71-92, jul./dez. 2001.

DELBES, Christiane; GAYMU, Joelle. Les familles à quatre générations. *Informations Sociales*, Paris, n.30, p.105-38, 1993.

FIGUEIREDO, Sumaya Cristina Silva. Abuso de pessoas idosas na família: um ensaio. *Gerontologia*, Uberaba, n.6, v.3, p.126-135, 1998.

FORACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. In: _____. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972. p.19-32.

GARRIDO, Edleusa Nery. *Mulheres em situação de violência doméstica: o que faz a equipe de Saúde da Família?* 2004. 159 fl. Dissertação (Mestrado em Saúde Comunitária) - Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GASTRÓN, Liliana. Y que cumplas muchos más... (abuso, maltrato y abandono: la causa oculta de la mayor longevidad femenina). *La Aljaba: segunda época*, Revista de Estudios de la Mujer, Luján, Argentina, v.IV, p.93-106, 1999.

IANNI, Octávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

IBIAS, Clara Isabel; GROSSI, Patrícia Krieger. Violência não tem idade. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (Org.). *Violências e gênero*. coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.107-116.

MACHADO, Luiz Antonio. A (des)organização do trabalho no Brasil urbano. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, n.4, v.3/4, p.2-5, 1994.

MENEZES, Maria do Rosário. *Da violência revelada à violência silenciada: um estudo etnográfico sobre a violência doméstica contra o idoso*. 1999. 377f. Tese (Doutorado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência para todos. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.9, n.1, p.65-78, jan./mar. 1993.

_____. A violência social sob a perspectiva da saúde pública. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, n.10, supl. 1, p.07-18, 1994.

_____. Violência, direitos humanos e saúde. In: CANESQUI, Ana Maria (Org.). *Ciências Sociais e Saúde*. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1997. p.247-260.

_____. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n.9, p.783-791, 2003.

PEIXOTO, Clarice Ehlers. Avós e netos na França e no Brasil: a individualização das transmissões afetivas e materiais. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers, SINGLY, François de, CICCHELLI, Vincenzo (Org.). *Família e Individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.95-111.

_____. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PLANO combate violência a idoso. *A Tarde*, Salvador, Caderno Nacional, p.13-14, 28 set. 2004.

SEEGER, Anthony. Os velhos nas sociedades tribais. In: _____. *Os índios e nós* (Estudos sobre sociedades tribais brasileiras). Rio de Janeiro: Campus, 1980. p.61-70.

SINHORETTO, Jacqueline. Além de mulheres, idosas: um estudo de caso da Delegacia Policial de Proteção ao idoso de São Paulo. *Boletim IBCCRIM*, São Paulo, v.8, n.97, p.1-2, dez. 2000.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. *Mortalidade por causas externas em idosos no Brasil, Estados e Regiões Metropolitanas*. Boletim sobre Causas Externas. Rio de Janeiro: Centro Latino-Americano de Estudos sobre Violência e Saúde/Centro Nacional de Epidemiologia, 1998.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: _____. *Violência no tempo da globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999. p.11-39.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

NA VELHICE TAMBÉM? O PSF IDENTIFICANDO MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA¹

Edleusa Nery Garrido

INTRODUÇÃO

A violência está presente em todas as sociedades, variando, no entanto, quanto às formas e graus de intensidade. Neste sentido, a doméstica é um tipo freqüente, afeta a todos os seus membros, mas as mulheres são as mais habitualmente atingidas, sendo a violência, portanto, um fator de risco à sua integridade física e psicológica. Sendo assim, a procura pelos serviços de saúde representa um importante espaço para a resolução do problema.

A inclusão da violência no campo da Saúde tem estado em evidência nas últimas décadas, sobretudo a partir do final dos anos 80, quando foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como problema de saúde pública. Tradicionalmente, as intervenções nesse campo resumiam-se aos atendimentos referenciados no modelo biomédico. Tratavam-se as lesões corporais e/ou psicológicas, mas não, necessariamente, a origem dessas lesões fazia parte do foco de atenção dos profissionais de saúde (MINAYO; SOUZA, 1999).

Somente em 1991, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) reconheceu a violência como um forte determinante para o adoecimento das mulheres (CAMARGO, 2000). Diferentemente da violência intrafamiliar,

¹ Este texto é baseado em parte de minha Dissertação de Mestrado, sob a orientação da Profa. Dra. Ceci Vilar Noronha, intitulada *Mulheres em Situação de Violência Doméstica: o que Faz a Equipe de Saúde da Família?*, com auxílio de bolsa da CAPES e defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva, do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, em março de 2004.

que pode atingir qualquer membro da família, inclusive a mulher, a violência aqui enfocada é denominada violência de gênero, pois “[...] diz respeito a sofrimentos e agressões dirigidos especificamente às mulheres pelo fato de serem mulheres.” (SCRHAIBER; D’OLIVEIRA, 1999, p.14).

O presente trabalho é parte da análise dos resultados de uma pesquisa desenvolvida junto aos profissionais de quatro equipes do Programa de Saúde da Família (PSF), em um município² da Bahia. Teve como objetivo explorar as percepções das situações que pudessem se caracterizar como atos de violência doméstica contra as mulheres, em todas as fases de sua vida. Especialmente para esta reflexão, foram enfatizados os diversos tipos de violência que atingem a mulher idosa.

Não houve preocupação em se definir entre as categorias idoso e velho. Consideraram-se ambas adequadas para identificar pessoas que ultrapassaram a vida adulta plena, ou seja, aquelas que estão acima de 60 anos de idade.

A opção pelo Programa de Saúde da Família (PSF) como objeto empírico tem estreita relação com a experiência profissional da autora desta proposta com o Programa. Esta prática aproximou-a de uma realidade que, possivelmente, deve se repetir em muitas Equipes de Saúde da Família (ESF) no Brasil: o contato freqüente com mulheres vivendo em situação de violência doméstica.

Com base nos princípios de universalidade, equidade e integralidade, o PSF³ é uma estratégia do Governo Federal, cujo objetivo é reorientar as ações da atenção básica nos serviços de saúde. A Unidade de Saúde da Família (USF) pretende ser a porta de entrada para o Sistema Único de Saúde (SUS). Visa contemplar atividades de promoção, prevenção e recuperação da saúde, o que “[...] tem contribuído para a melhoria dos indicadores sociais da população assistida, sobretudo porque permite detectar situações de risco que possam comprometer a qualidade de vida.” (MARCQUES; MENDES, 2002, p.72).

Dentre as atribuições básicas de uma ESF, é possível citar: conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis, com ênfase nas suas características sócio-econômicas, psico-culturais, demográficas e epidemiológicas; identificar os problemas de saúde mais comuns e situações de risco às quais a

² O município estudado faz parte da Região Metropolitana de Salvador, Bahia-Brasil e permanece em anonimato, conforme recomendação do Comitê de Ética da UFBA, a cuja apreciação o projeto foi inicialmente submetido.

³ Uma equipe do PSF é responsável pelo acompanhamento de 600 a 1000 famílias (cerca de 4500 pessoas) residentes em um determinado território. Em linhas gerais, é composta por um(a) profissional médico, um(a) enfermeiro(a), dois(uas) auxiliares de enfermagem e seis agentes comunitários(as) de saúde (COSTA NETO, 2000).

população está exposta; valorizar a relação com o(a) usuário(a) e com a família para a criação de vínculo de confiança, que é fundamental no processo de cuidar; promover ações intersetoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas (COSTA NETO, 2000).

A PESQUISA

Adotou-se metodologia qualitativa. Os dados foram levantados em quatro momentos, por vezes distintos, por vezes inter-relacionados. Inicialmente, buscou-se fazer um levantamento bibliográfico sobre os temas: violência de gênero, impacto da violência de gênero sobre a saúde das mulheres e ações do setor saúde frente à violência de gênero. Tal fase perdurou em todo o processo da pesquisa, funcionando como subsídio teórico e empírico para as fases seguintes. Na segunda etapa, foram elaborados e testados o roteiro para entrevista semi-estruturada e o roteiro para observação de campo, principais instrumentos para levantamento das informações. Na seqüência, realizaram-se vinte e cinco entrevistas semi-estruturadas, junto aos técnicos das ESF. Finalmente, os dados foram sistematizados e analisados. Neste último momento, o retorno ao campo se fez necessário, algumas vezes, para maior aprofundamento de questões que emergiram posteriormente.

Optou-se pela análise de conteúdo como recurso técnico, atentando-se para os temas principais e secundários das entrevistas. As categorias de análise utilizadas foram: reconstrução de casos, etapa do ciclo vital das vitimadas, formas de violência e ações do setor saúde.

As equipes identificam, constantemente, mulheres em situação de violência doméstica. O conhecimento dessa realidade pode ocorrer durante as consultas clínicas, quando é realizado o exame físico, e também quando as usuárias relatam suas queixas. Advém, ainda, das visitas domiciliares que os profissionais do PSF realizam às famílias assistidas pelo Programa. No domicílio, o(a) profissional tem possibilidade de perceber o funcionamento da dinâmica familiar e quais dos seus componentes estão mais expostos a fatores de risco. Vale ressaltar que a população idosa tem geralmente atenção específica no âmbito do PSF, pois, na maioria das vezes, este segmento constitui-se em um grupo portador de doenças crônicas como diabetes e hipertensão. Tal especificidade aproxima ainda mais a ESF do(a) idoso(a). Em todas

as unidades visitadas, a ESF realiza também um trabalho de grupo junto aos hipertensos e/ou diabéticos, sendo que os participantes são, em sua maioria, pessoas idosas, e predominantemente do sexo feminino.

Ficou evidenciado que as mulheres, de todas as faixas etárias, são as mais atingidas pela violência que ocorre no lar. Em linhas gerais, a violência doméstica está presente na *infância*, através do abuso sexual, dos maus-tratos físicos e da negligência. O abuso sexual geralmente é cometido por pai, padrasto, irmãos mais velhos, parentes ou vizinhos. Atinge meninos e meninas, mas entre as meninas estes episódios foram apontados como os mais freqüentes. O depoimento da profissional abaixo tipifica uma das situações mais comuns:

“O ano retrasado... eu atendi uma criança aqui que tava com condiloma na região anal. Essa menina, a gente perguntou a mãe, conversamos e notifiquei, encaminhei [...] Então a gente conversando, suspeitamos que ela devia estar sendo molestada pelo padrasto.” (Enfermeira 1, 49 anos).

A gravidez precoce⁴ é apontada como principal circunstância de violência sofrida pelas *adolescentes* daquelas localidades. A responsabilidade pela maternidade recai, freqüentemente, sobre as jovens, inviabilizando, possivelmente, a continuidade dos estudos e outros projetos de vida:

“Aqui aumentou muito o número de gestantes tudo jovem. Eu mesmo já estou preocupada porque a maioria adolescente... não tem condições de vida... se você for visitar você vai ver realmente. Nossa! São condições de vida precárias, não tem marido, só pra fazer a criança... com licença da palavra.” (Agente Comunitária de Saúde 1, 41 anos).

Conforme é possível verificar acima, comumente, nesses casos, o parceiro ou namorado não assume a paternidade, restando à família acolher essa jovem e seu filho. Nessas situações, a maternidade será partilhada com a mãe ou a avó da gestante, redefinindo novos arranjos familiares. Como afirma Britto da Motta (1998), trata-se da reinvenção de ciclos ou fases da vida familiar. Há casos ainda em que a futura mãe estará em total desamparo, quando sua família se isenta de qualquer acolhimento e ajuda.

⁴ Na “Série Histórica das Informações de Saúde do Modelo PSF” (BAHIA, 2003), o percentual de gestantes com menos de 20 anos, cadastradas, estava assim distribuído: Zona Urbana 01 – 21,74%; Zona Urbana 02 – 34,78%; Zona Rural 01 – 26,09%; e Zona Rural 02 – 35%. É preciso considerar, no entanto, que estes dados são os registrados oficialmente. Na prática, todos os profissionais de todas as equipes confirmaram que a USF atende mensalmente a um número de pessoas superior ao dos dados oficiais.

As mulheres na fase *adulta* revelam aos técnicos, muito frequentemente, situações de espancamentos e humilhações:

“Aparece assim casos de casais, né? Mulheres, as mulheres que chegam aqui, chegam tudo timidazinha, aquele negócio. É porque fulano, aconteceu isso, marido empurrou, marido bateu. Teve aqui uma que diz que o marido bateu tanto que “tava” tendo até sangramento vaginal.” (Auxiliar Enfermagem 8, 28 anos).

A despeito de existirem fatores relacionados à própria organização dos serviços de saúde que dificultam ao casal de classes populares realizar o controle da natalidade, parece haver muitos obstáculos para as mulheres dessas localidades planejarem junto aos seus parceiros o número de filhos. Houve vários relatos em que as usuárias denunciaram seus companheiros de dificultarem ou até mesmo impedirem a utilização de métodos contraceptivos. Esses casos foram enfatizados como um tipo grave de violência à condição feminina. A seguir, dois relatos evidenciam tais situações:

“Quando a mulher tem um parceiro, ela tem dificuldade de usar a medicação. Ela me diz: a senhora é maluca? Não sabe o marido que tenho?” (Enfermeira 2, 37 anos).

“O marido não permite que ela use nada. O marido dificulta pra ela vir no posto pegar um remédio. O marido não usa camisinha. O marido não permite que ela ligue as trompas, não vai assinar o documento permitindo. Pra ela ligar as trompas foi uma coisa complicada, precisou na hora do parto ela... é... o médico que já acompanhava ela disse: eu vou ligar e você não diz nada a ele... porque... ela já tava... varizes que não acabava mais, né? Na vagina, nos grandes lábios, as pernas completas de varizes [...] Toda gravidez dela tem muito problema. Na anterior, ela teve complicações no parto, sobreviveu por pouco e ele não entendeu. Ela veio, conversou comigo e tudo [...] Ela veio chorando, chateada, porque ela já tenta fazer essa laqueadura há muito tempo e ele não permitia. Não tinha mais como engravidar. Ela tem pouca coisa mais velha do que eu, acho que ela tem 30 e poucos anos e ela parecia ter uns 50. Magra, acabada, cansada, aquela aparência da pessoa que sofreu muito. Ela deve ter uns 5 ou 6 filhos.” (Médica 3, 31 anos).

Ao se reportarem à violência que atinge a mulher adulta, as agressões sexuais também foram bastante referidas. Estas vão desde o estupro

até práticas sexuais não consentidas. Nota-se que a maior parte dos relatos dos trabalhadores de saúde sobre a violência que atinge essa fase da vida da mulher se referiram a agressões ocorridas na relação conjugal ou decorrente desta; ou seja, por parte do companheiro ou ex-companheiro. De acordo com Portella (2000), um dos reforços que contribuem para a perpetuação da violência doméstica diz respeito à punição das mulheres como forma de “aprenderem” a se comportar como esposas, e isso inclui a satisfação sexual do marido. Já na reflexão de Noronha e Daltro (1991, p.227), nesses casos: “[...] a violência física se faz necessária para manter a hierarquização entre os sexos, quando o pólo subjugado contesta com maior veemência a ordem desigual. Então o poder do homem sobre a mulher é exercido notadamente através do controle do seu corpo e da sua sexualidade.”

Para Grossi (1996, p.136): “[...] violência sexual viola o direito da mulher de exercer sua sexualidade plena e a busca do prazer sexual lhe é negada.” A reivindicação do corpo feminino como objeto de manipulação e controle masculino inicia-se desde a infância, o que provavelmente lhe acarretará sofrimento também posteriormente.

As situações de maus-tratos e negligência foram referidas como as mais freqüentes entre os *idosos* de ambos os sexos. No caso dos homens, o mais comum é o abandono por parte dos parentes. Nessas situações, os profissionais concluíram que os homens idosos têm mais dificuldade para viverem sozinhos, pois estão menos habilitados para os afazeres domésticos necessários à sua sobrevivência.

Já as mulheres idosas queixam-se aos profissionais de saúde da sobrecarga de responsabilidades, pois precisam cuidar agora de netos e/ou bisnetos. Na visão dos técnicos, as responsabilidades e os aborrecimentos resultantes dessas atividades contribuem para o agravamento de enfermidades crônicas, a exemplo da hipertensão arterial. Essas vicissitudes são geralmente comentadas nos grupos educativos de diabetes e hipertensão, nos encontros de idosos ou nas visitas domiciliares:

“Se a gente não conseguir resolver o problema deles aqui, dificilmente eles vão resolver fora. Então a gente procura... aqui a gente diz [risos] aqui não é só programa de saúde da família, é área de aconselhamento, [risos nossos] que muita gente vem pra cá só pra se aconselhar, entendeu? Até dentro do próprio grupo de hipertensos que é... as avós no caso, né? Pelo fato das... dessas pessoas que têm filho muito cedo e que têm que sair pra trabalhar, quem fica com eles, as avós. Elas se queixam muito [...] vêm pra desabafar aqui. No grupo, então, é uma choradeira.” (Enfermeiro 3, 32 anos).

Em tais condições, a mulher idosa repetirá o modelo tradicional de mãe, responsável pelos cuidados dos filhos:

O fato de que a construção da identidade feminina, ao longo dos séculos, se deu através da figura do matrimônio, da construção de família, onde a mulher sempre fora socializada para as tarefas domésticas, para cuidar dos filhos e do marido, esse estereótipo de gênero passou a ser naturalizado e incorporado por muitas mulheres por várias gerações, que ainda sentem-se responsáveis pela manutenção do lar e preservação da imagem idealizada da família. (STREY, 1999 apud IBIAS; GROSSI, 2001, p.112).

Houve também relatos de sofrimento relacionados à sexualidade entre as mulheres com mais idade, somando-se, ainda, a falta de acesso a determinados recursos tecnológicos:

“Eu tenho pacientes idosas que diminuíram a libido. Elas se queixam de ressecamento vaginal. Os maridos as obrigam, não têm paciência. É como se elas se sentissem na obrigação de ter relação com eles. Ao invés de conversar, é uma relação mecânica. O que eu faço? Aconselho ao diálogo, trato ginecologicamente. A reposição hormonal não está disponível ao serviço público. O recurso é o anticoncepcional.” (Médica 2, 37 anos).

Quando a violência doméstica atinge filhos, netos e bisnetos, a mulher idosa também sente o impacto dessas agressões. Tais situações contribuem para o agravamento de suas condições de saúde. É o que afirma a profissional no depoimento a seguir:

“Às vezes, quando comenta alguma coisa, assim, que brigaram... ah! porque ontem... já teve um caso de uma senhora, né? [...] ela tem muito problema de pressão, né? Então, toda vez, ela mandava me chamar. Eu acredito que não era pra eu medir a pressão dela, mas pelo conforto que eu dava a ela. Pela confiança, eu ia lá, perai, antes de você ir embora vou fazer um chazinho de noz moscada e tudo... ela tomava, ia relaxando, ia conversando. Eu falava: olhe, você tem que dar carinho à sua mãe, dê massagem nas costas dela e tudo, entendeu? Aí ela ia relaxando, relaxando, um dia ela falou. Teve um problema na casa dela e ela mandou me chamar. Aí eu perguntei: o que está acontecendo? Porque sempre, sempre, você tá tendo essa crise? Aí ela me falou que era o namorado da filha dela, que tinha um caso com a filha, que vinha agredindo ela e a última vez ele realmente agrediu seriamente.” (Agente Comunitária de Saúde 3, 37 anos).

Percebe-se, pelo depoimento acima, que o(a) profissional de saúde, em muitos desses casos, exerce uma função importante de acolhimento e de escuta das pessoas vitimadas pela violência doméstica. É possível refletir ainda que os conflitos familiares podem contribuir para o agravamento de algumas enfermidades, a exemplo da hipertensão arterial, que, conforme foi visto, resulta em crise para aquela senhora.

Destacam-se aqui duas situações particularmente graves: dois casos de violência de gênero em que havia suspeita de tentativa e de assassinato de mulheres idosas. Em um dos casos, os profissionais da Unidade do PSF foram comunicados pelos vizinhos de que um morador estaria tentando assassinar a própria mãe, utilizando-se de “chumbinho” para envenená-la.

“Essa senhora mesmo. Até a neta dela me disse: ‘olhe B., eu tô vendo a hora de acontecer alguma coisa com minha avó e o povo achar que minha mãe compartilhou.’ Ele é violento [...] Quando nós fomos fazer a visita, ela fazia queixa dele, assim, ó: ‘ô minha filha, me tire daqui que esse homem vai me matar’ [...] Porque vieram denunciar [os vizinhos para os profissionais do PSF] que ela tinha dado uma crise, que ele tinha dado chumbinho.” (Agente Comunitária de Saúde 1, 41 anos).

Antes disso, o agressor já tinha efetivado vários episódios de violência contra a própria mãe e a esposa, resultando, inclusive, em internamentos com lesões graves. Esta senhora veio a óbito, porém não houve queixa formal do fato e tampouco foi possível confirmar a suspeita de envenenamento. Observa-se, neste caso, um desfecho trágico, a partir das expressões de violência de um homem, sem que mãe, esposa e filha pudessem efetivamente impedir seus atos. Já os vizinhos e profissionais de saúde tiveram, como possíveis barreiras de impedimento de ação, a esfera privada do evento e o receio de pôr em risco a segurança pessoal.

Em outra situação de violência contra a mulher idosa, os profissionais discutiram sobre a gravidade dos ferimentos em decorrência das agressões sofridas e ainda se mostraram preocupados com a possibilidade de a usuária ser alvo de novos episódios:

“Tem uma paciente nossa que foi agredida na semana passada. O cara cortou ela toda de foice. Pinicou mesmo, uma senhora de 60 e poucos anos [...] Nesse dia, ele saiu... tava muito louco... acho que droga, bebida e tudo e ele saiu gritando: “matei fulana, matei fulana, matei não sei quem”. Um que morreu outro dia, que eu nem

sabia, e que ele disse que tinha matado, e saiu dizendo pra rua toda, pra meio mundo [...] Disse que nas costas, porque ele pegou ela pelas costas, pinicou toda, as costas, os braços, o rosto, pinicou toda de foice. As meninas disse que não sabe como ela agüentou... aí eu sei que nessa semana limparam a casa dela lá, o barraco, e levaram ela pro barraco. Eu disse: 'levaram pro homem acabar de matar'." (Auxiliar de Enfermagem 4, sexo feminino, 46 anos).

No episódio descrito acima, o agressor era alguém próximo da vítima. As técnicas da saúde não sabiam precisar se havia um romance entre ambos, mas confirmaram que viviam no mesmo teto. A partir desta informação é possível concluir que se trata de mais um episódio de violência doméstica gravíssima, colocando em risco a vida daquela senhora.

Um importante aspecto percebido durante as entrevistas e observações diz respeito à não uniformidade dos profissionais na compreensão da violência doméstica como um problema a ser enfrentado também pelos profissionais de saúde. Enquanto alguns desses técnicos se consideram "sensíveis" ao problema e tomam algumas iniciativas no intuito de acolher, apoiar e encaminhar mulheres em tais sofrimentos, outros afirmaram que a violência doméstica é de caráter privado e por isso nada têm a fazer durante o exercício de sua prática profissional.

Também ficou constatado que o envolvimento dos técnicos do PSF em situações de foro mais íntimo da violência familiar e outras situações caracterizadas como de violência expõe demasiadamente esses profissionais a situações de possíveis retaliações por parte da comunidade, e mais especificamente do(a) agressor(a), sem garantias de proteção por parte do Programa ou de qualquer outra instância pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a violência doméstica atinge a mulher em todo o percurso de sua vida, de diferentes maneiras. Embora não exclusivamente, mas muito freqüentemente, essas expressões de violência estão relacionadas com o controle da sexualidade feminina.

O PSF representa uma instância privilegiada na detecção do problema, todavia medidas se fazem indispensáveis para responder a essa demanda: capacitação dos técnicos, pois todos os entrevistados reconheceram a falta de aportes teóricos que fundamentem os atendimentos. Na maioria das vezes, o

acolhimento a esse tipo de problema específico depende da “sensibilidade” do(a) profissional e não de um aprendizado decorrente de sua formação e capacitação profissional.

Por outro lado, a população feminina é foco constante de atenção do PSF, desde a infância até a idade mais avançada. No entanto, a priorização de alguns problemas específicos, tais como imunização, nutrição, gestação, planejamento familiar, diabetes, hipertensão, etc. inibe a atuação dos técnicos frente a outros fatores de risco a que as mulheres estão expostas, a exemplo da violência no âmbito doméstico. Faz-se pertinente a necessidade de ampliação do Programa para atuação em relação a esses outros fatores de risco, uma vez que se constituem em importantes determinantes do processo de adoecer dessas mulheres.

Sugere-se, por fim, a necessidade de incorporação, ao PSF, de outros profissionais da esfera psicossocial, bem como uma interlocução do setor saúde com outras instituições públicas que ofereçam serviços de atendimento a pessoas vitimadas pela violência e que dêem algum tipo de proteção àqueles profissionais que lidam no dia-a-dia com as diversas situações de risco a que a população assistida está exposta.

REFERÊNCIAS

- BAHIA. Secretaria Municipal de Saúde. SAS/COSAC-DATASUS/ SESAB. *Série histórica das informações de saúde do modelo PSF*. Município X, 8 abr. 2003.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. Gênero, família e fases do ciclo de vida. *Caderno CRH*, Salvador, n.29, p.13-20, jul./dez. 1998.
- CAMARGO, Márcia. Violência e saúde: ampliando políticas públicas. *Jornal da Redesaude*, Belo Horizonte, n.22, p.6-8, nov. 2000.
- COSTA NETO, Milton Menezes da. (Org.). *A implantação da Unidade de Saúde da Família*. Brasília: Ministério da Saúde: Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica, 2000 (Caderno 1).
- GROSSI, Ester P. Violência contra a mulher: implicações para os profissionais da saúde. In: LOPES, Maria Julia; MEYER, Dagmar E.; WALDOW, Vera Regina (Org.). *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.132-145.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, A. A dimensão do financiamento da atenção básica e do PSF no contexto da saúde – SUS. In: SOUZA, Maria de Fátima (Org.). *Os sinais vermelhos do PSF*. São Paulo: HUCITEC, 2002. p.71-101.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Ednilsa Ramos de. É possível prevenir a violência? Reflexões a partir do campo da saúde pública. *Rev. Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.4, supl.1, p.7-32, 1999.

NORONHA, Ceci Vilar; DALTRO, Maria Esther. A violência masculina é dirigida para Eva ou Maria? *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.7, supl. 2, p.215-231, 1991.

PORTELLA, Ana Paula. Abordagem social sobre violência e saúde das mulheres. *Jornal da Redesaude*, Belo Horizonte, n.22, p.17-19, nov. 2000.

SCRHAIBER, Lilia B.; D'OLIVEIRA, Ana Flávia L. Pires. Violência contra mulheres: interfaces com a saúde. *Interface, Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, SP, v.3, n.5, p.11-28, 1999.

STREY, Marlene Neves. Gênero. In: _____. et al. *Psicologia social contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1999. p.181-198. Citado por IBIAS, Clara Isabel; GROSSI, Patrícia Krieger. Violência contra a mulher não tem idade. In: GROSSI, Patrícia Krieger; WERBA, Graziela C. (Org.). *Violências e gênero*. coisas que a gente não gostaria de saber. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p.107-116.

TEMPORALIDADES E RELAÇÕES GERACIONAIS: RECONSTRUINDO A IMAGEM¹

Marcia Queiroz de Carvalho Gomes

INTRODUÇÃO

Este trabalho resulta de uma pesquisa etnográfica, realizada no ano 2000, que teve como objetivo analisar novas formas de sociabilidades em grupos de idosos. Discute a (re)construção da imagem da velhice a partir da análise da festa de escolha da “Vovó Simpatia” do grupo pesquisado, espaço em que passado e presente se reencontram, tanto simbolicamente quanto na ação. É no presente da festa que se (re)apresenta o passado; é na festa que as gerações se encontram, trocam experiências, reforçam laços, fazem e refazem imagens.

Nas últimas décadas, vimos surgir, mundialmente, um movimento no sentido de mobilização, sempre crescente, da população idosa, através de programas e políticas públicas que buscam recolocar os velhos no meio social mais amplo, construindo uma nova representação e um novo sentido para a velhice.

Sabemos que as representações sociais sobre a velhice estão sempre se modificando – e às vezes também se sobrepondo – a cada período histórico, em função do momento ou do processo social presente em cada

¹ Artigo baseado em capítulo da dissertação de Mestrado intitulada *Velhos e Velhas: a Busca de Novos Espaços de Sociabilidade*, apresentada a pós-graduação em Ciências Sociais/UFBA, em 2001.

sociedade em particular. Cada nova representação é acompanhada de um discurso que molda a posição do/a velho/a às condições sócio-históricas. Acompanhando o discurso atual sobre a velhice – período propício para aproveitar a vida, realizar os sonhos, conquistar o prazer e a satisfação de viver – surgem novas práticas sociais que buscam dar conta dessa nova realidade.

Os grupos de convivência constituíram-se na primeira modalidade de trabalho com idosos desenvolvido no país. Criados na década de 1960, pelo Serviço Social do Comércio (SESC) de São Paulo, tais grupos se multiplicaram nas diversas regiões do país, promovendo atividades culturais e de lazer. Na Bahia, o SESC e a Legião Brasileira de Assistência (LBA) foram pioneiros nesse tipo de atividade. O grupo pesquisado foi criado em 1989, por iniciativa de técnicos vinculados ao Estado, funcionando no Centro Social Urbano (CSU) de um bairro popular da cidade. No período da pesquisa, este era um dos nove grupos vinculados à Secretaria de Trabalho e Ação Social (SETRAS), em funcionamento na cidade de Salvador-Bahia.

O grupo, composto por aproximadamente 100 frequentadores, se encontra regularmente, duas vezes por semana, as segundas e quartas-feiras, no turno da tarde, mas não tem horário definido para outras atividades – festas, passeios, caminhadas, etc. –, que ocorrem a qualquer dia ou horário. Durante um ano, acompanhei as reuniões e eventos que o grupo promoveu ou de que participou. Os dados foram coletados através de observação participante e entrevistas, realizadas com técnicos vinculados ao programa e com 18 idosos integrantes do grupo, sendo treze mulheres e cinco homens.

A festa é uma das muitas que o grupo promove, oportunidade em que uma geração de pessoas idosas traz para o presente práticas que lhes são familiares, produto da vivência de seus integrantes, que, compartilhada com pessoas de outras gerações – filhos, netos, amigos –, resignificam a imagem da velhice, especialmente das mulheres.

TEMPORALIDADES E GERAÇÕES

A primeira questão que surgiu ao pensarmos na festa de escolha da “Vovó Simpatia” diz respeito ao próprio nome dado ao evento. A partir deste ponto emerge uma série de outras questões que merecem ser exploradas.

Em primeiro lugar, a figura central da festa – vovó – põe em evidência, por um lado, a posição geracional da mulher dentro da família, e por outro fala de uma condição virtual da mulher de mais idade, ou seja, da mulher de uma determinada geração.

Geração assume, então, um duplo sentido: dentro do grupo familiar e como categoria mais ampla, indicando trajetórias de vida, caminhos percorridos coletivamente, neste caso, por mulheres de mais idade. Idade/geração, deste modo, comporta a representação social de um lugar no tempo pessoal e também no social.

Na festa, o que está em jogo é a posição da mulher no tempo – idade e geração – e o lugar que ela ocupa na estrutura social e na familiar. A relação com o tempo, assim, parece determinante no curso da vida individual e social, na medida em que estabelece padrões e condiciona comportamentos que, periodicamente, são alterados de acordo com as condições e exigências sociais do processo histórico. A idéia de tempo sempre esteve presente na história da humanidade, mesmo que diferente do que conhecemos hoje, desse tempo medido e burocratizado; de algum modo, a vida social estabelece sempre relações com o tempo (GOMES, 1999).

Ariès (1978), ao falar sobre as “idades da vida”, deixa claro as construções e as demarcações de tempo na história social. Por exemplo: “As idades da vida não correspondiam apenas a etapas biológicas, mas a funções sociais; sabemos que havia homens de lei muito jovens, mas, consoante a imagem popular o estudo era uma ocupação dos velhos.” (ARIÈS, 1978, p.39)

As Ciências Sociais apontam como categorias básicas de estudo as idades/gerações, dentre outras – sexo/gênero, raça/etnia ou classe – (BRITTO DA MOTTA, 1996), por permitirem a compreensão dos processos de transformação da vida social e de seus significados em diferentes tempos sociais.

O estudo de Neri (1991), a respeito da experiência humana de tempo, descreve os vários elementos das dimensões ecológica, individual, social e ideacional que envolvem essa experiência temporal. Na dimensão ecológica da experiência temporal, segundo a autora, o calendário básico que regula o comportamento humano são os ritmos que o mundo natural oferece – épocas secas ou chuvosas, claras ou escuras, quentes ou frias, que determinam atividades de subsistência, em intervalos demarcados pelas luas, estações, marés, etc. Estas demarcações dimensionam e identificam experiências grupais como o plantio, a colheita, etc.

Ariès (1978, p.36-37), ao rever textos da Idade Média, observa a relação entre os fenômenos da natureza e a prática social, ou melhor, a influência dos fenômenos da natureza na ciência e no senso comum:

Aí, [referindo-se à Idade Média] as idades correspondem aos planetas, em número de 7 [...] Embora hoje em dia possamos achar esse jargão vazio e verbal, ele tinha um sentido para os leitores, um sentido próximo

do da astrologia: ele evocava o laço que unia o destino do homem aos planetas. O mesmo gênero de correspondência sideral havia inspirado uma outra periodização, ligada aos 12 signos do zodíaco, relacionando assim as idades da vida com um dos temas mais populares e mais comoventes da Idade Média, sobretudo gótica: as cenas do calendário.

Na dimensão individual, a experiência temporal é demarcada por eventos biológicos, psicológicos e sociais que

[...] afetam a construção dos campos temporais das pessoas, mediados pela sua subjetividade [...] A realidade privada é referenciada por indícios biológicos (Exemplos: - ciclos de sono e vigília, ciclos orgânicos de maneira geral; gravidez; parto; menarca); sociais (Exemplos: casamento, aposentadoria) e psicológicos (Exemplos: adolescência e “crises de idade”). (NERI, 1991, p.20-21).

Por serem individuais, essas demarcações são específicas, mas também são, em parte, determinadas pelas condições sociais do momento histórico, podendo ser diferentemente valorizadas segundo as sociedades em que se vive. Esses indícios que constituem a experiência individual de tempo são construídos a partir das interações sociais que, mesmo sendo vivências pessoais, são categorizadas socialmente. A idade cronológica, neste contexto, aparece como um importante demarcador social.

A idade, em nossa sociedade, constituía-se, e em parte ainda se constitui, um indicador social, determinando comportamentos, autorizando ou desautorizando determinadas práticas sociais.

O tempo individual é expresso mais perceptivelmente pela idade, mas, sabemos, é também socialmente constituído, e institucionaliza-se, isto é, adquire significado mais diretamente social, como grupos de idade - jovens, adultos, velhos - ou como legitimidade para realizar, ou não, tal ou qual ação social. (BRITO DA MOTTA, 1996, p.6).

[...] a idade cronológica é um poderoso indício tanto para posicionamento dos indivíduos na seqüência do desenvolvimento, como para emissão de comportamentos diferenciados frente a eles. (NERI, 1991, p.85).

Percebemos, então, o quanto a experiência individual de tempo é fortemente influenciada pela dimensão social ou, nas palavras de Bosi (1987, p.418): “O tempo social absorve o tempo individual que se aproxima dele.”

O curso da vida, enquanto registro individual, se dimensiona integrando passado, presente e futuro, trazendo consigo imagens reais ou simbólicas apreendidas na interação social.

Na dimensão social da experiência temporal, Neri (1991, p.25) expressa: “Para o Sociólogo, o tempo social é a síntese da multiplicidade dos

esquemas individuais de tempo. É tempo compartilhado, moldado pela interação. Funciona como referencial para sincronização das temporalidades individuais e para a determinação dos ritmos sociais.”

Mais que sincronizador, o tempo social exerce o papel regulador do comportamento individual, determinando normas e expectativas e funcionando como controlador social.

Ao se estabelecer um roteiro para o desenvolvimento humano, cria-se uma agenda de comportamentos a serem percorridos, determinando padrões “normais”, portanto, aceitáveis socialmente.

Por fim, a dimensão ideacional da experiência temporal permite a continuidade da cultura, integrando as outras dimensões, na medida em que o tempo mítico é pontuado por festividades e rituais cíclicos vivenciados no contexto cultural. “[...] o homem atualiza a história sagrada e participa das energias transcendentais que elas acionam.” (NERI, 1991, p.28). Essas festividades e ritos vividos coletivamente marcam a dimensão ideacional do tempo no contexto do grupo. Podemos afirmar, assim, que em todas essas dimensões da experiência humana de tempo há importante influência sócio-cultural, tanto em nível simbólico quanto no âmbito da ação.

A festa apresentada, fruto da nova gestão da velhice, faz emergir a dimensão temporal da vida da mulher, simbolizada através da imagem da avó, condição esperada para mulheres de mais idade. Por outro lado, a alusão à vovó, fazendo parte de um concurso, tão público, mesmo que de simpatia, possibilita a revisão do lugar tradicional dessas mulheres idosas – avós reais ou não – no plano individual, social e familiar.

Refazer imagens da velhice, entretanto, faz parte de um processo social mais amplo, no qual os caminhos do envelhecimento vêm sendo reconstruídos; e as práticas grupais, as festas, desfiles, encontros, etc., têm-se mostrado fundamentais nesse percurso. Para melhor compreender este processo de reconfiguração da velhice, buscamos saber, inicialmente, como mulheres e homens idosos percebem o tempo em seu curso de vida, seja no presente, seja no modo como articulam e reinterpretam o passado no presente, seja ainda como eles vêem o futuro.

Beauvoir (1990, p.16) aponta uma perspectiva que talvez possa nos ajudar a pensar a temporalidade e a velhice. Diz a autora que toda situação humana pode ser encarada em exterioridade – tal como se apresenta a outrem – ou em interioridade, enquanto o sujeito a assume, ultrapassando-a. Na exterioridade, as marcas do tempo são visíveis e implacáveis, situação de difícil conciliação com o sentimento do tempo interiorizado: “Será que me tornei, então, uma outra, enquanto permaneço eu mesma?” (BEAUVOIR, 1990, p.348).

Este sentimento de continuidade no tempo ofusca a visão do próprio envelhecimento. Os sinais da velhice nos são dados pelos outros, pela exterioridade, já que continuamos sendo nós mesmos. Beauvoir (1990, p.348) afirma: “[...] a velhice aparece mais claramente para os outros, do que para o próprio sujeito [...]”

Do ponto de vista da exterioridade – a sociedade atual, a ciência biológica, psicológica e social –, o grupo pesquisado, assim como outros grupos de idosos, são formados por pessoas velhas. Mas do ponto de vista da interioridade, quando os idosos respondem “o que pensam sobre a velhice”, falam deles mesmos, porém numa clara distância e ambivalência.

“A velhice dá trabalho, não sei se vou ser do tipo que dá trabalho. Tive 9 filhos pra isso, tomar conta de mim.” (D. Maria Amélia, 72 anos).

“É virar menino. Se eu chegar a este tempo!” (Eliseu, 81 anos).

“Não penso nada. Pra mim não tô velha, não. Eu nem sei o que é ser velha. Tudo que os jovens fazem, sobre trabalho, eu faço.” (Deusuita, 71 anos).

“Quando eu me sentir velho eu paro e entrego o corpo à velhice. Por isso que quando o corpo faz isso (encolhe-se) eu digo: nada disso. Eu quero sempre ter alguma coisa pra fazer. Quando a pessoa se entrega é a velhice, é como a preguiça.” (Agildo, 68 anos).

Estes depoimentos revelam as relações que os velhos estabelecem com o tempo, com o corpo e com os outros – família e sociedade – do ponto de vista da interioridade. Mas há também os que tentam ceder aos sinais da exterioridade:

“Não penso [na velhice]. Tem que aceitar, não tem pra onde correr, se não morrer fica velho. É se conformar.” (Nadir, 64 anos).

“Velho já estou [...] estou ficando.” (Carlos, 60 anos).

“Não penso nada de mal porque já fui novo e agora tenho que cair na realidade que tenho que *ficar* velho.” (Waldir, 78 anos).

Somente uma assume plenamente a velhice e vê vantagens nela:

“Acho boa [a velhice], não tenho o que dizer, não. De primeiro as pessoas envelheciam e não tinham mais cartaz. Hoje as pessoas respeitam. Tem ônibus de graça, pode sair para qualquer lugar.” (Hilda, 72 anos).

As mudanças no corpo, promovidas pelo tempo, ocorrem gradualmente, quase imperceptíveis para quem acompanha o processo no dia-a-dia (exceto quando ocorre alguma doença), mas não escapam às primeiras impressões ou ao reencontro após anos de afastamento.

A própria Simone de Beauvoir (1990, p.353) confessa seu espanto: “Eu estremeci, aos 50 anos, quando uma estudante americana me relatou a reação de uma colega: ‘Mas então, Simone de Beauvoir é uma velha!’.”

Nos depoimentos em que aparece a autopercepção de mudança, sem que fosse especificada a área, só três mulheres se referiram ao corpo e à velhice.

“Estou mais magra. A velhice, as rugas, mas não me incomodo com isso.” (Maria Amélia, 72 anos).

“Não percebo nenhuma, porque minhas filhas entendem que não tenho marido e me tratam que só você vendo, com carinho, atenção [...] Fisicamente é que a gente já não pode fazer tudo que fazia antes, já não tem aquele pique.” (Helena, 73 anos).

“De saúde mudou um pouquinho [...] vai ficando mais velha. Mas estar na 3ª idade melhorou pra mim, né isso? Se não, não tinha festa nem nada.” (Eugênia, 75 anos).

Esta última ressalta as vantagens de pertencer à “terceira idade” e vê nela a possibilidade de conviver com a velhice de outro modo. Todos os outros entrevistados falam de mudanças em relação às atitudes, comportamentos, nas relações e desenlaces familiares.

Mesmo em face das evidências fornecidas pelo exterior, a velhice nos permanece inapreensível. Beauvoir (1990, p.356) expressa bem esta questão: “Há uma contradição insolúvel entre a evidência íntima que nos garante nossa permanência e a certeza objetiva de nossa metamorfose. Só podemos oscilar de uma a outra, sem jamais conciliá-las firmemente.”

Diante deste impasse, resta ao velho construir uma imagem positiva de si mesmo e do momento presente, o que, de certo modo, já está presente nos discursos e é constantemente reforçado pelo grupo através de suas práticas.

Quase todos, quando perguntados “o que acham deste período de sua vida?”, falam do presente de forma muito positiva, valorizando o pouco que conquistaram, principalmente um “teto”:

“Ótimo, agora sou uma mulher feliz porque não me aborreço, tenho meu canto, tenho meus filhos que me assiste.” (Maria Paula, 81 anos, mora com um neto de 26 anos).

“Este período está sendo bom. Tenho minha casa, vou para onde eu quero. Sou aposentada, ganho pouco, mas tá bom. Não tenho nada que me aperreie.” (Nadir, 64 anos, separada, namora um idoso do grupo, mora na casa dela com um filho de criação).

“Tô achando bom. Estou me sentindo bem. Estou debaixo do meu telhado.” (Hilda, 72 anos, viúva há dois anos, mora em casa própria, sozinha, mas, faz questão de contar que as filhas moram, uma no andar de cima e outra no andar de baixo de sua casa).

Mas há sempre os que expressam as limitações, principalmente financeiras:

“Não é dos piores [...] queria ter mais dinheiro para passear, dar presentes. No grupo, as pessoas observam por que não participo [...]” (Neide, 68 anos, casada, mora com o marido e duas filhas e depende financeiramente do marido).

Há também os que se ressentem da interferência ou da perda de familiares:

“Por enquanto tô achando ótimo. Não é melhor porque ele (genro) fica perseguindo.” (Eugênia, 75 anos, viúva, mora na casa de uma irmã também viúva, com sua filha, genro e dois netos. O genro não quer que ela saia de casa, quer que ela fique com as crianças).

“Só não tô achando muito boa porque minhas filhas não querem que eu faça certas coisas, não querem que eu atravessasse rua, que tome ônibus.” (Helena, 73 anos, viúva, mora na casa dela com duas filhas solteiras. Foi atropelada há anos atrás e até hoje as filhas não querem que ela saia sozinha).

“Estou gostando. Eu sempre gostei de minha vida. Só não está melhor porque minha esposa faleceu, senão era melhor.” (Waldir, 78 anos, viúvo há dois anos e meio, mora com a filha e quatro netos, namora uma idosa do grupo).

As práticas sociais desenvolvidas nos grupos para idosos – passeios, festas, concursos, etc. – possibilitam sua reconexão a um presente mais ativo, porém o curso da vida exige ainda a integração do futuro e do passado ao presente. O prolongamento do curso da vida, no entanto, foi algo tão inesperado que os entrevistados, em sua grande maioria, parecem não ter pensado no que fariam com o tempo liberado do trabalho – aposenta-

doria –, e os poucos que o fizeram pensavam ou em continuar trabalhando para ajudar a família, ou o desejo era, em parte, irrealizável, como podemos notar em suas falas, quando perguntei o que tinham pensado em fazer quando deixassem de trabalhar:

“Ia procurar um lugar para trabalhar, tomar conta de criança [...] mas não deu certo. Não quero mais, assim está bom.” (Maria Amélia, 72 anos, aposentada como agente administrativo do Estado).

“Tinha uma quitanda pra ajudar os filhos.” (Marta, 80 anos, viúva há 42 anos, trabalhadora informal, é pensionista).

“Planejei endireitar a casa. Já fiz, graças a Deus.” (Hilda, 72 anos, aposentada há 6 anos, trabalhou como merendeira em escola pública).

“Viajar. Conhecer o Rio de Janeiro e São Paulo, mas não tenho dinheiro.” (Neide, 68 anos, realizou trabalho informal como auxiliar de costura, depende financeiramente do marido).

“Planejei muita coisa, mas nada aconteceu [...] planejei viajar, ficar em hotel, ir a cinema, nada aconteceu [...] o dinheiro é tão curto!” (Maria Paula, 81 anos, aposentada, trabalhou em fábrica de calçados).

Alguns, especialmente os homens, só queriam descanso, distração e liberdade depois de anos de trabalho.

“Queria liberdade.” (Eliseu, 81 anos, marceneiro aposentado há 18 anos, trabalhou 47 anos, como fez questão de lembrar).

“Não [pensou], só procurar me distrair.” (Carlos, 60 anos, aposentado da Polícia Militar há 5 anos).

“Não. Só queria descansar.” (Agildo, 68 anos, aposentado do Corpo de Bombeiros).

Só um deles pensou em continuar trabalhando:

“Quando me aposentei botei uma venda em Cosme de Farias, mas duas vezes tentaram me matar [briga e assalto], aí vendi.” (Waldir, 78 anos, ferroviário aposentado há 25 anos).

A dimensão temporal do futuro, que por muito tempo foi negada ao idoso, ainda permanece obscura. Segundo Birman (1991, p.39): “[...] o idoso era considerado alguém que existiu no passado, que realizou seu percurso psicossocial e que apenas espera o momento fatídico para sair inteiramente da cena do mundo.”

O mesmo autor afirma que na inexistência de projeto viável para o futuro “[...] o indivíduo é lançado para o passado de maneira específica, na medida em que revisita o passado sem ter qualquer possibilidade de rearticular o presente e de se relançar face ao futuro.” (BIRMAN, 1991, p.40).

Hoje, mesmo diante da possibilidade de uma vivência do presente mais significativa, com maior reconhecimento de si mesmo, com maior participação social e, de certo modo, com algumas articulações com o passado, o idoso “[...] continua, contudo, desinserido do lugar de agente social e do mundo das trocas simbólicas. Portanto, um sujeito em suspensão, capaz apenas de olhar para o passado com mais complacência e menos severidade, mas ainda sem o futuro como possível.” (BIRMAN, 1991, p.43).

De fato, o futuro ainda não é possível para os idosos entrevistados. O plano para o futuro ou inexistente ou é “aqui e agora” – como diz o poeta.

“Não tenho plano nenhum porque nesta idade...” (Maria Paula, 81 anos).

“O futuro agora... não tenho mais nada para o futuro. Só não quero que falte minha vida e saúde.” (Hilda, 72 anos).

“Não tenho. O plano era ver minha filha na casa dela, formada. Ela já está.” (Nadir, 64 anos).

“Não tenho mais planos porque meu plano era ter minha casinha, arrumadinha, bonitinha. Minha casa parece casa de boneca [...]” (Marta, 80 anos).

“Não tenho. É esse mesmo, me cuidar, ir para a igreja.” (Maria Amélia, 72 anos).

“Não tenho planos. Agora o que me interessa é viver, o que talvez eu não tenha feito durante toda minha vida [...] Vivia pros outros, agora vivo para mim.” (Elza, 62 anos).

Alguns sonham em viajar, mas logo em seguida reconhecem a impossibilidade, “a aposentadoria é pequena”. Um dos homens se preocupa em “bater laje na casa. Deixar alguma coisa pra família.”

O TEMPO DA FESTA E DA IDADE

O passado como projeção coletiva muitas vezes aparece reintegrado ao presente. A reinterpretação do passado se faz, por exemplo, através

do concurso, agora não mais da *miss*/mulher, mas substituída pela vovó; também não mais de beleza, agora de simpatia.

A reelaboração do passado sob a forma de concurso traz à lembrança não só o passado vivido individualmente, mas também práticas sociais de uma geração; de novo, num duplo sentido de geração.

No sentido apontado por Mannheim ([19--], p.134), geração se refere não a um grupo concreto, mas “[...] essencialmente por uma semelhança de posição de vários indivíduos dentro de um todo social.” Esta semelhança se dá em um tempo/espaço que é individual e, ao mesmo tempo, social, cultural e histórico.

Pertencer a uma geração do ponto de vista sócio-cultural é ter compartilhado com outros, de seu grupo de idade, um modo peculiar de socialização, de vivência histórica de determinados momentos do processo sócio-cultural. Quem, acima dos 60 anos ou até um pouco abaixo, não se lembra dos tão famosos concursos de beleza? Marta Rocha, Marta Vasconcelos, ícones da beleza feminina?

De outro ângulo, podemos pensar na relação entre gerações, do ponto de vista da rede familiar. Neste sentido, cada membro da família passa, quase sempre, por diferentes posições: filho/a na família de orientação; pai/mãe e avô/avó na família de procriação, e agora também bisavô/bisavó, já que o prolongamento da vida tem possibilitado a ampliação do contato intergeracional na família.

No caso da festa em questão, há uma reinterpretação/atualização do passado na posição do presente, na medida em que a avó pode ser recolocada no centro da cena social e familiar, através de uma prática comum a sua geração, e ainda de certa vigência. Começa a ser possível, assim, examinar o passado e encontrar novas formas de reelaborá-lo no presente, para aquela geração – mesmo que ainda sem perspectiva de futuro.

Neste ponto, surgem novas questões. Retomando Beauvoir (1990), na perspectiva da exterioridade: o comportamento, a aparência “jovem” das atuais avós – participação em clubes, festas, concursos, novas maneiras de vestir e de usar o corpo – possibilitam a ampliação das antigas qualidades femininas (limitadas à beleza típica do objeto de desejo), permitindo assim vê-la como simpática? ou diante da impossibilidade de ver beleza na velhice, ela é sublimada através do adjetivo simpatia?

Beauvoir (1990, p.364) analisa: “[...] nunca se fala de ‘bela velha’; no máximo se dirá ‘uma encantadora anciã.’” E compara com o que ocorre em relação à velhice do homem: “Ao passo que admitimos certos ‘belos velhos’; o macho não é uma presa; não se exige dele nem frescor, nem

doçura, nem graça, mas força e a inteligência do sujeito conquistador; os cabelos brancos e as rugas não contradizem esse ideal viril.” (BEAUVOIR, 1990, p.364).

As mulheres velhas, retratadas principalmente na literatura, nos contos clássicos, são identificadas como bruxas, feiticeiras, invejosas, feias e más, e são sempre postas em confronto com mulheres jovens, belas, boas (PAZ, 2000). Assim também, as imagens das avós trazidas nos contos revelam mulheres frágeis, dependentes, solitárias ou doentes. Tais imagens impregnam o imaginário popular e reforçam estereótipos negativos sobre a velhice em geral e, especialmente, a velhice da mulher.

Assim, a idéia de velhice e beleza, pelo menos para as mulheres, parece sempre inconciliável. Na velhice da mulher, sai de cena a imagem da mulher de formas perfeitas, corpo sensual ou símbolo sexual, evoca-se a figura da avó. Sem as possibilidades e atributos dessa mulher – real ou idealizada – à imagem da mulher velha é conotada a fragilidade, apatia, dependência, etc., típica dos estereótipos das avós.

Na atualidade, entretanto, vai-se tornando possível às mulheres idosas assumirem outro comportamento, darem outro rumo ao curso de suas vidas. O exercício conjunto de novas experiências permite exorcizar antigas representações, fazendo surgir uma nova imagem de mulheres idosas; agora alegres, participativas, dinâmicas, independentes.

Na festa do concurso em questão, no entanto, elas aparecem, ainda não como simplesmente mulheres, mas sob a imagem carinhosa, afetuosa, simpática da vovó. Transformadas em avós, podemos ver nelas a figura sempre carregada de afeto que trazemos de nossas vivências familiares, agora longe dos antigos estereótipos. E um dia, quem sabe, seja possível vê-las como mulheres belas.

A festa, partilhada com a família – filhos e netos –, torna-se o palco para mostrar as possibilidades de ser ou continuar sendo mulher/mãe/avó e viver a velhice com alegria, disposição e entusiasmo. Desconstroem-se velhas imagens e constroem-se imagens positivas da velhice e da vida, a despeito das adversidades. A festa abre a possibilidade para novas vivências pessoais e intergeracionais. As relações familiares extrapolam o doméstico e ocupam espaços públicos. As mulheres velhas mostram-se capazes de transformar suas vidas (ou o que a sociedade lhes reservava como destino para mulheres velhas – velhice triste e sem perspectivas) e junto com seus descendentes refazem caminhos e percorrem novos.

Ao percorrerem caminhos novos, nunca antes imaginados, recorrem ao passado, atualizando-o, refazendo o trajeto através de práticas conhecidas

e vivenciadas coletivamente, como é o caso do concurso. O passado, visto do presente, serve de ponto de apoio, permitindo dar continuidade aos cursos de vida e, ao mesmo tempo, rompendo com a visão negativa da velhice, fazendo do presente um momento para ser vivido com todas as suas possibilidades e projetando um futuro diferente do de suas mães e avós.

Até aqui, vimos o ponto de vista da exterioridade. Mas da perspectiva da interioridade, quando o presente é confrontado com o passado, como mulheres e homens idosos vêem seus cursos de vida?

Vejamos o que dizem os entrevistados em relação ao que definem como o melhor período de suas vidas:

“Agora. Me sinto feliz, realizada, danço, brinco. Isso que incomoda é passageiro (aponta para a perna). Sou independente, faço minhas compras [...]” (Maria Paula, 81anos).

“Agora, porque sou independente, sou dona de mim.” (Hilda, 72 anos).

“Este, porque já fiz minha casa com janela, porta. Pago meu convênio.” (Nadir, 64 anos).

“Talvez esteja sendo este, agora.” (Elza, 62 anos).

“Agora, depois de velha, porque eu era muito presa, meu pai não deixava sair com ninguém.” (Eugênia, 75 anos).

“Agora, que tô véia, porque estou independente, faço o que eu quero. Pra mim, a velhice foi melhor.” (Marta, 80 anos).

“Agora. Casada também foi bom, melhor que quando criança.” (Francisca, 67 anos).

“Depois de me aposentar.” (Carlos, 60 anos).

“Quando comecei a trabalhar. Sempre gostei de ter dinheiro em minha mão.” (Waldir, 78 anos).

“O período de trabalho. Até no trabalho eu me divertia. E eu não sabia, só soube depois que deixei de trabalhar. Fiquei arrependidíssimo. Gostaria de ter um trabalho que não empatasse ir pro grupo e pra igreja.” (Agildo, 68 anos).

“É agora, porque tenho liberdade.” (Eliseu, 81 anos. O trabalho ocupava todo seu tempo, tirava sua liberdade, como declara anteriormente).

Estas respostas confirmam outras pesquisas (BRITTO DA MOTTA, 1996; DEBERT, 1988), em que as mulheres enfatizam a liberdade e a independência adquiridas na velhice, enquanto os homens têm o trabalho como ponto de referência. É a entrada, a saída ou o tempo que passaram trabalhando que serve como parâmetro para avaliar suas vivências.

É na extensão da temporalidade que mulheres e homens velhos constroem o presente, reelaboram o passado sem permanecer nele. Na festa, o passado e o presente se encontram, tanto simbolicamente como na ação. É no presente da festa que se (re)apresenta o passado; é na festa que as gerações se encontram, trocam experiências, reforçam laços, fazem e refazem imagens.

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- BEAUVOIR, Simone de. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- BIRMAN, Joel. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: VERAS, Renato (Org.). *Terceira idade – um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UnATI/UERJ, 1991. p.33-48.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. de Queiroz/EDUSP, 1987.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. *Terceira idade - gênero, classe social e moda teórica*. Trabalho apresentado ao 20º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, MG, out., 1996.
- DEBERT, Guita G. Envelhecimento e representação da velhice. *Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v.8, n.44, p.60-68, jul. 1988.
- GOMES, Márcia Q. Carvalho. Esquecimento e envelhecimento: representações e cotidiano. In: ÁLVARES, Maria Luzia M; SANTOS, Eunice F. (Org.). *Olhares e diversidades: os estudos sobre gênero no Norte e Nordeste*. Belém: GEPEM/CFCH/UFPA; REDOR, 1999. p.313-335.
- MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. In: _____. *Sociologia do conhecimento*. Porto, Portugal: Res Editora, [19--]. p.115-176. Edição inglesa 1952.

NERI, Anita L. *Envelhecer num país de jovens*: significados de velho e velhice segundo brasileiros não idosos. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1991.

PAZ, Serafim F. Espelho... Espelho meu! Ou das imagens que povoam o imaginário social sobre a velhice e o idoso. In: PAZ, Serafim F. et al. *Envelhecer com cidadania*: quem sabe um dia? Rio de Janeiro: CBCISS; ANG/Seção Rio de Janeiro, 2000. p.43-84.

ENVELHECIMENTO FEMININO E SEXUALIDADE: UMA ABORDAGEM ANTROPOLÓGICA EM BAILE DE IDOSOS¹

Carolina Marback Barbosa de Souza

INTRODUÇÃO

O presente artigo considera como tema sociabilidade no envelhecimento, enfocando uma forma particular de sua ocorrência – a que pode ser encontrada e observada em um bar dançante na cidade de Salvador, onde acontece um baile freqüentado, em sua maioria, por pessoas idosas². O objetivo da pesquisa visa à identificação de representações sociais sobre sexualidade, abordando mulheres de meia-idade e idosas, pertencentes às camadas populares, que freqüentam o mencionado bar.

A sociabilidade do referido segmento populacional é perpassada por clivagens socioeconômicas e de gênero, tal como demonstram pesqui-

¹ Artigo originado de investigação social, com bolsa pelo Programa Interinstitucional de Metodologia de Pesquisa em Gênero, Sexualidade e Saúde Reprodutiva, financiada pela Fundação Ford do Brasil e Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, instituições a que sou grata pelo apoio e orientações. Agradeço as valiosas contribuições das Pesquisadoras Doutoras Alda Brito da Motta, Ceci Noronha, Clarice Peixoto, Estela Aquino, Fabiola Rohden, Maria Luiza Heilborn e Regina Barbosa.

² A investigação social foi desenvolvida ao longo de seis meses, através de observação semanal, em um baile que ocorre em um bar dançante. O nome mencionado é fictício. Em visitas regulares ao local, conversei com algumas informantes, além de observar os casais, na pista de dança, que se embalavam animadamente ao som de boleros e músicas românticas. As observações e as conversas foram registradas em diário de campo. A orientação antropológica perscrutada pelo trabalho de campo considera tanto a observação direta da conduta das informantes no baile – os jogos de sedução que ali estabelecem – quanto o discurso que elaboram sobre projetos de conjugabilidade.

sas socioantropológicas desenvolvidas em espaços urbanos brasileiros, enfocando grupos, clubes, associações e grêmios de idosos (BRITTO DA MOTTA, 1999; DEBERT, 1994, 1999; PEIXOTO, 2000). Expressa, ao certo, uma nova imagem da velhice que remete às mudanças ocorridas no curso da vida na contemporaneidade, desencadeando o surgimento de uma série de etapas intermediárias entre a idade adulta e a velhice – a “meia-idade”, a “terceira idade” e a “aposentadoria ativa”, por exemplo (DEBERT, 1997).

Tal processo social é também propiciado, atualmente, pela criação de espaços de lazer para o público idoso, como festas e bailes, fomentando sua sociabilidade e a circulação do dinheiro desses sujeitos, ao tempo em que, para as mulheres que os freqüentam, inaugura uma nova forma de viver o envelhecimento – menos dependentes, sobretudo, da esfera familiar (ALVES, 2003; SILVA DE FREITAS, 2000).

As perspectivas sociológica e antropológica, presentes nas análises atuais da sexualidade³, propiciam discussões que se contrapõem à abordagem biomédica, uma vez que problematizam crenças arraigadas de alguns especialistas que desconsideram o lento e complexo processo de aprendizagem sociocultural, constituído pelas marcas de gênero, geração e classe social que modelam as representações e práticas da sexualidade. Embora, no final do século XX, movimentos sociais característicos da sociedade ocidental, como o feminista e o homossexual, tenham propiciado debates públicos, tornando menos recônditas questões específicas da sexualidade, a mesma modernidade ocidental fomentou a dissociação de algumas esferas do mundo social – o sexual adquiriu, assim, autonomia em relação às esferas conjugal e familiar, instituindo-se a sexualidade como domínio portador de sentido em si mesmo e apresentando-se como elemento central na constituição da subjetividade do indivíduo (DUARTE, 1999; HEILBORN, 1999).

Em estudo demográfico francês sobre a vida sexual depois dos 50 anos, publicado no ano de 1997, sob a forma de dossiê, intitulado *O Outono do Amor*, suas autoras, Christiane Delbès e Joëlle Gaymu, abordam as modificações dos comportamentos sexuais dos franceses de mais de 50 anos entre os anos de 1970 e 1992. Comparam, então, os dados das pessoas com idades entre 50-69 anos, no período de 20 anos, verificando que essa

3 Norteadas pelo construcionismo social, arcabouço teórico que se opõe à generalização da experiência ou comportamento sexual e que reconhece, portanto, formas culturais específicas entre sociedades ou entre grupos populacionais de uma determinada sociedade “[...] envolvendo contatos corporais entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, ligados ou não à atividade reprodutiva.” (BRANDÃO; HEILBORN, 1999, p.9).

faixa etária se mostra livre no plano sexual, vinte anos mais tarde, e atribuem esse fenômeno ao efeito de geração.⁴

O Outono do Amor assinala que a reprovação social e a autocensura referentes à inconveniência de se ter uma vida sexual em idade avançada estavam e ainda podem estar na origem da interrupção da sexualidade ativa, ao focar, nos últimos 20 anos (1950-1970), o crescimento da proporção dos mais velhos que têm vida sexual ativa. Esse estudo populacional, na França, constata a existência de mulheres que apresentam, na menopausa e após esse período, uma desafetação seguida de abandono da vida sexual.

Quanto ao entendimento dado ao conceito de representações sociais, a presente investigação social não perde de vista o uso feito por Durham (1984) dos recursos da Antropologia no exame dos conceitos de cultura e ideologia. Ao tratar dessas noções, que, em sua compreensão, surgiram como respostas às questões que possuem tradições intelectuais diferentes nas Ciências Sociais, estabelece os distintos discursos por elas suscitados, tanto no âmbito analítico quanto no comparativo, ao tempo em que busca reter a permeabilidade existente nos dois tipos de enfoques. Para a autora, ação e representação estão indissolúvelmente ligadas à concepção de prática significativa que, por sua vez, não opõe formalmente condições reais de existência às representações.

No afã de entender teoricamente o mencionado baile, tratado como ritual, faço-me valer da consideração de Peirano (2003), segundo a qual, a forma específica assumida por um ritual (grau de convencionalidade e de redundância que combinam palavras e ações, por exemplo) é um aspecto relevante a ser focado pelo pesquisador.

O CAMPO EMPÍRICO EM DESCRIÇÃO E PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS INFORMANTES

No bar dançante *Gerações*, situado no segundo andar de um sobrado antigo em tradicional bairro da cidade do Salvador, ocorrem *shows* musicais todas as terças-feiras à noite (das 19 às 23 horas), cujo ingresso custa R\$ 3,00 (três reais). Segundo algumas informantes, um homem de meia idade, promotor cultural, aluga o espaço nesse dia e hora, e o baile acontece

4 Na França, as pesquisas que envolvem exclusivamente a população idosa podem definir a idade, utilizando o modelo em três tempos, constituído pelos elementos: o efeito de idade (explica o avanço etário dos indivíduos), o efeito período (abarca dados colhidos em datas diferentes) e o efeito de geração ou coorte (define a geração pela data de nascimento dos indivíduos). (ATTIAS-DONFUTT, 1988).

há, aproximadamente, oito anos. Encontra-se aí uma frequência majoritária de idosos de ambos os sexos que dançam, semanalmente, ao som de bandas variadas. Durante os intervalos musicais ou nos momentos em que não estão dançando, geralmente consomem salgados, muitas vezes acompanhados de bebida – cerveja, martine, refrigerante etc.

Na pista de dança, em que ficam os músicos, há um tablado onde se lê, abaixo, um cartaz informando tratar-se do “Festival da Maioridade”. Esse baile e outros, que ocorrem em diferentes bairros de Salvador, também freqüentados por idosos, são popularmente conhecidos por “serestas”.

Ao freqüentar o bar dançante *Gerações*, conversei com algumas freqüentadoras, principalmente as de meia-idade e as idosas, identificando-me como pesquisadora. Aquelas com quem dialoguei mais demoradamente, em diferentes dias, estavam sozinhas: duas viúvas e uma separada. Mantive breves diálogos com três que estavam acompanhadas. Todas elas, independente do estado civil, revelaram-me que também freqüentam outros bailes na cidade. Gisela (53) afirmou que são bailes para a “terceira idade” ou para “coroas”. Algumas comentaram que o baile daquele bar não é tão animado quanto outros da cidade também por elas freqüentados; esclareceram já ter sido esse baile muito mais alegre e participativo anteriormente.

As informantes entrevistadas pertencem, em sua maioria, às camadas populares. Apenas Luíza (70) têm renda mensal acima de 10 salários mínimos, proveniente de pensão alimentícia. As demais têm renda variável entre um e cinco salários mínimos, sendo que Gisela (53), Amélia (66) e Cristina (54) ainda exercem atividade remunerada – professora de deficientes auditivos, costureira e auxiliar de contabilidade, respectivamente. Muitas são aposentadas e/ou pensionistas. Grande parte delas concluiu o ensino fundamental, com exceção de Amélia (66), Eliana (69), Joselice (73) e Valquíria (60). Exceto Cristina (54), que é casada, todas são separadas e/ou viúvas e, atualmente, freqüentam o baile não apenas por lazer, mas por buscarem um companheiro. Cinco das onze entrevistadas afirmaram ter vida sexualmente ativa. Duas delas mantêm relacionamento afetivo-sexual, há mais de quatro anos, com homens que conheceram nos bailes. As informantes Vânia, Denise e Ana não concordaram em ser entrevistadas e como não gostavam de conversar não foi possível obter suas idades.

Os bailes freqüentados pelo público idoso, como o *Gerações*, são espaços de investigação antropológica que começam a ser tema de pesquisa em algumas outras capitais brasileiras, como Rio de Janeiro e Curitiba. Esses espaços de pesquisa trazem desafios aos pesquisadores que os tratam

como matéria-prima para etnografias: 1) grande parte deles não constitui grupo social, diferentemente dos grupos de idosos, e são locais de anonimato relativo, visto que muitos de seus participantes assíduos cumprimentam-se (balançar da cabeça, aperto de mão), dançam (homem/mulher) e sequer sabem os nomes uns dos outros; 2) o contato pesquisador/pesquisadas é entremeado pelo alto barulho proveniente das bandas, interferindo no entendimento claro dos diálogos estabelecidos durante o baile; 3) sendo espaços de grande rotatividade, nem sempre é possível reencontrar aquelas pessoas que, de vez em quando, os freqüentam, dificultando o estabelecimento da relação informante/pesquisadora.

“DECENTE / ASSANHADA E COROA / MENINHINHA”

Acreditando na antropologia como uma promessa que precisa ser aproveitada, Peirano (2003) entende que considerar os rituais⁵ como objeto de estudo expressa uma maneira inicial de explorar o potencial antropológico que pode ser oferecido à análise da vida social, a qual é sempre marcada por rituais em qualquer tempo ou lugar.

Importa ressaltar que os estudos antropológicos sobre festa e ritual vêm delineando algumas perspectivas: as de inspiração de Durkheim (1973), que abordam tais objetos como esferas separadas do cotidiano, rompendo com suas regras habituais de funcionamento e formando um estado de coesão coletiva que acaba por reforçar a estrutura social; e as que se contrapõem a essa primeira tendência, isto é, tratam a festa e o ritual como prolongamento do cotidiano, reproduzindo em seu desenvolvimento as contradições da sociedade, não podendo ser o lugar da subversão ou da livre expressão igualitária, a não ser de maneira fragmentada (BURKE, 1989).

O antropólogo brasileiro Da Matta (1990) compreende o ritual como componente de toda vida social, entendendo a festa e o ritual através de três mecanismos geradores do deslocamento diante do cotidiano: separação, integração e neutralização. Essa análise demonstra um exemplo da

5 Embora, inicialmente, preconize cautela para acionar uma definição de ritual, no sentido de evitar uma que seja rígida e absoluta, a autora em questão se reporta ao antropólogo Stanley Tambiah (1985 apud PEIRANO, 2003), para quem ritual é um sistema cultural de comunicação simbólica. O autor ressalta que a ação ritual apresenta três traços constitutivos, podendo ser compreendido como *performance* em três sentidos: “1) dizer consiste também em fazer alguma coisa como um ato convencional; 2) os participantes experimentam performance indicada através de meios de comunicação e 3) finalmente, valores sendo inferidos e criados pelos atores durante a performance.” (TAMBIAH, 1985 apud PEIRANO, 2003, p.11).

influência exercida por Durkheim (1973). Da Matta (1990)⁶ estuda o carnaval e o percebe como ocasião em que ocorre inversão da estrutura social e como forma social de informalidade, expressando a integração. Também enfoca as paradas militares como modelo geral de formalidade que reforçam a hierarquia, a autoridade e a ordem social, sendo, portanto, um exemplo de separação. Quanto à neutralização, Da Matta (1990) expressa situações simbolizadas pela evitação. Nessas ocasiões, não haveria nem disjunção, nem conjunção, mas o não estabelecimento de relações sociais visíveis. Ainda, para o autor, a missa é a ilustração deste terceiro tipo de ritual, uma vez que nela é possível localizar relações de reforço da ordem e, ao mesmo tempo, de inversão, cuja resultante é a evitação, evidenciada através de um conjunto de gestos.

Peirano (2003) parte do princípio de que uma sociedade possui um repertório de categorias relativamente definido (embora flexível), compartilhado e público, classificações, formas, valores etc., considerando que também está presente no dia-a-dia o que se encontra no ritual e vice-versa. Tal compreensão autoriza afirmar que possui influência da abordagem de Burke.

A pesquisa que desenvolvi no bar dançante *Gerações* norteou-se pela abordagem teórica que entende o ritual associado ao cotidiano, sendo percebido como um elemento caracterizador da sociedade e dos costumes que elabora (PEIRANO, 2003). Além disso, esta investigação social enfoca outro entendimento de Peirano (2003), quando assinala a necessidade do pesquisador de compreender etnograficamente um ritual, isto é, de apreendê-lo em campo, junto ao grupo que ele observa. Este procedimento antropológico contempla a voz dos nativos, uma vez que se preocupa em compreender a perspectiva de um “outro” diferente, ou seja, que pertence a grupos que não pensam e agem como o pesquisador, por exemplo.

Leila (72), Joselice (73) e Vânia revelaram-me que freqüentam regularmente o *Gerações*, porque encaram a dança como forma de terapia. Vânia é viúva e participa do baile acompanhada por um idoso, com quem dança prazerosamente na pista e consome cerveja na mesa. Presenciei um diálogo entre eles, em que Vânia, ao comentar sobre a necessidade de fazer uma

6 Da Matta (1990) caracteriza rituais e festas por meio da disjunção estrutura/*communitas*, tal como Turner (1974). A estrutura é o que separa as pessoas, definindo suas diferenças e constrangendo suas ações. *Communitas* é a anti-estrutura social, evidenciada em situações em que ocorre a retirada voluntária ou involuntária de uma matriz estrutural, denotando liberdade e proximidade entre as pessoas. Em análise comparativa das obras de Da Matta (1990) e Turner (1974), Alves (2003) afirma que o último restringe o conceito de ritual em ocasiões de visibilidade de *communitas*, o que não é feito por Da Matta (1990), que aproxima a parada militar como ritual à estrutura e o carnaval a *communitas*.

revisão em seu carro, lembrou-se da troca de óleo. Seu companheiro, então, disse-lhe rindo que ela não trocava o óleo há tempos. Vânia, um pouco sem jeito e como se o repreendesse, olhou-me e indagou-me sobre o sentido dado pelo companheiro a sua fala: “Está ouvindo, o que ele me disse!”

Denise, viúva e aposentada, comparece àquele baile com uma amiga e a irmã Emília. Denise, que ultimamente vai ao *Gerações* com um companheiro, também idoso, senta-se em outra mesa que não a da irmã. O casal dança com animação e, de vez em quando, se beija, recatadamente, na boca. Em conversa com Denise, ela comentou que a irmã está conhecendo o companheiro e se encontram naquele baile. Observei, quando Emília não ia ao baile, que seu companheiro dançava com outras mulheres e com elas também conversava, sentados a uma mesa.

Na etnografia intitulada *O Baile: Estudo Antropológico dos Bailes de Terceira Idade*, Silva de Freitas (2000) analisa a prática de dança de salão nesses bailes, em Curitiba, capital do Paraná, abordando as motivações de mulheres que deles participam e os posicionamentos que adotam diante da velhice. Constata que, nos bailes de terceira idade da mencionada cidade, seu público feminino e idoso busca diversão, namoro e mais amizades.

Na pesquisa realizada no bar dançante em Salvador, outras duas mulheres de mais idade disseram-me que salões de dança, como o do bar *Gerações*, propiciam aproximação e namoro entre as pessoas de “terceira idade”. Ana, que se mostrou adepta à paquera, dançando várias vezes com um homem jovem, afirmou-me também que participa de outros bailes como aquele, por concordar com essa maneira de viver a “terceira idade”. Ana sempre vai ao *Gerações* com uma amiga, uma mulher de meia-idade. Valquíria (60) é separada e nas três vezes que a encontrei no *Gerações*, em duas, estava acompanhada da filha de 20 anos e de amigas idosas e, na outra, estava sozinha. Costuma freqüentar outros bailes da cidade. Na condição de pensionista, fase atual de sua vida, gosta de se divertir. Disse-me que o *Gerações* não é tão animado, mas o freqüenta quando a banda do cantor Paulinho lá se apresenta. Confessou-me que sente atração física pelo cantor e que adquiriu o último CD de sua banda, no entanto, não ousa conversar com ele, após os *shows*, sobre seu sentimento que, segundo ela, é uma paixão platônica. Valquíria me disse que, nos bailes de “terceira idade”, encontra homens que querem namorá-la, mas ela não dá seu telefone, apenas anota o deles. Acrescentou também que mantém com eles paqueras respeitadas, não passando, atualmente, das danças, pois se decepcionou com um relacionamento afetivo-sexual que manteve durante seis anos com um homem mais velho cinco anos que ela, que conhecera após a separação, quando passou a freqüentar o baile de idosos do

Clube Fantoches. Ele mantinha um casamento de aparência com a esposa, ao tempo em que namorava várias mulheres nas serestas de idosos. Ao ser questionada sobre a motivação em procurar um companheiro nos bailes, Valquíria afirmou:

“Sinto demais. Sinto e preciso, tanto eu, como acho que as pessoas da terceira idade têm necessidade de ter um companherismo, pra dividir com ele a alegria, a tristeza, pra discutir assuntos das coisas atuais, entendeu?”

Quanto à sexualidade, nessa fase atual da vida, declarou:

“Eu acho assim que a sexualidade não morre na pessoa, principalmente na mulher [...] Então, é uma continuidade, não é? A pessoa sente a mesma coisa como jovens. Agora, não é um ponto principal. O sexo não é tudo. O amor, principalmente o amor espiritual; o amor carnal vem depois e não é o principal.”

A fala de Valquíria sugere associação com algumas considerações de Loyola (1998), constatadas em pesquisas realizadas no Rio de Janeiro, entre 1987 e 1992. No discurso de homens e mulheres entrevistados, Loyola (1998) identifica que, embora ambos possam vivenciar sentimentos ligados ao amor (delicadeza, passividade e paciência, por exemplo), o afeto aparece como prerrogativa eminentemente feminina; e a paixão (agressiva, impaciente, ativa, possessiva) mais vinculada ao sexo, como uma prerrogativa masculina. Comenta, então, que a mulher experimenta uma grande dificuldade em separar sexo e amor, sendo esse elemento constitutivo de sua sexualidade.

Amélia (66), divorciada, ao comentar sobre o envolvimento afetivo-sexual que mantinha com um homem de 73 anos que conheceu no baile de idosos no ano anterior ao da entrevista, ao ser indagada sobre como é o amor entre os idosos, afirmou:

“Quando você é adolescente é aquele impulso. Hoje não, quando você arruma uma pessoa, está amando de verdade. E é muito gostoso quando você tem uma palavra, recebe um telefonema: Eu te amo. Então, aquilo está sendo sincero. E quando é juventude, não, está levando tudo pela juventude, entendeu? Aquela coisa passageira. Então, eu acho muito gostoso o amor da terceira idade.”

Em entrevista, Joselice (73), viúva, fez alusão ao namoro de oito anos que vem mantendo com um aposentado de 65 anos, declarando que nesse relacionamento o ciúme é a tônica principal, sobretudo nas idas aos

bailes, na cidade de Salvador. Ela não gosta que seu namorado dance com outras mulheres, referindo-se a elas como assanhadas; também lembrou que ele demonstra ciúme quando ela dança com outros homens. Joselice considera o namorado um companheiro; encontram-se quase diariamente e com freqüência ele vai a sua casa. Referindo-se à falta que sentiu quando ele se submeteu a uma cirurgia de próstata, expressou:

“Esse mês que ele fez a cirurgia, eu saí algumas vezes, mas sentia aquela tristeza! Que falta ele faz! Agora eu estou dando mais valor ainda. Ontem ele chegou (do hospital). Ele encheu os olhos de lágrimas, quando eu disse isso.”

Ao perguntar a Joselice sobre a existência de um projeto de conjugabilidade com o namorado, a informante declarou não ter vontade de morar junto, sob o mesmo teto, embora não saiba o que seria de sua vida se não fosse ele, complementando que também gosta de tê-lo como companheiro de viagem. Sobre sexualidade, a informante afirmou:

“Carinho, eu adoro. Eu gosto mesmo dessa idade. Talvez, com meu ex-marido, eu não tivesse, não é? Acho que esse carinho, esse amor, encontrei com Jorge [namorado].”

Joselice não apenas freqüenta os bailes com o namorado; em algumas ocasiões, está acompanhada da amiga Lúcia (70), divorciada. Esta afirmou, em entrevista, que após a separação, há 25 anos, tem se envolvido em alguns relacionamentos amorosos, sempre com homens mais jovens que ela, comentando:

“Ah, é ótimo! Faz a gente se sentir melhor, muito bem. É isso [risos]. Só me aparece jovem, velho ainda não aconteceu.”

No início da entrevista, Lúcia declarou ter um namorado, mas, ao final, negou a afirmação. Quando desliguei o gravador, reconheceu que, no momento, se relaciona com um homem mais jovem, mas demonstrou reserva, não querendo revelar a idade do parceiro.

Voltando a estabelecer diálogo com a teoria, menciono que *A Dama e o Cavalheiro: um Estudo Antropológico sobre Envelhecimento, Gênero e Sociabilidade*, tese de doutorado de Andréa Morais Alves (2003), deslinda um mapa cultural da cidade do Rio de Janeiro, através de bailes, freqüentados majoritariamente por idosos. Nele, a autora identifica alguns tipos desses bailes, como o “ficha”, o “normal” ou “comum” e os de “terceira idade”, em que se conjugam relações de gênero, geracionais (inter e intra), interétnicas e

posições de classe. Segundo a antropóloga, no baile “ficha”, surgido na zona sul do Rio de Janeiro entre os anos de 1993 e 1995, as mulheres compram ficha para dançar com instrutores, geralmente jovens. Esse tipo de baile acontece durante a semana e também nos fins de semana, tendo quatro horas de duração – começa no final da tarde ou no início da noite. Concentrados no bairro de Copacabana, os bailes “ficha” possuem curta duração, começam em um determinado mês e acabam no seguinte e têm uma frequência rotativa. Esses bailes, cuja tendência é fechar num local e reabrir em outro, ocorrem em clubes de bairro ou associações, restaurantes, hotéis e academias de dança. Seus organizadores, oriundos de camadas populares da zona norte e do subúrbio, são instrutores de dança que dão aulas particulares ou em academias. Para a autora, os organizadores de bailes encontram na dança uma possibilidade de ascensão social. Os “normais ou comuns” diferem do baile “ficha” por acontecerem em fins de semana, em horários noturnos. Nesses bailes, as mulheres não compram fichas; pagam apenas a entrada e levam seus pares para dançar. Ocorrem em casas de dança ou clubes, espalhados por toda a cidade. Os Bailes da Terceira Idade são promovidos por associações, como o Serviço Social do Comércio (SESC), a Prefeitura do Rio de Janeiro, Universidade Aberta da Terceira Idade (UNATI/UERJ) e outras instituições que têm programas para a terceira idade, cujo objetivo é oferecer às pessoas de mais idade atividade lúdica, bem como espaço de sociabilidade para aquelas que fazem parte de um mesmo grupo de idade. A característica peculiar dos bailes da “terceira idade” é a ocorrência de jogo de bingo durante os intervalos para descanso da orquestra.

Nas considerações finais, Alves (2003) assinala que as mulheres pesquisadas, residentes na zona sul e norte, no subúrbio e no centro da cidade, constroem uma velhice feminina caracterizada pela valorização do uso do corpo em público através da dança, indicando a criação de uma esfera de sociabilidade independente de outras relações sociais, sobretudo as familiares. Além disso, reconhece que o papel da mulher envelhecida, que dança no baile, é marcado pelo erotismo, visto que, ao dançar, estabelece com seu parceiro masculino um jogo de sedução estilizado pela dança a dois – o jogo da dama seduzida e comandada pelo cavalheiro. A autora afirma que as formas pelas quais as informantes conseguem valorizar o próprio envelhecimento são a preocupação e o cuidado com o corpo, despertados entre dama e cavalheiro.

Em analogia aos resultados da pesquisa de Alves (2003), em bailes do Rio de Janeiro, afirmo que o baile “Festival da Maioridade” do bar dançante *Gerações* é um misto do baile “normal ou comum” e do baile

“ficha”, embora não seja tão comum nesse bar a prática de algumas freqüentadoras contratarem um jovem instrutor para dançar.

Ao “Festival da Maioridade”, Gisela (53), separada, foi em companhia do namorado, um aposentado de 74 anos. O casal cumprimentava várias pessoas no local, apertando-lhes a mão. Dançaram quase o tempo todo. Ela o conheceu há quatro anos no *Gerações* e afirmou que, no início do relacionamento, seu namorado mais parecia um adolescente deslumbrado, não medindo esforços para levá-la e buscá-la no trabalho – hábito que abandonou com o passar do tempo. Comentou que, nessa fase atual de sua vida, o que mais preza é a liberdade – transita livremente com o namorado em vários ambientes de lazer. Na segunda entrevista realizada, afirmou que, no relacionamento amoroso, não apenas tem uma vida social intensa com seu parceiro, pois freqüenta diariamente os bailes de Salvador, mas também vive encontros íntimos – a sexualidade não mais está centrada na ereção do companheiro e sim em carícias. Gisela comentou:

“A sexualidade para mim é uma coisa mais tranqüila. Eu não tenho mais a ansiedade que eu tinha antes, preocupação em ser excepcional. Então, eu dou o que eu posso; eu dou o que eu preciso. Eu tenho para mim o que eu preciso.”

Leila (72), freqüentadora assídua dos bailes do bar *Gerações*, há sete anos, dança com muita elegância, sobretudo no estilo dança de salão, sendo convidada por homens de diferentes faixas etárias. Seus vestidos são elegantes e soltos, alguns estampados e outros em um só tom. Costuma se enfeitar com anéis coloridos, pulseiras e usar maquiagem. É pessoa muito respeitada no bar dançante, pois os que dele participam com assiduidade, homens e mulheres, tratam-na com muita deferência – vão até sua mesa e a cumprimentam. Informou-me que também costuma ir ao baile do SESC, às sextas-feiras, mas não integra aquele grupo de idosos, porque trabalha em horário administrativo no setor de finanças de uma instituição pública. Leila costuma chegar quando o bar é aberto, às 19 horas, e vai embora no horário em que é fechado, às 23 horas – sua mesa é lugar cativo no salão, posicionada no centro. Em uma das vezes em que sentei à mesa de Leila e com ela fiquei conversando, disse-me, ao retornar de uma rodada de dança, que parecia ter dançado em ritmo acelerado, na cadência rápida do parceiro, e que seus batimentos cardíacos pareciam intensos e descompassados. Sentou-se um pouco para descansar e conversar, pois temeu cair no salão e, em conseqüência, a considerarem “gagá”, embora tenha lembrado que sua saúde melhorou após uma cirurgia cardíaca. Relatou-me que recebe algu-

mas propostas de namoro nos bailes que freqüenta, mas não se interessa por nenhuma delas, visto que o simples prazer de dançar é o que a leva realmente aos salões, além de presumir que muitos daqueles homens, freqüentadores desacompanhados, sejam casados⁷. Considera animado um salão de dança quando encontra homens que a convidam para dançar. Comentou que prefere dançar com parceiros que sabem conduzir bem seus passos e os da mulher, além daqueles que lhe ensinam passos novos. Informou gostar de se vestir bem, conforme suas possibilidades financeiras, ao freqüentar bailes como aquele. Em meados do mês de outubro de 2003, Leila deixou de ir ao “Festival da Maioridade” por estar se recuperando de um grave problema de saúde, um derrame cerebral. Algumas pessoas que freqüentam regularmente o bar procuraram saber, assim como eu, de sua ausência, quando fomos informados do motivo pelo promotor cultural.

Ao observar os presentes, em um dos intervalos da banda, ouvi breve diálogo entre Leila e Eliana (69), viúva, freqüentadora do *Gerações* há três anos, quando olhavam atentamente o salão de dança:

Leila: Como sempre, não tem muito homem! Na sexta-feira, no SESC, também estava assim vazio. E os poucos homens não querem dançar conosco, ficam em cima das jovens.

Eliana: Eles não dão atenção para a gente quando tem jovem.

Leila: Parecem mais urubus.

Eliana: Como eu recebi minha carta de alforria há dezoito anos, venho dançar. Estando com meu dinheiro no bolso, não tem problema. Salão de dança é onde mulher viúva se diverte.

Sobre a preferência dos homens, sobretudo os idosos que freqüentam o bar *Gerações*, por parceiras de dança mais jovens, registrei em diário de campo, quando aí ocorreu a tradicional festa anual “Baile Azul e Branco”⁸, a fala de Maria Alice (70), viúva, em conversa com amigas: “Eles preferem ficar sentados, mas não tiram a gente para dançar.” Na ocasião, uma amiga de Maria Alice havia contratado um rapaz para dançar

7 A suposição do estado civil de alguns homens que freqüentam o bar dançante evoca a noção de anonimato relativo, correspondente à possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estanques. Estudos sobre comportamento desviante demonstram a ambigüidade que a identidade de uma pessoa pode assumir em uma metrópole – os sujeitos podem ser alvo de discriminação em um contexto, mas de receptividade em outro (VELHO; MACHADO, 1976).

8 No Baile Azul e Branco, que acontece no mês de dezembro, o ingresso custa o triplo do valor cobrado habitualmente, e as pessoas vão trajadas exclusivamente de azul, de branco ou de ambas as cores.

com todas elas. Embora a referida informante tenha expressado que seria válido namorar, caso achasse uma pessoa de respeito, quando foi indagada se sentia motivação para paquerar em festas como aquela, concluiu:

“Eu não gosto de paquerar nos bailes. Quando eu vou pros bailes, eu gosto de me divertir. Porque a mulher que se preocupa em paquerar em baile não se valoriza, na minha concepção. Você sabe que homem de baile só quer explorar as mulheres. Se ela não se valoriza, não vai ser ele que vai valorizar. Homem idoso só gosta de namorar meninhas e as meninhas só querem explorar o idoso.”

Em investigação de caráter antropológico, Brigeiro (2000) enfoca representações, normas e práticas referentes ao processo de envelhecimento e à esfera afetivo-sexual em uma rede de interação masculina, cujos espaços de sociabilidade, na cidade do Rio de Janeiro, são um *shopping* e uma praça. O autor constata que a jocosidade relativa a temas sexuais é um elemento constituinte do *ethos*⁹ do grupo estudado e que a importância da sexualidade, atribuída pelos informantes nas *performances* jocosas, está associada à tentativa de continuidade de interesses e valores de masculinidade e a um movimento mais geral de resistência contra a velhice incapacitadora. Os informantes dessa pesquisa, homens pertencentes às classes sociais privilegiadas, isto é, camadas médias e altas na estrutura de estratificação social no Brasil, estabelecem jogos de sedução e conquista com mulheres, sobretudo as jovens que freqüentam os referidos locais. Eles se fazem valer de sua condição socioeconômica, com o objetivo de apagar as diferenças etárias e geracionais e se mostrarem atrativos. Para os homens idosos, portanto, deter situação financeira privilegiada implica em um interessante elemento para as conquistas femininas. O autor também aborda que, entre seus pesquisados, as mulheres bonitas, atraentes ou mesmo desinteressantes, são um dos principais temas de conversa, constituindo, assim, objeto de comentários mais ou menos indecorosos em ambos os espaços de sociabilidade em que habitualmente se encontram. Para Brigeiro (2000), o entendimento das representações sociais que seus informantes têm sobre as mulheres requer a especificação do conjunto do universo feminino ao qual estão se referindo – nos discursos, predomina uma imagem geral, na qual as mulheres estão classificadas entre “as da casa” e “as da rua”, como sugere o modelo elaborado por Da Matta (1997) para explicar a lógica cultural dominante nas relações de gênero heterossexuais.

9 *Ethos* refere-se aos aspectos morais e estéticos de uma dada cultura, envolvendo seus aspectos valorativos. O termo visão de mundo designa esquema de elaboração cognitiva sobre a vida, a pessoa e a sociedade (GEERTZ, 1978).

Celina (61), separada e viúva, que também dançou na noite do “Baile Azul e Branco” com o jovem contratado, afirmou, em entrevista, que comparecia a vários bailes de terceira idade por se sentir bem dançando, ao tempo em que reconheceu serem os bailes ambientes propícios para namorar. Informou ter mantido, por dois anos, um namoro com um homem de sua faixa etária, que conheceu através de uma agência matrimonial. Sobre paquera nos salões de dança como aquele, Celina comentou não ter acanhamento em convidar um homem para com ela dançar e também disse:

“A gente sente mais vontade de estar junto da outra pessoa, sentir o calor humano. Por exemplo, dançando, é uma coisa gostosa. Principalmente se a gente está dançando com uma pessoa que simpatizou, olhou e gostou.”

Celina afirmou que frequenta atualmente outro baile de Salvador, aos domingos, com um senhor que a considera namorada, mas ela não o considera assim. Ela sonha em encontrar um grande amor e, ao procurar um companheiro nos bailes que frequenta, visa não apenas ter companhia para diversão, mas um parceiro para atividade sexual.

Ao comentar sobre namoro e amor entre os idosos, Eliana (69), viúva, afirmou:

“Paquera é muito bom, ele lá e eu cá. Distante. Eu não vou dizer que eu não tenho alguma simpatia. Mas são os próprios coroaos que estão todos cheios de problemas. Tirado ainda a rapazinho. Não encara, só quer pegar menininha moderna. Está uma maneira assim, agora, das meninas pegarem velhos para acabar com eles, para adquirir tudo deles e eles se empolgam. Eu acho que é bom paquerar lá, deixar ele bem impressionado e acabou por lá [...] O namoro na velhice é só esse, tem só de paquerar. Lá e cá. Porque eu acho ridículo. A não ser que seja uma coisa pra ficar junto mesmo com responsabilidade de assumir na rua quando estiverem bebendo na festa, comendo, como eu vejo muitos ali [Bar Dançante *Gerações*].”

Eliana expressou também uma outra forma de parceria afetivo-sexual que resulta de bailes de idosos:

“Se eu tivesse fazendo o que eu vejo lá, aquelas velhas todas assanhadas, bom, eu ia no embalo no carro com ele [senhor que lhe oferece carona ao final do *show* dançante]. O pagamento do carro, da carona que ele dá, ouvi dizer que ele agarra a pessoa pra dar beijo na boca. E eu não concordo com isso. Antes que eu faça uma

desfeita a ele, não vou. Foi bom eu saber. As dançarinas que vão junto no carro dele já estão certas que vai acontecer e daí acontece mais coisa, não é? Não, filha, comigo não dou não, eu lhe estou sendo sincera.”

Embora tenha afirmado em entrevista que recusa carona de um senhor do baile, negando-lhe assédio, ela comentou que aceita carona de um outro que reside em seu bairro, pois assim se sente segura. Ela é muito solicitada para dançar, aceitando quase todos os convites. Em certa ocasião, após ter dançado com um homem idoso, voltou à mesa recriminando que ele havia tentado beijá-la. Antes de se sentar, passou as mãos na boca. Eliana, portanto, aceita parcialmente os jogos de sedução que são estabelecidos no baile.

Referindo-se à paquera observada no *Gerações*, Cristina (54), casada, comentou:

“Na primeira vez que ele dança com você, ele está querendo lhe paquerar, você entendeu? Então, ele acha que só em você dançar com ele, então, já dá o direito a ele de uma paquera.”

Cristina me revelou, em entrevista, que a “química em relação ao sexo oposto”, propiciada pelos contatos corporais nos momentos em que dança no baile, fez com que sua vida sexual se tornasse mais atrativa.

Essas falas podem sugerir associações com alguns entendimentos de Balandier (1997) sobre sexualidade. Para o autor em questão, o poder pelas e sobre as mulheres é expresso no controle do poder da procriação. Reporta-se aos mitos africanos, verificando neles um tempo em que as mulheres foram detentoras do poder sobre os homens, abusaram desse poder e dele foram desapossadas. Uma das formas de expoliação desse poder é indicado na transformação do positivo (capacidade de reprodução) em negativo (a impureza); o sangue da vida transforma-se em sangue de imundície. O objetivo de apropriação da fecundidade da mulher, de sua produtividade natural, é melhor explicitado pelo autor quando ilustra que a mulher idosa, fora de seu período reprodutivo, está muito menos sujeita ao controle masculino e pode, assim, assumir funções até então proibidas. Concepção parecida à de Balandier (1997) é aquela formulada por Héritier¹⁰

10 Embora se coloque em favor da emancipação das mulheres, Héritier (1996) duvida de que se possa chegar a uma igualdade em todos os âmbitos, por considerar que nenhuma sociedade pode ser construída sem a proibição do incesto, a repartição sexual das tarefas, uma forma legal e reconhecida de união estável e a valência diferencial dos sexos, isto é, vontade de controle da reprodução da parte daqueles que não dispõem desse poder tão particular. Para a antropóloga, é a fecundidade que faz a diferença real entre o masculino e o feminino, não o sexo.

(1996) sobre a possibilidade de haver remanejamento na posição de uma mulher na menopausa, haja vista que nesse momento não há mais necessidade de controles. Embora tratem de organizações sociais tradicionais e menos segmentadas socialmente, importa reter essas considerações. Associando-as à constatação da presença predominantemente feminina e idosa em salões de dança, como o que é objeto desta pesquisa, posso supor que as mulheres idosas transitam menos controladamente nesses espaços. Embora não sejam vigiadas e preservadas no âmbito da reprodução biológica, o controle geralmente advém quanto à reprodução social, pois a renda que detêm (aposentadoria ou pensão) contribui ou é esteio da manutenção familiar.

Ao circular em algumas mesas, conversando com informantes, antes do *show* começar ou em momentos de intervalos dos grupos musicais, observei, em diferentes momentos, que o promotor cultural do “Festival da Maioridade” cumprimentava as pessoas e, em alguns dias, o fazia de mesa em mesa. Ao notar que as mulheres ainda não haviam dançado, as convidava para a pista de dança, perguntando-lhes: “Você não quer dá uma comigo?” Elas reagiam com um sorriso e iam com ele dançar.

Considero que o baile investigado pode ser entendido como um ritual que constitui um bom exemplo para transmitir valores acerca das relações de gênero heterossexuais, ao focar um aspecto peculiar do processo de envelhecimento feminino – a solidão. Também indica alguns conhecimentos sobre a vida social, referentes à dimensão cognitiva e aos juízos de valor acionados em inúmeras ocasiões que orientam a ação social¹¹, bem como a resolução de conflitos (a dimensão feminina e masculina do envelhecimento) e a reprodução de relações sociais, que embora estejam pautadas numa ótica que favorece aos homens, começa a ser repensada e timidamente modificada. Há alguns anos não se cogitava sobre a possibilidade de que mulheres viúvas e separadas viessem a transitar em espaços públicos, visando ao lazer e à procura do estabelecimento de relações afetivo-sexuais não necessariamente fincadas na tradicional estratégia de conjugabilidade – o casamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto investigado, constatei que alguns princípios de classificação operam na competição que as mulheres estabelecem entre si, procu-

11 O conceito de ação social, formulado por Weber (COHN, 2000), se refere à conduta orientada pelo ator; e o de relação social, conduta orientada por um conteúdo de sentido reciprocamente compartilhado.

rando parceiros. A informante Eliana (69) disse-me, em conversa, aceitando que eu continuasse sentada a sua mesa: “Só senta em minha mesa gente decente”. O comentário foi a propósito de ter observado, na ocasião, uma mulher que dançava sozinha, próximo à pista, quando um homem convidou-a para dançar. Em seu entender, mulher de respeito e que não é oferecida, nos bailes, é aquela que é convidada pelo homem para dançar. Além disso, condena mulheres que comprem fichas para dançar com rapazes, referindo-se àquelas que o fazem no *Gerações* e em outro salão de dança aonde vai de vez em quando. O baile estudado, desse modo, revela situações em que predomina competição entre as mulheres, inexistindo cumplicidade implícita entre elas.

As maneiras descontraídas com as quais as informantes vivenciam e encaram o lazer no “Festival da Maioridade” ratificam algumas considerações de Debert (1997), ao considerar como ícone de mudança, a partir dos anos 1970, o embaçamento das fronteiras que marcam estilos de vida tidos como próprios de indivíduos que pertencem a diferentes faixas etárias. A juventude deixa de representar uma faixa etária específica, transformando-se em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer etapa da vida, através da adoção de formas de consumo e estilos de vida adequados e a dissociação entre a aposentadoria e a velhice, que transforma a aposentadoria em um momento privilegiado para a renovação pessoal, a busca do prazer e da satisfação.

Com base nas informações obtidas nas entrevistas, bem como nas observações realizadas no baile, verifiquei que o objeto da pesquisa – identificar representações sociais sobre sexualidade, abordando mulheres de meia-idade e idosas de camadas populares que frequentam baile criado para esse segmento populacional – é cercado de silêncios, embora os processos de envelhecimento estejam adquirindo amplitudes públicas nas sociedades ocidentais, devido a seu crescimento populacional e às implicações daí provenientes. Ao realizar a investigação, algumas informantes mostraram-se reticentes ao concordarem com as entrevistas, apesar de ter sido utilizado o consentimento informado antes da aplicação do roteiro da entrevista. Em algumas de suas falas, identifiquei um tom cauteloso, quando se referiam às relações amorosas e aos projetos de conjugabilidade atuais, buscados nos bailes que frequentam, talvez não só por serem viúvas e/ou separadas, mas por conversarem sobre o assunto com uma pessoa jovem. Aqui há de se lembrar que, em torno da sexualidade, se constrói um controle social das gerações mais velhas sobre as mais jovens e vice-versa. De acordo com as informantes, a busca de um parceiro não visa ao estabelecimento de um

relacionamento conjugal sob o mesmo teto, mas a busca de companhia para o lazer, bem como, para algumas, terapia ou o exercício da atividade sexual. Algumas informantes conseguem viver menos controladamente sua sexualidade, uma vez que fatores socioculturais são menos reprovadores quanto aos comportamentos sexuais. Talvez, essas sejam maneiras que revelam concordância com o ideal de envelhecimento saudável, propagado de forma crescente pela mídia na sociedade brasileira. Ademais, pode indicar relevante elemento de subversão da lógica da dominação masculina, caracterizada, segundo Bourdieu (2002), como processo de dominação simbólica, em que as diferenças biológicas entre os sexos, incluindo a anatômica, são utilizadas para justificar naturalmente o que é da ordem do arbitrário cultural. E por que não também as geracionais?

REFERÊNCIAS

- ALVES, Andrea Moraes. *A dama e o cavalheiro*. um estudo antropológico sobre envelhecimento, gênero e sociabilidade. Rio de Janeiro: Museu Nacional; Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- ATTIAS-DONFUT, Claudine Fiche. *Sociologie des générations*. Paris: PUF, 1988.
- BALANDIER, Georges. *O contorna*. poder e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRANDÃO, Elaine Reis; HEILBORN, Maria Luiza. Introdução: Ciências Sociais e sexualidade. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade* o olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.7-17.
- BRIGEIRO, Mauro. *Rir ou chorar?* envelhecimento, sexualidade e sociabilidade masculina. 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.
- BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões do gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, São Paulo, n.13, p.191-221, 1999.

_____. Novas formas de sociabilidade de idosos: o caso de Salvador. *Bahia Análise & Dados*, Salvador, n.10, p.129-137, 2001.

BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

COHN, Gabriel (Org.). *Max Weber: Sociologia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2000. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.

_____. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEBERT, Guita Grin. Gênero e envelhecimento. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n.3, p.33-51, 1994.

_____. Envelhecimento e curso da vida. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n.5, p.120-139, 1997.

_____. *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Fapesp, 1999.

DELBES, Christiane; GAYMU, Joëlle. L'automne de l'amour: la vie sexuelle de 50 ans et plus. *Population*, INED, Paris, n.6, p.1439-1484, 1997.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O império dos sentidos: sensibilidade, sensualidade e sexualidade na cultura ocidental moderna. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.21-30.

DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura e ideologia. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v.27, n.1, p.71-89, 1984.

DURKHEIM, Emile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

HEILBORN, Maria Luiza. Construção de si, gênero e sexualidade. In: _____. (Org.). *Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. p.40-58.

HÉRITIER, Françoise. *Masculino feminino: o pensamento da diferença*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996. (Coleção Epistemologia e Sociedade).

- LOYOLA, Maria Andréa. Sexo e sexualidade na Antropologia. In: _____ . (Org.). *Sexo e sexualidade nas Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.19-45.
- PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção Ciências Sociais: Passo a Passo, n. 24).
- PEIXOTO, Clarice Ehlers. *Envelhecimento e imagem: as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo: Annablume, 2000.
- SILVA DE FREITAS, Fátima. *O baile*: estudo antropológico dos bailes de terceira idade em Curitiba. 2000. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- TAMBIAH, Stanley. *Culture, thought and the social action*. Cambridge: Harvard University Press, 1985. Citado por PEIRANO, Mariza. *Rituais ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. (Coleção Ciências Sociais: Passo a Passo, n. 24).
- TURNER, Victor. *Dramas, fields and metaphors*. London: Cornell University Press, 1974.
- VELHO, Gilberto; MACHADO, Luiz Antonio. Organização social do meio urbano. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (Org.). *Anuário Antropológico / 76*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976. p.71-82.

AS MULHERES E AS MARCHAS DA FAMÍLIA COM DEUS PELA DEMOCRACIA E PELA LIBERDADE NA BAHIA

Ana Alice A. Costa
Ediane Santana
Rebeca Sobral

A historiografia política brasileira, em que pese toda a preocupação recente em dar visibilidade aos “novos sujeitos”, não tem demonstrado o devido interesse em inserir as mulheres nesse contexto. Exemplo nesse sentido é a vasta produção bibliográfica sobre o período da ditadura militar brasileira, instalada a partir de 1964, na qual as mulheres só aparecem ocasionalmente e, geralmente, em situações anedóticas, excluindo-as do papel de sujeito político. Essa, aliás, não é uma especificidade da historiografia brasileira. Podemos afirmar que tem sido uma característica das ciências em geral, que tratam o homem, sujeito masculino, como centro do universo, um sujeito universal, uma espécie de “arquetipo viril da história”, como nomeia Amparo Sardà (1991), ao analisar esta característica androcêntrica da história.

Fugir desse modelo dominante é nossa perspectiva neste trabalho. Resgatar um momento da história política baiana no limiar da Ditadura Militar, dando visibilidade às mulheres como atrizes políticas, analisando sua atuação política nesse processo e destacando as especificidades dessa participação são nossos objetivos. Nosso universo de análise são as diversas manifestações de caráter conservador realizadas pelas mulheres baianas, as chamadas Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade, realizadas logo após o golpe militar de 1964.

Essas manifestações estavam inseridas em um processo de articulação nacional de enfrentamento e resistência dos setores conservadores ao

governo de João Goulart e suas medidas reformistas¹, que vinha tomando corpo desde a tentativa de impedir sua posse a presidência da República pós renúncia de Jânio Quadros, em 1961, e a posterior consolidação do golpe militar.

Neste estudo, partimos do suposto de que nem todo movimento de mulheres insere-se no contexto das lutas feministas², ou seja, não questionam a sua própria situação de gênero enquanto sujeito na sociedade e não têm a perspectiva de transformação na condição de subalternidade da mulher (COSTA; SARDENBERG, 1994), pelo contrário, muitas vezes, utilizam-se dessa subalternidade e de um conjunto de estereótipos, sem nenhuma perspectiva crítica, para justificar sua ação política ou suas demandas. Esse, por exemplo, foi o caso do movimento sufragista de inícios do século XX, que colocava a necessidade de autonomia política da mulher como um requisito para um melhor exercício de seu papel de mãe.

Por outro lado, também não podemos esquecer que o movimento de mulheres contempla uma enorme diversidade de formas de organização, objetivos e ideologias. Como afirma Molyneux (2003, p.225, tradução nossa): “Um movimento de mulheres não precisa ter uma única expressão organizativa e pode caracterizar-se por uma diversidade de interesses, formas de expressão e localizações espaciais.” Pode, inclusive, apresentar “[...] posições e objetivos políticos distintos e, mesmo quando as mulheres se organizam de maneira autônoma, nem sempre atuam de maneira autônoma na defesa dos seus interesses de gênero.” (MOLYNEUS, 2003, p.230, tradução nossa). Neste sentido, o movimento de mulheres de classe média conhecido como “Deus, Pátria e Família”, objeto deste trabalho, é apenas

¹ Identificadas como “reformas de base”, estas medidas objetivavam promover mudanças tributárias, educacionais e agrárias, em um contexto populista, na perspectiva de diminuir disparidades sociais. Estas medidas atendiam as demandas de um movimento popular amplo, tendo à frente importantes sindicatos.

² O movimento feminista, apesar de se inserir no movimento mais amplo de mulheres, distingue-se por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres, pela definição da sua autonomia em relação a outros movimentos, organizações e o Estado e pelo princípio organizativo da horizontalidade, isto é, da não existência de esferas de decisões hierarquizadas (ÁLVAREZ, 1990). Segundo Costa e Sardenberg (1994), o feminismo pode se manifestar enquanto uma doutrina ou movimento social, cujos sujeitos principais são, em sua maioria, mulheres que acreditam na luta por igualdade e liberdade, questionando a hierarquização nas relações sociais entre homens e mulheres. “O feminismo pressupõe o surgimento de uma consciência de gênero feminina.” (COSTA; SARDENBERG, 1994, p.83), ou melhor, consciência feminista que se daria em âmbito coletivo, refletindo-se nas práticas sociais entre homens e mulheres. “A consciência de gênero é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais.” (COSTA; SARDENBERG, 1994, p.84).

um dos muitos movimentos de mulheres existentes no período, que assume características e práticas que lhe são peculiares.

Sob a bandeira da luta anticomunista, na defesa da família, da propriedade privada e contra o nacional-reformismo das propostas do Governo de João Goulart, várias organizações de mulheres da classe média brasileira dominaram a cena política no ano de 1964. Assumindo de maneira integral a imagem de donas de casa e mães de família, estas mulheres, arregimentadas e organizadas por setores conservadores da Igreja Católica e do Exército, com o apoio de entidades como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES)³, levaram a parcelas significativas das classes médias urbanas e dos setores populares o apelo político-emocional da salvação da pátria contra o comunismo (COSTA, 1998).

A imagem simbólica do comunismo como uma doutrina vinculada à destruição dos valores cristãos, morais, da família e da propriedade, alimentada pelos setores conservadores no Brasil, encontrou eco na classe média, em especial entre as mulheres. Por sua condição de gênero, historicamente, elas têm sido identificadas como responsáveis pelo cuidado e bem-estar da família, pela reprodução dos valores morais da sociedade, isto é, como as principais reprodutoras dos valores patriarcais dominantes. Essa insegurança da classe média canalizada contra o Comunismo, identificado internacionalmente como oriundo da União Soviética, dirigia seu alvo, inclusive, para as relações internacionais do Governo brasileiro com os países considerados socialistas (Cuba, China...), estimulando a associação do Governo Goulart com o “Comunismo Ateu”. Uma associação que se materializou na campanha maciça realizada por estas mulheres contra a política do Ministério do Exterior, exigindo o apoio do governo brasileiro à intervenção dos EUA e ao bloqueio econômico a Cuba.

Entre os principais grupos que compunham esse movimento de mulheres, nacionalmente, tiveram destaque a Campanha da Mulher pela

³ Segundo Dreifuss (1987, p45): “A mais significativa conquista do IPES no campo da mobilização política e ideológica consistia na utilização das classes médias como nova clientela política e o desenvolvimento de meios para mobilizá-las, com êxito, como uma massa de manobra, efeito que os partidos e frentes tradicionais não se dispuseram ou se capacitaram a alcançar. A mobilização das classes médias conferia a aparência de amplo apoio popular à elite orgânica e a mídia coordenada pelo IPES proporcionava grande cobertura às atividades dessas classes médias mobilizadas. Na atmosfera elitista do Brasil, as demandas das classes médias eram vistas como o ponto de referência para a identificação da legítima pressão popular. [Além de tudo,] o que o IPES viu como uma de suas conquistas de maior êxito foi a ‘descoberta’ dos grupos femininos de pressão, tão ampla e eficazmente usados dez anos mais tarde contra o governo constitucional de Salvador Allende, no Chile, e para os quais a experiência brasileira forneceu o modelo.”

Democracia (CAMDE) do Rio de Janeiro, Liga da Mulher Democrata (LIMDE) de Belo Horizonte, União Cívica Feminina (UCF) de São Paulo, Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Esta última com uma antiga tradição de luta em prol dos direitos da mulher, em especial durante a campanha sufragista entre 1922 e 1932. Geralmente articuladas através de pequenas diretorias, as lideranças destes grupos detinham efetivamente o poder de concepção e coordenação das ações do movimento, não obstante contarem com colaboração e aconselhamento de diversos conselheiros masculinos, conforme afirma Solange Simões (1985, p.47):

Contudo, a direção dos movimentos, a quem, como veremos, cabia definir objetivos, ações, legações políticas etc. eram constituídas essencialmente por mulheres de empresários, tecno-empresários e militares – líderes do IPES, que organizavam os interesses da burguesia e militantes da conspiração cívico-militar.

No geral, elas trabalhavam organizadas em pequenos grupos, fazendo reuniões, disseminando sua ideologia, divulgando suas tarefas e convocando especialmente outras mulheres, através de programas de rádio, escrevendo e enviando telegramas, cartas e panfletos, exaltando e defendendo valores e crenças cristãs e alertando contra a ameaça comunista.

Nos meses que antecederam ao Golpe Militar de abril de 1964, essas organizações participaram ativamente de várias ações de mobilização com vistas à desestabilização do governo Goulart, coordenada pelo IPIS/IBAD. Foram as organizações de mulheres de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo que tiveram maior visibilidade através da imprensa, assumindo a condução das lutas no país, realizando diversas atividades de mobilização da opinião pública e de pressão aos organismos governamentais. Merecem destaque: a remessa de 50 mil cartas ao Congresso Nacional, pressionando os deputados contra as reformas propostas por João Goulart; o impedimento da realização do Congresso da Central Única dos Trabalhadores da América Latina, previsto para Belo Horizonte e transferido para Brasília, em função do protesto feito pelas mulheres articuladas por estes grupos que, deitadas na pista do aeroporto, impediram o desembarque das delegações. Também em Minas, teve muita visibilidade a manifestação marcada como a “noite das cadeiradas”, realizada no Auditório da Secretaria de Saúde, invadido quando o então deputado Leonel Brizola discursava a favor das reformas (FICO, 2004).

Nesse sentido, antes de desembocar nas grandiosas manifestações de rua, que foram estas “marchas”, a sociedade brasileira e, principalmente,

a classe média já estavam passando por uma série de “preparativos” ideológicos – oriundos especialmente da mídia – que tinham como finalidade formar a opinião pública contra a reforma constitucional que ampliaria os poderes do Executivo e as reformas de base do governo João Goulart.

As marchas foram uma tática de mobilização e arregimentação dessas organizações e, posteriormente, se constituíram em uma forma de manifestação do apoio e respaldo às ações dos golpistas. A “Marcha da Família com Deus, pela Pátria e pela Liberdade” foi inaugurada em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, como resposta ao Comício da Central do Brasil. Com sua concentração localizada na Igreja da Candelária, graças à completa cobertura dos meios de comunicação, a Marcha chegou a contar com cerca de 500 mil manifestantes, incluindo a participação de mais de 300 municípios do interior paulista, superando a expectativa inicial de seus organizadores.

Os grupos sociais que estiveram à frente da Marcha da Família eram, em sua maioria, oriundos das camadas médias urbanas (profissionais liberais, pequenos empresários, donas-de-casa). Entidades femininas (Campanha da Mulher pela Democracia - CAMDE, Liga da Mulher pela Democracia - LIMDE, União Cívica Feminina - UCF e Movimento de Arregimentação Feminina), religiosas (Fraterna Amizade Cristã Urbana e Rural, Círculos Operários Católicos, Associações Cristãs de Moços), associações civis e de classe (Associação Comercial de São Paulo, Sociedade Rural Brasileira, Clube dos Diretores Lojistas, Conselho de Entidades Democráticas, Campanha para Educação Cívica) e sindicatos patronais (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) empenharam-se no protesto. (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p.32).

Já o comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, no Rio de Janeiro, foi a mais importante manifestação de massa da esquerda brasileira durante o período que antecedeu o golpe. Calcula-se que tenha reunido em torno de 200 mil pessoas. Além do presidente da República, aí estavam o deputado Leonel Brizola, o governador de Pernambuco Miguel Arraes e os mais importantes dirigentes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e do governo federal. Aí estavam também a UNE e a UBES. O discurso do presidente João Goulart na Central do Brasil, ao comentar que “não poderiam ser levantados os rosários da fé contra o povo”⁴, uma clara referência às “Cruzadas do Rosário”, sofreu ampla e

⁴ “O inolvidável Papa João XXIII é que nos ensina, povo brasileiro, que a dignidade da pessoa humana exige [...] o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos [...] O cristianismo nunca foi o escudo para os privilégios [...] nem [...] os rosários podem ser levantados contra a vontade do povo e as suas

negativa repercussão por parte das organizações femininas. Foi identificado como o estopim para as Marchas, apoiando os insurretos e, posteriormente, o Regime Militar, fazendo parte do processo de derrubada do Governo, contra as reformas e consolidando a campanha anticomunista.

Estas marchas tiveram a influência norte-americana da “Cruzada do Rosário em Família”, criada pelo padre Patrick Peyton, em 1945, um religioso nascido na Irlanda, em 1909, e conhecido como “o padre de Hollywood”. Nessas “cruzadas”, os símbolos católicos eram usados em defesa dos valores de uma elite burguesa cristã e contra o comunismo. Esta campanha atingiu inúmeros países, chegando ao Rio de Janeiro em 1962 (CODATO; OLIVEIRA, 2004).

O inesperado apoio popular à manifestação de São Paulo levou os militares conspiradores a estimularem a realização de outras marchas. Imediatamente, manifestação semelhante foi realizada em Santos (25 de março) e várias outras estavam planejadas em diferentes cidades. Porém, por conta da precipitação dos acontecimentos, estas manifestações passaram a ser identificadas como “Marcha da Vitória” e, sob a liderança feminina, se transformaram em desfiles de triunfo. Esse foi o caso da marcha realizada no Rio de Janeiro, logo após o Golpe, no dia 2 de abril.

O “aliado” padre Peyton continuaria comandando suas “cruzadas” e levaria milhares de pessoas, em especial mulheres de classe média, às ruas das capitais e grandes cidades. A presença de políticos e personalidades locais importantes, discursando em defesa da família e da pátria, fizeram parte da fórmula que compôs e expandiu esse evento em diversas capitais e no interior do país, sempre utilizando os percursos mais tradicionais e importantes das cidades, com direito a faixas e cartazes, registrando a adesão dos vários segmentos da sociedade local.

A colaboração dos “novos governantes” ou de seus apoiadores será fundamental para o sucesso das Marchas. No caso da Bahia, a análise dos jornais da época, como veremos mais adiante, dão conta do papel desempenhado pelas prefeituras municipais na articulação política desses eventos, facilitando a divulgação, liberando, como ponto facultativo, os servidores das instituições públicas, estimulando e até fiscalizando a presença de seus funcionários nas manifestações. Nacionalmente, essa prática se repetia, como afirma Simões (1985). Em determinados espaços governamentais, até o uso de telefone foi permitido para auxiliar nas convocações das mães de família.

aspirações mais legítimas [...] Os rosários não podem ser erguidos contra aqueles que reclamam a discriminação da propriedade da terra, hoje ainda em mãos de tão poucos, de tão pequena maioria [...]” Trecho do Discurso do presidente João Goulart em 13/03/1964 (CODATO; OLIVEIRA, 2004, p.31).

AS MARCHAS NA BAHIA

Na Bahia, apesar da existência de várias organizações de mulheres de classe média, em sua grande maioria de caráter filantrópico ou emancipacionista, como o exemplo da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino, criada em abril de 1931, não havia uma articulação com esse movimento nacional no período que antecedeu ao Golpe.

A Deputada Estadual Ana Oliveira⁵, após os sucessos das manifestações de Rio de Janeiro e Belo Horizonte, será a primeira mulher de destaque na Bahia a se empenhar em conclamar as baianas para se integrem a esta mobilização nacional, conforme noticiou o jornal A Tarde (21/03/1964, p.3):

A deputada Ana Oliveira anuncia que vai iniciar um movimento de mulheres bahianas em defesa da democracia e das instituições vigentes e contra o comunismo, a exemplo do que já acontece em Minas, Rio e São Paulo. Já na próxima terça-feira, fará um discurso na assembléia lançando o movimento e depois conclamará as mulheres de todo Estado a se unirem. Já conta com a adesão antecipada de centenas de mães de família, senhoras de todas as classes e de todas as idades.

Nos dias que se seguiram, Ana Oliveira utilizou várias vezes a tribuna da Assembléia Legislativa para convocar as mulheres, sempre alertando para o risco do avanço comunista.

Mas foi somente após o Golpe que as mulheres baianas ligadas às classes dominantes se organizaram e trataram logo de manifestar seu apoio ao novo regime. Já no dia 06 de abril, com uma matéria intitulada “Professoras solidárias com o Exército”, o jornal A Tarde (06/04/1964, p.2) noticia: “Comissão de professoras presta homenagem ao General Manoel Mendes Pereira, comandante da VI região militar, pelo revigoreamento de democracia brasileira.” Nesse mesmo dia, em outra matéria com o título “Ao Bonfim a passeata da vitória”, o jornal A Tarde (06/04/1964, p.3) informa:

⁵ A Deputada Ana Oliveira nasceu no município de Serrinha e foi eleita pela primeira vez em 1962, através da Aliança Trabalhista, constituída pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Republicano e o Libertador. Anteriormente, havia se candidatado, em 1954 e 1958, pelo Partido Libertador, sem conseguir se eleger. Posteriormente, foi reeleita em 1966, 1970 e 1974, totalizando 16 anos de mandatos consecutivos. Anteriormente, havia sido vereadora em Juazeiro, durante quatro legislaturas. Seu primeiro mandato eletivo foi em 1934, logo depois que as mulheres conquistaram o direito de voto. Vinculada aos grupos oligárquicos baianos, em especial ao Senador Luís Viana Filho, apoiou imediatamente o golpe militar. Exerceu diversos postos de direção na Assembléia Legislativa da Bahia.

Os bahianos receberam com maior júbilo a vitória do movimento político-militar contra a comunização do país [...] Já antes da vitória da jornada de recuperação democrática, os bahianos se preparavam para uma grande demonstração pública [...] será a comemoração do feito das forças armadas e dos líderes civis que se antepuseram à caminhada que os comunistas, com a lamentável convivência do Sr. João Goulart [...]

No dia seguinte, o referido jornal traz com destaque a notícia da homenagem realizada pelas mulheres – “O agradecimento da mulher bahiana” – ao General Manoel Mendes Pereira, comandante da VI região militar e “por seu intermédio, aos chefes das guarnições da Marinha e da Aeronáutica”. Segundo o jornal *A Tarde* (07/04/1964, p.2), foram centenas de senhoras, “pertencentes aos diversos círculos sociais” que compareceram ao Quartel General “para apresentarem ao ilustre militar [...] o tributo do seu reconhecimento.” O discurso proferido por Suzana Imbassay da Silva nos dá claramente uma idéia da composição social dessas mulheres e de seus interesses políticos:

[...] aqui estamos nós, uma delegação de senhoras cristãs, mães de famílias, médicas, professoras, funcionárias, mas, antes de tudo, mulheres bahianas que também têm seu passado de glórias, vinculados a todos os fatos da história do Brasil, mulheres que se orgulham de serem descendentes de Maria Quitéria, mulher soldado, e sóror Joana Angélica, a mártir; mulheres bahianas que também sofreram e vibraram, dentro de seus lares, acompanhando cheias de ansiedade toda essa maravilhosa campanha que se processou com tanta eficiência e tanta paz que se nos afigura milagre de Deus por intermédio das forças armadas [...] porque afastou de nós, mulheres cristãs, esse vento mau que soprou pelo Brasil, “vento de pânico e de discórdia”, que ameaçou desviar a terra brasileira da sua tradição de cordialidade e de “solução pacífica na superação das suas crises históricas”. (*A Tarde*, 07/04/1964, p. 2).

A Comissão organizadora da Marcha reuniu-se no requintado Club de Bridge da Bahia para definir o roteiro e os encaminhamentos necessários. Os jornais destacam a presença de importantes senhoras e representantes do Clero⁶. Nessa reunião, foi elaborada a Proclamação da Marcha, amplamente divulgada:

⁶ “[...] da reunião participaram inúmeras senhoras baianas, dedicando-se entre outras, D. Maria do Carmo Cabral, esposa do coronel Francisco Cabral, Secretário de Segurança Pública, que representou D. Hildete Lomanto, esposa do Governador do Estado e D. Maria Helena Almeida, esposa do Sr. Adélio Almeida. O Clero baiano esteve mais uma vez representado pelos Srs. Manoel Soares e Walter Magalhães. Falando em nome do Cardeal da Silva, os dois sacerdotes aprovaram a sugestão apresentada na reunião, segundo a qual os sinos das matrizes de Salvador deveriam repicar festivamente, lembrando aos fiéis e aos cristãos em geral o grande significado da Marcha da Família.” (*Jornal da Bahia*, 08/04/1964, p.8).

Baianos. Homens e mulheres, velhos e moços, de todas as classes, de todas as profissões, de todos os credos de todas as religiões, não esperem convite para participarem da grande passeata no dia 15 (quarta-feira), a partir da Praça da Sé às quinze horas, com o fim de expressar o nosso sentimento de agradecimento a Deus – nosso grande General – e as forças armadas pelo alívio que trouxe ao coração de todos os brasileiros e particularmente, à família bahiana. Não espere convite pois a festa tem dono, é sua, é minha, é nossa, é da Bahia. (A Tarde, 09/04/1964, p. 4).

Assinava a proclamação: “A mulher Bahiana”.

A partir desse momento, a atuação de Hildete Lomanto, esposa do Governador do Estado, será destaque na imprensa. Relegada até então ao simples papel de “Primeira Dama”, sem nenhuma visibilidade política, assumirá publicamente seu apoio ao novo regime e sua luta em defesa da família e dos “ideais democráticos”, estando à frente de todas as mobilizações, assumindo, inclusive, a presidência da União Cívica Feminina (A Tarde, 18/04/1964, p.2)⁷. Outras mulheres, até então completamente desconhecidas da grande imprensa, incorporam-se a essa luta, representando seus ilustres maridos. Porém, como era de se esperar, não mereceram sequer o reconhecimento da imprensa, conforme podemos ver na forma em que o jornal A Tarde (08/04/1964, p.4, grifo nosso) noticiou a reunião preparatória da Marcha: “Estiveram presentes à reunião [...] a deputada Ana Oliveira, padres [...] além de muitas outras senhoras da sociedade bahiana, entre as quais as sras. *Francisco Cabral* e *Jorge Calmon* [...]”⁸.

No dia 15 de abril, a partir das 14 horas, começou a concentração na praça Municipal. Após a celebração do solene *Te-Deum* na Catedral Basílica, a multidão dirigiu-se ao Campo Grande,

[...] formando então uma impressionante torrente de homens, mulheres, crianças, que entoando hinos patrióticos e religiosos, davam vivas às Forças Armadas e à Democracia. Bandeiras do Brasil e da Bahia, faixas alusivas à redemocratização do país, delegações de outros Estados e do

⁷ “INSTALADA A UNIÃO CÍVICA FEMININA. Em solenidade que se realizou às 17 horas de ontem, no teatro Castro Alves, foi instalada a União Cívica Feminina seção da Bahia e impossada sua primeira diretoria. Ao ato compareceram além da Primeira Dama do Estado, Sra. Hildete Lomanto, presidente de honra da entidade o comandante o [sic] II Distrito Naval e representantes do Governador do Estado e do Comando da região, outras autoridades e associadas.” (Jornal da Bahia, 25/ 04/1964, p.3).

⁸ Tal prática por parte dos jornais não é alterada, mesmo depois do sucesso da marcha, conforme podemos ver na nota a seguir: “A comissão organizadora da Marcha da família com Deus pela liberdade reuniu-se, ontem, às 17 horas, no clube de Bridge, para homenagear as promotoras do movimento cívico cristão, sras. Oscar Pontes, Francisco Valadares e Fernando Almeida.” (A Tarde, 18/04/64, p.2).

interior baiano, representantes de dezenas de entidades, civis e religiosas, grupos representativos das Forças Armadas, bandas de música e o povo vibrando constituíam o conjunto da indescritível passeata [...] Os acordes do Hino Nacional Brasileiro e de marchas patrióticas comoveram até as lágrimas de milhares de pessoas [...] (Jornal da Bahia, 16/04/1964, p.1).

Esta seria a maior manifestação baiana de apoio aos Militares. Contando com a colaboração direta da Prefeitura Municipal⁹, do Governo do Estado¹⁰ e diversos setores¹¹, a Marcha reuniu cerca de 400 mil pessoas¹².

Acompanhada de seus filhos e carregando uma bandeira do Brasil durante todo o trajeto, a Senhora Hildete Lomanto foi a primeira a falar no ato realizado no Campo Grande, apresentando sua mensagem à mulher baiana:

No dia de hoje, em que a Pátria reinicia sua jornada democrática, marcha o povo baiano, em uma só família, para expressar o seu júbilo e sua esperança nos destinos da terra comum, unida sob a inspiração melhor dos ideais cristãos e acalentada pelos mais puros anseios de fraternidade [...]

⁹ O apoio da prefeitura, através do seu prefeito, foi amplamente divulgada na imprensa: “Em entendimento com a deputada Ana Oliveira, o prefeito Antonio Casais declarou, que a prefeitura dará todo o apoio à realização da passeata, mandando, inclusive, armar no Campo Grande, o grande palanque que foi utilizado [...] durante a cruzada do Rosário em família [...]” (A Tarde, 08/04/1964, p.4). “A deputada Ana Oliveira comunicou às senhoras bahianas que estão preparando a “Passeata da Vitória” que o prefeito Antonio Casais lhe garantiu todo apoio da prefeitura para a mesma [...] ofereceu [...] tudo que estiver a seu alcance.” (A Tarde, 09/04/1964, p.3).

¹⁰ “Será feriado escolar amanhã, a fim de que os alunos das várias escolas possam participar da “Marcha [...]”, segundo portaria baixada ontem pelo Secretário de Educação que recomenda ainda não devem os colegiais aparecerem na passeata uniformizados. Entrementes, o Departamento de Educação e Cultura da Secretaria Municipal de Educação está convidando o magistério primário municipal para participar da “Marcha [...]” revelando ainda a professora Raidalva Bittencourt, diretora do Departamento de Educação e Cultura que no dia 15 não haverá aula no 2º turno.” (Jornal da Bahia, 14/04/1964, p.5).

¹¹ “Além da massa popular que deverá acompanhar a passeata, por iniciativa própria, diversas entidades já hipotecaram irrestrito apoio ao desfile cívico, entre elas, destacando-se: A comunidade batista [...] todos os sindicatos democráticos [...] instituições religiosas, ordens terceiras parlamentares, Rotary clube, Lions clube, toda a Maçonaria, Liga Bahiana contra o analfabetismo, Petrobrás, Fuzileiros navais, Clubes sociais e muitas outras.” (A Tarde, 13/04/1964, p.3). “Tendo a associação comercial pedido aos seus membros que fechem seus estabelecimentos comerciais [...] O prefeito Antonino Casais assinou decreto considerando ponto facultativo o turno vespertino, o mesmo tendo feito a assembléia legislativa [...] O governador também vai declarar ponto facultativo no expediente da tarde [...] Além de colocar seus navios para o transporte de pessoas residentes no Recôncavo, durante a manhã, a navegação Bahiana colocará, também, todas suas embarcações no porto, na hora do início do desfile [...]” (A Tarde, 13/04/1964, p.3). “O Presidente da Federação das Indústrias, Sr. Pedro Ribeiro, formulou apelo aos industriais baianos no sentido de encerrar as atividades de suas empresas às 14 horas de amanhã, a fim de possibilitar o comparecimento de seus operários a ‘Marcha da Família’ [...] Por outro lado, determinou o Presidente da Federação das Indústrias a decretação de ponto facultativo nos órgãos ligados ao Serviço Social da Indústria e Serviço Nacional de aprendizagem industrial a fim de que seus funcionários possam também participar da ‘Marcha da Família’ [...] programada para amanhã em nossa capital.” (Jornal da Bahia, 14/04/1964, p.5).

Mais uma vez, cabe a mulher baiana, organizadora dessa marcha, um papel destacado nessa hora decisiva. Ela que sempre se fez presente em todos os grandes momentos da Pátria, ainda agora nos convoca para o sagrado cumprimento de um dever, o de reafirmação da nossa Fé e do nosso culto aos ideais democráticos. (A Tarde, 16/04/1964, p.1).

Seguiu-se uma longa lista de oradores¹³. No dia seguinte, em grande manchete, o jornal A Tarde, anunciava em primeira página: “Marcha foi apoteose da vitória”.

Após o sucesso da Marcha realizada em Salvador, rapidamente o movimento espalhou-se por várias cidades do interior baiano. Logo no dia 20 de abril, Feira de Santana realiza sua marcha. Segundo o jornal Diário de Notícias (21 e 22/04/1964, p.5, 1º. caderno), “[...] uma manifestação livre e espontânea, dissociada de qualquer interesse de grupo ou partido.” No dia seguinte, 21 de abril, quatro municípios baianos realizaram suas manifestações: Nazaré das Farinhas, Camaçari, Itabuna¹⁴ e Santo Antonio de Jesus. No último, contando, inclusive, com a participação da primeira dama do Estado, Hildete Lomanto¹⁵.

¹² “Eis a ordem em que se apresentaram na ‘Marcha da família [...]’, integrantes da passeata: 1) Banda de música do exército; 2) Autoridades civis, militares e eclesiásticas; 3) Comissão central organizadora da passeata; 4) Grupamento de professores e alunos do curso primário; 5) Grupamento de professores e alunos do curso secundário; 6) Diretórios estudantis, que se incorporaram na praça Castro Alves; 7) Banda de música da Polícia Militar; 8) Delegações do interior; 9) Delegações esportivas; 10) Outras entidades, inclusive regionais. Desfilaram na grande Marcha da família [...], entre outros, notados pela reportagem: Conferentes e Consertadores de pôrto de Salvador; Colégio da Polícia Militar do Estado; Corpo de Bombeiros; Irmandade de São Francisco; Ginásio Irmã Dulce; Círculo Operário da Bahia; Evangelistas; Maçonaria; Instituto de música da Bahia tendo o vereador Cosme de Farias encerrando a passeata em companhia de um grupo de crianças, das quais é mantenedor.” (Jornal da Bahia, 16/04/1964, p.5).

¹³ Conforme a programação divulgada, era a seguinte a ordem dos oradores: Cardeal da Silva, “D. Hildete Lomanto falará em nome do seu esposo em face deste ter viajado a fim de assistir à posse do general Humberto Castelo Branco [...]”, a deputada Ana Oliveira, Sr. Renato Novis, médico Luiz Fernando Macedo Costa, prof^o Thales de Azevedo, pastor Ebenezer Cavalcante, Sr. Germano Tabacof, pastor Waldívio, Maçon Jair Brasileiro, universitário Wilson Rosado, major Everaldo Calazans, Sra. Regina Jorge e o deputado Wilson Lins. (A Tarde, 15/04/1964, p.3).

¹⁴ “A marcha da família com Deus pela liberdade, realizada na tarde do dia 21 de abril, foi a maior concentração popular já verificada na nossa cidade. A Sra. Cândida Dórea, Kátia Marinho e este colonista deram a sua humilde parcela para que os itabunenses fizessem a sua maior demonstração de civismo já vista nestas plagas, demonstração que contou com a presença e colaboração de todas as autoridades constituídas, do povo, em geral, todos sem exceções, vibrando pela vitória da Democracia contra o comunismo materialista e ateu que nos ameaçara. A Avenida Cinquentenário, totalmente superlotada, em toda sua extensão, serviu de palco ao desfile de brasilidade e a multidão, sob uma chuva de papéis picados e um ensurdecedor pipocar de foguetes [...] 50 mil pessoas encerrou-se com a palavra do Dr. Wally de Oliveira Lima, que fez a mais bela oração cantamos o Hino Nacional por tantas mil vezes [...]” (Jornal da Bahia, 7/05/1964, p.8).

¹⁵ “Santo Antonio de Jesus - povo nas ruas. Contando com a presença da primeira dama do Estado D. Hildete Lomanto, que representou o governador Lomanto Junior, realizou-se no dia 21 do

Nos quatro, foi marcante o apoio das Prefeituras Municipais e a participação da Igreja Católica na organização da manifestação. Apenas Nazaré das Farinhas registra a atuação de Zélia Ferreira de Araújo, presidente da Associação do Amor Divino, na coordenação do evento (Diário de Notícias, 18/04/1964, p.5 e 21 e 22/04/1964, p.5). Em Itabuna, é destacada a atuação de Cândida Dórea e Kátia Marinho. O Município de Simões Filho realizou sua Marcha no dia 01 de maio “[...] sob os auspícios da Irmandade do Apostolado da Oração.” (Jornal da Bahia, 30/04/1964, p.4). Participaram da comissão organizadora as senhoras Noêmia Meireles Ramos, Eulina Piedade Campos e o vereador Altamirando Araújo Ramos.

Outras cidades como Alagoinhas, Paripiranga, Jaguaquara também fizeram suas Marchas. No mês de maio foram realizadas Marchas nos municípios de Catú, Inhambupe, Araci, Calculé, São Gonçalo dos Campos, São Francisco do Conde. Em junho foram os municípios de Cruz das Almas, Iramaia, São Francisco do Conde, Lençóis e Guanambi a realizar suas manifestações. Em todas, a prefeitura Municipal decretou feriado escolar, ponto facultativo para o funcionalismo público, o comércio fechou e em diversos locais foram reservados transportes gratuitos até os locais das Marchas. A Igreja Católica foi a principal articuladora em todos os municípios. Nestas cidades, por falta de organizações específicas, a participação feminina ficou diluída em meio às ações de articulação, quase sempre sob o comando do padre local, e bem poucas mulheres tiveram um papel significativo, geralmente diretoras de escolas e esposas de prefeitos.

AS MULHERES E AS MARCHAS

Como vimos, as *Marchas da Família com Deus pela Democracia e pela Liberdade* constituíram-se em um espaço de atuação política para as mulheres, embora este tenha tido um caráter conservador e de manutenção de velhos papéis patriarcais. Ainda assim, as mulheres participaram diretamente deste processo, mobilizando setores da sociedade, coordenando suas atividades, exercendo a liderança em suas organizações e penetrando num espaço reservado ao masculino por excelência, que é a política.

mês passado, nesta cidade, a marcha da Família com Deus pela democracia. A passeata organizada pelas autoridades locais, com a colaboração decisiva da mulher santo-antoniense constituiu-se uma profunda demonstração de civismo jamais registrada nesta cidade.” (Jornal da Bahia, 8/05/1964, p.8).

Segundo Chaney (1985), as mulheres se mobilizam sempre que sentem que a segurança e o bem-estar de suas famílias estão sob ameaça. Esse tipo de prática é a origem de muitos movimentos sociais e, geralmente, tornam vulneráveis as mulheres e suas mobilizações à manipulação por parte dos governos e de partidos políticos. No caso brasileiro, essa manipulação por conta do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) da Igreja Católica e, após o Golpe Militar, dos próprios insurrectos, foi muito concreta. O argumento da ameaça comunista, da destruição da família, das perdas à propriedade privada, falava muito forte às mulheres. São valores introjetados culturalmente e que fazem parte da própria construção de gênero vivenciada pelas mulheres. Naquele momento, para elas, o governo João Goulart e suas propostas de reforma representavam uma ameaça à segurança de suas famílias. O sucesso das marchas demonstra muito bem como estas questões atingiam os interesses das mulheres, independente da classe social, já que foi inegável a participação de grandes contingentes de mulheres dos setores populares.

Conforme demonstra o estudo realizado por Solange Simões (1985, p.38), sobre esse movimento no Rio de Janeiro e Belo Horizonte, os organizadores do Golpe Militar não articularam as mulheres enquanto cidadãs, mas como “[...] figuras ideológicas santificadas como mãe”. Para estes setores, a expectativa era de que “[...] a presença de ‘donas de casa’ na ação política ao mesmo tempo que provocasse impacto, gerasse também grande confiabilidade nas ‘motivações cívicas dos militares, em oposição aos interesses pessoais’ e a corrupção que, na crença geral, moviam os políticos e governantes.” (SIMÕES, 1985, p.38).

A possibilidade de atuação política que aqui lhes foi apresentada, se dá nos limites do *rol* materno. Sua participação é a simples manifestação do domínio patriarcal, ao qual as mulheres estão submetidas, e que estrutura culturalmente a “ideologia da feminilidade”. Uma ideologia que determina a maternidade como o elemento constitutivo da identidade cultural e da personalidade feminina (COSTA, 1998). Segundo Lagarde (1993, p.377, tradução nossa):

A mãe é uma instituição histórica, chave na reprodução da sociedade, da cultura e da hegemonia, e na realização do ser social das mulheres. As mães contribuem pessoalmente, de maneira exclusiva no período formativo e compartilhada durante toda a vida, para a criação do consenso do sujeito ao modo da vida dominante, na sua esfera vital [...] Através da maternidade, a mulher-mãe é transmissora, defensora e fiscalizadora da ordem imperante na sociedade e na cultura. Tanto os rituais domésticos ou sociais como os cuidados estão a cargo das mulheres e formam parte de sua condição histórica.

O paradoxal é que exatamente estas “características femininas”, que condenam a mulher ao mundo privado, contraditoriamente, levaram as mulheres brasileiras, nesse momento, a atuar no mundo público. Esse tipo de prática é identificado pelas diversas correntes teóricas do feminismo como maternalismo, isto é, como uma construção de gênero, estabelecida desde a diferença sexual feminina, reconhecendo e definindo as mulheres por sua capacidade reprodutiva. Porém, como afirma Simões (1985, p.139):

[...] aquelas mulheres ao se lançarem na política não rompem com o papel idealizado de mães e esposas e com os modelos idealizados de mulher. Pelo contrário, é através desses “atributos” que se julgam capazes de militar e que dão “autoridade” à sua presença na esfera política [...] elas se alienavam recriando e reproduzindo uma “imagem mística de mulher”.

Nesse processo político, a posição de destaque se dava de forma tradicional, perpetuando seu lugar de subordinada. Não havia uma perspectiva emancipatória que permitisse às mulheres ocupar um papel social de mais autonomia, que promovesse uma política igualitária para as mulheres. Ao deixarem de ser úteis ou necessárias ao novo regime, agora vitorioso, com o respaldo popular entre as classes médias garantido, as mulheres são desestimuladas ou obrigadas a retornarem ao lar e à sua invisibilidade política, sem que houvesse mudado sua condição de subalternidade. Não há registro de mulheres que conseguiram permanecer no espaço público, ocupando um papel de liderança. Na Bahia, apenas a Deputada Ana Oliveira, que já vinha de uma longa trajetória política, ocupando cargos legislativos e executivos, permaneceu com destaque na esfera pública. Todas as outras, inclusive Hildete Lomanto, retornaram à invisibilidade do cotidiano doméstico e privado.

Por outro lado, não podemos pensar que essa utilização do papel tradicional feminino e a construção identitária das mulheres a partir da maternidade seja uma exclusividade dos setores conservadores e que, inevitavelmente, essa prática não crie possibilidades de transformação na condição feminina. Alguns exemplos na América Latina nos levam exatamente por um caminho distinto ao percorrido pelas mulheres brasileiras nessa mobilização das Marchas.

Na Argentina, é muito conhecido o exemplo das “Madres de la Plaza de Mayo”, em Buenos Ayres¹⁶, que, a partir de valores maternos,

¹⁶ As “Madres de la Plaza de Mayo” surgiram como um grupo de quatorze mulheres com idades entre 40 e 62 anos, em abril de 1977, para tornar público o desaparecimento de seus filhos e filhas e resistir à repressão militar. Durante muitos anos, a cada quinta feira ficavam dando voltas na praça, espaço em frente à Casa Rosada, a sede do governo argentino, cobertas com um lenço branco com os nomes dos filhos desaparecidos (NASH, 2004).

resistiram ao poder do Estado. Baseado no papel social, no discurso tradicional da maternidade, transformando sua dor privada, sua perda pessoal como mães em um ato político de luta pela busca de seus filhos mortos e desaparecidos, converteram-se internacionalmente em um símbolo da resistência popular contra a ditadura militar Argentina. “Se converteram em uma expressão extraordinária de uma proposta inovadora de cidadania e de novas formas de práticas políticas construídas sobre valores maternos como fontes de questionamento político, de negociação e de reivindicação dos direitos humanos.” (NASH, 2004, p.206, tradução nossa).

Nesse mesmo caminho, é criado também o “Comitê de Madres Arnulfo Romero” (COMADRES), constituído por operárias, vendedoras e donas de casa de El Salvador, com o objetivo de reclamar justiça frente aos horrores da guerra civil. Enquanto organização, não tinham estrutura hierárquica, pois consideravam que o fato de terem perdido um filho na guerra as tornavam iguais (LUNA, 2001). Na Nicarágua, impulsionada pela Frente Sandinista, é criada a organização “Madres de Héroes y Mártires de Nicarágua”, em 1983, cuja atividade centrava no apoio às ações na frente de batalha, atuando como correio e na preparação de roupas e comidas para os filhos.

No campo da subsistência econômica, um exemplo significativo podemos encontrar nos movimentos dos “Comedores Populares” e “Comitês de Vaso de Leche” nos anos 80, em várias cidades do Peru. As mulheres desenvolveram um modelo organizativo próprio, com normas inéditas de organização do trabalho coletivo, da gestão de recursos e da mobilização de mulheres. “Precisamente fundamentadas na postura ética de sua maternidade e na condição superior que lhes outorga a maternidade, atuaram decididamente para ganhar espaços e reconhecimento no âmbito familiar e comunitário, na sociedade civil e no Estado.” (VILLANUEVA, 1998, p.77, tradução nossa).

Esses são exemplos de movimentos que partem, igualmente como o brasileiro, dos papéis tradicionais femininos como legitimadores da participação política das mulheres. São as mães, enquanto sujeitos políticos, que vão às ruas em nome da defesa dos interesses familiares. Porém, nesses exemplos latino-americanos, o diferencial é a possibilidade de mudança no *status* político dessas mulheres; é a transformação resultante nas relações de gênero. Segundo Luna (2001, p.47, tradução nossa):

Se o gênero é uma construção histórica e discursiva, portanto passível de transformação: seus significados e seus códigos, produzidos por relações de poder podem ser objeto de desconstrução na luta política e social. As

críticas que se desenvolveram dentro destes movimentos em relação às obrigações femininas, que antes assumiam obedientes, confirmam a tese do aprendizado dos gêneros e sua possível transformação.

No caso das mulheres brasileiras participantes destes movimentos conservadores, não podemos ser categóricas em afirmar que elas permaneceram imunes às possibilidades de aprendizagem que a participação política apresenta, que não tiveram a mesma capacidade demonstrada por outras mulheres, como as latino-americanas aqui tratadas, de desenvolverem uma visão crítica sobre o caráter desses movimentos. Certamente, muitas destas mulheres voltaram as ruas em 1968, para participar das passeatas pela democracia, incorporaram-se no Movimento Feminino pela Anistia, dessa vez para garantir a integridade, a vida e a liberdade de seus familiares perseguidos pelo regime militar, e participaram do movimento pelas Diretas Já. Estas são algumas respostas que seguimos buscando na nossa pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALVAREZ, Sonia. *Engendering democracy in Brasil: Women's movements in transition politics*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- CHANEY, Elza M. *Supermadre*. La mujer dentro de la política en América Latina. México: Fondo de Cultura Económica, 1985.
- CODATO, Adriano Nervo; OLIVEIRA, Marcus Roberto. A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.24, n.47, p.31-32, 2004.
- COSTA, Ana Alice; SARDENBERG, Cecília Maria. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Maria Luiza; BINGEMER, Maria Clara (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p.81-115.
- COSTA, Ana Alice. *As donas no poder: Mulher e política na Bahia*. Salvador: NEIM/UFBA; Assembléia Legislativa da Bahia, 1998.
- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FICO, Carlos. Com o rosário na mão. *Nossa História*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 5, p. 20-22, mar. 2004.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: UNAM, 1993.

LUNA, Lola. Contextos discursivos de género y Movimientos de Mujeres en América Latina. *Anuario Hojas de Warmi*, Barcelona, Año 12, p.35-47, 2001.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de mujeres en América Latina*. Un estudio teórico comparado. Madrid: Catedra/Universidad de Valencia, 2003.

NASH, Mary. *Mujeres en el mundo*. Historia, retos y movimientos. Madrid: Alianza, 2004.

SARDÀ, Amparo Moreno. La realidad imaginaria de las divisiones sociales: una aproximación no-andocéntrica. In: LUNA, Lola (Org.). *Mujeres y sociedad*. Nuevos enfoques teóricos y metodológicos. Barcelona: SIMS, Universitat de Barcelona, 1991. p.87-99.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família*. As mulheres no Golpe de 1964. Petrópolis: Vozes, 1985.

VILLANUEVA, Alicia. Organizaciones femeninas populares: una trayectoria de ciudadanía y participación política. In: BRUCH, Sandra (Ed.). *Género y ciudadanía: una construcción necesaria*. La Paz: REPEM, 1998. p.75-82.

PERIÓDICOS

A Tarde 21/03/1964; 06/04/1964; 07/04/1964; 08/04/1964; 09/04/1964; 13/04/1964; 15/04/1964; 16/04/1964; 18/04/1964.

Jornal da Bahia. 07/04/1964; 08/04/1964; 13/04/1964; 14/04/1964; 16/04/1964; 25/04/1964; 30/04/1964.

Diário de Notícias. 18/04/1964; 21 e 22/04/1964, 1º. caderno.

A MULHER E SEUS FAZERES NO MOVIMENTO DOS APOSENTADOS¹

Eulália Lima Azevedo

Neste trabalho, procura-se analisar os impactos diferenciados da reforma da Previdência Social Pública sobre a situação da mulher. Aborda-se também se e como o movimento dos aposentados, pensionistas e o sindical, nos quais as mulheres também figuram como militantes, focaram suas lentes sobre tal problemática. Analisa-se, por fim, as representações de gênero que se expressam nas falas, gestos e ações das/os participantes de ambos os movimentos, conforme o lugar que homens e mulheres ocupam na hierarquia organizativa dessas entidades, definida em função do maior ou menor *quantum* do capital social necessário à distribuição dos bens simbólicos e materiais nesse campo, constituído por relações de força (BOURDIEU, 1989). Parte-se do pressuposto de que a participação da mulher nas referidas organizações políticas, bem como sua inserção precarizada no mundo do trabalho, são condicionadas pelas relações de gênero, tradicionais e ainda vigentes na sociedade. Estas são demarcadas pelas relações de poder socialmente construídas entre os sexos a partir da observação dos aspectos anatômicos que se mostram ao nascer, e se conservam como definições ideológicas ao longo da vida (BRITTO DA MOTTA, 1999; KERGOAT, 1996; LAURETIS, 1994; SAFFIOTI, 1992; SCOTT, 1990; SOUZA-LOBO, 1991; STOLCKE, 1991).

¹ Este artigo é uma versão modificada do segundo e parte do primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado, defendida na UFBA, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em fevereiro de 2005, intitulado *Aposentados em Movimento: Tensões e Convergências com o Movimento Sindical*, sob a orientação da Professora Doutora Alda Britto da Motta.

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOB A ÓTICA DE GÊNERO

Inicialmente, vale lembrar que a análise do surgimento e aperfeiçoamento das políticas de proteção social no Brasil deve ser inserida no contexto geral da conjuntura internacional, bem como não se referenciar por uma única perspectiva metodológica no que se refere à Política Social como questão teórica. Neste sentido, deve-se considerar a interrelação de variáveis múltiplas, como os aspectos relacionados ao crescimento econômico e seu novo formato tecnológico industrial, passando pela força da pressão dos sindicatos e partidos, influências culturais, o papel relevante do Estado e das burocracias públicas, dentre outras.² É nessa perspectiva que o peso relativo de uma categoria profissional no processo de produção e, sobretudo, a força de sua organização política devem ser focalizados (SANTOS, 1979). Do mesmo modo, deve-se atribuir à fragmentação e dispersão peculiar às/ aos trabalhadoras/es domésticas/os e rurais uma das razões determinantes do grande atraso na definição de políticas destinadas à inclusão dos mesmos no sistema previdenciário. As grandes mobilizações camponesas da segunda metade da década de 50, embora não tenham sido o único elemento, foram decisivas para garantir a atenção do poder público em relação às questões de proteção social rural, ainda que se considerem limitações como as impostas ao Estatuto da Terra (ETR) e ao Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRORURAL), criados com esse objetivo (CABRAL, 1986).

Nunca é demais, porém, ressaltar que os direitos garantidos pelo PRORURAL aos trabalhadores do campo foram bastante limitados, comparados aos direitos previdenciários urbanos. Além de garantir apenas a aposentadoria por velhice a partir dos 65 anos, visto que exclui a aposentadoria por tempo de serviço, merece destaque especial a concessão dos direitos previdenciários rurais tão somente ao chefe ou arrimo da unidade familiar, não podendo ser obtido, ao mesmo tempo, por mais de um membro desta. Neste sentido, a mulher casada, trabalhadora do campo, ficava impossibilitada de se habilitar à aposentadoria juntamente com o cônjuge, não obstante sua inegável participação no processo produtivo tanto quanto ele, ao mesmo tempo em que se encarrega de gerar e cuidar dos filhos e de todas as tarefas domésticas, assumindo a dura jornada dupla de trabalho. Sem garantia do direito à proteção social, sequer o Salário Maternidade, já

² Sobre as várias teorias relativas à expansão da provisão estatal de bem-estar, ver Faria (1998).

conquistado por todas as trabalhadoras do mercado formal urbano, lhes era garantido. As mulheres que tinham sido casadas e não oficializaram a separação só eram reconhecidas como chefes e arrimos de família sob comprovação judicial do desaparecimento do cônjuge. Às solteiras exigia-se declaração idônea da não dependência econômica a uma unidade familiar. Às viúvas com mais de 65 anos era facultada a escolha entre a pensão ou aposentadoria por velhice, sendo impossibilitadas de acumular os dois benefícios. A duplicidade de benefícios só se admitia quando se tratava de pensão de filhos menores ou inválidos (CABRAL, 1986). Esta situação, também, só veio se modificar com as lutas das trabalhadoras rurais organizadas no contexto das mobilizações do processo constituinte da década de 80.

É nessa perspectiva que os efeitos sociais da reforma da Previdência são aqui analisados, considerando que numa sociedade marcada por profundas desigualdades, como as de classe, gênero, raça e geração, eles serão ainda mais graves frente ao número crescente de mulheres vulnerabilizadas pela velhice, pelo desamparo, pela responsabilidade familiar crescente, decorrentes, entre outros fatores, da reprodução, no mundo do trabalho, e que se potencializam no sistema de previdência social, das desigualdades de gênero instituídas na sociedade e que tem na família o *locus* privilegiado do trabalho não remunerado executado predominantemente pelas mulheres.³ Em função da não mensuração desse trabalho nas contas nacionais, tanto em termos quantitativos quanto em relação a sua valorização, o reconhecimento social da contribuição da mulher para o desenvolvimento torna-se extremamente subestimado. Resulta desses fatores que a feminização da pobreza, agravada pelas políticas neoliberais, como demonstram, inclusive, as declarações mundiais a respeito⁴, tende a se agudizar sob o impacto da recente reforma da previdência, pela superposição de “novas exclusões” às antigas desigualdades, aumentando o contingente de trabalhadoras jogadas na dramática insegurança de uma velhice ainda mais desassistida, como veremos a seguir.

A substituição da exigência de tempo de serviço por tempo de contribuição exclui do sistema de proteção social, que é centrado na equivalência entre capacidade contributiva e benefício, 57% da população economicamente ativa que se encontra no mercado informal, em cujo contingente se encontra a maioria das mulheres. Desse contingente do setor privado, que corresponde a 40,7 milhões de desprotegidos do sistema previdenciário,

³ Incluem-se no trabalho não remunerado, o trabalho na agricultura, o trabalho doméstico, bem como o cuidado com as crianças, com as pessoas idosas e a preparação de alimentos.

⁴ Como exemplo, pode-se citar a Conferência de Beijing, Declaração Final, Nações Unidas, 1995.

16,8 milhões são mulheres de uma população de 28 milhões de ocupadas, ou seja, mais da metade da mão-de-obra feminina está sem cobertura previdenciária.

Esta situação decorre do caráter precário das ocupações femininas, em que 51,4% da PEA feminina não têm renda mensal regular e o trabalho doméstico é majoritariamente ocupado por mulheres, que absorve 19,2% das trabalhadoras, para não falar no trabalho não remunerado, em que as mulheres são praticamente o dobro dos homens – 10,5% do total das trabalhadoras contra 5,9% do total dos trabalhadores ocupados. Para cada uma dessas categorias, a cobertura previdenciária não chega a 30% das mulheres nelas ocupadas (TAVARES, 2003). Na Região Metropolitana de Salvador (RMS), 49,3% da mão-de-obra feminina encontra-se nessas condições vulneráveis, ao passo que essa proporção é de 34,8% quando se trata da força de trabalho masculina (DIEESE, 2004a).

Diante desse quadro negativo no que concerne às mulheres na reforma do sistema previdenciário, pode-se avaliar a introdução do fator previdenciário nessa reforma, não numa dimensão agravante, mas perversa em relação à condição social da mulher. Ao associar tempo de contribuição, idade e expectativa média de sobrevida, como pré-requisito do direito a aposentadoria, obrigam os segurados e seguradas a trabalhar mais tempo para fazer jus ao mesmo valor da aposentadoria, afetando drasticamente, sobretudo as mulheres, porque além da dificuldade em comprovar tempo de contribuição, vez que estão em maioria no mercado informal ou sem remuneração, estão também em maioria nas faixas de baixa renda que entram mais cedo no mercado de trabalho, com especial destaque para as mulheres negras. Com a junção de todos os critérios da reforma, as mulheres, sobretudo as mulheres negras, serão, de longe, as mais afetadas pelo enorme achatamento do valor dos benefícios. Por outro lado, ao trabalhar com a média da expectativa de sobrevida, ainda serão as mulheres as mais afetadas dentre aqueles que estarão fora do sistema, em função da expectativa de vida inferior à média, na medida em que esta é associada à baixa renda dos trabalhadores rurais, trabalhadores nordestinos, negros, em que elas figuram em maioria.

É inegável a melhoria da distribuição de renda da população brasileira devido à ampliação do sistema de proteção social, principalmente após a Constituição de 1988; no entanto, a mudança da condição de dependentes para a de provedores de muitos idosos brasileiros, sobretudo idosos, notadamente a partir da década de 90, ainda não pode ser comemorada como a saída dos velhos/as brasileiros da condição de muito pobres e gozo de

uma condição digna de vida. Essa condição de provedores em suas famílias foi premida pelo aumento da pobreza da população de um modo geral, em função do desemprego e conseqüente volta dos filhos e netos para a casa dos pais, mães em sua maioria, para repartir a minguada renda de um salário mínimo, cujo poder aquisitivo real vem caindo e hoje não atende às necessidades vitais básicas de uma pessoa, muito menos da família, agora ampliada com a volta dos filhos desempregados.⁵ Do mesmo modo, não cabe falar em privilégio quando se refere o acúmulo de aposentadoria e pensão por uma minoria de idosas, visto que mais da metade das aposentadorias femininas está na faixa de até um salário mínimo. Toda essa situação de crise social concorre para uma vida de privações, longe da qualidade que uma velhice digna requer.

Quanto à questão da responsabilidade da população idosa pelos domicílios brasileiros, verificou-se, no censo de 2000, que 62,4% da população idosa eram responsáveis por seus domicílios. Desta população, 37,6% eram do sexo feminino, índice que subiu para 42,5%⁶ em 2001. Em média, as mulheres vivem oito anos a mais que os homens; assim é que, em 2000, a população idosa compunha-se de 55,1% de mulheres, ou seja para cada 100 mulheres havia 81,6 homens idosos. Os números indicam ainda que 17,9% dos domicílios sob a responsabilidade de idosos eram unipessoais, com 67% desses últimos sob a chefia de mulheres. Os rendimentos das pessoas idosas estão assim distribuídos: no ano 2000, 44,5% do total da população idosa responsável por domicílio recebia até um salário mínimo. Quando se analisam as áreas, separadamente, constata-se que na área urbana esta proporção é de 39,8% e na área rural é de 65%, verificando-se uma melhora desses índices em relação a 1991. Estabelecendo a relação entre renda proveniente do trabalho e rendimentos de aposentadoria, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 1999, mostram que 54,1% dos rendimentos dos idosos homens são provenientes de aposentadoria e 35,6% correspondem a rendimento do trabalho. Considerando as idosas, esta proporção passa a ser 80% dos rendimentos provenientes da aposentadoria, enquanto o rendimento do trabalho respondia por apenas 12% da renda (TAVARES, 2003).

Todos esses dados vêm indicar que os novos mecanismos trazidos pela reforma da Previdência Social brasileira, do ponto de vista de sua nocividade, afetam mais as mulheres, notadamente as mulheres negras e

⁵ Ver Pochmann (2003); DIEESE (2004b).

⁶ A idade média do idoso era 70,2 anos quando o responsável era mulher e 68,9 anos quando homem.

idosas, na medida em que aprofundam suas condições de grupo vulnerável, cujo futuro aponta a perspectiva de uma velhice mais pobre e mais desamparada no contexto da nova era, na qual a aposentadoria vai se enredando no torvelinho de um tempo cada vez mais incerto.

E o que é preocupante, merece estudo e maior discussão, refere-se às organizações políticas que trazem em sua temática a luta em defesa da proteção social, a exemplo do movimento dos aposentados/as e pensionistas e o sindical, que ainda não incluíram os problemas relacionados a gênero em suas pautas de reivindicações. Essa afirmativa é corroborada nas páginas seguintes, quando se analisa e discute, com base em dados de campo, a participação das mulheres no movimento de aposentados/as e pensionistas na Bahia.

MULHER E REPRESENTAÇÕES NO MOVIMENTO DOS APOSENTADOS

Compreender o movimento dos aposentados e pensionistas na Bahia passa pelo entendimento das condições diferenciadas de participação de homens e de mulheres no mesmo, bem como da exclusão destas nas políticas públicas de proteção social no Brasil, ou da inclusão sem levar devidamente em conta as especificidades decorrentes das relações desiguais de gênero a que são submetidas e que perpassam milenarmente as diversas instituições sociais. Nestas, ainda que operem com modos próprios, há certas crenças e valores que são comuns a todas, a ponto de construir certas desigualdades de forma generalizada (KABEER, 1999).

A cultura informada por essa ideologia de gênero tem perpassado as organizações dos trabalhadores/as, notadamente uma das mais recente delas, o movimento dos aposentados/as e pensionistas. Nesse movimento, as questões relacionadas à desigualdade de gênero não fazem parte das discussões, muito menos da pauta de reivindicações. Nestas, não se pensam, sequer, as especificidades de gênero que devem ser contempladas nas políticas de proteção social no Brasil.

A não atenção dos militantes desses movimentos a questões de desigualdade entre homens e mulheres vem perpassando várias gerações, principalmente porque são os homens, na maioria das vezes, que desenvolvem a habilidade para mobilizar lealdades, trabalho, aceitação de outros que lhes garantem o poder autorizado para definir e modificar as metas e necessidades dessas organizações; isto é, o que deve ser feito, por quem, que pessoas

serão incluídas ou excluídas nos processos produtivos ou distributivos de recursos, responsabilidades e benefícios.

Historicamente, o campo sindical constituiu-se num espaço masculino por excelência, como de resto os demais espaços públicos, notadamente aqueles específicos dos embates políticos, como retratam os impedimentos à filiação de mulheres, característico dos primórdios do sindicalismo europeu e dos Estados Unidos durante o século XIX e início do século XX, que se manteve no Brasil até meados da década de 80 para as trabalhadoras rurais.

Não obstante, as trabalhadoras, apesar do escasso registro, motivado pelos estereótipos de gênero, sempre estiveram presentes, junto com os homens, nas lutas operárias e sindicais, nos conflitos fabris e rurais, nas greves e manifestações, desmistificando os discursos correntes de que as mulheres não se identificam com as atividades políticas e não reagem à opressão. Muitas vezes por falta de espaço para a maioria das mulheres nas organizações institucionais, elas desenvolvem formas autônomas de mobilização e luta, como os clubes de mães e o Movimento do Custo de Vida, dentre outros.

A entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho assalariado forçou os sindicatos a buscarem formas de atrair a mão-de-obra feminina para aumentar os índices de sindicalização. Em paralelo a isso, as trabalhadoras foram se conscientizando de seus direitos, em decorrência da expansão das idéias feministas, nas décadas de 60/70, que propiciou, a partir daí, o crescimento acelerado da luta das mulheres por igualdade de direitos e representação entre os sexos, o que levou, por sua vez, as trabalhadoras a reivindicarem a ampliação de sua participação sindical e pressionarem pelo atendimento de suas demandas no mundo do trabalho.

No entanto, a geração atual das trabalhadoras aposentadas, que iniciou sua vida no mercado de trabalho no período que antecedeu a primeira metade da década de 60, estruturou seu *habitus* segundo o gênero em outras condições históricas concretas, cujo diferencial de poder era tão desigual em favor dos homens, que as mulheres, sobretudo aquelas das camadas populares, sequer podiam pensar em reivindicar direitos específicos. Compreende-se, assim, a situação das mulheres no movimento de aposentados na Bahia como pensionistas ou aposentadas provenientes de categorias profissionais consideradas como próprias às mulheres, assistentes sociais, professoras do ensino fundamental, comerciárias, que continuam cumprindo o mesmo papel maternal, ou de auxiliar para o qual foram socializadas, com pouco ou nenhum poder nas instâncias de decisão na esfera pública. Suas práticas são informadas por esquemas de percepção e apreciação estruturados em um contexto em que as mulheres

estavam ausentes do jogo de poder no espaço público e por isso não dispunham, em sua maioria, das “tecnologias do poder” – falar em público, dominar os códigos da organização –, mecanismos utilizados para mobilizar um grande número de participantes do movimento, no sentido da aceitação de suas idéias e propostas. Esses mecanismos constituem-se no capital simbólico necessário para concorrer, com a possibilidade de alguma vantagem, nesse jogo de forças que caracteriza qualquer movimento político, enquanto relação de poder. Os homens desse movimento têm as possibilidades, a experiência de mais longa data, que as mulheres não têm, de mobilizar esses recursos e assegurar apoio em relação às normas, regras e práticas instituídas por eles e que geralmente excluem as mulheres dos espaços de decisão.

Os depoimentos de mulheres que participam do movimento dos aposentados/as e pensionistas, em Salvador, expressam a ideologia do “cuidar”, do “servir”, do trabalho atrás dos bastidores, e a pouca consciência de seu papel político, bem como do movimento como um todo.

“Eu sempre tive vontade de fazer alguma coisa por alguém, sem ganhar dinheiro, como voluntária. Eu me sinto útil. Também a gente vê pessoas como Irmã Dulce, uma mulherzinha tão frágil daquela, fazer bem pra tanta gente... a gente fica até pequenininha diante de uma pessoa dessa [...]” (Zulmira, 65 anos).

“Eu dou ajuda no Conselho Fiscal, auxilio um pouco, quando tem eventos nós ajudamos.” (Edelzita, 61 anos).

“Gosto de participar dessas coisas, assim... como aqui na Associação dos Aposentados. Sou uma pessoa que ajudo muito, gosto muito de ajudar.” (Idália, 82 anos).

Revelam também o medo de se expor à avaliação pública, numa demonstração de que essa prática não fez parte da história incorporada por elas. Respondem à questão de não participarem das direções, como uma escolha exclusivamente individual.

“É muita responsabilidade. Não gosto que ninguém me censure, então eu não quero. Eu vi aí uma mulher que saiu da direção da Federação dos Aposentados e disseram que ela fez e aconteceu [...]” (Eriani, 76 anos).

Revelam, em suas falas, as ambigüidades no vivenciar sua condição de *outsider* (ELIAS; SCOTSON, 2000), afirmando que não participam

da diretoria de suas associações porque não querem, embora nunca tenham sido convidadas.

“Eu não quero ser da direção, porque eu quero ser livre pra fazer o que eu quero, da maneira que eu acho que deve ser. Eu nunca fui convidada para a direção. Me convidam para falar na rua, mas nunca me convidaram para participar da direção... Mas eu também não quero.” (Eriani, 76 anos).

Na maioria das vezes, as aposentadas introjetam a ideologia de gênero que lhes imputa inferioridade e naturaliza suas diferenças, inclusive a capacidade e o conhecimento que alguns homens têm e que elas, “por natureza, não alcançarão”, porque não têm capacidade e “é de sua natureza” o não falar em público e o não assumir posições que impliquem em lidar com os meandros das relações de poder fora do mundo privado, o não gostar de política.

“Eu não gosto de política, não gosto mesmo. Eu contribuo assim num movimento desse de aposentados, mas pra eu ir pra rua falar em público, eu não gosto. Eu nunca falei em público, é coisa minha mesmo, da minha natureza.” (Alaíde, 70 anos).

“Alguém tem de ficar na frente. Não serei eu porque eu não tenho capacidade pra isso não [...] bom! com um grupo... [reticente] aí eu faria, continuava. Não com os conhecimentos que ele, o Sr. Gilson tem, porque ele tem muito conhecimento, muito mesmo.” (Idália, 82 anos).

As mulheres desse movimento, em sua maioria, falam dele, não como um movimento político que luta por mudanças estruturais, no sentido da melhoria das condições de vida dos aposentados/as, pensionistas e idosos em geral, mas como uma entidade de “ajuda mútua”, de “assistência”, de lazer, um espaço de socialização.

“Também nós participamos do coral, participo de um grupo musical “caras e coroas” tem muitas atividades pra gente aqui dentro: tem dança de salão, funciona ioga, o Instituto Mauá está aqui com a gente [...] porque essa parte política é com o sindicato [...]” (Edelzita, 61 anos).

Demonstram ambigüidades entre o discurso e suas práticas no movimento, quando se referem à situação da mulher e suas conquistas, na medida em que não materializam as reivindicações das quais falam, no sentido de assumir posições que lhes conferem poder, cujo exercício possa contribuir para alterar a atual situação da mulher na sociedade.

“Dizem que a mulher tem de ficar em casa pra lavar, passar, cozinhar, tomar conta de marido e filhos, mas isso tem de ser mudado. Você está vendo, agora, as mulheres estão tomando um impulso maior: é governadora, deputada, prefeita, vereadora, ainda não tem presidente. Está aumentando esse lado da mulher ter uma posição maior na política.” (Alaíde, 70 anos).

Por outro lado, quando falam da possibilidade da mulher assumir postos de alto comando, imputam sua capacidade não a sua igualdade intelectual em relação ao homem, mas se referem a atributos considerados inerentes ao ser mulher, de acordo com seus esquemas mentais estruturados num contexto em que, comumente, não se oportunizam às mulheres experiências no campo político e intelectual do mundo público.

“Eu acho que a mulher resolveria muita coisa. A mulher é mais sensível.” (Alaíde, 70 anos).

As atividades que as aposentadas procuram fazer estão sempre relacionadas à profissão que exerceram durante sua vida ativa, quase sempre aquelas definidas socialmente como adequadas a seus atributos femininos.

“Eu faço mais é ajudar na contabilidade [...] eu faço uma relação pra Seu Gilson todo final de ano fazer o balanço, eu auxílio nesta parte. A minha ocupação é só esta, faço tudo direitinho pra ele fazer o balanço.” (Alaíde Borges Prazeres, 70 anos, diretora da ASAPREV – 15.10.01. Trabalhava como auxiliar de escritório no comércio).

“Resolvi me engajar nesse trabalho com os aposentados [...] o meu trabalho aqui é um pouco a continuidade do meu trabalho na ativa, porque quem trabalha como eu na área social, sempre tem essa questão no sangue...” (Marisa Costa Sansão, 57 anos, Diretora da FEASAPEB – 03.06.02. Trabalhava como assistente social “preparando” os trabalhadores da Petrobrás em fase de aposentadoria para esse rito de passagem).

Diferentemente da maioria dos militantes homens do movimento dos aposentados e pensionistas, a geração atual das mulheres militantes aposentadas, em Salvador, não é egressa do movimento sindical ou outro movimento de luta política por seus direitos como cidadãos e como mulheres numa perspectiva de igualdade, como faz a atual geração das sindicalistas.

Os homens percebem a pouca participação das mulheres aposentadas e pensionistas no movimento, comparado a sua maioria na condição de beneficiárias da previdência, como já indicado neste trabalho, e se referem a elas como importantes no movimento, mas as tratam como incapazes

zes de realizarem suas ações no espaço público sem o concurso dos homens, visto que dominadas pela emoção, incapazes de racionalizarem essas práticas. Ratificam, assim, sua inferioridade nos moldes da ideologia biologizante e procuram manter a submissão absoluta da mulher. Deve-se a essa cultura patriarcalista na organização dos velhos trabalhadores/as, a acusação que sofreram as duas mulheres que assumiram as instâncias máximas de direção estadual e nacional na estrutura organizativa dos aposentados, uma presidindo a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado da Bahia (FEASAPEB), na Bahia, e outra, a Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), em Brasília. Vale lembrar que as mulheres que participam desse movimento de aposentados/as e pensionistas aqui na Bahia, em torno de 10% dos participantes nas atividades, estão quase ausentes dos cargos de direção e quando lá estão não ocupam funções de grande peso político. São secretárias, auxiliares, suplentes, organizadoras de eventos sociais. Daí a importância em analisar o fenômeno da assunção da direção por duas dessas mulheres.

A primeira observação que se faz é a acusação de terem desviado o movimento do curso da luta em defesa dos verdadeiros interesses dos aposentados e permitido que oportunistas, com os quais passaram a manter relações amorosas, se apropriassem dos recursos dessas entidades em benefício próprio, levando ao insucesso de suas gestões e desencadeando uma crise interna no movimento. Na Bahia, a crise foi contornada pela deposição da dirigente antes mesmo de cumprir seu mandato; mas em âmbito nacional, a crise não foi superada até hoje e o bloco ao qual pertence essa dirigente se perpetua no poder há várias gestões.

O problema surgiu no momento da indicação dessas mulheres para as funções de direção. O bloco dirigente, à época, não atentou para a visão político-ideológica assistencialista que a maioria das mulheres dessa geração aposentada traz incorporada em seu *habitus* (BOURDIEU, 1994), segundo o gênero e a geração. As mulheres que participam desse movimento, em sua maioria, justificam ter buscado essa atividade como uma forma de preencher o tempo livre de que dispõem, como uma forma de “ajudar como voluntária”, ou na expectativa de vantagens, mas quase nunca apresentam a luta política como motivação para sua presença. Os homens nunca falam em ajudar nesse sentido; sempre se referem à questão política.

A idéia dos dirigentes era de que, como se tratava de mulheres sozinhas, sem companheiros, poderiam ser controladas facilmente pelo grupo que as elegeu. Porque, segundo os valores do patriarcalismo, se a mulher mantém uma relação com algum companheiro, é este quem deve ser considerado,

porque é quem dita as regras às quais a mulher obedece. No momento em que essas dirigentes imprimiram o rumo político do movimento, de acordo com visões políticas próprias, assistencialistas, o conflito ideológico, latente até então, tornou-se explícito, mas envolvido numa roupagem de gênero, isto é, a questão não é referida do ponto de vista político e ideológico, a avaliação que eles fazem do desempenho político das mulheres é carregada de juízo de valor de ordem moral.

“Ao invés de seguir aquela linha que foi traçada desde o início, muda pra outras linhas que não são aquelas que eu estou de acordo e outros também estão [...] coisa que moralmente eu não aceitei. E isso não foi só na Bahia. As mulheres do movimento dos aposentados deviam ter um pensamento diferente. Elas poderiam ter qualquer amor lá fora, não aqui dentro, não deviam misturar as coisas [...]” (Gilson Costa, 75 anos).⁷

A ideologia biologizante aparece com força nas falas dos aposentados, passando a idéia de que o sucesso ou insucesso da mulher em suas atividades públicas de maior vulto e responsabilidade depende do homem que a orienta e a quem se submete, porque ela é incapaz de qualquer isenção crítica.

Aldina Maria Carraro (65 anos), que não conseguiu completar sua gestão como presidente da FEASAPEB, por entrar em desacordo com aqueles que a apresentaram como candidata e a elegeram, assim se refere ao episódio:

“[...] me elegeram presidente lá na Federação dos Aposentados e Pensionistas da Bahia e Sergipe, sendo eu a primeira e única mulher a ocupar esse cargo aqui no Estado [...] mas por minha condição de mulher e porque eu não aceitei as regras do jogo, porque eu não lia na cartilha deles, eles passaram a não me aceitar e eu saí da Federação antes de completar o mandato.”

Já no campo sindical relacionado aos ativos, a geração de seus dirigentes analisa as dificuldades da inserção da mulher nesse campo, deixando transparecer entendimento das relações desiguais entre homens e mulheres,

⁷ Gilson Costa de Oliveira, 75 anos, presidente da Associação dos Pensionistas e Aposentados da Previdência Social (ASAPREV), foi seu idealizador e fundador com mais 11 aposentados, em novembro de 1985. Foi eleito e reeleito presidente até hoje, 21 de junho de 2001. Foi vice-presidente da Federação Bahia e Sergipe em 1986, sendo eleito presidente em 1987, reeleito até 1993. Hoje é assessor da diretoria e vice-presidente, na condição de presidente da ASAPREV. Foi vice-presidente de assuntos nacionais da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP) por mais de uma gestão: duas antes de 1993 e outra depois de 1996. Presidente da COBAP de outubro de 1993 a novembro de 1996.

sem, no entanto, apresentarem propostas políticas que venham efetivamente superar essa situação. As políticas de cotas, que por si só não são suficientes para dar conta dessa problemática, são as únicas apresentadas.

“O movimento sindical termina reproduzindo os conceitos e preconceitos da sociedade que está aí [...] o reflexo dessa reprodução você vai achar na pouca participação da mulher nas entidades sindicais [...] Agora isso começa a mudar com a adoção das políticas de cotas [...] quando não tem melhorado, mas tem feito surgir o debate sobre esta questão. Isso remete a gente a uma série de discussões sobre composição da classe operária, sobre aspectos ideológicos, de formação, como é que a ideologia da classe dominante é assimilada pela classe operária, pela classe trabalhadora, como é que a classe trabalhadora reproduz essas idéias sem sentir, sem saber [...] Numa entidade de trabalhadores você termina consolidando idéias que acaba prejudicando a própria classe trabalhadora.” (Everaldo Augusto, 43 anos).

Deve-se, principalmente, à ação da nova geração de mulheres no interior do movimento sindical essa nova visão dos sindicalistas sobre as desigualdades de gênero, implicando em barreiras para a emancipação da própria classe trabalhadora. Observando as mulheres sindicalistas, na atualidade, bem como ouvindo seus depoimentos, destaca-se de imediato a compreensão de muitas sobre os limites da luta que travam contra a discriminação de gênero, numa sociedade marcada, em variadas dimensões, por profundas desigualdades e que o exercício público do poder reservado aos homens, no contexto das relações desiguais de gênero, reproduz-se também, cotidianamente, nas diferentes organizações sociais, como no interior do movimento sindical e do mundo do trabalho.

Não obstante, as mulheres trabalhadoras lutaram com dificuldades e hoje já comemoram algumas conquistas. O trecho da fala abaixo exemplifica o quanto foi dura essa trajetória.

“Eu era uma das delegadas. Briguei pra ser delegada na CONCLAT⁸. Lá discutimos num grupo de mulheres que estava lá que queríamos um espaço dentro da Central que resultasse dali. Uma secretaria de mulher. Aí foi um pau danado. O primeiro pau que teve na CONCLAT foi esse. Todas as outras propostas defendiam contra. Na hora da votação subimos, nós duas, eu e Albertina que era do Partidão, para defender a favor e dois outros para defender contra

⁸ Primeira Conferência Nacional da classe trabalhadora.

a proposta [...] Um diretor do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo, da diretoria de Lula, um aliado seu, defendeu contra, com o argumento de que a luta era de classe. Que havia uma exploração do capitalismo contra a classe operária e que separar os homens das mulheres significava dividir, que a gente estava querendo dividir a classe e se dividisse iria fracionar o movimento. Subiu também uma mulher e defendeu contra. Votou. Eles ganharam. Foi aprovado para não ter nenhum departamento, nada de mulher. O grupo que fundou o PT defendeu contra porque ali era luta de classe. O novo sindicalismo achava que não deveria ter esse espaço de mulher porque segmentava, dividia e na luta de classe os operários tinham de estar unidos contra a ditadura, contra não sei o quê.” (Nair Goulart, 51 anos).

Uma das conquistas conseqüentes dessa luta das mulheres, é que os sindicatos do campo da Central Única dos Trabalhadores (CUT) têm sido orientados a adotar a política das cotas aprovada no 5º. Congresso Nacional da CUT (5º. CONCURT), em maio de 1994, que prevê um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% de cada sexo nas instâncias de direção da Central, bem como a criarem departamentos, diretorias e comissões específicas para as questões da mulher trabalhadora. Ainda assim é muito pequeno o número de mulheres nas direções dos sindicatos, mesmo naqueles filiados à CUT. Quando ocupam cargos na diretoria, na maioria das vezes são os de menor poder político dentro do movimento, as diretorias destinadas a pensar e executar as políticas de menor importância naquela conjuntura, na visão dos diretores. O peso político de determinados cargos nas diretorias das organizações sindicais, na maioria das vezes, é avaliado pelo fato de ser ocupado por um homem ou uma mulher. Quase sempre, as mulheres não estão nas presidências, nem nas tesourarias, muito menos nas diretorias de políticas sindicais e de organização. Estão nas diretorias de políticas sociais e de formação, de acordo com o que é socialmente instituído para ser da responsabilidade da mulher – cuidar, educar – que se reproduz, também, nas organizações sindicais.

A executiva nacional da CUT, eleita logo após a aprovação da política das cotas, compunha-se de nove mulheres para um total de 25 membros efetivos e sete suplentes. Na Secretaria Nacional de Formação e na Secretaria Nacional de Políticas Sociais estavam as mulheres. Compondo esta última secretaria está a Comissão Nacional de Seguridade Social, encarregada da política dos aposentados e da Previdência e a Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, sendo esta contemplada com três dessas mulheres naquele mandato de 1994 a 1997 (DELGADO, 1996). No último

Congresso Nacional, realizado de 03 a 07 de junho de 2003, para o triênio 2003/2006, foram eleitas 11 mulheres entre os 32 membros efetivos e suplentes da executiva e uma dentre os 6 membros do Conselho fiscal, numa proporção de 12 mulheres para 26 homens, preenchendo a cota de, no mínimo, 30% para cada sexo (INFORMA-CUT, 2003). Observa-se, afinal, um avanço não só quantitativo quanto qualitativo, visto que as mulheres conquistaram a Secretaria de Política Sindical, que tradicionalmente era cadeira cativa dos homens, e as questões sobre as relações de gênero, finalmente, conquistaram *status* de Secretaria.

A própria Central teve dificuldade de compreender suficientemente a especificidade dessa luta, uma vez que as sindicalistas de sua base só agora, no último Congresso referido acima, após 20 anos de acirradas e polêmicas discussões nos fóruns da CUT, conseguiram modificar a estrutura organizacional, no sentido de dar mais visibilidade, autonomia e poder a essa frente, com a criação da Secretaria da Mulher Trabalhadora, em lugar de uma simples comissão diluída na Secretaria de Políticas Sociais, a fim de enfrentar a correlação desigual de forças num espaço tradicionalmente masculino.

O depoimento de Rebeca Serravalle (39 anos), ex-funcionária da Caixa Econômica Federal, admitida em 1984, por meio de concurso público, ex-diretora para Assuntos da Mulher Trabalhadora do Sindicato dos Bancários da Bahia, hoje advogada e assessora política da CUT-Bahia, revela, em uma entrevista realizada em 25.10.01, o fogo cerrado que muitas mulheres enfrentaram e ainda enfrentam, no interior do sindicalismo cutista, para garantir sua voz nesse movimento.

“Aí nós passamos a participar dos fóruns da CUT e fomos para o 2º encontro da mulher trabalhadora da CUT. Só tínhamos quatro aqui da Bahia, falando uma língua e 180 falando outra, porque lá já defendíamos Secretaria, lá a gente defendeu cotas, lá a gente defendeu a descriminalização do aborto. Só tínhamos nós quatro contra 180. A CUT ainda estava na questão ‘a classe operária tem dois sexos’. A CUT até hoje só tem comissão, até hoje ainda está discutindo se deve ter Secretaria Executiva da Mulher ou não. É uma guerra que o pessoal da Corrente Sindical Classista e algumas tendências mais à esquerda na CUT ainda trava com a Articulação sobre a linha interna dentro da CUT [...] Nós da corrente emancipacionista sempre defendemos as cotas. Tanto é que a maioria dos sindicatos que a gente dirige tem Secretaria, ou Diretoria para Assuntos da Mulher, tanto faz o nome, mas é um cargo efetivo na executiva. Amanhã vai ter uma Plenária Estadual da Mulher

Trabalhadora da CUT e esse é um dos assuntos que vai ser tratado, para você ter uma idéia.”

Maria Cecília Ferreira da Silva (38 anos), diretora representante junto às Federações do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e da Madeira, mas que iniciou no sindicato como Diretora de Assuntos da Mulher Trabalhadora, cargo que ocupou por dois mandatos, refere-se ao embate travado com os companheiros homens para garantir o espaço das mulheres nos fóruns de decisão, durante entrevista no dia 26.10.01.

“A cota de 30% das mulheres não é cumprida lá no sindicato, às vezes é porque eles não aceitam, tentam manipular. Por exemplo: agora mesmo no Congresso Nacional da CUT, o Presidente queria empurrar que a gente só tinha direito a uma delegada nos seis nomes, que pela cota a gente só tinha direito a uma. Nós dissemos que não, que tínhamos direito a duas, vamos fazer conta, vamos brigar e aí foi que a gente conseguiu duas, mas na conta deles só era uma. Então isso não é uma forma de discriminação?”

Lúcia Maia (51 anos), diretora de formação do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, em entrevista no dia 26.10.01, considera alguns avanços nesse sentido.

“Nós temos notado um crescimento do entendimento. Hoje, por exemplo, no último encontro promovido pela CUT, dois companheiros do nosso sindicato já participaram. Então nós temos uma comissão de mulheres. Além da diretoria, nós formamos uma comissão de mulheres dentro do Sintracon, Fetracon e Contcon e já tem três companheiros que participam dessa comissão junto conosco, isso pra nós é um avanço [...]”

As organizações do campo sindical são estruturadas de forma a favorecer aqueles sobre quem concentram o poder, os homens obviamente, ignorando desvantagens e necessidades específicas, no que se refere ao gênero, que afetam a participação efetiva das mulheres nesse espaço de luta política. Muitas mulheres trabalhadoras justificam sua ausência nas atividades do sindicato, como as assembléias, por exemplo, por estas ocorrerem sempre no horário em que elas terão de buscar os filhos na creche ou realizar outra tarefa doméstica.

Quanto à questão da relação com o movimento em defesa da proteção social, nem mesmo as dirigentes sindicais se sensibilizaram de que são as mulheres as mais atingidas com o sucateamento da Previdência Pública e

sua conseqüente privatização, na medida em que são elas as mais penalizadas com as novas mudanças no mundo do trabalho, por formarem o maior contingente dos desempregados, do trabalho precarizado, do trabalho informal e não remunerado. Do mesmo modo, tampouco os/as militantes do movimento dos aposentados/as e pensionistas, atentam para o aprofundamento das condições de grupo vulnerável trazido pela situação de envelhecimento das mulheres.

Este estudo, ao analisar o fato de algumas mulheres assumirem funções de direção nos movimentos políticos do campo sindical, destaca que, ainda assim, nesses movimentos, não se pensam essas políticas sob a perspectiva de gênero. A não atenção a essas questões de desigualdade de gênero que perpassam as organizações dos trabalhadores/as, sobretudo o movimento dos aposentados/as e pensionistas, deve-se, de um lado, ao fato das mulheres, com destaque para a atual geração das aposentadas e pensionistas, não dominarem, ainda hoje, certas habilidades que figuram nesse campo como o “capital simbólico” indispensável para concorrer nesse jogo de forças e lhes garantir o empoderamento necessário para pensar e interferir na definição das metas e necessidades dessas organizações. Orientadas por um *habitus*, segundo o gênero e a geração, estruturado em um contexto em que as mulheres, sobretudo aquelas das camadas populares, pouco ou quase nunca participavam do jogo do poder no espaço público, não desenvolveram os mecanismos que lhes permitem dominar os códigos desse jogo, como falar em público com desenvoltura e assim assegurar apoio com vistas à definição das normas, regras e práticas da organização.

Por outro lado, a cultura organizacional dessas entidades como um todo é informada pela ideologia de gênero. Nesse sentido, a equidade, como estratégia política para o movimento dos aposentados/as e pensionistas, pressupõe mudanças em sua cultura organizacional, que, por sua vez, demanda criar condições que possibilitem articular questionamentos sobre as práticas atuais de gênero, com vistas à defesa de um sistema de proteção social pautado no reconhecimento de necessidades e prioridades diferenciadas entre homens e mulheres, e entre as gerações mais jovens e as mais idosas, por serem desigualmente constrangidos no processo social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1994. p.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. In: DEBERT, Guita (Org.). *Gênero em gerações*. Campinas, SP: Cadernos Pagu, n. 13, 1999. p.191-221.

CABRAL, Benedita Edina da S. Lima. De trabalhadores a aposentados do PRORURAL: as contradições da política social e a concessão tardia de direitos. 1986. 160 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, 1986.

DELGADO, Berenice M. Godinho. Mais mulheres na direção da CUT. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n.1, p.138-147, 1996.

DIEESE. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – 2003. *Boletim DIEESE*, São Paulo, Edição Especial, p.1-14, mar. 2004a.

_____. Sobre o poder aquisitivo do salário mínimo. *Boletim DIEESE*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>> Acesso em: 10 nov. 2004b.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders*. sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. Uma genealogia das teorias e modelos de estado de bem-estar social. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais - BIB*, Rio de Janeiro, n. 46, p.39-71, 2. sem. 1998.

INFORMA-CUT. *Direção 2003*. Disponível em: <<http://www.cut.org.br/secretarias/sg>> Acesso em: 23 set. 2003.

KABEER, Naila. From feminist insights to an analytical framework: an institutional perspective on gender inequality. In: KABEER, Naila; SUBRAHMANIAN, Ramya (Eds.). *Institutions, relations, and outcomes*. Framework and case-studies for gender-aware planning. London: ZED Books, 1999. p.123-141.

KERGOAT, Danièle. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J.Marques (Org.). *Gênero & saúde* Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.19-27.

LAURETIS, Teresa. de. A tecnologia de gênero. In: HOLLANDA, Heloisa. Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p.207-242.

POCHMANN, Márcio. *Novidades do salário mínimo no Brasil*. Campinas, 2000. Disponível em: <<http://www.dieese.gov.br>> Acesso em: 15 out. 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p.183-215.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STOLCKE, Verena. Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade? *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.20, p.101-119, jun. 1991.

TAVARES, Laura. Reforma da previdência e seguridade social: equidade de gênero e raça. In: AS MULHERES na reforma da previdência: o desafio da inclusão social. Brasília: CFEMEA; São Paulo: FES/ILDES, 2003. p.15-33.

UMA LEITURA DOS NOVOS SERIADOS POLICIAIS: A MULHER NO COMANDO

Ivia Alves

É comum se chamar a mulher que é inteligente, corajosa, esperta e que ocupa ou tem potencialmente condições de obter cargos de destaque na sociedade ocidental de “poderosa”. Esse epíteto, muitas vezes, não é no sentido qualificador, pois nele estão embutidas duas opções de sentido: ou uma grande inveja de quem o emite, ou uma maneira de marginalização por ter a mulher se destacado da “condição de mulher” que nas sociedades ocidentais tem o “destino” de desempenhar os papéis de mãe e dona de casa ou, numa linguagem padrão, mãe e esposa.

Sabemos que esse modelo não é inerente à pessoa, não nasce com ela, mas sim foi forjado na sociedade burguesa, em uma divisão sexual de trabalho e vem sendo perpetuado por alguns séculos; sendo um modelo, ele se espraia por todas as representações de mulher nas artes e nos veículos de comunicação de massa e na propaganda (na venda de produtos) da sociedade ocidental burguesa capitalista de consumo para que seja reproduzido na vida, nas práticas sociais.

Para dar um simples exemplo, que se torna “iniciático” para as jovens adolescentes, citemos um trecho de um romance, selecionado aleatoriamente:

Há anos raiou no céu fluminense uma nova estrela [...] Quem não se recorda da Aurélia Camargo, que atravessou o firmamento da corte como brilhante meteoro, e apagou-se de repente no meio do deslumbramento que produzira o seu fulgor? (ALENCAR, 1967, p.13).

É desta maneira que o romance *Senhora* se inicia, e em menos de quinze linhas, José de Alencar traça o percurso da mulher burguesa na socie-

dade do século XIX, construindo e representando um modelo de beleza e comportamento exigido pelo século XIX. Na época, a mulher, praticamente, era vista na cena pública por três ou quatro anos no período da juventude, e, novamente, recolhia-se ao ambiente doméstico, ao casar-se, para procriar, e, recatadamente, prezar a honra do marido e da família.

O fato de a mulher (dentro do paradigma burguês) ser obrigada a não aparecer em público tornou-se cada vez mais raro no século XX. E tornou-se comum depois de 1945; após a década de setenta, sua presença desacompanhada vai ser somada a sua atividade profissional e sua inserção no mercado de trabalho. Com o trabalho, a mulher vai alcançar visibilidade no ambiente público e vai começar a galgar cargos de destaque. A representação dessa mulher (seu comportamento e atitudes) passa a problematizar o modelo anterior, ou melhor, o modelo construído e aceito do século XIX, e que adentrou as primeiras décadas do século XX, possivelmente, pela influência da época vitoriana.

De certa forma, se a literatura, no século XIX, representava e modelava o comportamento da mulher, não há dúvida de que esta função vem sendo, no final do século XX, desempenhada pelos seus conteúdos transmitidos pelo meio televisivo. A televisão passou a ter um grande peso na cultura e na vida cotidiana, modelando o comportamento de uma grande parcela da população, queira a população achar ou não. Com seu contrato implícito de verossimilhança com o real, com sua posição conservadora, de não mudar (popularmente “não se mexe em time que está ganhando”), ela passou a fazer a representação ou não do que acontece na sociedade e principalmente a modelar, no caso das relações de gênero e poder, as relações entre homens e mulheres nas suas práticas sociais. A partir desse ponto de vista, ou melhor, desde quando a literatura “erudita” deu espaço para a televisão como lazer cotidiano e mais fácil de ser utilizado, esse meio passou a ter semelhante propósito.

* * *

O foco deste ensaio são os seriados¹ policiais que circularam na TV na década de noventa com a intenção de verificar como se apresentam na

¹ A estrutura do seriado difere da novela e da série. É um conjunto de episódios independentes, histórias com começo meio e fim entre 22 a 42 minutos de duração, mas que têm seqüência pela(s) trama(s) subjacente(s) dos personagens fixos. Cada seriado tem uma temática básica e agrega um arco de assuntos variados. O conjunto de episódios filmados em um ano (cerca de 15 ao máximo de 27) denomina-se de temporada e estas, a depender do sucesso e interesse do público, pode ter duração indeterminada. Atualmente, um seriado que já chega a sua 13ª temporada é *Lei e Ordem (Law & order)*, iniciado em 1990.

representação da realidade, quais efetivas mudanças são assinaladas e, finalmente, o que esse bloco sinaliza para a mulher.

Deixemos de lado as razões pelas quais me interessei pelos seriados de ficção policial veiculados pelas emissoras de televisão pagas e a cabo². Poderíamos referir simplesmente que existe uma grande quantidade de ouvintes de todas as idades que possuem esse novo “intento” e como pela curiosidade os jovens assistem e como são influenciados em costumes e condutas por tal meio de lazer e entretenimento.

Impulsionada pelos estudos feministas e análise de textos de autoria feminina no campo da literatura, minha observação “do mundo” passou a ficar mais aguçada para as relações de gênero e poder a ponto de me manter em alerta com conteúdos explícitos e implícitos que a televisão vem veiculando quando se trata do tema. Por essa razão não passaram despercebidas as pequenas e diversas variedades de comportamento da mulher que passaram a ser focalizadas na pequena telinha na década de noventa³. E tais variações, se representavam visibilidades de atitudes novas, também tinham mais alguma coisa que interferia na forma de inserção dessas personagens na sociedade.

É fato por demais conhecido que os conteúdos veiculados na televisão passam por um crivo ou censura muito maior do que outros meios, as inovações são poucas e seu olhar para o mundo é ainda bastante conservador. Mesmo assim, na década de noventa, a TV não podia negar que havia na sociedade outras maneiras de comportamento das mulheres e que estava obrigada a representá-las⁴, (pelo menos para não perder a audiência).

Conhecendo os critérios (rapidamente apontados) da sociedade, que se fundam no controle e vigilância do comportamento da mulher em suas práticas sociais, passemos a investigar (linguagem) os seriados policiais produzidos naquela década e como eles contribuíram para visibilizar a inserção de novos comportamentos das mulheres na sociedade.

² Os seriados policiais são veiculados nos países de origem em emissoras abertas, embora no Brasil tenham circulação nos canais pagos. Apesar de atingir uma fração pequena da população brasileira, os telespectadores desses canais correspondem às classes médias e altas, classes que, de alguma maneira, conservam ou engendram novas práticas sociais.

³ Utilizamos o tempo verbal passado, porque o ensaio vai se referir, principalmente, a seriados que foram criados e produzidos durante a década de 1990.

⁴ O período analisado neste ensaio está ainda muito próximo no tempo para que se defina uma configuração mais clara, bem como, parece-nos que não chamou maior atenção dos(as) analistas e assim, poucas reflexões teóricas têm suscitado.

Selecionei⁵, para este comentário, alguns seriados policiais que me chamaram a atenção, basicamente por apresentar novos formatos. Deixo de lado um dos primeiros seriados, ainda produzido na década de oitenta, com a velha senhora, dublê de escritora e investigadora – remanescente modelo de Mrs. Murple, criação de Agatha Christie –, intitulado *Assassinato por Escrito* (*Murder; she Wrote*, 1984-1996)⁶, mas que não pode ser esquecido de mencionar por várias razões, e sem mais delongas, volto meu foco de atenção para os seriados que começaram a ser produzidos na década de noventa numa versão diferenciada. Dentre alguns, me chamaram mais atenção *Julie Lescaut* (produção francesa, 1992), *Testemunha Silenciosa* e *Prime Suspect* (produções inglesas)⁷.

Sabemos do interesse do público por esse gênero, daí terem sido imediatamente transpostos para a telinha. Inicialmente, foram traduzidos dos livros policiais de grande sucesso, como Inspetor Maigret, Sherlock Holmes, etc. Estes apresentam vários tipos de investigadores e detetives configurados pela literatura. A audiência tornou-se tão grande que passaram a ser criados imediatamente e casos de crimes tornaram-se carros-chefes para a televisão, produzidos pelas várias empresas de filmes de Hollywood. A década de noventa é bastante rica nesse filão e muitos deles conseguiram permanecer até o momento atual, bem como uma nova safra passa agora a ser exibida (CSI/2000 – e seus desdobramentos, por exemplo). Criados na década passada, como *Homicide* (1993-1999), outros alcançam os primeiros anos de dois mil, como *Nova York Contra o Crime* (*NYPD Blue*, 1993-2005) e *Lei & Ordem* (*Law & Order*, 1990-...; NBC)⁸. Embora

⁵ Passo a escrever em primeira pessoa por ser um ensaio e conter basicamente a minha visão e reflexão sobre os conteúdos.

⁶ *Assassinato por Escrito* foge ao tipo de enfoque que me interessa no momento. Em resumo, Jéssica Fletcher é uma professora aposentada e viúva, que se torna uma escritora de policiais de sucesso, que vive na região do Maine em uma cidadezinha pequena, rodeada por parentes. Os crimes parecem que a rodeiam e são assuntos para seus novos livros. Mas o principal é que ela se envolve com eles e faz parte das investigações, tornando-se a principal investigadora que resolve a questão.

⁷ *Julie Lescaut* lidera um time de 24 policiais e, em parceria com os inspetores Kaplan e N'Guma e os detetives Motta e Léveil, deve combater o crime na cidade que é um verdadeiro “caldeirão de raças”. A oficial ainda deve equilibrar sua vida profissional com seu lado pessoal, a de mulher divorciada mãe de dois filhos. As pressões que ela encara são grandes – e nem Julie, nem seu chefe aceitam falhas –, mas são sua persistência e perfeccionismo que a mantém como um exemplo a seguir perante sua equipe e vida particular. A série possui forte apelo para todas as idades, de filhos a pais fãs de histórias de detetives, desde seu lançamento, em 1992 (síntese retirada do site do seriado).

⁸ Atualmente, além do seriado original, estão sendo produzidos os desdobramentos *Law & Order: Criminal Intent*; *Law & Order: Special Victims Unit*, *Law & Order: Trial by Jury*.

tenham personagens convencionais, sendo a investigação levada por personagens masculinos, já aparecem nas últimas temporadas algumas duplas formadas por homens e mulheres ou por mulheres. No entanto, chamaram-me atenção aqueles seriados já citados porque eles focam a ação sendo comandada e conduzida por mulheres⁹.

Todos os seriados produzidos a partir de 1990 mostram o cruzamento do ambiente público e privado, possibilitando ao público entrever ou revelar a configuração das personagens (construção física, psíquica e relacional da vida pessoal e profissional), como agem e atuam tanto na vida pública como na privada. Os seriados policiais protagonizados por mulheres oferecem determinadas especificidades que vão ser levadas em conta.

De início, os traços que reúnem os três seriados partem de suas personagens principais, representadas por mulheres bem sucedidas em suas profissões, no topo médio da carreira, tendo relativo poder sobre vários subordinados (homens e mulheres), com idade entre 40 a 50 anos; elas são diretoras, chefes que investigam crimes, roubos e têm como subordinados personagens homens, a quem dão ordens, e chefes superiores na hierarquia, a quem têm que dar conta de seus atos. Portanto, estão em certa posição de destaque na cadeia de comando.

O seriado *Julie Lescaut*¹⁰ é uma produção francesa, iniciada em 1992, cuja protagonista (que dá nome ao seriado) é formada em Direito e, por concurso, torna-se chefe de polícia de uma cidadezinha ou subúrbio, que tem um alto índice populacional de imigrantes, tornando-se um caldeirão de raças e de problemas.

*Prime suspect*¹¹ (sem tradução para o português) é inglês, produzido pela BBC de Londres; iniciado em 1991, mantém certa irregularidade nas temporadas a partir de 1996, com continuidade em 2003. As ações de investigações giram em torno do departamento chefiado pela inspetora Jane Tennison, chefe de um esquadrão de detetives e investigadores, em

⁹ Os seriados norte-americanos são mais conservadores e só a partir de 2001 foram produzidos *Missing* 2003 (dupla de mulheres investigadoras), *Crossing Jordan*, 2001 (médica legista); tais séries, no entanto, apresentam certas restrições com relação aos seriados que vão ser focalizados. Nenhum deles ainda coloca mulheres no comando da cadeia de trabalho.

¹⁰ *Julie Lescaut* é interpretado pela atriz francesa Veronique Genest que nasceu em 1957, começando a série com 35 anos, quando, mesmo na França, as atrizes começam a perder papéis para atrizes mais novas, devido ao interesse do público. A série continua acompanhando os casos e sua vida afetiva e particular até 2004, quando ela já está com 47 anos. O seriado, conforme informações de revistas, alcança altos índices de audiência na França. Uma média de 10.6 milhões de pessoas assiste à série e sua participação de mercado gira em torno de 45,05%.

¹¹ A inspetora é interpretada pela atriz Helen Mirror, que nasceu em 1945, tendo começado a protagonizar a série com 46 anos. Atualmente, tem 59 anos e está encontrando papéis concernentes a sua idade.

grande parte composto por homens, que nem sempre confiam em sua decisões; além disto, alguns deles são diretamente ou sutilmente hostis ao seu comando. Ela controla um departamento com uma média de 20 componentes, também em uma cidade pequena próximo a Londres, Inglaterra.

O terceiro e último seriado a ser focalizado tem o título de *Testemunha Silenciosa (Silent Witness)*¹², e também foi produzido pela BBC; iniciado em 1996, foi concluído em 2004. A diferença deste para os dois primeiros é que a ação parte de uma médica legista, Sam Ryan, professora da Universidade de Londres, que devido aos ferimentos nos corpos examinados se transforma em investigadora e, em geral, contraria as conclusões da polícia; a partir dos indícios encontrados nos corpos das vítimas, ou ela colabora com os detetives, ou vai contra suas deduções. No entanto, o embate se dá não só no plano policial-científico, mas, e principalmente, nas relações de poder e de gênero. As conclusões da médica legista contrariam, quase sempre, as investigações-deduções da polícia e ela se encontra dentro de um campo de tensões, de forças e de poder muito fortes, tendo que ter persistência, apesar do descrédito dos policiais, para provar seu ponto de vista. A ação do seriado, por outro lado, também se mostra inovadora, porque parte da perspectiva do corpo analisado da vítima, que passa a ser o informante principal. Este mesmo filão vai ser explorado na produção norte-americana *Crossing Jordan*, embora com atenuações e sem crises.

Sendo produções geradas em países diferentes, é lógico que elas reflitam suas respectivas culturas e contextos, mas o lastro cultural comum do paradigma ocidental sobre o qual atuam faz com que as personagens-protagonistas apresentem pontos comuns, significativos de sentido que estruturam uma convergência. Esses traços comuns a todas as culturas ocidentais tornam fácil uma leitura, porque as ações se fundam em elementos presentes nelas.

Infelizmente, as sutilezas embutidas nessas narrativas não são tão evidentes para um telespectador comum; produzidas para um público ávido de lazer e prazer, tais sutilezas, ou sub-mensagens são descartadas pelos telespectadores do gênero, acionados apenas pelas tramas policiais.

O gênero policial tem uma tradição muito forte e seu formato quase sempre foi invariável, por décadas. Centrado na observação ou nas deduções do detetive ou investigador para encontrar o “verdadeiro” culpado (no âmbito público), o viver cotidiano desse investigador é deixado de

¹² Sam Ryan é interpretado por Amanda Burton, atriz que começou a série com a idade de 40 anos, já que ela nasceu em 1956.

fora da narrativa, exceto por algumas e raras referências à vida privada, eclipsada em favor da investigação. Tal formato vem sendo aplicado, com sucesso, desde o século XIX e reaparece no primeiro seriado feito para a televisão, que tem como protagonista uma mulher – *Assassinato por Escrito*. Ainda seguindo os vestígios do antigo formato, sobra um certo ar de impessoalidade na protagonista, que, sendo viúva e sem filhos, dedica os últimos anos de sua vida a escrever livros policiais. Moradora de uma cidade no Maine, onde é conhecida, os casos de crime que acontecem a envolvem e serão assuntos aproveitados em seus livros. Com mais de 50 anos, ela adquiriu alguma alforria das regras que controlam a mulher na sociedade, por ter passado por todas. A idosa escritora, então, pode investir na escrita e em seus casos de crimes e roubos que, na realidade, surgem circunscritos à sua cidadezinha do interior, pouco habitada, atingindo, invariavelmente, seu pequeno círculo de amigos ou parentes distantes.

O mesmo não se dá com os três seriados em foco.

Neste ensaio, focalizo, embora rapidamente, a configuração das personagens, suas tensas relações de trabalho e poder e, finalmente, as suas escolhas na esfera afetiva.

As Inovações ou Modificações:

1. Trama/enredo

Não é só inovação da representação da realidade, mostrar, através desses seriados, a mulher na idade adulta, como também ela no controle do poder e tendo sucesso na carreira profissional. Outra inovação aparece quando se trata de ambientes; o público e o privado se cruzam, se contrapõem, modificando o formato dos relatos tradicionais. No relato tradicional, a lógica dedutiva do detetive/chefe de polícia ou investigador é o ponto alto que segura a narrativa. Basta dar uma olhada nas principais criações do gênero: Inspector Maigret –1958 (de Simenon), Poirot (detetive criado por Agatha Christie) ou mesmo Sherlock Holmes, etc.

Com o deslocamento da ação do homem para a mulher (aliado à convenção ou contrato de verossimilhança e realismo), o enredo ficou obrigado a um outro tipo de representação, levando a se tornar concreto o contexto no qual tais personagens se situam, passando a narrativa a dar conta e peso tanto à vida privada quanto à pública. O “mundo” da mulher, como ficou convencionado, passou a ser representado e a se refletir nessas

narrativas televisivas, modificando a estrutura do enredo, com a interferência da vida privada na vida pública¹³.

A vida privada é constantemente afetada pelo tipo de trabalho que essas mulheres exercem ou vice-versa. E, principalmente, suas vidas afetivas vão ter que ser construídas e não parecem ser tão bem sucedidas quanto suas vidas profissionais.

Resumindo em poucas linhas, temos: Julie Lescaut é divorciada, tem duas filhas (no seriado as duas começam ainda pequenas e passam a difícil fase da adolescência toda em cena). O ex-marido mantém uma relação amigável com Julie, mas toda a responsabilidade diária dos problemas cotidianos das duas filhas, bem como atitudes e resoluções, são exercidas pela chefe de polícia.

Na realidade, sabe-se logo desde a primeira temporada que o marido (também advogado, seu colega e namorado desde o tempo da universidade), está decidido a se separar porque não consegue conviver com os horários irregulares da mulher e, provavelmente, pelas relações de poder que se modificaram quando Julie entrou para a polícia. Os primeiros capítulos da primeira temporada já iniciam com a discussão e decisão de divórcio.

Embora não seja um pai ausente, as meninas vão crescendo sob a responsabilidade da mãe, que é o esteio delas para todas as necessidades e dificuldades. Por outro lado, durante o crescimento das duas, Julie não consegue construir nenhuma relação afetiva, ficando enredada entre a educação e formação das filhas e o trabalho; só depois, na maioria delas, finalmente, a chefe encontra um parceiro afetivo (novamente um advogado, também divorciado e com um filho) e parece que vai encontrar estabilidade afetiva.

No entanto, essa relação atual em nada afetará sua vida profissional ou doméstica (por acaso, o novo parceiro é mais compreensivo, ou será porque não há mais filhos que dependam do trabalho e supervisão da mãe?). Aparece Julie em mais alguns episódios, vivendo a mesma rotina e as mesmas atribuições das temporadas anteriores.¹⁴

Das três séries aqui focalizadas, esta apresenta a melhor discussão (ou representação) entre o público e o privado, as relações de gênero no âmbito público, as obrigações domésticas da mulher que trabalha. Muitas

¹³ Na maioria dessas narrativas tradicionais, mesmo aquelas que tomam como foco a mulher (Ms. Marple, por exemplo), quase nada da vida privada é acionada e nunca os problemas pessoais advindos do doméstico vêm à tona ou impulsionam/atrapalham ou entram as ações do personagem principal.

¹⁴ Apesar de assistir a este seriado desde 1996, o canal que o veicula não apresenta os episódios na seqüência certa, ficando difícil verificar como a relação de Julie se transforma numa vida em comum, na mesma casa, e como continuará.

vezes, o episódio apresenta paralelamente a um difícil caso policial, outro, de ordem familiar, às vezes até envolvendo as filhas ou colegas das duas. No entanto, no conjunto de episódios, vemos uma Julie Lescaut sempre com ótima disposição para resolver as coisas, sempre forte, competente, generosa, centrada e equilibrada.

A situação afetiva da médica Sam Ryan e da chefe Tennyson não é muito diferente. Nos dois seriados ingleses, Sam Ryan (de *Testemunha Silenciosa*) é médica patologista, adulta, com grande projeção profissional, solteira, e apesar de encontrar em seu percurso vários admiradores, não consegue estabelecer uma relação estável. Talvez o trauma da juventude a impeça de se mover para dentro de uma relação, pois quando jovem e rebelde namorava um jovem católico contra a vontade dos pais, e esse, um policial, vai ser morto pelas bombas terroristas da guerra religiosa e ideológica irlandesa; ou, pode ser ainda, por seu desejo de ter um parceiro cúmplice e amigo ou o sucesso profissional afaste-a dos homens que querem dela o papel de esposa. Não fica claro qual será o motivo, seja de ordem pessoal, seja apenas profissional.

O certo é que a doutora Samantha Ryan não consegue estabelecer alguma relação afetiva duradoura. Porém o conflito marido e mulher, o cerceamento pelas obrigações domésticas, os impasses entre o ambiente público e o doméstico vão ser explicitamente revelados no seriado *Prime Suspect*⁵.

Nos primeiros episódios, tomamos conhecimento que a inspetora Jane Tennison é casada e alcançou, recentemente, o cargo de chefe dos investigadores¹⁶. Em um desses episódios, paralelamente à descoberta do assassino, sua vida doméstica desaba. Enquanto ela resolve um caso complicado de várias mortes, acontecidas em diversas cidades próximas, o marido se irrita porque ela não tem tempo para tomar as providências e preparar um jantar formal para seus futuros patrões.

Percebemos que seu casamento vai se deteriorando, porque o marido não encontra um emprego a altura e ao mesmo tempo exige dela as obrigações domésticas. Entram em cena, sutilmente, os papéis instituídos para marido e mulher, a competitividade, salários e prestígio frente à carreira profissional, as atividades e enfim o desastre de um jantar impossibilitado de se realizar pela ausência da dona da casa. Não conseguindo conciliar as duas obrigações, e o marido desistindo de aceitar tal prática, o episódio é

¹⁵ Como um expectador descreve a personagem: "The always calm, clear thinking, and very busy Brit Detective Jane Tennison (Mirren) is back in 'Primary Suspect 2' [...]" (fonte: Internet).

¹⁶ Também, o canal que veicula o seriado não o apresenta na ordem de seqüência.

encerrado com o sucesso da investigação enquanto o marido resolve sair de casa. Em um episódio posterior, Tennison descobre que está grávida, optando, então, pelo aborto.

2. Vitórias e Mudanças na Sociedade

Aceitação ou desaprovação de novas atitudes e comportamentos

Tais narrativas com personagens maduras produziram modificações no mercado teatral. Em primeiro lugar, amplia-se o mercado de trabalho de atrizes que não construíram suas carreiras como símbolos ou objetos sexuais, em uma época em que emergem as receitas de juventude e beleza; um espaço maior se abre para atrizes que já ultrapassaram a casa dos quarenta anos (sem serem obrigadas a papéis de mães, tias e avós).

Embora elas sejam atrizes simpáticas ou bonitas, o que vai ser realçado é sua presença marcante, o desempenho que se traduz na maturidade e equilíbrio das personagens. Suas forças provêm do talento, da capacidade de ousar assumir um tipo de ficção, na qual os espectadores estão mais interessados no enredo (no desvendamento dos casos) do que na beleza e sensualidade das atrizes. Este é um alvo que a mulher (atriz) ganhou na vida real, deixando de ser invisível com a maturidade, com o casamento e com os filhos¹⁷.

Por outro lado, era preciso mostrar na pequena tela a representação da mulher dos dias atuais. A mulher que tem uma profissão, que é bem sucedida, que gosta do que faz e que se encontra dividida entre os encargos da família e as obrigações do trabalho.

Não será preciso lembrar que os três seriados se desenvolvem em instituições estatais/públicas, onde há uma hierarquia de funções e cargos. No começo dos três seriados, as personagens femininas estavam entre 35 a 45 anos, já em destacado lugar na carreira profissional (topo médio superior da hierarquia), detendo poder de comando sobre grupos, notadamente, de homens.

Suas intérpretes são atrizes de rostos marcantes, que representam mulheres fortes, simpáticas e/ou bonitas, de atitudes coerentes entre o

¹⁷ Observando os canais pagos, podemos afirmar o sucesso do gênero policial/investigativo pela quantidade e variedade de seriados que passam a ser produzidos no começo do ano 2000. Em todos eles, as mulheres têm papéis destacados, trabalhando lado a lado com homens e mantendo a mesma perspectiva: mulheres maduras, com passado e presente, que interferem ou se cruzam ou as envolvem nas investigações, retirando aquela atmosfera de impessoalidade e forçando a entrada de sentimentos. Até mesmo os personagens masculinos aparecem envolvidos com seus sentimentos. (Muitos desses seriados também podem ser assistidos em canais abertos).

profissionalismo que exercem e a empatia diante dos problemas gerados pelos crimes, fazendo uma combinação de raciocínio e sensibilidade. Tal representação, vale ressaltar, quebra com o código de comportamento já internalizado e tradicional forjado pela cultura burguesa com relação às representações do homem – ser racional, forte, corajoso – e da mulher – ser sensível, amorosa, maternal –, bem como a divisão dos espaços, mulher na casa, mãe e esposa, homem na rua, provedor e profissional competente.

3. Espaços de trabalho

As hierárquicas chefaturas de polícia

O local de trabalho contextualizado nos seriados, seja como médica legista, seja como chefe de uma Delegacia de Polícia, obriga a existir uma hierarquia, na qual as decisões e voz de comando sejam obedecidas; aqui, começam outras inovações, pois, mesmo dentro da cadeia hierárquica, variadas vezes as ações das personagens protagonistas são questionadas. Ora na surdina, porque em geral elas comandam um grupo de homens e uma minoria de mulheres, ora de forma explícita, basicamente pelos homens que elas comandam ou aos quais elas têm de prestar contas.

Portanto, o trabalho delas apresenta alguns pontos de tensão das práticas sociais e das relações de poder; representa, também, a posse do espaço público, de uma maior visibilidade social; no entanto, em nenhuma das séries seus cargos estão alocados em grandes e populosas cidades, como Paris, Londres ou Nova York. Será que esse pequeno detalhe sobre o local de atuação do poder pretende ser realista? Será que, pela televisão abraçar a verossimilhança, essas protagonistas ainda não conseguiram vencer o cerco de ocupar um lugar de destaque nas grandes cidades? As interrogações permanecem sem respostas.

4. O mundo afetivo

Casadas ou solteiras? Escolhas próprias?

Chegamos ao foco principal de meus comentários.

Temos, nesses seriados, um leque de representações da mulher independente e bem sucedida na carreira, mas observamos que, sutilmente, os novos comportamentos das mulheres não se equacionam: ou passam ao largo, ou correm paralelos ao tradicional código de comportamento da cultura ocidental.

Sendo narrativas de ficção, elas poderiam ousar e ir adiante da sociedade, mas tais narrativas parece que ainda estão fundadas sobre os pilares da divisão sexual do trabalho forjada pela Modernidade capitalista que não pode, sequer, ousar uma outra maneira de ver, por exemplo, colocando tais mulheres bem na vida profissional e na afetiva.

Parece que as sutilezas a que me referi estabelecem um estigma para a mulher com poder de comando: ou elas são bem sucedidas no trabalho ou são mães de família. E tenho a impressão de que em tais narrativas se sublinha a falta afetiva, quando a mulher quer ter uma profissão independente da vida e das obrigações de um “lar”. Não aparecem parceiros que dividam as obrigações do “lar” e dos filhos.

Analisando tais personagens (embora não possa negar o ganho real de espaço para a mulher, seja na representação do mundo real, seja no campo profissional, como atrizes), isto é, mulheres independentes e bem sucedidas, as chamadas “poderosas” no senso comum, podemos perceber que, sutilmente ou subliminarmente, o conflito casa e trabalho não está resolvido. Pensando nessa perspectiva, creio ser possível levantar certos questionamentos:

- o modelo de comportamento ou a divisão sexual de trabalho tradicionalmente internalizada pela sociedade burguesa permanece como base (fundamento ideológico) nessas narrativas;
- mesmo os seriados dos anos noventa conservam um pensamento binário nas práticas sociais e, portanto, excludente quando se trata da saída da mulher de casa, visto que seus “deveres” são cobrados através dos conflitos com maridos, namorados.

Em decorrência, podemos nos arriscar a questionar:

1. Por que suas vidas afetivas são tão instáveis? Por que tais protagonistas não encontram parceiros possíveis para uma nova experiência?
2. Já pré-existindo internalizado o código de comportamentos preferido pela cultura nos telespectadores é este paradigma que irá dar referência e significação à narrativa?
3. A mensagem subliminar poderia ser o contrário do que é representado, isto é, diante das regras impostas à mulher pela divisão sexual do trabalho, aquelas que ambicionam ser independentes economicamente, tomando como base suas carreiras profissionais, não poderiam ou não teriam tempo para construir uma vida afetiva estável?

No momento, passa pelas minhas reflexões se mesmo com a abertura de representação para essas mulheres decididas e bem sucedidas, nos

anos noventa¹⁸, será que a mensagem sutil e subliminar não teria sido lida pelo público, disparando o alarme nas mulheres para que elas não seguissem tal caminho?

Qual a intenção de tanto descompasso entre a vida profissional e a instabilidade emocional nesses seriados?

E tal situação não aparece apenas nos seriados enfocados, mas em muitos outros, inclusive, em narrativas voltadas para os jovens.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. *Senhora*, perfil de mulher. 2. ed. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1967.

JULIE LESCAUT (1992-) Criação de Alexis Lecaye. Disponível em: <<http://www.us.imdb.com>> Acesso em: 18 mai. 2004.

TESTEMUNHA SILENCIOSA (*Silent witness*). (1996-2004) Escrito por Stephen Brady, produzido para BBC/Londres, Inglaterra. Disponível em: <http://www.us.imdb.com>> Acesso em: 23 abr 2004.

PRIME SUSPECT (1991-). Escrito por Lynda LaPlante, produzido para BBC/Londres, Inglaterra. Disponível em: <<http://www.us.imdb.com>> Acesso em: 18 jun 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. *Telenovela, consumo e gênero*. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

CLÉMENT, Catherine. *A ópera ou a derrota das mulheres*. Trad. Rachel Gutiérrez. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

¹⁸ Comparando as séries dos anos noventa com outras que começaram a ser produzidas nos primeiros anos do século XXI, percebemos que houve uma alteração sensível no que se refere à situação da mulher. O novo formato está dando lugar a outra representação, o retorno e ênfase à família, ao casamento e à maternidade. (É bom lembrar o término do longo seriado *Friends* (1994-2004), no qual se focalizava a vida de seis jovens que saíam de casa para ganhar o mundo). Parece que *Sex and the City* tornou-se o seriado de transição entre os dois formatos, ao se voltar, neste novo século, a todo um impulso e desejo do casamento e dos rituais passados.

KAPLAN, E. Ann. *A mulher e o cinema*; os dois lados da câmera. Trad. Helen Márcia Potter Pessoa. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens*: uma história de amor e ódio. Trad. R. Figueiredo, R. Eichenberg, C. Strauch. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SHOWALTER, Elaine. *Anarquia sexual*: sexo e cultura no fim de siècle. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

WOOLF, Naomi. *O mito da beleza*; como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

_____. *Fogo com fogo*. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

TECNOLOGIAS E ENVELHECIMENTO NA FRANÇA: OFERTAS, OPÇÕES E INTERAÇÕES*

Clarice Ehlers Peixoto

No imaginário social contemporâneo, as “novas tecnologias” são sistematicamente associadas à juventude, dando a impressão de que somente os jovens teriam mais competência para lidar com o universo tecnológico. O que leva a considerar que as pessoas de idade avançada são refratárias às inovações tecnológicas, seja por questões econômicas ou por dificuldades de uso? Será que a exclusão das pessoas envelhecidas do universo das novas tecnologias resulta de uma percepção de que elas não são parte constitutiva? Será que os valores que lhes são atribuídos, vinculados ao universo da juventude, são completamente opostos aos valores que caracterizam o envelhecimento? Sabemos, de antemão, que os valores que acompanham as novas tecnologias raramente estão associados a uma visão de mundo onde cada indivíduo teria seu lugar; onde a experiência, a maturidade, a memória e a própria história não cederiam, facilmente, lugar às percepções construídas pelas tecnologias da comunicação e da informação. Ao interrogar sobre os estereótipos que identificam a “rejeição” das pessoas de idade às técnicas inovadoras e/ou sua suposta “incompatibilidade”, procuramos investigar seu nível de “autonomia” e de

* O livro *Envelhecimento, Políticas Sociais e Novas Tecnologias* (PEIXOTO; CLAVAIROLLE, 2005) aborda essas questões em maior profundidade, apresentando, inclusive, uma análise das políticas sociais francesas para a velhice. Pesquisa realizada no âmbito do Laboratório Techniques et Culture/CNRS para o programa “Evoluções Tecnológicas, Dinâmica das Idades e Envelhecimento Populacional”, do Ministério do Emprego e da Solidariedade/DREES/MIRE e da Caixa Nacional de Seguros da Velhice/CNAV (Caisse Nationale d'Assurance Vieillesse), em 1999.

“dependência” e sua capacidade para mudar comportamentos face às tecnologias disponibilizadas nos espaços público e privado¹.

Nosso interesse nessa pesquisa era analisar como as pessoas envelhecidas se comportam face às tecnologias e, principalmente, perceber como o processo de envelhecimento se relaciona com a inovação tecnológica. Compreender as interações entre os usuários de idade avançada e os produtos técnicos permite explicar um conjunto de práticas e de mediações, nas quais a família desempenha um papel fundamental. Assim, analisar a maneira como as pessoas envelhecidas utilizam (ou são levadas a utilizar) as tecnologias da vida cotidiana é refletir sobre a contribuição das tecnologias aos processos de construções identitárias. O estudo das diversas situações revela como as configurações que associam os dispositivos institucionais e técnicos aos grupos de usuários produzem designações para os indivíduos: ou autônomos, ou deficientes, ou dependentes.

Três campos de interrogação perpassam nossa análise: as políticas e os serviços sociais para a velhice ligados às novas tecnologias, os usos e representações das pessoas de idade sobre os objetos técnicos e o lugar da pessoa envelhecida na oferta técnica. Assim, para analisar em profundidade as interações entre processo de envelhecimento e novas tecnologias, realizamos um estudo de caso em um território bem delimitado: o município de Verrières-Le-Buisson, situado na região parisiense. Para nós, essas interações constituem uma rede de relações bastante heterogênea entre as pessoas envelhecidas, a gama de novas tecnologias, às quais elas são confrontadas no cotidiano, os organismos que disponibilizam essas tecnologias (serviços sociais locais), os profissionais (criadores e prestadores de serviço) e a família que concretizam e formalizam as interações. Trata-se de entender os comportamentos desses diversos atores e de mostrar, através do processo de construção de uma rede social (e técnica), como eles se definem entre si.

Consideramos que a introdução de uma nova tecnologia depende tanto do que é ofertado e das condições em que esta oferta é proposta quanto de sua aceitação ou mesmo de sua demanda. Nesta perspectiva, as pessoas de mais idade são percebidas como atores que elaboram estratégias de utilização ou de recusa da inovação técnica, não se deixando pressionar e impressionar pela evolução tecnológica da sociedade a que pertencem. Não podemos esquecer que as “inovações tecnológicas” não aparecem em bloco, mas em objetos ou serviços específicos e que é este objeto ou serviço

¹ É preciso não confundir “dependência” e “perda progressiva de autonomia”, pois os problemas físicos não impedem que se continue a decidir por si mesmo.

que vai seduzir ou não, provocar interesse ou hostilidade, apresentar ou não uma utilidade. Sem esquecer, de um lado, os efeitos corporais do envelhecimento e, de outro, os diferentes contextos de socialização das gerações, nossa idéia inicial era de que as pessoas envelhecidas podem ter suas razões para adquirir e utilizar (ou não) tal ou tal tecnologia recente.

O conhecimento das políticas sociais francesas voltadas para a velhice constitui um ganho considerável à compreensão do mundo atual (reformas nos sistemas previdenciários europeus e no Brasil face ao crescimento da população de 60 anos e mais, fóruns sociais mundiais contra a globalização, etc.) e, principalmente, à consciência de que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para a criação de um sistema de proteção social semelhante ao Estado-providência francês que, apesar de sua nova modalidade liberal, ainda guarda os princípios fundamentais da proteção social.

IDADE & TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

A inovação progressivamente incorporada pelas políticas sociais francesas voltadas à velhice, que estenderam a aposentadoria para todos os indivíduos e, posteriormente, aumentaram seus valores, promoveu igualmente a emergência de produtos e serviços dirigidos para as pessoas de mais idade e que visam favorecer a sua inserção na sociedade global.

Uma característica da inovação é seu processo de difusão e de renovação. Isso nos leva a indagar se a freqüente utilização de um certo objeto técnico não faria com que ele perdesse seu caráter de inovação? Por exemplo, o carro e a máquina de lavar roupas seriam ainda inovações? Se aceitarmos que, do ponto de vista do conjunto da coletividade, esses objetos já não são mais inovações, temos necessariamente que considerar o ponto de vista dos usuários, pois eles estruturam o mundo material em função de sua trajetória pessoal e suas necessidades. Portanto, um determinado objeto de uso corrente para muitos pode ser uma novidade para alguém que a ele teve acesso tardiamente. Assim, do ponto de vista da pesquisa antropológica, somos levadas a admitir o caráter eminentemente relativo desta noção.

Decidimos, então, não delimitar a pesquisa a um setor particular da oferta tecnológica, mas, ao contrário, levar em conta o conjunto das tecnologias ao qual as pessoas de mais de 60 anos se deparam no decorrer da vida cotidiana. Privilegiamos analisar as diferentes situações de interação entre elas e os objetos tecnológicos. Assim, alguns objetos pertencem à esfera privada, doméstica, como os equipamentos eletrodomésticos, audiovisuais

e informáticos e outros, à esfera pública, como os automatismos dos serviços postais e bancários. Nossa pesquisa foi conduzida nesses dois espaços: público e privado.

No que concerne aos objetos tecnológicos da esfera doméstica², procuramos reconstituir a história pessoal e aproximar as representações que cada indivíduo elabora e, principalmente, identificar os equipamentos que possuía e utilizava, buscando perceber as modalidades de utilização, assim como apreender os valores e representações que estruturam esses usos. Ou seja, procurávamos fazer com que as pessoas falassem dos objetos que possuíam e como os usavam. Quanto aos objetos tecnológicos da esfera pública, como os guichês bancários, observamos os comportamentos e as modalidades de uso, objetivando realizar uma etnografia das representações e práticas sobre a manipulação desses objetos tecnológicos.

ENVELHECIMENTO E NOVAS TECNOLOGIA

Assim, não apresentamos uma lista dos objetos que supúnhamos pertencerem às “novas tecnologias”, mas deixamos que as pessoas designassem espontaneamente os objetos que, de seu ponto de vista, consideravam como tal. Tratava-se de não determinar o “novo” para não interferir ou impor *a priori* os objetos comumente considerados como pertencentes a essa categoria. Deste modo, percebemos que a categoria “objeto tecnológico” não é tão mais evidente do que a de “idoso”, visto que a lista de objetos citados pelas pessoas era extremamente heterogênea. Assim, uma senhora incluiu entre seus pertences tecnológicos a lixeira com pedal que acabara de adquirir, para provar ao filho que “já sou um pouco moderna”. Uma outra afirmou que o forno micro-ondas “não é bem uma nova tecnologia, é só um aperfeiçoamento porque o princípio é sempre o mesmo: serve para esquentar!”. Constatamos ainda que diversas pessoas associavam o termo “novas tecnologias” exclusivamente ao computador, instituído como o objeto emblemático da modernidade.

Foram, assim, consideradas as diferentes condições de acesso às tecnologias e destacamos as duas principais: a) por pressão social, pelo desenvolvimento das tecnologias que interessam ao conjunto da sociedade e que se impõem aos indivíduos (eletrodomésticos, guichês eletrônicos); b) acesso voluntário, seja porque o dispositivo tecnológico atende às necessi-

² As entrevistas foram realizadas nas moradias, não importando se viviam na própria casa, nas casas para aposentados ou nas clínicas geriátricas medicalizadas.

dades das pessoas de mais de 60 anos, seja porque elas buscam, espontaneamente, interagir, conhecer e utilizar as tecnologias recentes. Entretanto o acesso nunca é absolutamente livre nem totalmente forçado. Pois, como certas pessoas apontaram, elas hoje não podem viver sem geladeira, máquina de lavar, televisão e até micro-ondas. Esta impossibilidade de conceber a própria existência fora do quadro tecnológico ordinário mostra bem que certas práticas de consumo constituem normas sociais, cuja recusa aparece implicitamente como um indicador de marginalidade. Situação difícil a assumir, principalmente para os que têm mais de 60 anos e buscam, ao contrário, vínculos sociais, quando a passagem à aposentadoria coincide com uma modificação profunda em suas práticas de sociabilidade no trabalho e na família.

Um ponto a considerar é quando a utilização de um objeto se generaliza para toda a sociedade ou para um determinado grupo social, tornando impossível rejeitá-lo completamente, pois ele se transforma em um produtor de hábitos e de valores, inscrevendo-se na cultura do grupo e, portanto, imprescindível. O discurso técnico não é de fato somente enunciativo, mas igualmente formado de referências, às quais o indivíduo acaba cedendo para permanecer no interior do grupo a que pertence. Assim, a difusão de uma técnica não é inerente a uma necessidade natural, e sim vinculada a uma exigência social; os objetos mais difundidos são os que apresentam uma dimensão normativa mais manifesta.

Assim, os objetos técnicos do cotidiano são de livre escolha, pois os indivíduos têm a possibilidade de exercer o livre-arbítrio, decidindo se querem ou não utilizar tal produto. O exemplo do telefone é perfeito. Hoje, na França, praticamente todos os domicílios possuem telefone e a sociabilidade foi profundamente transformada pelos efeitos de sua difusão generalizada. As visitas e a arte de escrever cartas e cartões (de felicitações, postais, etc.) são práticas que foram totalmente transformadas. As pessoas se correspondem cada vez menos por cartas, preferindo “dar um telefonema”, e as visitas são muitas vezes substituídas por “visitas telefônicas”. Conseqüentemente, não possuir um telefone é correr o risco do isolamento social. Desse modo, se a sociedade desenvolve uma determinada técnica, esta, por sua vez, pode provocar mudanças nos comportamentos sociais.

Um outro objeto técnico que favorece a relação social é o automóvel. Tem-se insistido muito sobre o processo de desmotorização entre as pessoas de mais idade; o abandono da prática de dirigir aos 75 anos é uma marca do envelhecimento. Os estudos sobre o aumento dos domicílios que possuem automóveis mostram que as pessoas entre 60 e 70 anos, proprie-

tárias de um carro, tendem a conservá-lo, ao invés de descartá-lo. Os dados franceses informam que as pessoas de mais de 60 anos vêm ocupando, nos últimos anos, um lugar importante no mercado de automóveis novos e isto por duas razões: seus rendimentos aumentaram e os carros novos têm menos problemas mecânicos que os carros velhos (BLANC, 1996).

Ao longo da nossa pesquisa, percebemos que a desmotorização masculina foi substituída por uma motorização feminina: muitas são as mulheres de mais de 60 anos, freqüentemente mais jovens do que seus maridos, que os substituem na direção, quando eles não podem mais dirigir, ou tiram suas carteiras de motorista depois de aposentadas: “[...] se não tivesse minha carteira e se um dia meu marido ficasse cansado ou sei lá, tivesse alguma coisa, o que iríamos fazer? Nunca pensei em dirigir e um dia, pensando nessas coisas, fui fazer umas aulas e acabei passando no exame! Tirei minha carteira aos 60 anos e logo na primeira tentativa!” (Sra. Marie-Hélène, 72 anos, cantora lírica). O carro é uma inovação na vida dessas mulheres que acedem ao uso de um objeto técnico bastante complexo, já em idade avançada.

O automóvel é, sem dúvida, um meio de deslocamento privilegiado para as mulheres de mais de 60 anos que vivem sós. Ele possibilita que elas fujam da solidão, provocando inclusive mudanças em seus modos de vida, dando-lhes mais mobilidade e independência para fazer visitas e prestar ajuda aos membros do grupo familiar (cuidar dos netos, pegar na escola, etc.), mas também para fazer compras nos centros comerciais das redondezas, passeios e mesmo pequenas viagens. O carro possibilita, assim, maior liberdade para estas mulheres; possuir um carro e poder conduzi-lo reestrutura a imagem que têm de si e sua relação com o processo de envelhecimento³. As pessoas de mais idade que deixam de dirigir, ou que não possuem carro, acabam prisioneiras em seus bairros, se estes não oferecem boas condições de transporte público.

REPRESENTAÇÕES DA VELHICE E ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS

Sobre a agência bancária

Uma das razões pelas quais os idealizadores das tecnologias do sistema bancário não levam em conta a clientela de mais idade, na concep-

³ Ver a esse propósito, os artigos de Caradec (1999, 2000, 2001) e de Haicault (1998).

ção do novo dispositivo, se deve ao fato de que eles apostam no desaparecimento inelutável dos clientes mais idosos, “resistentes” ao uso dos guichês eletrônicos, e sua substituição paulatina por uma nova geração totalmente familiarizada com as novas tecnologias difundidas nos mais diversos setores de trabalho, e que penetram maciçamente no espaço doméstico. Ou seja, julgam que se trata muito mais de um efeito de geração⁴ do que um efeito de idade, pois, para eles, os “idosos” serão progressivamente substituídos pelos “seniores”, já que estes estarão mais adaptados aos novos usos tecnológicos. Um outro aspecto diz respeito à arquitetura dos espaços bancários, que visa a maior fluidez na circulação da clientela e que faz parte de uma estratégia de mercado, na qual as pessoas de mais idade são um empecilho, um estorvo nesta relação comercial automatizada e em plena aceleração. A empresa distingue – apesar da realidade etária – duas categorias de indivíduos: o “sênior”, que pertence ao grupo homogêneo dos clientes de idade e reconhecidos como potenciais investidores, em geral homens, e as pessoas envelhecidas, que emperram a circulação. Assim, enquanto o “idoso” é aquele para quem o tempo não tem o mesmo valor atribuído pelo agente bancário e que perde seu tempo ao invés de administrá-lo, o “sênior” é sujeito valorizado. Esta imagem positiva só tem significado se referida a um plano mais amplo da sociedade. Ou seja, as pessoas de mais idade entrariam a circulação no espaço e no tempo, pois, diante dos guichês eletrônicos, elas dominam sua manipulação, esquecem o código ou têm medo de errar. Para essa nova concepção de administração bancária, as pessoas de idade freariam a ação comercial que é pensada em termos de movimento e investimento, enquanto os “seniores”, ao contrário dos “idosos”, efetuariam rapidamente as operações. Suas atitudes combinariam com a racionalidade do uso tal como a concebem seus idealizadores e se adaptariam à fluidez da troca comercial. Jamais abertamente anunciado, mas sempre subentendido, o fator sócio-econômico parece desempenhar um papel fundamental. A categoria “sênior” corresponde, certamente, a uma camada abastada da população, aquela que dispõe de um poder de compra elevado e que representa uma clientela potencial para as diversas aplicações bancárias. Inversamente, o “idoso” se encontra majoritariamente entre a clientela po-

4 Caracteriza a articulação de biografias singulares com a história social operada por esses atores. Ou seja, os indivíduos que pertencem a uma geração (ou coorte) e viveram uma experiência comum ao longo de determinado período, e que se traduz por representações e práticas. Por exemplo, a geração 68, a geração pós-guerra, a geração de 64, geração hippie, etc. É um processo ligado à consciência de pertencer a uma geração, mas também a representação que a sociedade lhe atribui e que marca sua história de vida. Ver Attias-Donfut (1991).

pular, de remuneração modesta; muitos são viúvas. É aquela que os operadores econômicos não atingem porque não representa um mercado tão atrativo quanto o dos “seniores”. Há, assim, uma correlação entre categoria social e capacidade de adaptação aos objetos técnicos como os guichês eletrônicos.

A PESSOA ENVELHECIDA E OS DISTRIBUIDORES ELETRÔNICOS: VARIANTES E CONSTANTES

A diminuição das capacidades físicas nas idades mais avançadas, mas também a maneira como cada um assimila seu próprio envelhecimento são fatores decisivos para a adoção ou rejeição dos autômatos. Os usuários de mais idade fazem críticas e/ou demonstram alguma dificuldade para utilizar certos guichês eletrônicos. Entre as deficiências vinculadas à idade, três foram particularmente ressaltadas pelas pessoas entrevistadas: a) a diminuição da acuidade visual, que dificulta a leitura das instruções inscritas nas telas dos guichês eletrônicos; b) a dificuldade em memorizar o código e os diversos procedimentos de validação; c) a utilização dos teclados⁵. As dificuldades visuais e mnésicas levam as pessoas de mais idade a se afastarem dos equipamentos automatizados. O fato de estarem expostos em espaços públicos é um agravante, pois quem tem uma deficiência visual se sente duplamente desconfortável quando utiliza um guichê eletrônico. Além disso, a dificuldade para decifrar rapidamente os caminhos indicados na tela do guichê automático fortalece o medo de errar o procedimento e ter que refazê-lo novamente em público, desacelerando o ritmo do atendimento. Além disso, qualquer demora na operação, que ultrapasse o tempo admitido pela máquina, ou o esquecimento do código, leva o guichê a “engolir”⁶ o cartão.

A incapacidade é freqüentemente vivenciada como degradante, e as pessoas afetadas pela diminuição de suas capacidades preferem não ter testemunhas de suas *pequenas desgraças*. Alguns vivem suas deficiências como um defeito que lhes coloca em situação de inferioridade e, muitas vezes, criam um sentimento de culpabilidade em uma sociedade que privilegia a rapidez como valor. Se as deficiências físicas podem excluir a pessoa

5 No Brasil, esses procedimentos são diferenciados para cada banco. Se considerarmos que numerosas são as pessoas que têm conta bancária em mais de um banco (por exemplo, um privado e um público que oferecem serviços diferenciados e pagamentos exclusivos), as dificuldades de memorização dos códigos e dos procedimentos de acesso à conta bancária duplicam a história de vida. Ver Attias-Donfut (1991).

6 Engolir, comer são termos freqüentemente empregados e que revelam sua dimensão simbólica.

envelhecida do uso de certos aparelhos automáticos, há um outro modo de exclusão que não está vinculado à deficiência, mas à representação que se faz das idades, no caso a idade avançada.

OS OBJETOS TÉCNICOS DA ESFERA DOMÉSTICA

Em relação ao acesso aos objetos técnicos, é certo que, entre as pessoas de mais idade, o hábito é talvez um dos fatores principais para a adoção de produtos inovadores, na medida em que, com o avançar da idade, aumenta o efeito de sedimentação que pode ser observado em quase todas as faixas etárias, ainda que de forma mais tênue. No que concerne aos objetos técnicos do cotidiano, é evidente que as limitações, mais sociais do que práticas, não têm o mesmo peso. A socialização de um objeto técnico depende, de fato, tanto da possibilidade de integração no modo de vida de cada um quanto de sua capacidade para o adotar. Ou seja, não se pode dizer que exista uma resistência ao objeto, mas que eles são adaptados as suas necessidades cotidianas.

Essas pessoas são muito sensíveis à imagem estigmatizante de “velhos” que lhes é atribuída e contra a qual procuram se defender. Assim, quando afirmam que possuem objetos tecnológicos, apontam para duas estratégias identitárias diferenciadas e que se traduzirão como uma referência à velhice e à modernidade. Trata-se de uma tentativa de romper com os preconceitos atribuídos aos grupos etários a que pertencem e, assim, modificar a imagem errônea que se têm das pessoas de mais idade, mas também pretender se descolar de uma imagem que podem até reconhecer nos outros, mas se recusam a ver aplicada a si mesmos. Em suma, significa que se a idade biológica revela objetivamente uma “velhice”, mostrando atributos que se supõem inerentes a ela como a retração do campo da atividade, o distanciamento do mundo contemporâneo, etc., a idade psicológica os aproxima da juventude, pois estão rodeados de objetos que asseguram o relacionamento com as gerações mais jovens.

Assim, a mediação familiar no acesso ao “novo” objeto técnico desempenha um papel fundamental em sua integração ao aparato doméstico quer através do estímulo e do conselho para adquirir, quer através de presentes ofertados, principalmente, por filhos e netos. Deste modo, a geladeira e a televisão são objetos assimilados pelo corpo social e as pessoas de mais idade já possuem e até os renovam, enquanto o forno micro-ondas, o DVD e o celular necessitam, em geral, da mediação familiar. Mas o papel

de indutor atribuído às gerações posteriores não significa passividade por parte das pessoas de mais idade, pois elas decidirão sempre se utilizarão ou não. Algumas pessoas entrevistadas abandonaram eletrodomésticos de última geração que lhes foram ofertados, por julgarem que eram supérfluos ou não apropriados a suas necessidades.

RESISTÊNCIA ÀS INOVAÇÕES

Não podemos, contudo, deixar de considerar que o envelhecimento é um processo de transformação do corpo que se traduz pela evolução das (in)capacidades motoras e sensoriais. Assim, a relação que as pessoas mantêm com os objetos técnicos está intrinsecamente ligada à relação com o corpo, com o tempo e com o espaço. Além disso, as representações sociais associam as inovações tecnológicas à juventude e designam as pessoas de mais idade como aquelas que mais “resistem” aos objetos técnicos. Ora, é preciso assinalar que os avós constituem a clientela privilegiada das lojas de jogos eletrônicos: descobriram que “estar por dentro” das tecnologias de informação e de comunicação possibilita um melhor relacionamento com os netos.

FINALIZANDO

Se, por um lado, a robotização do domicílio ainda não consta da ordem do dia para esta população classificada como “inativa” pelos agentes econômicos, por outro, as “novas tecnologias” sustentam um mercado turístico, alimentar, estético, medicinal, etc., assim como um setor cultural que lhe é especificamente consagrado. Na França, como no Brasil, existe um setor da mídia (imprensa e radiofônica) voltado exclusivamente para esse grupo social, estimulando seu consumo. As análises sobre os efeitos das novas tecnologias nas pessoas envelhecidas mostram, na verdade, que elas operam um trabalho seletivo que as leva a privilegiar os objetos técnicos que apresentam simplicidade de manipulação e respondem a suas reais necessidades, descartando aqueles que não preenchem esses dois critérios.

Como procuramos mostrar, estas pessoas desenvolvem, antes de tudo, uma concepção utilitarista dos objetos técnicos, cuja apropriação está ligada a uma identificação de suas necessidades, seja de ordem estritamente prática (micro-ondas para esquentar as refeições), seja de ordem social (a *internet* ou a secretária

eletrônica para manter o vínculo social). Vimos, assim, que as pessoas entrevistadas, todas as categorias sociais confundidas, estão cada vez mais familiarizadas com estas tecnologias, mostrando uma certa curiosidade pelos novos aparelhos e suas funções.

Enfim, consideramos que o estudo das novas tecnologias possibilita observar alguns aspectos da construção identitária, posto que esses objetos constituem, para as pessoas de mais idade, uma forma de se posicionarem em relação à velhice e, principalmente, de preservarem o vínculo social. Ele possibilita, igualmente, a percepção das diversas trajetórias de envelhecimento (desigualdade de recursos, de capacidade física, do estado de saúde) e das concepções diferentes da vida na aposentadoria, assim como o lugar que ocupam os novos equipamentos tecnológicos: para uns, a aposentadoria representa uma reorientação da existência no mundo doméstico, momento de introspecção e pouco acessível às modificações da vida cotidiana; para outros, ela se traduz no investimento em novas atividades e descobertas que reforçam as relações com o mundo exterior e transformam hábitos e comportamentos.

REFERÊNCIAS

- ATTIAS-DONFUT, Claudine. *Génération et âges de la vie*. Paris: PUF, 1991. (Que sais-je?).
- BLANC, N. Les personnes âgées et la publicité. *Gérontologie et Société*, Paris, n.76, p.58-66, 1996.
- CARADEC, Vincent. Usages de technologies et vieillissement: une grille de lecture identitaire et familiale. Evolutions technologiques, dynamique des âges et vieillissement de la population. MiRE/CNAV, *Rencontres et Recherches*, Paris, p.36-46, 1999.
- _____. O que os objetos tecnológicos dizem sobre as relações familiares. In: PEIXOTO, Clarice E.; SINGLY, François de; CICHETTI, Vincenzo. *Família e individualização*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p.79-93.
- _____. *Sociologie de la vieillesse et du vieillissement*. Paris: Nathan, 2001.
- HAICAULT, Monique. Les jeunes retraités, une génération intermédiaire dans le temps et l'espace urbain. *Prévenir*, Paris, n.35, p.123-137, 1998.
- PEIXOTO, Clarice E.; CLAVAIROLLE, Françoise. *Envelhecimento, políticas sociais e novas tecnologias*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AKRICH, Madeleine. Comment décrire les objets techniques. *Techniques et Culture*, Paris, n. 9, p.48-64, 1987.

_____. Comment sortir de la dichotomie technique/société. In: LATOUR, Bruno; LEMONNIER, Pierre (Orgs.). *De la préhistoire aux missiles balistiques*. L'intelligence sociale des techniques. Paris: La Découverte, 1994. p.105-131.

AKRICH, Madeleine; MÉADEL, Cécile. La représentation des risques urbains. Les technologies de surveillance comme outil d'analyse. In: ANSIDEI, Michèle; FLEURY, Dominique; MUNIER, Bertrand (Orgs.). *Les risques urbains, acteurs, systèmes de prévention*. Paris: Anthropos, 1998. p.33-46.

ALIAGA, C.; NEISS, M. La prise en charge des personnes âgées: maintien à domicile ou hébergement collectif. *Données Sociales*, INSEE, Paris, p.256-263, 1999.

ATTIAS-DONFUT, Claudine. Sexo e envelhecimento. In: PEIXOTO, Clarice E. *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.85-108.

BEILLAN, Véronique. Innovation technologique et pratiques domestiques: analyse d'une expérience domotique. *Sociétés Contemporaines*, Paris, n.17, 1994.

BRETON, Philippe. Les personnes âgées dans le discours de promotion des nouvelles technologies: une exclusion constitutive? *Prévenir*, Paris, n.35, p.49-54, 1998.

CLAVAIROLLE, Françoise; PEIXOTO, Clarice E. Politique sociale de la vieillesse dans une municipalité de l'essonne et développement technologique. *Cahiers de la DREES*, Paris, n.10, p.11-13, 2002.

CLEMENT, Serge. L'offre technique dans le travail de définition de la vieillesse. *Retraite & Société*, Paris, n.27, p.9-19, 1999.

GUCHER, Catherine. *L'action gérontologique municipale*. Une entreprise de définition de la vieillesse et de ses pratiques. Paris: L'Harmattan, 1998.

KAUFMANN, Jean-Claude. Les mondes de la vaisselle. *Autrement*, Paris, n.3, p.32-45, 1992.

_____. Savoir familial et nouvelles technologies. *Gérontologie et Société*, Paris, n.75, p.127-129, 1995.

LASFARGUE, Yves. Technologies nouvelles, nouveaux exclus? *Futuribles*, Paris, n.136, p.3-13, 1989.

LINS DE BARROS, Myriam; GOLDMAN, Sara. Bate-papo intergeracional na internet. *Cadernos Pagú*, Rio de Janeiro, n.13, p.38-62, 1999.

LULL, James. *Inside family viewing* ethnographic research on television's audiences. Londres; New York: Routledge, 1990.

MERCIER, Pierre-Alain; PLASSARD, François; SCARDIGLI, Victor. *La société digitale*. Les nouvelles technologies du futur quotidien. Paris: Seuil, 1984.

PAILLAT, Paul. Les pratiques culturelles des personnes âgées. *La Documentation Française*, Paris, 1993.

_____. Devant la technique, fascination et réserve. *Gérontologie et Société*, Paris, n.75, 1995.

PEIXOTO, Clarice E. *Envelhecimento e imagem*. as fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro. São Paulo: Annablume, 2000.

_____; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo. (Orgs.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

SALOMON, Jean-Jacques. *Le destin technologique*. Paris: Balland, 1992.

SCARDIGLI, Victor. Technologies du quotidien et culture de consommation. *Culture Technique*, Paris, n.17, p.202-205, 1987.

TREGUER, Jean-Paul. *Le senior marketing* vendre et communiquer avec succès au marché des plus de 50 ans. Paris: Dunod, 1998.

VOLATIER, Jean-Luc. Consommation des personnes âgées et nouvelles technologies. *Gérontologie et Société*, Paris, n.75, p.53-63, 1995.

A ILUSÃO DA NEUTRALIDADE: O CARÁTER IDEOLÓGICO DA CATEGORIA DE GÊNERO NAS REGRAS MORFOSSINTÁTICAS DO PORTUGUÊS

Raquel Nery Lima Bezerra

Este trabalho nasceu de uma constatação demasiado óbvia, mas espantosa pelo muito que “esconde” em sua trivialidade: de que a estrutura lingüística do Português nos apresenta a distinção de gênero como um fenômeno da flexão. Por isso, propõe-se a entender o que está incorporado na trivialidade e neutralidade da flexão de gênero enquanto norma lingüística.

Para tanto, é necessário percorrer a trilha aberta por Foucault (2000) na sua arqueologia do pensamento ocidental, mais precisamente na história da Gramática ou do entendimento que se teve sobre a linguagem desde a Idade Média até os dias atuais, pressupondo-se, pois, que o último estágio do que o autor identificou como o pensamento sobre a linguagem seja a base sobre a qual ainda nos movemos. A arqueologia instaurada por Foucault traz à luz os movimentos, oscilações, recuos e descontinuidades que se sucederam no pensamento ocidental, e é muito esclarecedora por possibilitar um entendimento da constituição do solo do qual emergiu o objeto desta investigação, que é a mulher.

Foucault (2000) propõe uma história da Vida, do Trabalho e da Linguagem, tomando os elementos que constituíam os saberes desde a Idade Média até a modernidade. É interessante notar, neste ponto inicial, a Linguagem sendo entendida como pura semelhança:

Até o fim do século XVI, a semelhança desempenhou um papel construtor no saber da cultura ocidental. Foi ela que, em grande parte, conduziu

a exegese e a interpretação dos textos: foi ela que organizou o jogo dos símbolos, permitiu o conhecimento das coisas visíveis e invisíveis, guiou a arte de representá-las. (FOUCAULT, 2000, p. 23).

Descreve, assim, “A Prosa do Mundo”, entendido e organizado a partir de semelhanças, “As Quatro Similitudes”. Aí a linguagem “[...] está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar.” (FOUCAULT, 2000, p. 48). Nesse lugar de linguagem e coisas entrelaçadas, a escrita se impõe soberana porque é através dela que ocorrerá o deciframento do mundo, porque as palavras foram depositadas sobre as coisas por Deus, naquele gesto primordial anterior a Babel e que o Renascimento não cessa de percorrer na direção de seu retorno. Daí a soberania absoluta da escrita, e a importância da exegese, do texto que se constrói com vistas a uma origem, do comentário que “[...] se assemelha indefinidamente ao que ele comenta e que jamais pode enunciar.” (FOUCAULT, 2000, p. 57). Não é difícil perceber o quanto nos promete a leitura de tais comentários, o que nos revelaria tais textos sobre o que se acreditava sobre a mulher ou o feminino. Não a Literatura, não Homero, não Sófocles ou Eurípides, ou ainda os textos bíblicos, pois estes nós temos e interpretamos a partir dos elementos de que dispomos contemporaneamente, mas o que a partir deles foi dito e comentado, lá mesmo no Renascimento. Foucault (2000, p.53) permite-nos um vislumbre quando, a propósito da importância que tinha a escrita (em detrimento da oralidade) no Renascimento, relata que, para escritores da época, a escrita precedera sempre a fala, sendo esta “[...] a parte fêmea da linguagem, como seu intelecto passivo; já a escrita é o intelecto agente, o ‘princípio macho’ da linguagem. Somente ela detém a verdade.”

A arqueologia de Foucault aponta que, no fim do século XVIII ocorreu uma “descontinuidade” no pensamento ocidental, de maneira que, para a Gramática, passa-se a dar maior importância ao sistema da flexão, e aquilo que se dava como empiricidade aos estudos lingüísticos não mais era o discurso¹, mas as línguas como organizações, cujo enfoque residirá na relação interna de seus elementos.

Quando a comparação entre as línguas passou a dominar o cenário das reflexões sobre a linguagem, acabou por revelar uma figura intermediária entre a articulação dos conteúdos e o valor das raízes (das pala-

¹ O discurso clássico é objeto da crítica, que lhe pergunta como ele funciona, e assume a forma de uma reflexão sobre as palavras, às quais cabe representar uma ciência ou filosofia que, para se constituir, dispõe de um vocabulário pré-existente e nem sempre adequado à “[...] necessidade de construir o tesouro de uma língua perfeitamente analítica.” (FOUCAULT, 2000, p.110).

bras), figura que modificou completamente os rumos e concepções dos estudos da linguagem, pois foi seu marco de passagem do período clássico para a modernidade. Trata-se da flexão das palavras. Quando a flexão emergiu dos estudos comparativos, ela não era um elemento completamente novo, uma vez que os estudiosos já a conheciam, mas sua ocorrência era tomada apenas por seu valor representativo. Contudo,

Quando se comparou as diferentes formas do verbo ser em sânscrito, latim e grego, descobre-se uma relação de constância que é inversa àquela que se admitia correntemente: a raiz é que é alterada e as flexões é que são análogas. Na analogia flexional, o que está em jogo já não é mais o liame entre sílaba primitiva e sentido primeiro, mas uma relação mais complexa entre as modificações do radical e as funções da gramática. (FOUCAULT, 2000, p. 319).

E mesmo que o mecanismo da flexão se evidenciasse quando a linguagem ainda era tomada na análise dos seus valores representativos, já emerge dele a dimensão do gramatical puro. Doravante,

[...] a linguagem não é mais constituída somente de representações e de sons que, por sua vez, as representam e se ordenam entre si como o exigem os liames do pensamento; é, ademais, constituída de elementos formais, agrupados em sistema, e que impõem aos sons, às sílabas, às raízes, um regime que não é o da representação. Introduce-se assim na análise da linguagem um elemento que lhe é irredutível. (FOUCAULT, 2000, p. 326).

Neste elemento irredutível incidirá a historicidade da língua, e não mais naquilo que lhe é exterior. Este fato é de absoluta importância, uma vez que, a partir do século XIX, a História é lugar onde se definem os objetos que se dão ao conhecimento, e nisto consiste a descontinuidade que definirá a transição da Idade Clássica para a Modernidade: o lugar da História como aquilo que determinará a disposição dos saberes empíricos. Importa aqui precisar o termo:

A História não deve ser entendida como uma coleta de sucessão de fatos, tais como se constituíram; ela é o modo fundamental de ser das empiricidades, aquilo a partir de que elas são afirmadas, postas, dispostas e repartidas no espaço do saber para eventuais conhecimentos e para ciências possíveis. Ela define o lugar de nascimento do que é empírico, lugar onde, aquém de toda cronologia estabelecida, ela assume o ser que lhe é próprio. Modo de ser de tudo o que nos é dado à experiência, a História tornou-se assim o incontornável de nosso pensamento. (FOUCAULT, 2000, p.300).

Nos estudos da linguagem, enquanto a língua fora definida como discurso, a sua história estava limitada àquilo que representava, àquilo que

lhe era exterior, e só se esta exterioridade se modificasse é que a língua, numa relação de causalidade, sofria alterações. Com a emergência do mecanismo da flexão, a história das línguas passa a ter um elemento que lhe é intrínseco e que, ainda que não seja totalmente independente, configura-se como uma propriedade que é interna e que, como tal, é regido por mecanismos puramente lingüísticos. Pela flexão, no dizer de Foucault (2000, p. 325), “[...] a historicidade poderá introduzir-se na espessura da própria palavra.”

Temos, então, uma dupla transformação na disposição dos estudos lingüísticos, nesta passagem do classicismo para o que denominamos modernidade: por um lado, a transposição da concepção de linguagem como reflexão espontânea do discurso e da representação para uma concepção do “gramatical puro”; por outro lado, a sua conseqüência, a historicidade introduzida no mecanismo interior e próprio da língua, e que reconduz a análise lingüística à nova configuração da *epistême* do século XIX. E assim, a língua, na sua positividade, constitui-se como objeto dado ao conhecimento. A palavra não mais será tomada na sua função de representar unicamente, perderá aquela transparência que lhe era peculiar no período clássico, passará a ser tomada porque na sua forma, nos seus sons, nas relações que estabelece no sistema gramatical singular de sua língua ela obedece a uma organização gramatical que é o que lhe permitirá o sentido da representação. Tal emergência e predominância do gramatical é, segundo Foucault (2000), um dos acontecimentos importantes da cultura ocidental, e um dos que mais passaram despercebidos, talvez pelo muito que possa, ainda hoje, ocultar. E é neste ponto fundamental que reside a nossa hipótese, ou seja, de que os processos de produção de sentido que têm a mulher como referente estão submetidos e inevitavelmente perpassados por um conjunto de fatores que lhes é anterior, ou seja, aquela dimensão irreduzível à discursividade. O sistema gramatical da língua portuguesa² já constitui o feminino como o Outro, como o elemento segundo, que resulta de uma flexão ou de uma derivação, e é a partir deste sistema anterior e irreduzível que construímos nossos discursos.

Foucault (2000, p.401) aponta ainda para o fato de que, no século XIX, passou-se a considerar a relação profunda da língua com as vontades e expressões do povo, seu espírito e seus valores, com a sua ação: “A linguagem enraíza-se não do lado das coisas percebidas, mas do lado do sujeito em sua atividade.” Assim, se a História está não apenas nas coisas e acontecimentos que a língua, por sua função, deve representar, mas deposita-se na

² Há, entre as línguas, variação na forma da categoria gramatical de gênero (LYONS, 1979).

própria materialidade da palavra, seu sistema gramatical, suas transformações e evolução, aquilo que se preserva ou se modifica do seu sentido, tudo isto será memória de seus falantes, apontará, de maneira eloqüente, não só o que se pensava ou acreditava, mas, sobretudo, o que se fazia. Esta consistência histórica que a língua adquiriu na modernidade permitiu que se desenvolvesse, a partir dela, estudos com valor crítico, já que

[...] a linguagem constitui o lugar das tradições, dos hábitos mudos do pensamento, do espírito obscuro dos povos; acumula uma memória fatal que não se conhece nem mesmo como memória. Expressando seus pensamentos em palavras de que não são senhores, alojando-as em formas verbais cujas dimensões históricas lhes escapam, os homens, crendo que seus propósitos lhes obedecem, não sabem que são eles que se submetem às suas exigências. As disposições gramaticais de uma língua são o *a priori* do que aí se pode enunciar. (FOUCAULT, 2000, p. 412).

É este *a priori* que constitui o ponto primordial de nossa investigação. Se o classicismo despojou a linguagem de seu poder de estar ligada ao que representava, a modernidade recuperou esta ligação, não como uma busca a uma origem primordial, como o deciframento de um mistério, mas como o entendimento de que ela é portadora de uma história interna, não submetida a uma relação de causalidade com o que é exterior, mas profundamente relacionada com a memória de seus usuários, capaz de revelar sutilezas insuspeitas da memória dos falantes. Ou seja,

Não se tratará agora de reencontrar uma fala primeira que aí estivesse enterrada, mas de inquietar as palavras que falamos, de denunciar o vinco gramatical de nossas idéias, de dissipar os mitos que animam nossas palavras, de tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia. (FOUCAULT, 2000, p. 412).

É possível que, com relação à mulher e à história que lhe é própria, história só recentemente constituída, haja ainda muito que ser desvelado, e ainda hoje, muito mais que ser apontado, já que somos atravessados, nos nossos discursos, por esse sistema prévio que torna possível o que se diz. A concepção de língua tal como é entendida a partir do século XIX passará a fornecer, progressivamente, um aparelhamento crítico que possibilitará, na análise do que se fala, conhecer quem fala, porque se fala e como se é compreendido. Essa disposição crítica iniciada pelos estudos filológicos se estende a nós, com alguns progressos resultantes de teorias mais recentes, mas com um mesmo fundamento, que foi lançado no limiar da modernidade.

A partir do momento em que a linguagem é tomada por seus elementos irreduzíveis, por sua estrutura própria e singular e por um conjunto

de leis que lhe autoriza ter uma historicidade própria, passa-se a requerer aquele que põe todo esse sistema em funcionamento: o ser que fala emerge como uma necessidade porque é por intermédio dele que a linguagem (e todas as empiricidades próprias ao século XIX) se constitui como conhecimento. O ser que conhece e apreende a linguagem positiva e objetivamente, ou seja, o sujeito do conhecimento, constitui-se também como objeto, porque ele é o que fala e, na sua própria existência, e anteriormente a ela, já é perpassado por este *a priori* que o define e efetua sua humanidade. Quanto à historicidade interior e própria à língua, o sujeito empírico desta história quer se reconhecer e se constituir na sua materialidade. A historicidade que é própria à língua será também a historicidade do homem, um retorno que explique sua origem, ainda que jamais seja contemporâneo dela. Nas palavras de Foucault (2000, p.456): “[...] é sempre de um fundo já começado que o homem pode pensar o que para ele vale como origem.” Os elementos da história devem ser buscados na medida em que constituem e dialogam com as relações sociais, econômicas, culturais a que estão submetidos e a partir das quais organiza sua existência.

A arqueologia de Foucault aponta alguns elementos que permitem analisar a Linguagem como elemento positivo de investigação do humano, sobretudo sua historicidade, definida não como o que a língua registrou, como aquilo que lhe é exterior e compõe uma trajetória da humanidade, mas uma historicidade inscrita na materialidade da própria palavra. Cremos que a análise da forma lingüística da flexão de gênero tem um potencial crítico não desprezível, isto é, o “gramatical puro” que emergiu da gramática comparada possui um teor histórico que lhe confisca a neutralidade. O gramatical é “puro” na medida em que possui características intrínsecas ou, com a licença da palavra, imanentes. Contudo, a consideração da historicidade inscrita nesta forma remonta a elementos que não nos são acessíveis, mas que se impõem sobre nós. Foucault (2000) assinala que essa historicidade alojada na forma lingüística acumula sobre ela tradições, hábitos, valores enfim, mas como uma memória silenciosa, sempre anterior, já que o homem, na sua finitude, só se relaciona com a história numa defasagem temporal: “[...] não é jamais contemporâneo dessa origem que, através do tempo, se esboça enquanto se esquivava.” (FOUCAULT, 2000, p. 455).

Que relação há, então, entre essa historicidade e os discursos que nós, cotidianamente, produzimos? Retomemos Foucault (2000, p. 412):

Exprimindo seus pensamentos em palavras de que não são senhores, alojando-as em formas verbais cujas dimensões históricas lhes escapam,

não sabem que são eles que se submetem às suas exigências. As disposições gramaticais de uma língua são o *a priori* do que aí se pode enunciar.

Se toda a liberdade de comunicação verbal de uma comunidade lingüística está previamente submetida a esse *a priori*, carregado, por sua vez, de uma história anterior a ela e de todos os valores silenciados pelo tempo, então há algo de relevante a fazer quando se põe a observar a forma deste ponto de vista. Ou, nas palavras de Foucault (2000, p.412): “[...] inquietar as palavras que falamos, denunciar o vinco gramatical de nossas idéias, dissipar os mitos que animam nossas palavras, de tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia.”

Quando Benveniste (1989) expõe o aparelho formal da enunciação, apontando para certas formas (e não para a sintaxe inteira) como constituintes do discurso de qualquer comunidade lingüística (distinguindo aí o emprego das formas do emprego da língua), as categorias elementares de pessoa e de tempo, ele estabelece o liame fundamental entre estas categorias fundamentais e os falantes: esta relação é o que funda o sujeito e a sociedade; a existência de ambos é viabilizada na e pela linguagem. Se o pronome “eu” não for enunciado pelo sujeito do discurso, não passará de forma vazia.

Talvez fosse possível estender estas categorias ao mecanismo da flexão. Se o aparelho formal da enunciação é feito de elementos mediante os quais a experiência subjetiva dos sujeitos se constitui, sujeitos que se colocam e se situam na e pela linguagem, a oposição paradigmática masculino/feminino da flexão de gênero também compartilha dessa relação elementar, uma vez que o discurso, na sua estrutura formal, identificará os sujeitos falantes com o masculino ou com o feminino. Os falantes da Língua Portuguesa enquadram-se necessariamente numa dessas categorias. O mecanismo que engendra estas distinções pode variar de língua para língua, mas de alguma maneira ele será feito.

Câmara Jr. (2001) descreve os mecanismos da flexão de gênero nas suas diversas manifestações³. Aponta, por exemplo, o fato de que, no Português, o gênero abrange todos os substantivos (e o quão é infrutífera a tentativa de explicar a atribuição de gênero masculino ou feminino a este ou àquele objeto), a discrepância entre gênero e sexo (que corresponde à forma sobrecomum e comum de dois gêneros) e também a incoerência e confusão que resulta da não distinção entre “[...] flexão de gênero e certos

³ Estas observações incidem sobre a Língua Portuguesa, e será a partir dela que demonstraremos os exemplos. Nasce a expectativa de observar a flexão de gênero e suas nuances gramaticais em outras línguas. Contudo, a ascendência do masculino é certamente uma predominância em outras línguas e, sobretudo, um fenômeno extralingüístico.

processos lexicais ou sintáticos de indicar o sexo.” (CÂMARA JR., 2001, p. 89). Contudo, a diversidade de meios sob os quais o gênero se configura na língua não minimiza o caráter da oposição fundamental masculino/feminino, nem sua função organizadora dos lugares de identificação sexual do discurso. A categoria de gênero é a dimensão discursiva que reflete a organização e os lugares sociais engendrados pelo sexo. Por isso a insistência em afirmar o potencial crítico do fenômeno da flexão e seu teor ideológico, que emerge luminoso quando trazemos à discussão outro traço de grande importância: o masculino ser o elemento axial a partir do qual se organizam a flexão e as regras de concordância nominal que daí derivam. A flexão de gênero tem no seu princípio a marca de que “[...] o masculino é uma forma geral, não-marcada, e o feminino indica uma especialização qualquer.” (CÂMARA JR., 2001, p. 88). Vale ressaltar um componente fundamental para o estruturalismo: a noção de paradigma, segundo a qual os dados da linguagem não existem senão por suas diferenças, não valem senão por suas oposições. A significação do masculino, portanto, se constitui por oposição ao feminino, na diferenciação que se configura entre um e outro. A noção de masculino não existe por si mesma, mas somente na medida em que se opõe ao *outro* feminino.

A categoria do outro é elementar na organização do pensamento de qualquer grupo social, e na Antropologia, o *outro* é tão elementar quanto a própria consciência. Beauvoir (1980), quando esboça uma resposta à pergunta “que é uma mulher?”, e constatando a anterioridade e ascendência do masculino sobre o feminino, coloca:

Praticamente, assim como para os antigos havia uma vertical absoluta em relação à qual se definia a oblíqua, há um tipo humano absoluto que é o masculino [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro [...] Nas mais primitivas sociedades, nas mais antigas mitologias, encontra-se sempre uma dualidade que é a do Mesmo e a do Outro. A divisão não foi estabelecida inicialmente sob o signo da divisão dos sexos, não depende de nenhum dado empírico [...] A alteridade é uma categoria fundamental do pensamento humano. (BEAUVOIR, 1980, p.11).

O par opositivo masculino/feminino não se constitui como dois pólos aos quais se atribui um valor qualquer e que se posicionam simetricamente. Entre o gênero masculino e feminino há uma relação assimétrica, e o primeiro é o termo não marcado, original, a partir do qual o segundo se curva (flexiona). Na categoria fundamental de alteridade está claro quem é o Mesmo e quem é o Outro. Poder-se-ia, todavia, dizer: trata-se apenas de

uma convenção, o signo lingüístico é arbitrário. Chamemos então o “a” final de *menin-a* de vogal temática, e a questão estará resolvida. Certamente estaria se pudéssemos, primeiro, esvaziar o signo de sua natureza ideológica insistentemente apontada por Bakhtin (2002). Mas não se trata do valor positivo ou negativo que se atribua à nomenclatura que descreve a norma, mas de onde vem a norma, das condições materiais que permitiram a sua legitimidade transparente, do lugar em que foi possível identificar o feminino não como igual a si mesmo, como ímpar, mas como um termo segundo, o Outro derivado do Mesmo. Certamente a norma não é convencional. E este *a priori* do qual pronunciamos nossos discursos está carregado de valores e representações que agora, por uma disposição epistemológica favorável, podemos colocar em evidência para, no dizer de Foucault (2000, p. 412), “[...] dissipar os mitos que animam nossas palavras.” As regras de concordância nominal, que só concedem ao determinante o gênero feminino se houver uma proximidade entre ele e o determinado feminino, começam a ser questionadas⁴ em situações enunciativas concretas. Parece ocorrer o que Bakhtin (2002) assinala a respeito das normas lingüísticas, de que a consciência do falante não se relaciona com o sistema abstrato de normas gramaticais, não percebe o seu caráter coercitivo, a não ser em momentos de conflito, momentos que não são característicos do uso da língua. As condições materiais de funcionamento da sociedade, os espaços cada vez mais amplos ocupados pelo sexo feminino em todo tipo de atividade, e o próprio processo de constituição da identidade do feminino têm provocado, por exemplo, formações discursivas em constante modificação (como a formação do feminino de algumas profissões outrora privativamente masculinas), e tornado opacas essas normas gramaticais em que o masculino ascende sobre o feminino.

Uma última consideração a esse respeito: se a forma lingüística, enquanto sistema abstrato de normas, é transparente para os locutores que, nas enunciações que formulam, tomam a língua pela sua função de comunicação, parece não haver nenhuma relevância no teor ideológico da flexão de gênero. Contudo, quando apelamos à teoria da Ideologia, vemos alguns conceitos que sustentam nossa argumentação.

⁴ As situações discursivas em que uma minoria masculina tem a primazia de designação evidenciam essa tensão entre o caráter coercitivo da norma gramatical e as condições materiais de comunicação, conforme a narrativa a seguir: em recente conferência promovida por um núcleo de estudos da mulher da Universidade Federal de Sergipe, o palestrante dirigiu-se ao auditório usando o termo “senhores”. No debate que sucedeu a sua exposição, foi firmemente interpellado “pelas” ouvintes a respeito do referido pronome de tratamento. O conferencista justificou-se apelando para a norma gramatical.

Tomando-se a análise que Eagleton (1996, p.203) faz do conceito habermasiano de ideologia, temos:

[...] uma forma de comunicação sistematicamente distorcida pelo poder – um discurso que se tornou um meio de dominação e que serve para legitimar as relações de força. A ideologia marca o ponto em que a linguagem é desviada de sua forma comunicativa pelos interesses de poder que incidem sobre ela [...] tal dominação inscreve-se no interior de nossa fala, de modo que a ideologia converte-se num conjunto de efeitos inerentes aos próprios discursos particulares.

Aplicar este conceito à norma da língua, naquilo que se refere ao gênero, ou seja, identificar um aspecto da norma como uma linguagem *desviada de sua forma comunicativa* pode parecer temerário. Eagleton (1996, p. 204) assinala que Habermas “[...] não adere a nada que lembre essa visão distópica fantástica de uma ideologia onipotente e oni-abrangente.” Contudo, convém destacar que o nosso enfoque está na identificação sexual que o próprio discurso organiza nas situações reais de comunicação, e que estas são regidas por uma norma (não-consciente, oculta, transparente...) em que o masculino ascende sobre o feminino. Se atribuímos à norma, a partir da qual o discurso se constitui (ou recebe algum tipo de restrição), o caráter ideológico que lhe cabe, teremos não só uma forma de comunicação sistematicamente distorcida, mas aquilo mesmo que, de antemão, constitui a comunicação, é já em seu mecanismo interno, no seu sistema próprio (seja qual for a concepção que se tenha de *forma*) ideologicamente marcada, ou “distorcida”. A identificação sexual dos locutores ou dos referentes na língua (e ainda muitas vezes no discurso) é constituída de um *a priori* normativo no qual o gênero masculino é o termo ascendente, primeiro, não-marcado, universal, e as situações discursivas em que os enunciadores (ou *enunciadoras*) apontam para a distorção ideológica que o sistema lingüístico proporciona demonstram que a norma tem perdido a característica fundamental que favorece a sua força ideológica: a transparência, o potencial intrínseco de transformar a história em natureza, ou em uma norma “neutra”. Nas palavras de Eagleton (1996, p. 204, grifo do autor):

Quando uma estrutura de comunicação é *sistematicamente* distorcida, ela tende a apresentar a aparência de normatividade e justeza. Uma distorção que seja tão abrangente tende a obliterar tudo e a desaparecer de vista [...] Assim, uma rede de comunicação sistematicamente deturpada tende a ocultar ou erradicar as próprias normas pelas quais se poderia julgar que ela *está sendo* deturpada; com isso, passa a ser peculiarmente invulnerável à crítica.

Ou seja, o fato de a constituição do gênero ser apenas uma regra gramatical é o que lhe permite ser ideologicamente eficaz. Esse estado de coisas é reforçado pela impossibilidade ou simplesmente pela irrelevância de se buscar um valor para a norma. A norma simplesmente se impõe como entidade preexistente ou some diante do quão pouco ela importa para a constituição do sentido. De fato, onde está sua origem? Seria um fato “natural” da comunicação humana ou uma construção social, já que a língua inscreve em sua materialidade a memória inalcançável dos povos? Onde está o sentido da flexão de gênero? Talvez lá, onde a natureza e a cultura definem/confundem seus termos. De fato, é infrutífero para a lingüística moderna buscar, à maneira do Renascimento, os gritos arcaicos que primeiro distinguiram o masculino do feminino. Mas isto esvaziaria a flexão de seu conteúdo ideológico? Estaria a distorção encerrada na norma? Não, pois a língua não existe por si mesma e a ascendência do masculino sobre o feminino é, sobretudo, um fato extradiscursivo. Se aplicarmos a esta discussão o que afirmou Benveniste (1989) acerca da relação de interpretância entre língua e sociedade, e se é verdade, de acordo com Bakhtin (2002), que as formas do signo são condicionadas pela organização social e pelas condições da interação, a dimensão ideológica da flexão de gênero não só não se esvaziará na sua condição de norma, como transcenderá esta dimensão, pois o fato extradiscursivo das tensas relações de gênero não apenas se reflete na língua, mas ocorre porque a língua é a condição de existência da sociedade (e vice-versa), ou seja, ocorre na e pela língua.

A conclusão desta reflexão se fará com uma consideração e dois exemplos. Quando expõe a teoria da razão comunicativa de Habermas, Eagleton (1996, p.204) assinala que se há uma estrutura de comunicação sistematicamente distorcida, deverá existir uma “[...] situação ideal de fala que seja tenuemente vislumbrada em nossos discursos degradados.”, e que seja resultado de uma “racionalidade interessada”. Se bem entendido, talvez tenhamos como exemplo desta proposição, ou seja, atos de fala constituídos a partir de uma racionalidade discursiva, a seguinte frase, *slogan* de um candidato a deputado estadual em Sergipe nas eleições de 2002:

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODOS.

Ou ainda a postura de certos locutores que, ao construir seus textos, interferem na própria norma lingüística, acrescentando aos termos determinantes e aos determinados dos sintagmas nominais, cujos referentes são sujeitos de ambos os sexos, mas cuja forma permanece no masculino

(que assume um sentido genérico) um complemento que corresponde ao morfema de gênero daquela palavra: “*Os/as professores/as* são *definidos/as*, nessa perspectiva, como *receptadores/as passivos/as* da ciência educacional e não como *produtores/as, eles/as próprios/as* de conhecimento fundamental.” (CONNELL, 2001, p.20, grifo meu).

Ambos são textos que deixam transbordar para a forma da língua o seu conteúdo ideológico, que geralmente fica implícito ou pressuposto nos discursos. São evidentes o posicionamento de esquerda do candidato e a postura engajada do autor do artigo do qual o fragmento é citado.

No primeiro exemplo, temos um enunciado construído, podemos supor, a partir do reconhecimento do teor ideológico da norma lingüística que atribui ao termo masculino que tenha por referente pessoas de ambos os sexos o caráter de generalidade: o contrário não produziria o mesmo efeito de sentido, já que um pronome adjetivo feminino plural, num enunciado equivalente, só poderia ter por referente pessoas do sexo feminino. A frase foi elaborada, então, tendo a norma em si mesma (e não como um *a priori* não-consciente e transparente) como elemento gerador de sentido. Além disso, o locutor utilizou-se da forma material do morfema *-O*, o espaço vazio no interior de sua forma, para sobrepor a desinência de gênero *-A*. Levantam-se pelo menos duas possibilidades de cálculo de sentido:

- a) tomando o signo “igualdade” no sentido de relação equânime entre dois objetos postos em relação. O significado do signo faz emergir uma incoerência interna entre o que ele propõe no seu sentido e o que a norma deixa subentendido no fato de o masculino se impor sobre o feminino como designação genérica;
- b) tomando o sintagma “igualdade de oportunidades”, no sentido de que os referentes não estarão na clássica proposição de que “as oportunidades são iguais, as pessoas é que são diferentes”. A desinência de gênero feminino sobreposta à vogal temática parece querer significar que, a despeito de toda diferença, as oportunidades deveriam ser oferecidas a pessoas em iguais condições de desfrutá-las.

Quanto ao segundo exemplo, não se trata aí de uma construção de sentido que apele para uma motivação interna ao signo. O sentido não ultrapassa, no que diz respeito ao enunciado, as possibilidades previstas e autorizadas na sua forma. Se há uma conseqüência de sentido na adição das terminações, ela não será um sentido segundo, conotado, mas subjacente ou paralelo ao sentido lingüístico. Que sentido, então, subjaz àqueles pre-

vistos no enunciado? É possível que possamos classificá-lo como uma postura lingüístico-ideológica que aponte para a recusa ao termo masculino como o elemento que representaria o ser genérico, ou a “insuficiência” do sistema em atender à demanda requerida pelo feminismo por uma designação específica que indicasse que sua referência é ao masculino e ao feminino⁵. As formas adicionais seriam então uma *excrecência* lingüística gerada pelas transformações sociais que dizem respeito às relações de gênero.

Falar em insuficiência parece contraditório, já que partimos do pressuposto de que a língua é perfeitamente adequada às necessidades de seus falantes, e desde o século XIX, sabe-se que:

[...] a linguagem não está mais ligada às civilizações pelo nível de conhecimentos que elas atingiram, (a finura da rede representativa, a multiplicidade dos liames que se podem estabelecer entre os elementos), mas pelo espírito do povo que as faz nascer, as anima e se pode reconhecer nelas. (FOUCAULT, 2000, p. 401).

Mas também não se pode esquecer que a língua está em constante mudança, nem de onde vem a força de sua transformação:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual *as formas do signo são condicionadas tanto pela organização social de tais indivíduos como pelas condições em que a interação acontece*. Uma modificação destas formas ocasiona uma modificação do signo. (BAKHHTIN, 2002, p. 44, grifo do autor).

Não podemos dar a tal postura lingüístico-ideológica, de resto circunscrita a alguns locutores engajados, o estatuto de forma que compõe o sistema. Contudo, ela resulta de uma situação sócio-histórica bem definida e tem o consenso dos interlocutores socialmente organizados, leitores para quem este enunciado será entendido e acatado. As características deste enunciado e das condições de sua produção se configuram como uma formação discursiva, resultante de um certo posicionamento ideológico que, se por um lado está circunscrito a uma situação sócio-histórica, por outro aponta, naquela relação de interpretância entre língua e sociedade de que fala Benveniste (1989), para a capacidade da língua de registrar, na sua relativa estabilidade formal, as transformações da sociedade, sempre mais rápidas. Se há uma inegável relação de causalidade entre mudança da socieda-

⁵ O equivalente desta postura na oralidade é a duplicação dos sintagmas em “pares” de masculino e feminino: “algumas expandem as opções dos professores e das professoras...”, o que tornaria o texto escrito mais extenso e ainda mais cansativo. A opção pelo uso de “/” + morfema de feminino ou “/” + determinante feminino é um traço de economia lingüística.

de/mudança da língua, ela não será proporcional, simultânea ou simétrica. É dialógica, pois a natureza da língua é dinâmica, evolutiva, mas também limitada pela dimensão de permanência que possui e que possibilita interpretar e significar a sociedade. As transformações sociais que resultam da expansão das atividades femininas atingem diretamente a língua, mas de maneira mais evidente e sem qualquer tipo de resistência no léxico, nas derivações e outros processos de formação de substantivos ou adjetivos femininos. Mas a estrutura do sistema lingüístico, naqueles aspectos sintáticos de concordância nominal, como um núcleo duro permanece estável e sem nenhuma perspectiva de mudança. Não temos como prever se a sintaxe do Português terá um dia outra forma genérica de referir a pessoas de ambos os sexos (à semelhança do *they* da língua inglesa), para o que vale, então, tomar a alusão de Perrot (1998, p. 92) a Marx: “[...] as mulheres, assim como os homens, não sabem a história que fazem.”

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec/Ana Blume, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. Vol. 1.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Campinas. Pontes, 1989. Vol. II.
- CÂMARA JR., J. Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 33. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CONNELL, Robert W. Pobreza e educação. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Pedagogia da exclusão – Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 11-42.
- EAGLETON, Terry. A ideologia e suas vicissitudes no marxismo ocidental. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p.179-226.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- LYONS, John. *Introdução à lingüística teórica*. Tradução de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. São Paulo: Ed. Nacional; Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

SOBRE AS AUTORAS

Alda Britto da Motta

Doutora em Educação pela UFBA; professora da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA; pesquisadora do NEIM.

Ana Alice Alcantara Costa

Doutora em Sociologia Política pela UNAM/México; professora do Departamento de Ciência Política da UFBA; pesquisadora do NEIM.

Benedita Edina Lima Cabral

Doutora em Ciências Sociais pela IFCH/UNICAMP; professora do Departamento de Sociologia e Antropologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFCCG; coordenadora do Programa Interdisciplinar de Apoio a Terceira Idade (PIATI-PROEXT/SESu/MEC/UFCCG).

Carolina Marback Barbosa de Souza

Mestra em Ciências Sociais pela UFBA; professora do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana; pesquisadora associada do NEIM.

Clarice Ehlers Peixoto

Doutora em Antropologia Social e Visual pela Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales (EHESS), França; professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); co-coordenadora do Grupo de Estudos sobre Família Contemporânea (GREFAC/UERJ-CNPq).

Ediane Santana

Graduanda em História pela UFBA; bolsista do PIBIC/UFBA.

Edleusa Nery Garrido

Mestra em Saúde Coletiva pela UFBA; professora Substituta do Departamento de Saúde – Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Eulália Lima Azevedo

Mestra em Ciências Sociais pela UFBA; pesquisadora associada do NEIM.

Ivía Alves

Doutora e Pós-doutora em Literatura Brasileira; professora e Pesquisadora do Instituto de Letras da UFBA; pesquisadora do NEIM.

Joana Maria Pedro

Doutora em História, pela USP; professora Titular do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina; Coordenadora Editorial da Revista Estudos Feministas.

Kátia Jane Chaves Bernardo

Mestra em Teoria Psicanalítica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); coordenadora da Universidade Aberta à Terceira Idade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC).

Lílian Almeida de Oliveira Lima

Mestranda em Literatura e Diversidade Cultural pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Márcia Queiroz de Carvalho Gomes

Mestra e Doutoranda em Ciências Sociais pela UFBA; professora da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública; pesquisadora associada do NEIM.

Maria Gabriela Hita

Doutora em Ciências Sociais pela UNICAMP; professora do Departamento de Sociologia da UFBA; pesquisadora do ECSAS-UFBA e do Nugsex/Diadorim UNEB.

Raquel Nery Lima Bezerra

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da UFBA.

Rebeca Sobral

Graduanda em Ciências Sociais pela UFBA; bolsista do PIBIC/UFBA.